

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO
CONHECIMENTO**

MARCOS BRENO ANDRADE LEAL

**CATÁLOGO DE FONTES METALINGUÍSTICAS: ESTUDO
EXPLORATÓRIO DOS FUNDOS PESSOAIS DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE SERGIPE (IHGSE)**

**SÃO CRISTÓVÃO, SE
2020**

MARCOS BRENO ANDRADE LEAL

**CATÁLOGO DE FONTES METALINGUÍSTICAS: ESTUDO
EXPLORATÓRIO DOS FUNDOS PESSOAIS DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE SERGIPE (IHGSE)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Sergipe, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para obtenção do título de Mestre em Gestão da Informação e do Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Informação, Sociedade e Cultura

Orientador: Prof^a Dr^a Renata Ferreira Costa Bonifácio

**SÃO CRISTÓVÃO, SE
2020**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

L435c

Leal, Marcos Breno Andrade

Catálogo de fontes metalinguísticas: estudo exploratório dos fundos pessoais do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) / Marcos Breno Andrade Leal ; orientadora Renata Ferreira Costa Bonifácio. - São Cristóvão, SE, 2020.
181 f.: il.

Dissertação (mestrado profissional em gestão da informação e do conhecimento) – Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2020.

1. Fundos pessoais. 2. Catálogo. 3. Fontes metalinguísticas. 4. Arquivística. 5. Historiografia linguística I. Bonifácio, Renata Ferreira Costa, orient. II. Título.

CDU: 018.92 (930.25)

CDD: 018.928.6981

Ficha elaborada por Rafaela Pereira dos Santos (CRB-5/1798-O)

**CATÁLOGO DE FONTES METALINGÜÍSTICAS: ESTUDO
EXPLORATÓRIO DOS FUNDOS PESSOAIS DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE SERGIPE (IHGSE)**

MARCOS BRENO ANDRADE LEAL

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Sergipe, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para obtenção do título de Mestre em Gestão da Informação e do Conhecimento.

Avaliação: Aprovado

Data da defesa: 15/12/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Renata Ferreira Costa Bonifácio
(Orientadora)

Prof. Dr. Leonardo Lennertz Marcotulio
(Membro convidado- Externo)

Prof. Dr^a. Lorena de Oliveira Souza Campello
(Membro convidado- Interno)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, Mirian e Wilson, por todo apoio durante a minha jornada acadêmica. Assim como aos meus parentes que contribuíram para a minha manutenção em Aracaju, a exemplo de Tia Ana e meus avós.

À minha orientadora Renata Ferreira Costa, pela dedicação e paciência nas orientações da dissertação, assim como na realização de outros trabalhos construídos ao longo do mestrado.

À FAPITEC/SE, que apoiou o desenvolvimento da dissertação, através do programa de bolsas.

Ao IHGSE, por fornecer espaço para a aplicação do projeto de pesquisa, mesmo diante as dificuldades impostas pela pandemia.

Ao programa e profissionais do Departamento de Ciência da Informação (DCI) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (PPGCI), em especial a professora Lorena Campello, que em suas aulas inspirou o estudo dos arquivos pessoais, trabalhado nesta dissertação.

Aos meus colegas de turma e as amizades construídas durante o curso, em especial a Verônica, que trilhou juntamente o mestrado na época que fui estagiário na Biblioteca Mário Cabral.

Por fim, aos membros do CABED, minha segunda família construída na universidade, com meus irmãos Rafael, Egleide, Raphaela, Rafaela, Mirella, Giovana e Carol, meus novos pais Paulo e Djully, e especialmente a Wictor por todo apoio e paciência ao longo do curso.

RESUMO

A tarefa de reconstrução dos aspectos do passado é um trabalho que exige a busca pela informação em espaços como os arquivos. O nível de sistematização da informação que a unidade informacional fornece ao seu usuário, além da presença de instrumentos de pesquisa, são aspectos que contribuem para o acesso e fortificação do elo entre o usuário e a informação. Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo principal elaborar e disponibilizar um catálogo de fontes metalinguísticas presentes nos fundos pessoais do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de modo a contribuir para o conhecimento dos estudos sobre a língua portuguesa do Brasil e das ideias linguísticas que circularam especialmente na primeira metade do século XX. Através de uma pesquisa exploratório-descritiva, documental e qualitativa, foram levantados 55.875 documentos dos fundos pessoais, dos quais 94 contêm fontes de informação metalinguística, relativos à produção intelectual das personalidades sergipanas João Dantas Martins dos Reis (1830- 1890), Manoel Armino Cordeiro Guaraná (1848-1924), Manoel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1939), Ivo do Prado Montes Pires França (1860-1924), General José Figueiredo Lobo (1899-19--), Epifânio da Fonseca Dória (1884-1976), Urbano de Oliveira Lima Neto (1905-1990), Fernando Figueiredo Porto (1911-2005), Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida (1911-1999), Lauro de Britto Porto (1911-2010), Maria Thetis Nunes (1923-2009), José Calasans Brandão da Silva (1915-2001) e Djaldino Mota Moreno (1948-). A documentação desses polígrafos abrange artigos, documentos pessoais, discursos e palestras, jornais e revistas, correspondências expedidas e recebidas, impressos, atas, anotações pessoais, cadernetas, livros e decisões judiciais, sendo possível identificar os mais diversos assuntos, inclusive estudos e comentários de cunho linguístico nos níveis ortográfico, fonético, prosódico, morfológico, sintático, lexicológico, lexicográfico, etimológico, terminológico e semântico. Como produto, foi elaborado um catálogo seletivo com 93 documentos da amostra, que se baseia em normas de padronização descritiva, como a *General International Standard Archival Description* (ISAD) e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), com apoio de modelo de instrumento de pesquisa proposto por Lopez (2002), Bellotto (2006), o Arquivo Público do Paraná (2005) e Lima (2012). Além disso, espera-se que a construção do modelo de instrumento de pesquisa proposto promova o acesso à informação, especialmente de cunho linguístico, através de um tratamento informacional adequado, servindo de exemplo a ser seguido em outras unidades de informação, além de possibilitar a execução de pesquisas rigorosas em um conjunto patrimonial histórico e cultural brasileiro.

Palavra-chaves: Fundos Pessoais. Catálogo. Fontes Metalinguísticas. Arquivística. Historiografia Linguística.

ABSTRACT

The task of reconstructing aspects of the past is a job that requires the search for information in spaces such as archives. The level of systematization of information which the informational unit provides to its user, in addition to the presence of research instruments, are aspects that contribute to the access and strengthening of the link between the user and the information. Regarding this scenario, this work has as the main objective to elaborate and to make available a catalog of metalinguistic sources present in the personal funds of the Historical and Geographical Institute of Sergipe, in order to contribute to the knowledge of the studies on the Portuguese language of Brazil and the linguistic ideas that circulated especially in the first half of the 20th century. Through an exploratory-descriptive, documentary and quali-quantitative research, 55,875 documents were collected from personal funds, in which 94 contain sources of metalinguistic information, related to the intellectual production of Sergipe personalities, such as: João Dantas Martins dos Reis (1830-1890), Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924), Manoel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1939), Ivo do Prado Montes Pires França (1860-1924), General José Figueiredo Lobo (1899-19--), Epifânio da Fonseca Dória (1884-1976), Urbano de Oliveira Lima Neto (1905-1990), Fernando Figueiredo Porto (1911-2005), Father Aurélio Vasconcelos de Almeida (1911-1999), Lauro de Britto Porto (1911-2010), Maria Thetis Nunes (1923-2009), José Calasans Brandão da Silva (1915-2001) and Djaldino Mota Moreno (1948-). The documentation of these polygraphs covers articles, personal documents, speeches and lectures, newspapers and magazines, correspondence sent and received, printed, minutes, personal notes, passbooks, books and court decisions, making it possible to identify the most diverse subjects, including studies and comments from linguistic nature at the orthographic, phonetic, prosodic, morphological, syntactic, lexicological, lexicographic, etymological, terminological and semantic levels. As a product, a selective catalog was created with 93 sample documents, based on descriptive standardization standards, such as the General International Standard Archival Description (ISAD) and the Brazilian Standard for Archival Description (NOBRADE), with the support of an instrument model of research proposed by Lopez (2002), Bellotto (2006), The Public Archive of Paraná (2005) and Lima (2012). Furthermore, it is expected that the construction of the model proposed as the research instrument will promote access to information, especially of a linguistic nature, through appropriate informational treatment, serving as an example to be followed in other information units, in addition to enabling the execution of rigorous research in a Brazilian historical and cultural heritage.

Keywords: Personal Funds. Catalog. Metalinguistic Sources. Archival. Linguistic historiography.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Escolas da Historiografia.....	21
Quadro 2	Perspectivas da Historiografia Linguística.....	24
Quadro 3	Dados, informação e conhecimento.....	34
Quadro 4	Instrumentos de pesquisa.....	38
Quadro 5	Tamanho do <i>Corpus</i>	43
Quadro 6	Tipologia de Fontes de Informação.....	49
Quadro 7	Classificação das fontes de informação.....	50
Quadro 8	Crítérios para a classificação das fontes históricas.....	52
Quadro 9	Fontes históricas segundo sua intencionalidade.....	53
Quadro 10	A avaliação das fontes.....	53
Quadro 11	Fontes de informação para a Historiografia Linguística.....	54
Quadro 12	Fontes para o estudo linguístico.....	55
Quadro 13	Fontes informacionais para arquivos.....	61
Quadro 14	Fontes de Arquivos Pessoais.....	65
Quadro 15	Sequência constitutiva de um catálogo por verbetes.....	67
Quadro 16	Histórico do arquivo familiar João Dantas Reis.....	73
Quadro 17	Histórico do fundo Armindo Guaraná.....	77
Quadro 18	Histórico do fundo Oliveira Telles.....	78
Quadro 19	Histórico do fundo Ivo do Prado.....	80
Quadro 20	Histórico do fundo General Lobo.....	82
Quadro 21	Histórico do fundo Epifânio Dória.....	84
Quadro 22	Histórico do fundo Urbano Neto.....	86
Quadro 23	Histórico do fundo Figueiredo Porto.....	88
Quadro 24	Histórico do fundo Padre Aurélio.....	90
Quadro 25	Histórico do fundo Lauro Porto.....	92
Quadro 26	Histórico do fundo José Calazans.....	93
Quadro 27	Histórico do fundo Thétis Nunes.....	96
Quadro 28	Histórico do fundo Djaldino Moreno.....	98
Quadro 29	Documentação catalogada nos fundos do IHGSE.....	101
Quadro 30	Documentação da pré-análise.....	102

Quadro 31	Quantitativo dos fundos pessoais do IHGSE.....	105
Quadro 32	Amostragem documental e de fontes metalinguísticas.....	107
Quadro 33	Presidentes do IHGSE.....	117
Quadro 34	Síntese de dados do arquivo do IHGSE.....	127
Quadro 35	Fundo Maria Thétis Nunes.....	128
Quadro 36	Diretores do arquivo do IHGSE.....	129
Quadro 37	Catálogo do fundo de João Dantas dos Reis.....	131
Quadro 38	Documentação metalinguística no Fundo Armindo Guaraná.....	142
Quadro 39	Fontes metalinguísticas do Fundo Calasans.....	144
Quadro 40	Fontes metalinguísticas do Fundo Epifânio Dória.....	146
Quadro 41	Fontes metalinguísticas do Fundo Urbano Neto.....	147
Quadro 42	Fontes metalinguísticas no fundo Ivo do Prado.....	149
Quadro 43	Fontes metalinguísticas no Fundo Oliveira Telles.....	150
Quadro 44	Cotejo dos dois testemunhos do texto sobre pronúncia de algumas consoantes, de Oliveira Telles.....	153
Quadro 45	Fontes metalinguísticas no Fundo Thétis Nunes.....	153
Quadro 46	Descrição do fundo.....	160
Quadro 47	Quadro dos itens documentais.....	160
Quadro 48	Histórico do Fundo.....	161
Quadro 49	Descrição de item documental.....	163

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Variedade terminológica nas instituições pesquisadas.....	62
Gráfico 2	Fundos com fontes metalinguísticas.....	138
Gráfico 3	Conhecimentos de linguagem.....	138
Gráfico 4	Técnica de registro.....	139
Gráfico 5	Autoria dos documentos.....	139
Gráfico 6	Tipologias documentais.....	140
Gráfico 7	Locais de produção.....	141
Gráfico 8	Data de produção.....	141

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Etapas da gestão de documentos e a teoria das três idades.....	37
Figura 2	Cronologia dos importantes acontecimentos da Linguística de Corpus.....	41
Figura 3	Critérios para a construção de um <i>corpus</i> linguístico.....	42
Figura 4	Catálogo por quadros.....	67
Figura 5	Construção de um catálogo por verbete.....	68
Figura 6	Áreas de Descrição do ISAD (G).....	69
Figura 7	Níveis de descrição da NOBRADE.....	70
Figura 8	Árvore Genealógica da Família Reis.....	76
Figura 9	Fachada do IHGSE.....	115
Figura 10	Biblioteca Manoel Bomfim.....	116
Figura 11	Diretoria e Comissão do IHGSE em 2020.....	120
Figura 12	Acervo do arquivo do IHGSE.....	124
Figura 13	Catálogo do fundo Thétis Nunes.....	131
Figura 14	Descrição sumária do Catálogo de Dória.....	132
Figura 15	Orientação para o uso do instrumento de pesquisa.....	132
Figura 16	Catálogo do Fundo Padre Aurélio.....	133
Figura 17	Título do conjunto de documentos de Guaraná.....	143
Figura 18	Fragmento do manuscrito <i>Nomes indígenas da geographia sergipana com suas equificações etymologicas</i>	143
Figura 19	Fragmento do manuscrito <i>Denominações Geographicas (em Sergipe)</i>	144
Figura 20	Fragmento do texto <i>Justaposição de elementos latinos</i>	147
Figura 21	Fragmento de lista com vocabulário de termos em francês e português.....	148
Figura 22	Fragmento de <i>Sobre o modo de pronunciar algumas consoantes</i>	152
Figura 23	Fragmento do texto “ <i>Aracaju</i> ”, <i>o que significa?</i>	155
Figura 24	Fragmento de <i>A propósito do Topônimo</i>	156
Figura 25	Fragmento de Introdução ao Sergipanês.....	157

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVANO	Associação Vicentina Assistencial de Nova Odessa
CEDUCH	Centro de Documentação em Historiografia Linguística
CE-DOHS	<i>Corpus</i> Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão
CI	Ciência da Informação
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CREMESE	Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe
CTNDA	Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística
HL	Historiografia Linguística
IA	Inteligência Artificial
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGSE	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
ISADE	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
PUC	Pontifícia Universidade Católica
LAEL-PUCSP	Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da PUC
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SESC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEU	<i>Survey of English Usage</i>
SSO	Sociedade Sergipana de Oftalmologia
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
UFS	Universidade Federal de Sergipe
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA COMO CIÊNCIA INVESTIGATIVA.....	18
2.1	Percurso histórico da Historiografia Linguística.....	24
2.2	O papel do historiógrafo na Historiografia Linguística.....	26
3	INFORMAÇÃO, ACESSO E FONTES INFORMACIONAIS PARA A PESQUISA HISTORIOGRÁFICA.....	31
3.1	Acesso a informação.....	34
3.1.1	O acesso à informação através de <i>corpora</i> linguísticos.....	39
3.1.2	Linguística de <i>Corpus</i> no Brasil.....	44
3.2	Fontes de Informação.....	49
3.2.1	Fontes Metalinguísticas.....	54
4	ARQUIVOS COMO FONTES DE INFORMAÇÃO.....	58
4.1	Arquivos pessoais como fontes de informação.....	61
4.2	A construção de catálogos nos arquivos.....	66
5	OS TITULARES DOS FUNDOS PESSOAIS DO IHGSE.....	72
5.1	Arquivo familiar João Dantas Reis: Capitão-mor João Dantas dos Reis Portátil (1773-1832), João Dantas Martins dos Reis (1830-1890) e João Dantas Martins dos Reis (1884-1979).....	72
5.2	Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924).....	77
5.3	Manoel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1939).....	78
5.4	Ivo do Prado Montes Pires França (1860-1924).....	80
5.5	General José Figueiredo Lobo (1899-19--).....	82
5.6	Epifânio da Fonseca Dória (1884-1976).....	84
5.7	Urbano de Oliveira Lima Neto (1905-1990).....	86
5.8	Fernando Figueiredo Porto (1911-2005).....	88
5.9	Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida (1911-1999).....	90
5.10	Lauro de Britto Porto (1911-2010).....	92
5.11	José Calasans Brandão da Silva (1915-2001).....	93
5.12	Maria Thétis Nunes (1923-2009).....	96
5.13	Djaldino Mota Moreno (1948).....	98

6	METODOLOGIA.....	100
6.1	Definição espaço-temporal e sujeitos da pesquisa.....	101
6.2	Análise de conteúdo.....	107
6.3	Diagnóstico do IHGSE	110
6.3.1	O perfil do usuário do IHGSE.....	122
6.3.2	Histórico o acervo do IHGSE.....	124
6.3.3	Os instrumentos de pesquisa no IHGSE.....	129
6.3.4	Análise do Desempenho Organizacional.....	134
7	ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	137
7.1	Análise geral de dados.....	137
7.2	Análise da presença de fontes metalinguísticas nos fundos pessoais do IHGSE.....	142
8	CATÁLOGO DE FONTES METALINGUÍSTICAS.....	159
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
	REFERÊNCIAS.....	169
	APÊNDICE A – Glossário de tipologias metalinguísticas.....	182
	APÊNDICE B – Produto: Catálogo de fontes metalinguística.....	184

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de sua vida, o ser humano necessitou armazenar as informações que lhe são disponíveis, seja para fins administrativos, pessoais, religiosos e outras finalidades, as quais, por sua vez, transformam-se em traços, vestígios da História e memória da humanidade, seja no âmbito político, social, cultural, econômico, linguístico etc., e que, conseqüentemente, tornam-se fontes de estudo para aqueles que desejam compreender o comportamento dos antepassados.

A compressão do passado configura-se como tarefa para inúmeros pesquisadores, principalmente para o historiógrafo, que “[...] reproduz intrigas (enredos, tramas) sobre como o tempo é experimentado e interpretado por uma determinada sociedade” (MARTIS, 2009, p. 61). O exercício da atividade historiográfica permite o cultivo da memória, permitindo a reconstrução fatos anteriores à época em que o objeto de estudo está inserido.

A escrita da história é um processo mutável, uma vez que, ao longo do tempo, pesquisadores foram incorporando novas abordagens, temas e usos de fontes para o estudo do passado. Se no Positivismo, por exemplo, o discurso histórico era objetivo, com narratividade de fatos e de eventos políticos, e havia o apego ao valor documental, é na *Escola dos Annales* que há uma renovação do uso de fontes de informação, atrelada à história-problema e à interdisciplinaridade. Nesse viés interdisciplinar, da mesma forma que outras áreas do conhecimento, a Linguística usufruiu da escrita da História, no intuito de compreender como o saber linguístico foi produzido e propagado, considerando o seu contexto sócio-histórico e cultural, resultando na Historiografia Linguística.

Para o exercício de suas pesquisas, tanto os historiógrafos, quanto pesquisadores de outras áreas do conhecimento, necessitam de fontes de informação para a sua investigação, o que, conseqüentemente, gera conhecimento. Em unidades informacionais, como bibliotecas, arquivos e museus, a disponibilização de fontes de informação para os usuários contribui para o exercício da prática de pesquisa, que se torna mais rápida, prática e eficiente quando o seu acesso está atrelado a mecanismos que possibilitem a recuperação informacional de forma mais precisa, através de instrumentos de pesquisa como: catálogos, inventários e guias, além da automatização de sistemas informacionais associados à catalogação e indexação de dados.

Desta forma, a busca pela informação é um papel crucial para o usuário. Nos arquivos, o elevado volume de documentos armazenados esconde, diversas vezes, fontes informacionais ricas para o conhecimento do passado e que, se forem tratadas de forma precisa,

podem auxiliar no processo de recuperação da informação, assim como no desenvolvimento de pesquisas históricas.

Partindo desses princípios, este trabalho se desenvolve em torno do seguinte problema de pesquisa: o Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) é depositário de uma série de acervos pessoais de intelectuais polígrafos, especialmente da primeira metade do século XX, cujas produções remontam às mais diversas áreas do conhecimento, inclusive às ciências da linguagem. Os documentos que constam desses acervos, com destaque para as de natureza metalinguística¹, estão todas catalogadas? Em caso positivo, essa catalogação fornece aos usuários informações específicas sobre a natureza das fontes?

Trabalha-se com a hipótese de que o IHGSE não possui catálogos que informem a presença de documentos de áreas específicas do conhecimento. A descrição e tratamento do acervo de um arquivo é um trabalho árduo e nem todas unidades conseguem suprir a descrição documental de maneira eficiente para que o seu usuário tenha acesso à informação de maneira rápida e precisa. Desta maneira, reconhece-se no IHGSE a carência de uma descrição e tratamento arquivístico de acordo com os princípios arquivísticos do acervo em geral, assim como de fontes voltadas para o estudo teórico e descritivo da língua portuguesa.

Este trabalho justifica-se, então, primeiramente, pela proximidade do pesquisador com a conjuntura interdisciplinar dos campos da História, da Biblioteconomia, da Ciência da Informação e da Linguística. Durante a graduação em História criou-se a concepção dos estudos dos fenômenos do nosso passado através de fontes de informação, permitindo a reconstrução e reflexão dos fatos. Desta forma, os arquivos, em especial os arquivos pessoais, são um conjunto documental que pode proporcionar estudos a serem aplicados a diversas áreas do conhecimento.

Com a graduação em Biblioteconomia e Documentação, e o mestrado em Ciência da Informação, permitiu-se chegar à reflexão de que o conhecimento dos documentos de arquivo supre a necessidade informacional do usuário, o que necessita usufruir de elementos da descrição da informação para que haja a sua recuperação, construindo-se uma gestão da informação e do conhecimento.

Por fim, o contato com o Grupo de Estudos Filológicos em Sergipe (GEFES), coordenado pela professora doutora Renata Ferreira Costa, tornou possível discutir os esforços de pesquisadores individuais e de grupos de pesquisa para a constituição de *corpora* representativos dos diversos estágios da história da Língua Portuguesa do Brasil e as lacunas

¹ Estudos metalinguísticos são aqueles relativos ao conhecimento a respeito da língua ou à produção de ideias linguísticas.

que ainda existem, por exemplo, nos estudos metalinguísticos, cujas fontes são raras e de difícil localização, o que implica no desafio de disponibilizar um catálogo descritivo de fontes dessa natureza salvaguardadas no IHGSE.

Além disso, deve-se destacar que a interdisciplinaridade da Biblioteconomia e da Ciência da Informação com a História e a Linguística foi moldada pelo conhecimento que tais disciplinas podem fornecer sobre unidades de informação, através do tratamento técnico informacional. Durante o curso de História e o estágio supervisionado do curso de Biblioteconomia, nossas visitas ao IHGSE demonstraram o quanto era necessário fornecer auxílio no tratamento da informação naquela instituição, o que poderia beneficiar os pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Entre esses pesquisadores, a proximidade com o campo das Letras, em especial da Linguística, no que tange ao uso de documentos para o estudo sincrônico ou diacrônico da língua, fomentou o pensamento de como os fundos pessoais do IHGSE poderiam proporcionar um estudo da constituição das ideias e descrições linguísticas realizadas pelos escritores polígrafos de Sergipe.

A aplicação do trabalho no IHGSE é decorrente da importância dessa instituição nos contextos histórico, científico e cultural de Sergipe e do Brasil, além de ser responsável pela iniciação da 2ª fase da historiografia sergipana (SOUZA, 2011), fruto da preocupação em gerir a informação através da preservação da memória. Depositária de acervos importantes há mais de 100 anos, ela se torna alvo central para a produção historiográfica e concentra pesquisadores de diversas áreas do conhecimento.

Fundado em 1912, o IHGSE tem como objetivo “[...] congregar os intelectuais do estado e fomentar as discussões sobre a formação sergipana em seus diferentes âmbitos” (KNAUSS, 2014, p. 5). Com a presença de biblioteca, museu, arquivo, hemeroteca e pinacoteca, o instituto é um espaço que propaga a construção do conhecimento em diversas áreas do saber, realizando também inúmeros encontros de cunho científico, além fazer circular uma revista com produções de intelectuais a nível regional e nacional. Diante da vitalidade dessa unidade informacional, faz-se necessário desenvolver e aprimorar produtos e serviços que deem suporte a um atendimento eficiente, que possa suprir a necessidade informacional de seus usuários.

Destaca-se ainda a importância da Historiografia na reconstrução do passado e da consciência histórica na sociedade, e como ela se expandiu para outras áreas de estudo. A Historiografia Linguística, por exemplo, é um campo que vem crescendo desde o final do século XX, entrelaçando os saberes da história e da língua dos nossos antepassados. A procura por

fontes primárias sobre esses indivíduos e seus aspectos linguísticos é um trabalho árduo para os pesquisadores dessa área e demanda tempo mais extenso para quem deseja desbravar seus estudos em arquivos pessoais. Desta maneira, a presença de catálogos descritivos, segundo os princípios arquivísticos, auxilia na tentativa de suprir a necessidade informacional de seu usuário, otimizando os serviços prestados em uma unidade informacional.

Logo, este trabalho, que se insere na linha de pesquisa “Informação, Sociedade e Cultura” do Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento, tem como objetivo geral elaborar e disponibilizar um catálogo de fontes metalinguísticas, que sirva como base documental para a pesquisa empírica em torno da história de constituição da língua portuguesa do Brasil e da produção das ideias linguísticas especialmente na primeira metade do século XX.

A partir desse objetivo geral, delineiam-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar, no IHGSE, fundos pessoais que contenham fontes metalinguísticas;
- Selecionar e descrever tais fontes;
- Elaborar um catálogo descritivo, segundo os princípios arquivísticos.

A elaboração de um catálogo de fontes para estudos historiográfico-linguísticos requer um referencial teórico que sustente a produção desse trabalho. Sendo assim, optou-se pelo uso de produções de autores como Altman (2009), Koerner (2014), Batista (2013, 2019) e Swiggers (2013), no campo das ciências da linguagem; Silva (2017), Cunha (2001), Aróstegui (2006) e Cavaliere (2013), no contexto das fontes informacionais, e Camargo (2007, 2009), Lopez (2002), Schellenberg (2006), Bellotto (2006) e Campello (2015), na área arquivística.

Além da Introdução, que delimita o problema, objetivos e justificativa, este trabalho é constituído por um referencial teórico constituído por quatro seções.

Na primeira seção, investiga-se as origens da construção da Historiografia Linguística, doravante HL, que está atrelada ao campo da Historiografia e da História, além de sua formação, características e difusão pelo Brasil e o mundo, assim como o exercício do historiógrafo em analisar fontes documentais de natureza linguística, no intuito de conhecer melhor os conhecimentos produzidos sobre a língua.

A segunda retrata o conceito de informação, assim como a percepção de seu acesso em unidades informacionais. Aponta-se o que são fontes de informação, quais as suas características e como se apresentam em outros campos do conhecimento, como a História e a

Linguística, bem como apresenta-se uma discussão relativa à existência de *corpora* representativos de estudos teóricos e descritivos da língua portuguesa.

Já a terceira seção do referencial teórico aborda os arquivos como fontes de informação, explorando sua definição e características. É ressaltada a importância dos arquivos pessoais como conjuntos documentais de investigação do patrimônio cultural e, por fim, destaca-se a importância dos catálogos nos arquivos, assim como o uso de normas internacionais, no intuito de aproximar acervo e usuário.

Na quarta e última seção, optou-se por descrever os fundos pessoais do IHGSE, identificando os seus titulares através de um estudo biobibliográfico e levantando aspectos do histórico de seus acervos e seu tratamento documental.

Além da metodologia, apresenta-se um diagnóstico do IHGSE, que contém informações essenciais, como histórico, descrição de seus principais serviços, missão, visão e valores, tipos de usuários, recursos humanos, além da análise de desempenho organizacional (SWOT), com identificação dos pontos fortes e fracos e ameaças e oportunidades que incidem na instituição.

Por fim, discute-se os resultados da pesquisa e o produto da intervenção, no qual foi possível traçar um balanço geral dos documentos da amostra através de gráficos estatísticos, analisar como se apresentam as fontes metalinguísticas nos fundos pessoais e descrever como foi construído o produto da intervenção.

Como discriminado, espera-se que as discussões apresentadas neste estudo e a produção de um catálogo descritivo possam contribuir para o desenvolvimento de pesquisas de estudiosos da língua portuguesa a nível regional, nacional e internacional, levando as unidades de informação a repensar o seu papel em otimizar os seus produtos e serviços, a fim de suprir a necessidade informacional de seu usuário de modo rápido e eficiente.

Ressalta-se que um catálogo de fontes informacionais que dê conta de contribuir com os estudos da Historiografia Linguística e de outras ciências da linguagem no Brasil é de suma importância por suprir uma carência da existência desse tipo de instrumento de pesquisa. Além disso, também serão beneficiados investigadores da História, Antropologia, Sociologia, Educação, Psicologia, Biblioteconomia e tantas outras áreas do conhecimento, uma vez que o acesso à informação através de um tratamento informacional adequado lhes possibilitará a execução de investigações rigorosas a partir de um conjunto patrimonial histórico e cultural brasileiro.

2 A HISTORIOGRAFIA LINGÜÍSTICA COMO CIÊNCIA INVESTIGATIVA

A concepção de Historiografia Linguística² é um produto histórico-social fruto da interdisciplinaridade dos campos do conhecimento da História e da Linguística e possui como objetivo estudar aspectos linguísticos do passado, através da descrição, análise e interpretação dos aspectos da língua e linguagem, produzidas e disseminadas ao longo do tempo por uma comunidade ou população (NASCIMENTO, 2005).

A compreensão do que seria de fato a Historiografia Linguística requer inicialmente compreender a dimensão teórica e metodológica que o aspecto historiográfico refletiu para a construção dessa área. Deste modo, a Historiografia é um campo teórico da História que estuda e registra acontecimentos históricos, no intuito de reconstruir o passado sob a interpretação da realidade de uma determinada época. Diferentemente da História como ciência, ela não possui como objetivo central relatar fatos anteriores, mas buscar a ampliação da visão do homem do passado (ARÓSTEGUI, 2006).

Desta forma, a historiografia é na sua essência a “escrita da história”, cuja definição é uma emblemática apontada por Aróstegui (2006), uma vez que autores usufruem da terminologia de modo equivocado, atribuindo a historiografia como a história da escrita das fontes.

Através da perspectiva contemporânea, Cordeiro (2015) define a historiografia como um produto de uma pesquisa histórica que envolve métodos investigativos na busca, análise e crítica documental, associados a objetividade e narratividade. Já para Martins (2019, p. 25) ela é “[...] a totalidade dos produtos narrativos científicos que tratam da história humana, de seu fazer e desfazer”. O resultado da investigação historiográfica permite ao pesquisador “revelar e estabelecer comparações analíticas em relação às divergências existentes dentro do próprio processo de produção de história” (SILVA; BORTOLOTTI, 2018, p. 107).

Com a atividade historiográfica é possível que o indivíduo construa o que Martins (2019) denomina de “reflexão histórica”. Para o autor, a reflexão histórica permite que o historiógrafo crie uma consciência histórica, metodologias para sua investigação e a produção da cultura histórica. Além disso, a atividade historiográfica induz os historiógrafos a buscarem novas formas de “[...] análise crítica, revisão e inovação em teoria e método” (MARTINS, 2019,

² Segundo Koerner (2014), os termos Historiografia da Linguística e Historiografia Linguística são sinônimos, apesar de este último ter sido amplamente mais aceito.

p. 25) para a construção de suas pesquisas, além da formação e o despertar da consciência histórica na sociedade.

Para que seja possível a construção da pesquisa historiográfica, é necessário que o pesquisador perpassa por três operações delimitadas por Rusen (2007): a heurística, crítica e interpretação. Através da formulação de uma hipótese, na heurística o pesquisador busca, coleta e classifica as fontes informacionais consideradas como potenciais para o seu estudo. Todo este processo de busca é guiado de acordo com o nível de experiência histórica que o pesquisador possui para a busca de informações relevantes para sua pesquisa, o que desenvolve a crítica com a extração de dados e informações de manifestações do passado. Assim, é possível a interpretação dos dados obtidos e transformação dos fatos em história.

Desta maneira, a atividade historiográfica envolve as etapas de produção e produto, como afirma Martins (2019). Se a produção pode ser descrita como a fase de pesquisa e todas suas etapas, como exposto anteriormente por Rusen (2007), o seu produto é composto pela narrativa produzida em seus mais variados suportes documentais, como artigos, livros e entre outros.

Para Martins (2009) o discurso historiográfico é formado pelo questionamento, coleta de dados e construção de respostas que o historiógrafo levanta através do contexto histórico e cultural do passado a ser analisado. O autor ressalta que o cultivo pela memória, através do tempo e espaço, envolve os elementos da tradição de uma comunidade e o interesse em unir o sujeito com a cultura passados, para que se tenha a construção da “[...] experiência do passado em história refletida no presente” (MARTINS, 2009, p. 61).

Ao longo da história, a Historiografia ganhou novas perspectivas e direções nas produções do conhecimento sobre os antepassados. Existem diversas produções que traçam uma linha histórica de como se desenvolveu em diversos contextos históricos e localidades diferentes, mas aqui pretende-se fazer breves considerações de como ela evoluiu na sociedade e ressaltar os impactos da historiografia contemporânea através da Escola de *Annales*.

Através da linha histórica apontada por Marins (2016) na Idade Antiga, especificamente Grécia e Roma, a historiografia era construída desde o uso de fatos históricos e o uso de fontes orais por Heródoto na Grécia, como também produções voltadas a história de Roma, com traços nacionalistas e políticos na escrita de Tecírides. Na Idade Média, parte da produção historiográfica era fruto dos mosteiros, o que possui teor religioso e moralizante, mesmo assim destaca-se a presença de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino nos escritos

históricos. E durante a Idade Moderna e Contemporânea, o positivismo possuía como “[...] visão uma análise racional do passado” (MARINS, 2016, p. 402).

Durante o positivismo, a imparcialidade é uma das marcas das produções historiográficas, uma vez que a história deveria ser contada de forma neutra do autor, uma vez que “[...] os documentos ficam responsáveis por contar os fatos, sendo o historiador/pesquisador o narrador desses fatos”. (OLIVEIRA NETO; SILVA, 2017, p. 4). Além de ser um pressuposto histórico advindas do Iluminismo, em que a imparcialidade do produtor na formação de uma história universal, através do conhecimento humano objetivo, é a essência do positivismo (BARROS, 2010a).

A visão da análise do passado como um processo não mútuo com presente será um dos pontos diferenciais que abarcará a diferença entre o positivismo e a Escola de *Annales*, uma vez que a “Nova História”, como aponta Barros (2010a) permite que o historiógrafo compreender o passado e ao mesmo tempo, a si mesmo. Os historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch são responsáveis por constituírem a primeira geração da Escola de *Annales*, que contribuiu para a produção de estudos historiográficos sob a perspectiva da micro-história, da qual as minorias serão o foco de estudo, ao invés dos grandes heróis e dos seus grandes feitos (GODOY, 2009).

No que concerne à contribuição de cada geração, Febvre e Bloch foram responsáveis pela criação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, em 1929, promovendo a pluridisciplinaridade e a união entre as Ciências Sociais, através da objetividade histórica. Posteriormente, na segunda geração, Fernand Braudel e Ernest Labrousse defendem a história dos acontecimentos, as conjunturas e a história de longa duração. E, por fim, Le Goff, Leroy e Chartier propõem estudos voltados para a mentalidade dos povos, além do diálogo com novas fontes informacionais e áreas do conhecimento (GODOY, 2009). Além disso, Barros (2010a) ressalta a existência de uma quarta geração liderada por Roger Chartier e Jacques Revel com discussões de práticas culturais.

Se no positivismo o documento escrito é o alicerce fundamental para o desempenho da atividade historiográfica, na Escola de *Annales*, como ressalta Le Goff (1990), amplia-se a noção de documentos, uma vez que ela se restringia a textos e monumentos arqueológicos, permitindo-se agora o uso de arquivos orais e etnotextos. Além disso, o autor reforça que a revolução documental, a partir da década de 1960, possibilitou o armazenamento de dados, privilegiando uma história descontínua, que deveria ser reforçada pela crítica documental. A

ampliação da concepção de Le Goff sobre o uso de variadas fontes documentais é ressaltada ao apontar que:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. [...] Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (LE GOFF, 1990, p. 540).

O uso variado dos documentos é reforçado por Bloch (2001) ao afirmar que o trabalho historiográfico não se restringe a um único tipo de documento escrito, já que o conhecimento de um determinado fenômeno histórico não supri suficientemente com uma única fonte, havendo a necessidade de sua ampliação para a compreensão do passado do homem. Desta forma, o documento pode se tornar “[...] tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica tudo o que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001, p. 79).

A diferença de perspectiva da pesquisa historiográfica pelo positivismo “Escola Antiga” em relação à Escola de *Annales* “Nova História” é indicada por Burke (1992) em seis elementos, que envolvem foco do estudo, metodologia e fontes de informação:

Quadro 1 – Escolas da Historiografia

Escola Antiga	Escola de <i>Annales</i>
História essencialmente política	“História total” relacionada a toda atividade humana
História como narrativa dos acontecimentos	Análise das estruturas
História dos grandes homens	História de pessoas comuns
História baseada em documentos escritos	Ampliação de fontes orais e visuais
Reprodução dos fatos como acontecem	Levantamento de hipóteses, questionamentos
História objetiva	História interdisciplinar

Fonte: Adaptado de Burke (1992, p. 7-37).

Desta forma, a Escola de *Annales* alavancou a historiografia para um novo patamar através de um novo paradigma, ao proporcionar uma “nova espécie de história” (BURKE, 1991, p. 7) que possibilitou observar os fatos históricos sob a perspectiva da pluridisciplinaridade, resultando em um olhar dos acontecimentos do passado do ponto de vista social, cultural e, principalmente, linguístico, uma vez que a “historiografia vista como um vasto universo de

informações percorrido por inúmeras redes, onde cada profissional encontra sua conexão exata e particular” (BARROS, 2010b, p. 19).

A partir do momento que o movimento da Nova História abrange o conhecimento historiográfico através da interdisciplinaridade foi possível a consolidação da Historiografia Linguística, uma vez que ela proporcionou o questionamento da fonte. Logo, o documento se torna objeto de investigação, análise e crítica da Historiografia Linguística, cabendo não somente ao pesquisador conhecer teorias e métodos da Linguística, mas incorporar o conhecimento histórico relacionado aos vários campos do conhecimento, criando uma conexão entre o passado e o presente.

Sendo assim, a Historiografia Linguística foi institucionalizada a partir da década de 1970 (BATISTA, 2019). Por ser um campo de conhecimento recente nas produções científicas do final do século XX, seu conceito e metodologia buscaram amadurecer ao longo da investigação linguística, o que evidencia uma carência de fundamentos teórico-metodológicos que possam sanar as dúvidas dos pesquisadores dessa área, além de seus objetivos e métodos (SWIGGERS, 2010).

A Historiografia Linguística é descrita como um processo investigativo consciente, metodologicamente e epistemologicamente, da escrita da História, com o objetivo de descrever e explicar o saber linguístico produzido, adquirido e desenvolvido em um determinado contexto histórico (KOERNER, 2014). Altman, considerada como uma das pioneiras dessa área no Brasil, explica que a Historiografia Linguística é um “processo de produção do conhecimento em linguagem e das línguas naturais” (ABRALIN, 2018). Já para Swiggers (2012), a interdisciplinaridade é uma característica essencial da Historiografia Linguística, que permite a descrição e explicação de fatores interdisciplinares e extra disciplinares para se saber como o conhecimento linguístico é obtido ou implementado. Partindo dessa concepção, o autor compreende que a conexão com a História, a Filosofia e a Sociologia da Ciência possibilita a contextualização histórica das ideias linguísticas fundamentada na hermenêutica, o que induz a práticas historicamente relacionadas à linguagem.

Com o passar do tempo, a terminologia Historiografia Linguística aprimorou-se ao longo das produções científicas que usufruem dos termos *historiografia da linguística*, *historiografia linguística*, *história da linguística*, *história das ciências da linguagem*, *história das ideias linguísticas ou meta-historiografia*. E que apesar de tantas terminologias, elas possuem como ponto em comum a língua, apesar de “[...] apresentarem perspectivas, princípios, características e procedimentos diferentes” (NASCIMENTO, 2005, p. 12)

Através da análise em periódicos no campo da língua, Batista (2013) aponta a propagação de dois termos relativos às pesquisas historiográficas: *Historiografia da Linguística* e *História das Ideias Linguísticas* e ressalta que em cada campo foi traçado um caminho distinto quanto sua caracterização e metodologia. O autor discute que a *Historiografia da Linguística* foi difundida essencialmente por Koerner e Swiggers, enquanto, no Brasil, por Altman, e possui como norte a autonomia do pesquisador em criar e configurar seus próprios princípios metodológicos e epistemológicos, no intuito de se legitimar e firmar perante a comunidade científica. Por outro lado, a *História das Ideias Linguísticas* foi trilhada por Sylvaín Aurox e Eni Orlandi e possui como fundamento o uso do discurso francês na interpretação histórica, análise de imagens simbólicas e instrumentos linguísticos associados ao objeto estudado.

Como disciplina, a Historiografia Linguística é um campo do conhecimento que permite ao pesquisador se deparar com inúmeras teorias, aceitas ou não, que irão mover o aparato construtivo de seu estudo, possibilitando a obtenção de seu próprio conhecimento e, logo, a formação geral de um linguista, o que, consequentemente, leva-o a julgar se as teorias criadas suprem os estudos do campo linguístico (KOERNER, 2014).

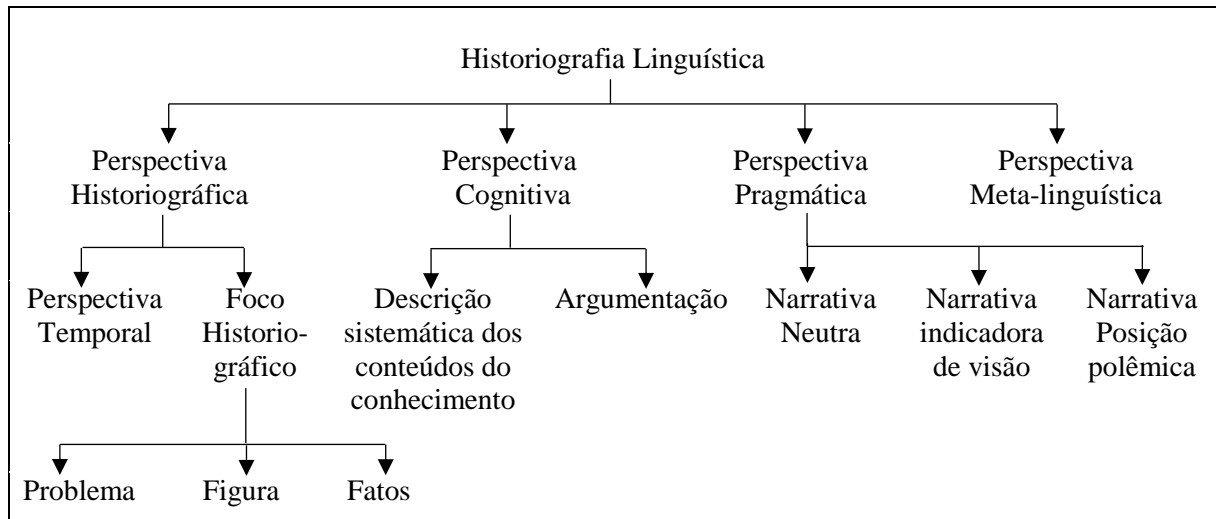
A relevância dessa área está na formação da prática linguística, uma vez que se compreende as motivações das técnicas linguísticas sob dimensão histórica e quê rumos de pesquisa pode usufruir. Deste modo, o historiógrafo é capaz de elaborar um diagnóstico do campo investigativo ou subcampos da linguística, alimentando as políticas de desenvolvimento ou científicas da área (ALTMAN, 2012).

Altman (2012) ressalta a problemática dos pesquisadores tradicionais promoverem ou manterem o escopo teórico, metodológico e epistemológico dos primeiros estudos da Historiografia Linguística, o que evidencia uma fragmentação indesejável desses elementos, uma vez que os intelectuais emergentes se dedicam em criar descrições e explicações mais consistentes ao que era produzido inicialmente.

Apesar das problemáticas metodológicas que a Historiografia Linguística enfrenta, Swigger (2019) destaca que ela é composta 4 perspectivas: a historiográfica, pragmática, cognitiva e meta-historiográfica: A perspectiva histórica envolve o corte temporal de estudo, atrelado ao foco historiográfico que concentra o problema norteador de pesquisa, o personagem ou objeto a ser estudado e os fatos. A perspectiva cognitiva relaciona-se com a busca, seleção e classificação sistemática das fontes informacionais associadas a análise e descrição historiográfica envolta de uma narrativa pragmática que pode ser neutra, indicadora de valor ou

polêmica. Além disso, a perspectiva metalinguística pretende compreender a evolução e explicação do conhecimento linguístico.

Quadro 2 – Perspectivas da Historiografia Linguística



Fonte: Adaptado de Swiggers (2019, p. 63-71).

2.1 Percurso histórico da Historiografia Linguística

Segundo Altman (2009), o texto *Discours préliminaire* (1796), de François Thurot, é apontado pelos historiógrafos como a primeira produção linguística produzida, o que gerou um divisor na construção da metodologia linguística frente às produções científicas ligadas à filologia e à linguística *stricto sensu*.

De origem francesa, a Historiografia Linguística surgiu, como disciplina, no IX Congresso Internacional de Linguística (1962), em Cambridge, com a publicação de *Cartesian linguistics*, de Noam Chomsky, o que motivou, posteriormente, na década de 70, a produção acadêmica de estudos linguísticos, como a revista *Historiographia Linguistica* (1973), e, posteriormente, a organização de monografias no *Amsterdam Studies in the Theory and History of Linguistic Science*, contribuindo para a formação de noções metodológicas e epistemológicas de pesquisa historiográfica (KOENER, 2014).

Apesar da contribuição de Chomsky, Altman (2009) aponta que a pesquisa de Dell Hymes, com sua antologia *Traditions and paradigms* (1974), é que define os pressupostos emergentes da Historiografia Linguística ao considerar a metodologia utilizada pelo pesquisador e quais as definições e descrições de seu objeto de estudo, ambientado sob

determinada contextualização histórica e aplicado à interdisciplinaridade de campos do conhecimento.

Já para Nascimento (2005) a obra *A estrutura das revoluções científicas* (1962) de Thomas S. Kuhn se tornou base para a construção de construções históricas e historiográficas da Língua, além de teorias da linguagem. Apesar disso, o autor ressalta o fato de que não se existia uma metodologia definida, e atribui a interdisciplinaridade do campo da linguística com outras áreas de conhecimento, o que se assemelha a formação da Ciência da Informação, como aponta Araújo (2014).

No Brasil, o impacto da obra de Chomsky torna-se molde de análise linguística, além da historiografia alemã ser responsável por disseminar a ciência da linguagem nos estudiosos brasileiros na segunda metade do século XX, como destaca Altman (2009). A autora ressalta que, nas décadas de 1960 e 1970, há uma carência de estudos historiográficos por parte de brasileiros, mas é em 1975 que Joaquim Mattoso Câmara Jr. sustenta a primeira obra teórica da área com a tradução e organização de escritos ministrados na Universidade de Washington e publicados na obra *História da Linguística*. A perspectiva historiográfica de Câmara Jr. é fruto da propagação historiográfica de visão europeia ou norte-americana, que descreve períodos históricos da linguagem de forma linear e extensa (BATISTA, 2013).

Se na segunda metade do século XX a obra de Chomsky torna-se um molde para os estudos historiográficos deste período, Altman (2012) afirma que a historiografia linguística brasileira aspira pensamentos da historiografia alemã de autores como Benfey (1965) e Delbrück (1989). A autora ressalta que os estudos linguísticos se iniciaram em território brasileiro no ano de 1934 com a criação de faculdades de filosofia, o que possibilitou herdar “[...] não apenas a concepção de linguística e do fazer do linguista da tradição alemã do século XIX, mas também a historiografia que a legitimou – e divulgou – como a ‘verdadeira’ ciência da linguagem” (ALTMAN, 2012, p. 16).

Ao longo das décadas de 1970 a 1990, Batista (2013) destaca uma série de produções esparsas pela intelectualidade brasileira como José Borges Neto, Dinah Callou, Erasmo d’Almeida Guimarães e Rosa Virgínia Mattos e Silva, que propõem reflexões da temática linguística através do uso de metodologias para a interpretação da atividade historiográfica, construindo e refletindo o saber da língua de modo não linear.

A partir da construção de uma historiografia contrária à visão positivista, é na década de 1990 que surge uma maior propagação das produções no meio acadêmico com a criação de grupos de pesquisas em torno de remodelar a visão historiográfica. Godoy (2009)

aponta que tais grupos eram articulados ao redor do mundo por Konrad Koerner, Pierre Swiggers e Sylvain Auroux, enquanto no Brasil estiveram a cargo da Professora Dra. Maria Cristina Salles Altman (USP) e do Prof. Dr. Marcelo Luna de Freitas (UNIVALI).

Em território brasileiro, Leite (2019) elenca os três principais grupos de estudos que permitiram a consolidação da historiografia como disciplina. Em 1990, foi criado o Grupo História da Ideais Linguísticas no Brasil, liderada por Eni Orlandi, na Unicamp, onde foram desenvolvidos dois grandes projetos: *Historiografia das Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico* (1992-1995), em parceria com Sylvain Auroux, e *História das Ideias Linguísticas no Brasil: ética e políticas das línguas* (1996-2003), coordenado por Eduardo Guimarães e Diana Luz Pessoa de Barros.

O segundo grupo é criado em 1994 com o Centro de Documentação em Historiografia Linguística (CEDOCH), na Universidade de São Paulo (USP), liderado por Cristina Altman, com objetivo de “[...] constituir um serviço de documentação de atividades científicas na área das ciências da linguagem, organizar bancos de dados de trabalho dessa área, investigar métodos e tecnologias próprias à HL, divulgar atividades acadêmico-científicas [...]” (LEITE, 2019, p. 172). Além disso, o grupo teve ajuda de ex-orientandos de Altman, como Ronaldo de Oliveira Batista e Olga Ferreira Coelho.

Por fim, o grupo de Neusa Barbosa Bastos lidera, na PUC, o projeto *Historiografia Linguística* no Programa de Estudos de Pós-Graduados em Língua Portuguesa, que publicam a coleção *História entrelaçada*, com o objetivo de “[...] descrever e analisar *instrumentos linguísticos* cruzando sua história com o ensino, com o contexto sócio-histórico brasileiro e com a linguística” (LEITE, 2019, p. 173, grifo da autora).

Sendo assim, é a partir da década de 2000, que o estudo historiográfico da língua é agregado aos cursos de graduação e pós-graduação, com perspectivas de pesquisas linguísticas em cortes temporais da história do Brasil, como as tradições ibéricas e missionárias, permitindo a produção do saber histórico. Consequentemente, nota-se o crescente volume de produções referentes à Historiografia Linguística lideradas por Cristina Altman, Neusa Bastos, Ronaldo de Oliveira Batista, Olga Coelho e Mercedes Saraiva Hackerott.

2.2 O papel do historiógrafo na Historiografia Linguística

Como já dito anteriormente, a Historiografia Linguística é uma disciplina recente, cuja metodologia ainda se desenhou ao longo do tempo, o que dificultou o trabalho

historiográfico. Se na década de 80 houve um grande debate quanto ao tratamento da história da linguística, no intuito de se firmar princípios e conceitos, ainda se acompanham problemáticas metodológicas e epistemológicas quanto à periodização, contextualização e procedimentos de investigação, frutos de mudanças da prática linguística atual e da aceitação ou rejeição do aporte teórico construído por pesquisadores (KOERNER, 2014). Partindo dessa problemática, autores como Godoy (2009), Batista (2013, 2019) e Koerner (2014) apontam caminhos norteadores que o profissional historiográfico linguístico deve possuir para o exercício de sua atividade.

A princípio, é necessário reconhecer inicialmente que o papel da Historiografia e historiógrafo não se restringe apenas ao campo da História, claro que essa área do conhecimento é essencial para o conhecimento histórico, político, social, econômico, cultural e entre outros aspectos dos antepassados. Sendo assim, o historiógrafo linguístico é “um linguista em diálogo com o ofício do historiador e tem como tarefa construir uma narrativa interpretativa sobre ideais e saberes, levando em conta seus agentes e contexto histórico” (BATISTA, 2019, p. 10).

Reconhecendo inicialmente qual seria sua fonte de estudo, ou seja, os documentos relativos ao saber linguístico, é fundamental que o historiador reconstrua as concepções linguísticas e sua formação através do contexto histórico em que elas estão inseridas (SWIGGERS, 2013), trazendo para a atualidade o seu conteúdo original, agregando-se o seu valor sociocultural. Sendo assim, partindo-se da premissa do reconhecimento da língua como forma de interação do homem, Godoy (2009) afirma que o conhecimento interdisciplinar é uma habilidade vital para uma pesquisa, uma vez que o historiógrafo necessita compreender o contexto intelectual, histórico e social, fundamentado em outras ciências, para que a interpretação do documento seja a mais clara e precisa possível.

A atividade historiográfica requer a capacidade de síntese dos fatos empíricos mais importantes do passado linguístico, despertando o desenvolvimento de ferramentas metodológicas e filosóficas que propiciem o conhecimento metódico da teoria e prática, mesmo que seu resultado seja negativo, induzindo a uma metamorfose dos métodos empíricos na pesquisa (KOERNER, 2014).

Além de desenvolver seu aparato metodológico, Batista (2013) ressalta que parte dos profissionais da área equivoca-se ao associar o estudo da Historiografia Linguística ao tratamento de crônicas, traçando apenas datas, fatos, títulos e nomes voltados ao campo da linguística. Para o autor, é necessário ter consciência de que a narrativa historiográfica é composta por dois caminhos que pressupõem a linearidade dos fatos históricos composta por

correntes de destaque na história, ressaltando-se obras, datas e indivíduos pioneiros; e a problematização dos fatos anteriores ligados à epistemologia e à metodologia da linguística, relacionados ao contexto social, histórico e cultural, evidenciando o desenvolvimento dos estudos sobre a linguagem.

Tomando como forma esses dois caminhos, a narrativa historiográfica é constituída por três dimensões que compõem seu escopo interno em conjuntura com a história social: a dimensão teórica, temporal e social. No aspecto teórico, são descritos, analisados e interpretados os elementos argumentativos e metodológicos em um texto, no intuito de reconstruir a história sob a perspectiva da língua; a dimensão temporal consiste na periodização de um objeto frente à continuidade ou descontinuidade de seu corte temporal; e a dimensão social é composta pelo diálogo entre a ciência e o saber, formados através das relações sociais em uma comunidade mediada pela noção de clima de opinião (BATISTA, 2013). É a partir desses aspectos que é possível estabelecer parâmetros de análise delineados pelo contexto de produção da obra e a descrição e explicação dos fenômenos linguísticos.

Tomando como base De Clerq e Swiggers (1991), Godoy (2009) afirma que, para construir sua própria metodologia de trabalho, o historiógrafo necessita possuir motivações que abrangem fazer a historiografia linguística como sujeito enciclopédico, uma ilustração do progresso de conhecimento, no intuito de defender, difundir ou promover um modelo linguístico particular em detrimento de outros, para que se tenha a descrição e explicação de conteúdos de doutrina, inserida em um contexto histórico e científico, como testemunho exterior sobre uma realidade social.

Deste modo, para que o pesquisador possa desenvolver sua pesquisa, Koerner (2014) apresenta alguns procedimentos metodológicos, no intuito de solucionar problemas quanto ao uso da linguagem técnica da linguística, apresentando três princípios: contextualização, imanência e adequação teórica, no intuito de proporcionar ao historiógrafo o levantamento do conhecimento linguístico que ele se propõe fazer.

O princípio da contextualização induz o historiógrafo a compreender os contextos social, cultural, político e principalmente socioeconômico de um determinado período, uma vez que esses elementos delineiam o pensamento dos intelectuais da época, ou seja, o clima de opinião, já que as ideias linguísticas se desenvolveram através desses contextos.

O segundo princípio, o da imanência, consiste na compreensão histórica, crítica e filológica do texto linguístico, levando em consideração o período histórico em que ele foi

produzido, desprezando a linguística moderna na qual o historiógrafo se insere, analisando, desta forma, o documento de forma fiel ao que foi produzido na época.

Por fim, o princípio da adequação teórica remete ao uso das teorias e do vocabulário moderno ao corpo textual estudado, tornando a leitura mais acessível ao leitor, explicitando as motivações da introdução de terminologias introduzidas pelo historiógrafo ou explicando como um termo pode fornecer inúmeros significados embasados no contexto no qual o documento se insere.

Com o uso desses três princípios apontados por Koerner (2014), é possível contextualizar uma fonte documental do ponto de vista histórico e intelectual, empregando técnicas linguísticas que auxiliem em sua leitura. Desta forma, o historiógrafo deve selecionar o material mais apropriado a ser estudado, dispondo-o em ordem cronológica para conhecer o seu percurso histórico, social, cultural e político, permitindo a reconstrução do saber linguístico sob perspectiva crítica do contexto em que o documento se insere.

Através da perspectiva de seleção de fontes, Batista (2013) ressalta a necessidade de estabelecer procedimentos metodológicos, uma vez que a escolha de fontes primárias é de suma importância para a reconstrução das reflexões linguísticas investigadas. Deste modo, o autor ressalta que o historiógrafo precisa ter em mente a seleção de personagens considerados como marginais pela história, ao invés de realçar figuras como “heróis”, uma vez que esses indivíduos constituem uma aproximação mais real dos acontecimentos históricos e materiais considerados como uma “história oficial”. A partir desses princípios, é possível traçar os canais de investigação, tradições de pesquisa, revoluções científicas, grupos de especialidades, argumentos da influência e o elemento que recepciona o âmbito linguístico.

Aprofundando no quesito metodologias para pesquisa historiográfica, Swiggers (2019, p. 49-51) aponta alguns caminhos que o historiógrafo pode tomar antes do início de suas pesquisas e que são vistas essenciais para a atividade historiográfica:

- (a) Que tipos de (partes de) de conhecimento linguístico foram elaborados no passado?
- (b) Por quais processos o conhecimento linguístico foi produzido, difundido e “recebido”?
- (c) Como esse conhecimento linguístico foi enquadrado?
- (d) Em que (tipos de) contextos o conhecimento linguístico foi produzido, transmitido ‘recebido’?

Sendo assim, o trabalho do historiógrafo constitui-se no ato de reconstruir um ideário sob uma metodologia da história, identificando o seu ideário linguístico adequado, tornando-se imprescindível o conhecimento no campo da linguística, além do conhecimento da trajetória histórica que perpassa sobre o documento, possibilitando a análise dos textos sob

perspectiva heurística, influenciados pelo contexto intelectual e socioeconômico em que o documento se encontra de acordo com o contexto em que foi produzido (SWIGGERS, 2013).

Com os apontamentos traçados do papel do historiógrafo linguístico, os fundamentos teóricos para a atividade deste profissional podem ser resumidas em 7 aspectos apontados por Batista (2019, p. 12-13) e que se resumem a atividade interpretativa e narrativa que produzida mediante uma contextualização e analisadas sob perspectiva de outros campos de conhecimento, no intuito de se compreender as motivações que levaram às mudanças, ou não e o seu reflexo para a sociedade que ela está inserida:

- a. o saber sobre a linguagem é contextualizado histórica, social e culturalmente; [...]
- b. a Historiografia Linguística é um campo interdisciplinar; [...]
- c. a narração historiográfica é localizada em um ponto de vista; [...]
- d. a produção, circulação e recepção das ideais linguísticas relacionam-se em torno de cumulação ou esquecimento; [...]
- e. os saber estão circunscritos a comunidades argumentativas; [...]
- f. a interpretação historiográfica necessita de um historicismo moderado; [...]
- g. a História como eixo de transformações.

Claro que para responder esses tipos de informações e levantar problemas, o historiógrafo necessita de fontes informacionais para o seu exercício de análise dos aspectos linguísticos do passado. Para tal, próximo capítulo pretende-se investigar como as fontes de informação podem classificadas e encontradas.

3 INFORMAÇÃO, ACESSO E FONTES INFORMACIONAIS PARA A PESQUISA HISTORIOGRÁFICA

A palavra informação advém do latim *informato*, um “[...] conhecimento inscrito (gravado) sob a forma impressa ou numérica, oral ou audiovisual” (LE COADIC, 1996, p. 5). Segundo o *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*, elaborado por Cunha e Cavalcante (2008), a informação é um registro de valor probatório do conhecimento a ser armazenado e utilizado, no intuito de o indivíduo executar suas funções diárias, além de criar, transmitir, armazenar, recuperar, copiar, processar e destruir o volume documental que produz.

O caráter etimológico de informação, *dar forma*, resultou em múltiplos conceitos ao longo da história, como aponta Silva (2017). Para o autor, o seu conceito passou a ser moldado da Antiguidade até a Idade Média como um processo de transmissão de dados e mensagens, transferência, dinamização do conhecimento comunicado, e que, até a contemporaneidade, a desconfiguração de seu caráter etimológico resultou em múltiplos conceitos que vão desde o pensar e o compreender do ser humano, até chegar, sob influência da perspectiva do Capitalismo, a modos de produção e tecnologias.

Além disso, o conceito de informação está atrelado, intrinsecamente, a outros ramos do conhecimento e percepções conceituais, como conhecimento, documento e dado, constituindo um conceito pluridisciplinar das complexidades semânticas da informação, uma vez que ela apresenta-se em três níveis básicos: o caráter semântico, envolvendo termos e significados similares; o epistemológico, com facetas histórico-semânticas da informação, e o antológico, que envolve a informação com a semântica e epistemologia (SILVA; GOMES, 2012).

Pensando na evolução do termo, conceito e usabilidade da informação, Capurro e Hjørland (2007) assinalam que, na Antiguidade, através das origens grega e latina, encontram-se os termos *infomatio* e *infomo* desde os anos de 70-19 a.C até o século XIII agregados a um significado de teor tangível e intangível, do qual muitas palavras chegaram a ser traduzidas como *hypotyposis* (modelo) e *prolepsis* (representação), além de se agregar, na Idade Média, ao aparato pedagógico da educação e instrução, como em obras de Santo Agostinho.

A partir da Idade Moderna, o conceito de informação transita para o aspecto de dar uma forma para matéria que comunica alguma coisa a alguém, detectada na filosofia de René Descartes. Além disso, nota-se uma negação de seu aparato abstrato até o surgimento da teoria

da informação no século XX por pensadores como Francis Bacon e John Locke (CAPURRO; HJORLAND, 2007).

Por fim, do ponto de vista contemporâneo, Silva (2017) acopla a informação ao processo de interação entre indivíduos, assim como os conflitos e representações do poder entre sujeito e informação. Para o autor, esses aspectos se relacionam aos campos epistemológico e do conhecimento das áreas de Ciência Humanas, Sociais e Naturais, o que evidencia uma construção conceitual emblemática apontada por Lancaster (1989), uma vez que seu significado difere a partir do contexto em que um indivíduo está inserido, além de estar atribuído a diferentes ramos do conhecimento, definindo diversas construções e ramificações.

Aplicado no contexto da Ciência da Informação, Silva (2017) afirma que a informação é um produto social, fruto da dinamização da comunicação entre indivíduos através de fluxos e tecnologias de informação que promovem o diálogo, a crítica e descobertas, gerada pela interação entre sujeito/autor, sujeito/mediador, sujeito/usuário e sujeitos organizacionais/institucionais, resultando na construção de novos conhecimentos a ser aplicados no cotidiano como tomada de decisões e satisfação de necessidade informacional.

Não é à toa que a informação é o aparato que move a base epistemológica da Biblioteconomia, assim como da Ciência da Informação, no que se refere à busca, recuperação e uso da informação, sistemas de informação, estudos de comportamento de busca da informação, mediação e prestação de informação, entre outros aspectos informacionais. Desta forma, é necessário apontar brevemente como a informação está ligada intrinsecamente à Ciência da Informação, uma vez que seus elementos estão unidos diretamente à aplicabilidade deste trabalho no IHGSE.

É a partir da Segunda Guerra Mundial que a explosão informacional resultou no surgimento da Ciência da Informação (CI), já que o elevado volume informacional refletiu a necessidade de se organizar, registrar e difundir as informações. Ao mesmo tempo, outros fatores permitiram criar uma base para a Ciência da Informação, com a relação deste campo do conhecimento com a Ciência da Computação e a Inteligência Artificial (IA), permitindo a Vannevar Bush desenvolver produtos e sistemas informacionais com o intuito de gerenciar a informação e seu fluxo, o que impactou, posteriormente, na criação de associações ligadas à Ciência da Informação por parte das políticas governamentais e empresariais americanas e europeias (SILVA; FREIRE, 2012).

É importante frisar que não cabe aqui apontar de forma extensa os aspectos constitutivos da formação da Ciência da Informação, embora seja necessário ressaltar como a

CI possui características norteadoras que influenciam na criação de um catálogo de fontes metalinguísticas no IHGSE, uma vez que a Ciência da Informação se formou principalmente pela influência da Biblioteconomia e da Documentação. Destaca-se que, no campo da Biblioteconomia, o modelo de biblioteca pública de Naudé (2000) se preocupou em apresentar a biblioteca como um espaço acessível à informação para qualquer tipo de usuário, disponibilizando a ele uma biblioteca com ações culturais, além da organização, difusão e acesso à informação através de um amplo acervo que atinge diversos campos de conhecimento e referenciados em catálogos.

Os elementos de busca, recuperação, uso e principalmente acesso à informação por parte dos usuários de uma unidade de informação são ferramentas essenciais presentes na Biblioteconomia e a Ciência da Informação. Para Cunha e Cavalcanti (2008, p. 59) a busca é um processo envolve que envolve a “análise metódica de registro de informativos, com o objetivo de encontrar e localizar informações e dados específicos”. Após o processo de busca, o indivíduo passa ao âmbito do uso informacional, considerando o que ele realmente utiliza, suprimindo, ou não, sua necessidade de informação (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

O acesso à informação possibilita que o usuário encontre meios que torne possível a busca e obtenção por determinadas informações. Com ela, o usuário ganha um poder informacional, ou seja, um empoderamento, uma vez ele se insere na sociedade, em decorrência da construção de uma atitude crítica e decisória. Desta forma, uma informação pública, como o tipo de informação disposta no IHGSE, torna-se um bem público e patrimônio cultural da sociedade, cuja acessibilidade possibilita a construção do que Batista (2010) considera como a reconfiguração da estrutura da sociedade.

Logo, o acesso a essa informação possibilita ao indivíduo construir o seu conhecimento cognitivo e crítico, o que alimenta a relação entre dado, informação e conhecimento. Constituídos por um aparato sintático, os dados são apresentados por Setzer (1999) como uma entidade matemática constituída por símbolos quantificados e qualificáveis e composta por representações formais e estruturais. Deste modo, um texto, imagens, sons, entre outros elementos constituem dados que se moldam em informação ao adquirem um caráter significativo ou semântico para o leitor, o que promove posteriormente a pragmática da abstração de algo que foi experimentado por esse indivíduo. Tais aspectos foram elucidados por Davenport e Prusak (1998, p. 18) no quadro 3 abaixo:

Quadro 3 - Dados, informação e conhecimento

Dados	Informação	Conhecimento
Simples observações sobre o estado do mundo; Facilmente estruturados; Facilmente obtidos por máquinas; Frequentemente quantificados; Facilmente transferíveis.	Dados dotados de relevância e propósito; Requer unidade de análise; Exige consenso em relação ao significado; Exige necessariamente a mediação humana.	Informação valiosa da mente humana. Inclui reflexão, síntese, contexto. De difícil estruturação; De difícil captura em máquinas; Frequentemente tácito; De difícil transferência.

Fonte: Davenport e Prusak (1998, p.18).

Para que ocorra o processamento e transformação da informação em conhecimento, é necessário que o indivíduo possua duas competências, como destaca Sfez (1996): a linguística e a enciclopédica. Enquanto a linguística permite compreender a linguagem dos termos, a enciclopédica possibilita compreender do que se fala. Desta maneira, a compreensão e interpretação de dados e informações é construída pela base cognitiva que o indivíduo já possui em outras áreas do conhecimento.

Deste modo, a construção do conhecimento por parte de um pesquisador requer que ele possua informações precisas para a construção de hipóteses e teorias a serem fundamentadas por um referencial teórico. Logo, a existência de fontes informacionais auxilia na busca informacional de forma mais precisa, além de ampliar o escopo funcional de uma pesquisa.

3.1 Acesso à informação

Derivada do latim *accessu*, que significa ingresso, entrada (ZIMERMAN, 2010), o acesso à informação é o elo que une o usuário à informação. No contexto da Biblioteconomia, o acesso é descrito como método ou meio que torna "[...] possível a pesquisa e o encontro de determinado item ou assunto" (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.3). No âmbito da arquivologia, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística atribui ao acesso a "[...] possibilidade de consulta a documentos e informações" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.15).

O acesso a documentos remete ao ato de torná-los acessíveis para seu uso. Tal mecanismo se desenvolve através da autorização legal, bem como do uso de instrumentos de pesquisa moldados na descrição documental, a partir de normas internacionais de descrição que garantem uma padronização das informações contidas nos documentos.

À medida que o livre acesso à informação nas bibliotecas, no século XIX, impactou na necessidade de organização, classificação e descrição dos livros por assunto, tal prática

influenciou o modo como os arquivos permitiam o acesso ao seu acervo, uma vez que a crescente massa de documentos levou à necessidade de instrumentos de pesquisa, assim como à criação de políticas de acesso à informação ao usuário (RIOS; CORDEIRO, 2010).

Vislumbrando a criação de uma política de acesso a documentos, o Conselho Internacional de Arquivos publicou em 2012 os *Princípios de acesso aos arquivos*, como iniciativa das instituições públicas e privadas em promoverem o acesso à informação ao seu público. Para tal, é destacado a transparência de dados do funcionamento da instituição, em um documento publicado em um web site da unidade de informação, fornecendo também informações a respeito da abrangência do acervo, assim como instrumentos de pesquisa que possibilitassem a consulta on-line ou física dos documentos, através de uma representação descritiva de acordo com as normas internacionais de descrição.

Além disso, é fundamental que se promova o marketing institucional, uma vez que "[...] instituições que detém custódia de arquivos adotam uma abordagem proativa para acesso" (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2014, p. 7). Através de atividades internas e externas que promovem as atividades desempenhadas na instituição, assim como parcerias e uso da mídia social para divulgar que tipo de acervo o usuário pode encontrar, é possível que o arquivo estabeleça um fluxo dinâmico de usuários presentes em um espaço, promovendo a dinamização da informação.

O Conselho Internacional de Arquivos ainda destaca que as instituições devem pensar em uma política de acesso, divulgando claramente quais documentos estão inclusos na lista de restrições de acesso, assim como suas motivações. Para os documentos restritos, é importante ressaltar a sua existência, assim como uma breve descrição de seu conteúdo e natureza.

O acesso à informação é um dos preceitos estabelecidos pela Constituição de 1988 e assegura "[...] a todos o acesso à informação e resguardado do sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional" (BRASIL, 2016, p. 13). Com o crescente volume informacional produzido e armazenado nos arquivos, houve a necessidade de gerir o conteúdo de informações, o que ocasionou a criação de diretrizes e políticas como a Lei de Arquivos, em 1991, e o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

A Lei de Arquivos permitiu a fiscalização e o acompanhamento da política de gestão dos documentos federais, além de atribuir ao Arquivo Nacional a tarefa de "[...] gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda" (BRASIL, 1991). Já o

CONARQ foi fundado visando à criação e promoção de diretrizes para os arquivos no Brasil, contribuindo para a construção de uma política que envolva a gestão, preservação e acesso aos documentos.

Para que o uso da informação seja concretizado, o Brasil possui leis que permitem o acesso à informação. Em 2011, por exemplo, a Lei de Acesso à Informação permite a interação da “informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos” (BRASIL, 2011). Mas, para que essa informação seja acessada, é necessário que a documentação presente nos arquivos seja preservada e conservada adequadamente, de modo que é vital a existência de políticas de preservação da documentação nos arquivos. A existência de políticas públicas arquivísticas é definida como “o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos relativos à produção, uso e preservação da informação” (JARDIM, 2006, p. 10).

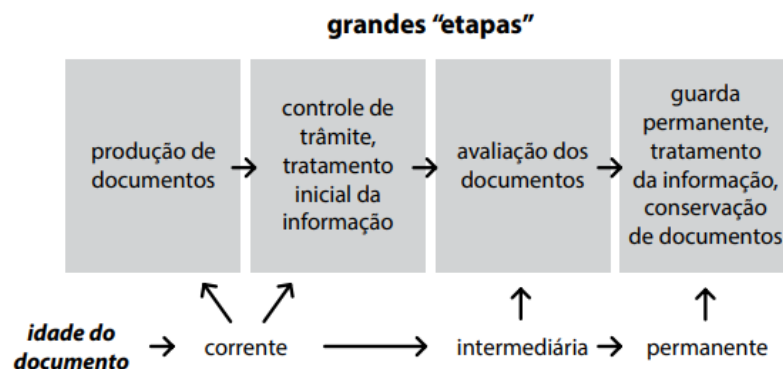
Além do acesso à informação relacionada aos aspectos legais para a consulta de documento, há os aspectos técnicos que moldam as descrições e criação de instrumentos de pesquisa, frutos da gestão documental que contribuem para a promoção desse acesso.

Nesse contexto, a organização do acervo é fundamental para que se tenha um controle informacional e, conseqüentemente, o acesso à informação. Através de um “[...] conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 100), é possível garantir a produção, conservação, disponibilidade e uso da informação contida no documento.

Paes (2004) ressalta que a gestão de documentos é constituída por três etapas: a produção, a utilização e a ampliação e gestão dos documentos. Com ela, é possível a criação e melhoramento dos sistemas de arquivos e de recuperação de dados, e a destinação, que leva à identificação e descrição das séries documentais (CALDERON *et al.*, 2004), que, por conseguinte, auxiliam na organização dos dados primários.

Além disso, é necessário que uma boa gestão do acervo se atente à tabela de temporalidade e ao plano de classificação de acordo com as três idades dos documentos, assim como ao que Smit (2013) demonstra na Figura 1, que suscita o acesso à informação através de políticas de acesso na fase corrente e permanente do acervo, associado à criação de instrumentos e de pesquisa para o usuário:

Figura 1 – Etapas da gestão de documentos e a teoria das três idades



Fonte: Smit (2013, p. 13)

Smit (2013) destaca que o acesso à informação é etapa final de uma gestão de documentos, cuja representação é constituída pelos termos "[...] recuperação, uso, busca, mediação, divulgação, difusão ou transferência" (SMIT, 2013, p. 13). O autor ressalta que a adoção do tratamento informacional com a descrição e classificação dos documentos, deve ser elaborada dentro do arquivo e seguindo normas internacionais de descrição. Assim, se pensadas nos usuários, as etapas de descrição e classificação permitem "[...] identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos" (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

O acesso à informação também pode ser concretizado através de instrumentos de pesquisa, os quais, permitindo a busca por uma informação que represente o acervo de uma unidade de informação, buscam a "[...] identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 108).

Através de níveis de análises que envolvem a descrição e pontes de acesso, os instrumentos mais usuais em um arquivo são os catálogos, guias e inventários. Ribeiro (1998, p. 18), no entanto, amplia essa classificação:

[...] catálogo (catalogue); estado sumário ou estado dos fundos (état sommaire ou état des fonds / summary of records); guia (guide par dépôt; guide spécialisé / guide; summary of records); índice geral (index général / general index); índice (index); inventário (inventaire / inventory) inventário analítico (inventaire analytique / calendar); inventário topográfico (inventaire topographique / shelf list); lista especial (special list); relatório cronológico (répertoire chronologique / chronological inventory); relatório numérico detalhado (répertoire numérique détaillé / descriptive list).

Ribeiro (1998) destaca que os instrumentos de pesquisa guia, sumários e catálogos são moldados por 3 níveis de análise arquivística e representados respectivamente pelo nível

sumário, profundo e exaustivo. A autora ressalta que cada instrumento é criado de acordo com a realidade do acervo e no nível de detalhamento de descrições, contendo detalhes que expressem a realidade do documento:

Quadro 4 - Instrumentos de pesquisa

Nível de Análise	Instrumentos de pesquisa	Definição	Tipo de instrumento (Específico)
1º Nível	Guia	Instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos.	Guia de arquivo/ guia especializado/ guia temático/ etc.
2º Nível	Inventário	Instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos.	Inventário de arquivo/ inventário de arquivo especializado/ inventário temático/ etc.
3º Nível	Catálogo	Instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica.	Catálogo de arquivo/ catálogo especializado/ catálogo de... (tipo documental) catálogo temático/ etc.

Fonte: Adaptado de Arquivo Nacional (2005, p. 45, 102, 109) e Ribeiro (1998, p. 36).

Os instrumentos de pesquisa podem ser acessados de forma presencial ou até mesmo digital para os usuários. Pensar em um banco digital de dados é essencial para que uma unidade de informação se preocupe em poupar o tempo do leitor, como a 4ª Lei de Raganathan³ predizia no acesso à informação nas bibliotecas.

Uma base de dados compreende um “conjunto de arquivos e programas de computador coordenados e estruturados que constituem um depósito de informações que podem ser acessadas por diversos utilizadores” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 43). Desta maneira, o usuário pode ter acesso a documentação presente em uma instituição, através da recuperação de documentos a partir do uso de palavras-chaves.

³ A 4ª Lei de Raganathan trata de economizar tanto o tempo do leitor, assim como do bibliotecário, ao oferecer um atendimento rápido, assim como o uso de técnicas e tecnologias para atuar de modo eficiente.

Além disso, o acesso a base de dados pode alcançar usuários a nível local, estadual, nacional ou internacional, contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas, principalmente em acontecimentos adversos como a pandemia do coronavírus que se alastrou pelo mundo em 2020, fechando as unidades de informação, o que limitou o acesso a fontes de informação via base de dados digitais. Pensando no pesquisador da área da linguística, trabalha-se a seguir a reunião de fontes de informação, em formato eletrônico, denominados de *corpora*, que auxilia para a construção de estudos linguístico.

3.1.1 O acesso à informação através de *corpora* linguísticos

Para que o acesso à informação de documentos constituídos por estudos linguísticos satisfaça o desenvolvimento de pesquisas destinadas a pesquisadores, a constituição de *corpora* torna-se uma ferramenta que dinamiza o elo entre o usuário e a informação. O *corpus* é descrito por Mendes (2016, p. 1) como “[...] um conjunto de textos escritos (ou excertos de textos) ou de transcrições de registos orais, tipicamente em formato electrónico”.

A prática de reunir documentos acontecia de forma manual desde a Grécia antiga, a exemplo do Corpus Helenístico, por Alexandre, o Grande, e, mais tarde, na Idade Média, do conjunto de documentos religiosos que moldaram a Bíblia, que passou a ter seu acesso eletrônico graças aos avanços tecnológicos (SARDINHA, 2004).

A reunião de documentos pode ser associada a diversas áreas do conhecimento, ao mesmo tempo que pode se atrelar a um determinado campo científico. Entre elas, surge a Linguística de Corpus, que é descrita por Sardinha (2000, p. 325) como uma área que “[...] ocupa-se da coleta e exploração de corpora, ou conjuntos de dados lingüísticos [sic] textuais que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade linguística”. A coletânea de dados linguísticos pode ser reunida através de textos, escritos ou de transcrições de fala, a ser mantida e acessada em um computador.

Un corpus lingüístico es un conjunto de datos lingüísticos (pertenecientes al uso oral o escrito de la lengua, o a ambos), sistematizados según determinados criterios, suficientemente extensos en amplitud y profundidad de manera que sean representativos del total del uso lingüístico o de alguno de sus ámbitos y dispuestos de tal modo que puedan ser procesados mediante ordenador con el fin de obtener resultados varios y útiles para la descripción y el análisis. (SANCHEZ, 1995, p. 8-9).

Mendes (2016) ressalta que a Linguística de Corpus revela fenômenos da sociedade que envolvem a linguística oral e escrita, assim como a frequência com que eles aparecem, o

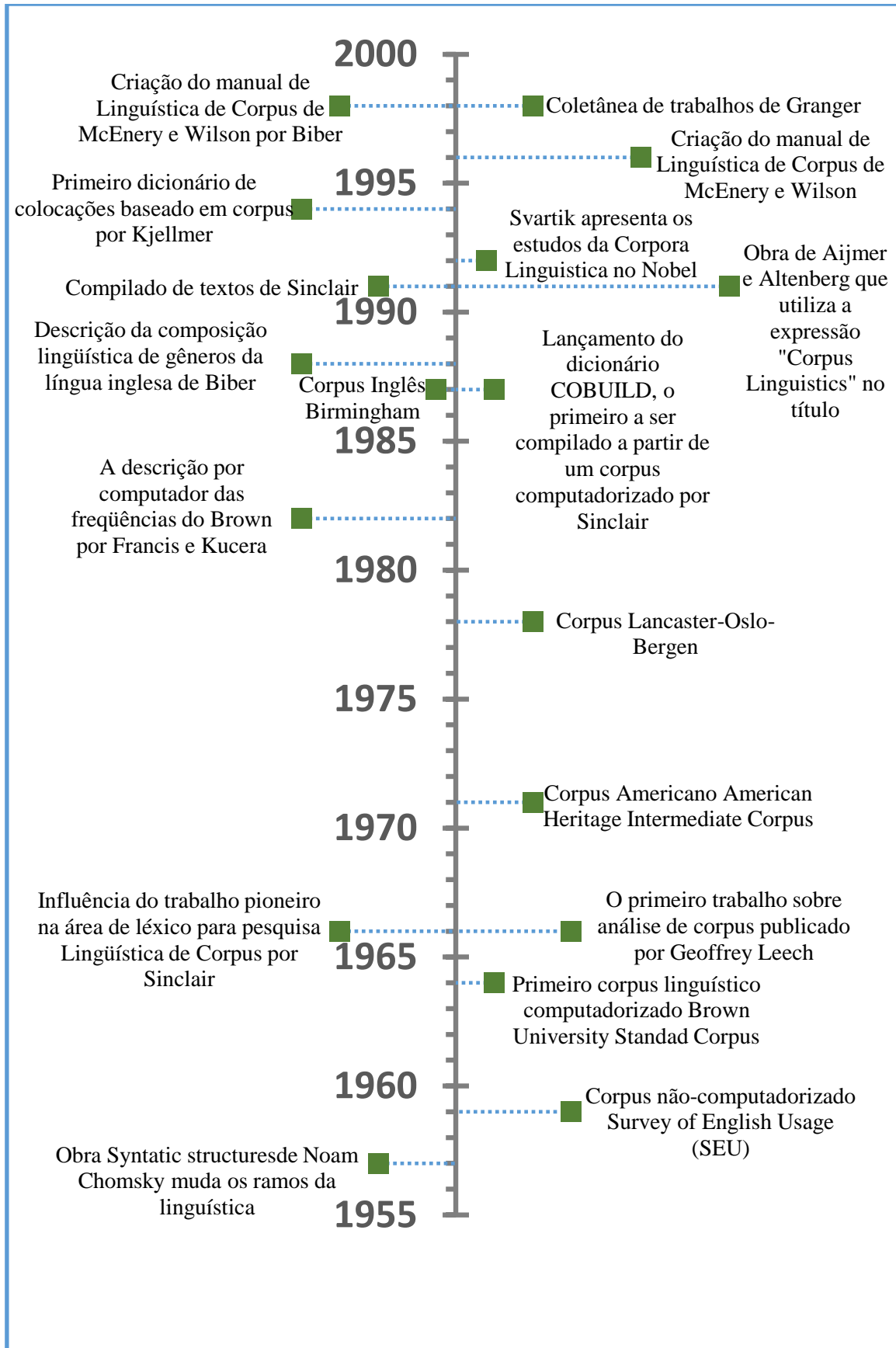
que gera a denominação citada por Oliveira (2019, p. 35) como *corpus* representativo, que permite “[...] obter conclusões, a respeito de suas propriedades, que permitam generalizações” sobre uma comunidade linguística. Além disso, Sardinha (2004) complementa ao revelar que através das evidências linguísticas é possível criar direcionamentos para profissionais investigarem e desenvolverem seus trabalhos, como, por exemplo, o desenvolvimento de dicionários.

Quando se pensa na constituição de *corpora* linguísticos, Sardinha (2004) destaca que no século XX educadores e linguistas moldaram *corpora* através da coleta e análise de documentos de forma manual, associados aos campos da pedagogia e do ensino das línguas. O autor ressalta ainda que a elaboração de *corpus* sofreu influência da obra *Syntactic structures*, de Noam Chomsky, em 1957, que mudou os rumos da linguística ao dar espaço para as teorias racionalistas. Além da influência de Chomsky, o *corpus* não-computadorizado *Survey of English Usage* (SEU), lançado em 1959 por Randolph Quirk, e transformado em eletrônico em 1989 como *London-Lund Corpus*, tornou-se modelo referência para a construção de *corpora* eletrônicos.

O primeiro *corpus* linguístico computadorizado foi lançado em 1964, com título de *Brown University Standad Corpus*, em tecnologia limitada. Oliveira (2019) destaca que o *Brown Corpus*, foi lançado por Kucera e Francis, constituído por 1 milhão de palavras, tornando-se um marco por registrar e armazenar informações para a elaboração de dicionários.

Sardinha (2004) ressalta que os ramos da linguística ainda estavam sendo moldados na metade do século XXI e que a tentativa de se construir um *corpus* nessa área era vista como uma prática inviável, diante da tecnologia disponível. Contudo, à medida que as tecnologias avançaram e o domínio sobre elas se aperfeiçoou, foi possível a construção de *corpora* mais aperfeiçoados e com acesso dinâmico, ao mesmo tempo em que possibilitou a consolidação da Linguística de *Corpus* na década de 80 na Europa e, posteriormente no restante do mundo e Brasil (ALMEIDA; CORREIA, 2008).

Para reforçar o histórico da consolidação da Linguística de *Corpus* no mundo, Sardinha (2004) traça as principais obras que moldaram tal área do conhecimento, partindo-se da década de 60 com a obra de Sinclair e como, posteriormente, ele lança o primeiro dicionário fruto de um *corpus* computadorizado, até o fim da década de 90 com a massiva produção de estudos de Granger e Bieber em 1998. Além disso, são destacados alguns dos *corpora* que surgiram ao longo do mundo, partindo-se da influência da obra de Chomsky, de 1957, que influenciou os ramos da linguística:

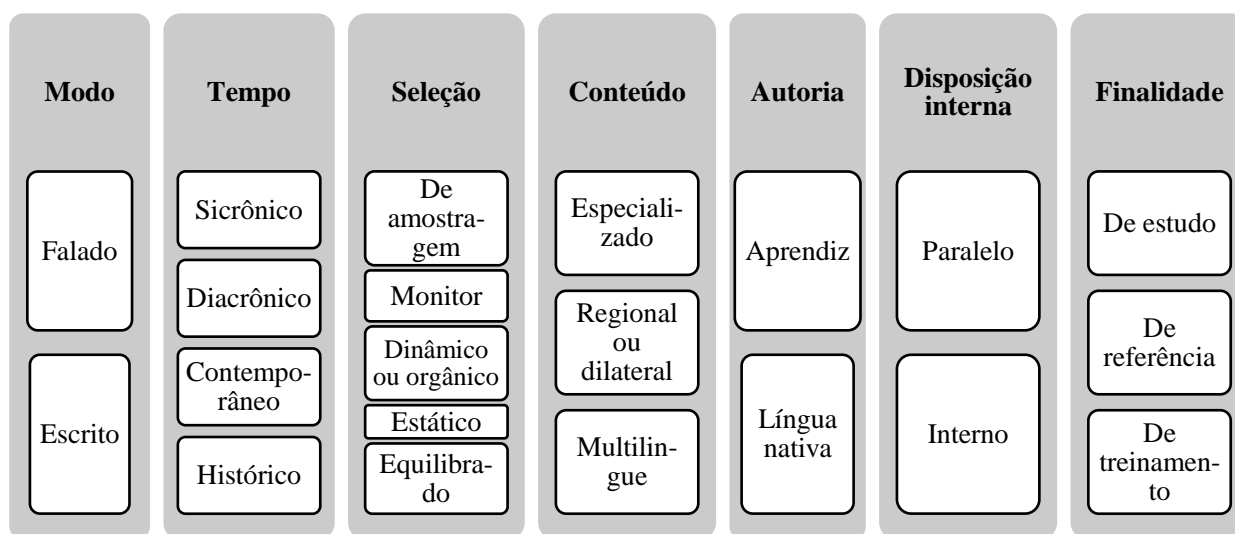
Figura 2 – Cronologia dos importantes acontecimentos da Linguística de Corpus

Fonte: Adaptado de Sardinha (2000, p. 330-333).

Para a constituição de um *corpus*, Kuhn e Ferreira (2020) indicam que se deve levar em consideração seis aspectos: tamanho do *corpus*; equilíbrio e representatividade; limpeza dos dados; codificação de caracteres; marcação de *corpus* e anotação de *corpus*. Para os autores, o tamanho de um *corpus* deve levar em consideração o número de palavras de acordo com o propósito de uso, assim como a quantidade de textos que atraiam os pesquisadores; o equilíbrio remete à distribuição quantitativa balanceada dos gêneros textuais, o que colabora com a representatividade dos suportes documentais que um *corpus* deve possuir; com a limpeza na seleção de informações textuais é possível remover ilustrações e figuras, sendo assim possível realizar a codificação de caracteres; logo é possível a marcação do *corpus* com o uso de metadados, para assim criar anotações de *corpus* através da criação de etiquetas nas palavras, perpassado nas fases da tokenização, lematização e etiquetagem⁴.

Para definir o propósito e o conteúdo dos *corpora*, Sardinha (2000) agrupa os principais critérios para a construção de uma Linguística de Corpus ao pensar nos elementos modo, tempo, seleção, conteúdo, autoria, disposição interna e finalidade:

Figura 3 – Critérios para a construção de um *corpus* linguístico



Fonte: Adaptado de Sardinha (2000, p. 340-341).

Além do propósito e conteúdo, Sardinha (2000) sugere a classificação do *corpus* de acordo com o número de palavras, ao se basear nas participações e debates no campo da

⁴ Segundo Kuhn e Ferreira (2020, p. 7-8), “um tokenizador (tokenizer) percorre o texto e o separa em tokens, onde um token corresponde a qualquer sequência de caracteres entre dois espaços [...] o lematizador (lemmatizer), analisa os tokens, identifica sua forma e os transforma em formas de citação de palavras. [...] os etiquetadores de partes do discurso (part-of-speech tagger ou POS-tagger) são ferramentas que identificam tokens e atribuem etiquetas com informações morfossintáticas”.

Linguística de Corpus durante quatro anos. Para o autor, um *corpus* pode ser desde pequeno (menos de 80 mil palavras) até grande (10 milhões ou mais):

Quadro 5 – Tamanho do *Corpus*

Tamanho em palavras	Classificação
Menos de 80 mil	Pequeno
80 a 250 mil	Pequeno-médio
250 mil a 1 milhão	Médio
1 milhão a 10 milhões	Médio-grande
10 milhões ou mais	Grande

Fonte: Sardinha (2000, p. 346).

Através da documentação presente em *corpora* linguísticos, é possível que o pesquisador desenvolva suas atividades com acesso rápido e prático. Para este trabalho, toma-se a direção de uma deficiência de disponibilização de *corpora* linguísticos no Brasil, o leva à necessidade de se verificar tal cenário.

3.1.2 Linguística de *Corpus* no Brasil

Sardinha (2000) destaca que, no Brasil, a Linguística de Corpus desenvolveu-se de forma tímida, uma vez que a área esteve atrelada ao Processamento de Linguagem Natural, Lexicografia e à Linguística Computacional. O autor ainda ressalta o *corpus* do *Frequency Dictionary of Portuguese Words*, como um dos primeiros *corpora* eletrônicos do português, já Almeida (2015) aponta a existência de *corpora* ligados ao ensino de português na Universidade Federal Fluminense e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e de São Paulo, sendo o trabalho de Sardinha (1999) considerado como o primeiro trabalho de *corpus* em Português como Língua Estrangeira.

No Brasil, a constituição de *corpora* linguísticos é fundamental para o desenvolvimento de pesquisas e, quando o seu acesso é aberto ao público, é possível a investigação científica para qualquer pesquisador das ciências da linguagem.

Para compreender como um pesquisador da Historiografia Linguística pode se beneficiar com a existência de *corpora*, foram selecionados 13 bancos de dados de *corpora* linguísticos, tomando como critério o acesso aberto ao público e o fato de terem sido desenvolvidos por brasileiros. Foram apontados, quando possível, um breve histórico da

elaboração dos *corpora*, quantidade de textos, corte temporal, quantidade de palavras e espécies/ gêneros documentais que constituem o seu acervo:

Corpus Histórico do Português Tycho Brahe⁵

- Histórico: Composto por textos em prosa, escritos originalmente em português por falantes nativos do português europeu nascidos entre 1550 e 1850, a constituição dos *corpora* foi dividida em 3 fases: de 1998 a 2003 e 2004 a 2008, trabalhando os padrões rítmicos, fixação de parâmetros & mudança linguística, e desde 2012, pesquisando o português no tempo e no espaço através do contato linguístico, gramáticas em competição e mudança paramétrica.
- Corte temporal: Textos em português escritos por autores nascidos entre 1380 e 1881.
- Quantidade de textos: 76 textos
- Quantidade de palavras: 3.302.811 palavras
- Espécies e gêneros documentais: poesia, gramática, cartas, jornais, crônicas, atas, ficções, romances.

Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS)⁶

- Organizado em 2012 pelas professoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda na Universidade Estadual de Feira de Santana. Consiste na formação de um banco de textos para o estudo sócio-histórico e linguístico da língua portuguesa no Brasil.
- Corte temporal: documentos do primeiro conjunto (1823-2000); documentos do segundo conjunto (1640 -1822).
- Quantidade de textos: 1.553 textos.
- Quantidade de palavras: Meta de 2,5 milhões de palavras.
- Espécies e gêneros documentais: Cartas e áudios.

Corpus Lácio Web⁷

⁵ Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/index.html>

⁶ Disponível em: <http://www5.uefs.br/cedohs/view/home.html>

⁷ Disponível em: <http://143.107.183.175:22180/lacioweb/index.htm>

- Histórico: Iniciou em 2002 em parceria com o Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional, constituído por seis *corpora* de documentos do português brasileiro escritos contemporaneamente, além de ferramentas linguístico-computacionais, textos da Revista Pesquisa Fapesp e textos em inglês-português.
- Quantidade de textos: 5708 documentos.
- Quantidade de palavras: 10.413.524.
- Espécies e gêneros documentais: Revistas científicas, textos de ficção, trabalhos acadêmicos de conclusão de curso e dissertações, textos jurídicos em inglês.

Corpus Brasileiro⁸

- Histórico: *Corpus* do português brasileiro contemporâneo, desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Linguística de *Corpus*, coordenado pelo professor Tony Berber Sardinha em conjunto com o Centro de Pesquisas, Recursos e Informação de Linguagem (CEPRIL) e o Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da PUC (LAEL-PUCSP), com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
- Quantidade de palavras: 1.000.000.000 bilhão.
- Espécies e documentais: Trabalhos acadêmicos como teses, artigos e anais, jornais, revistas, relatórios, manuais, entrevistas.

C-ORAL-BRASIL⁹

- Histórico: Coordenado pelos professores Tommaso Raso e Heliana Mello e financiado pelo Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, o *corpus* é uma compilação de *corpora* orais do português brasileiro e de outras línguas, como línguas indígenas e o inglês, abrangendo monólogos, diálogos e conversações. O seu objetivo principal é a variação diafásica da fala brasileira com a mineira.
- Quantidade de textos: 200.
- Quantidade de palavras: 300.00.
- Espécies e gêneros documentais, áudios e entrevistas.

⁸ Disponível em: <http://corpusbrasileiro.pucsp.br/cb/Inicial.html>

⁹ Disponível em: <http://www.c-oral-brasil.org/>

Mac-Morpho¹⁰

- Histórico: *Corpus* constituído por textos que compõem os cadernos da Folha de São Paulo de 1994. Lançada a primeira versão em 2003, o programa fornece download de documentos segundo contadores de frequência e etiquetadores.
- Corte temporal: 1994.
- Quantidade de palavras: 1.167.183.
- Espécies e gêneros documentais: Jornais.

Léxico do Português Brasileiro¹¹

- Histórico: Fruto da tese de doutorado de Gustavo Lopez Estivalet, é um *corpus* aberto psicolinguístico do português brasileiro, nos âmbitos da metalinguística e psicolinguística. Sua construção é influenciada do *corpus* do Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional de São Carlos (NILC) e do *corpus* psicolinguístico do francês Lexique. O *corpus* contém dados metalinguísticos e psicolinguísticos das palavras ou grupos de palavras pesquisados.
- Quantidade de palavras: 32.000.000.
- Quantidade de arquivos: 13.
- Espécies e gêneros documentais: Gramática dividida em categoria de adjetivos, advérbios, gramaticais, nomes, numerais e verbos.

Summ-it++¹²

- Histórico: Desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Processamento da Linguagem Natural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o *corpus* Summ-it++, uma atualização da versão Summ-it, configura-se como o primeiro *corpus* anotado manualmente com CCRs para textos jornalísticos em português e é formado por textos da Folha de São Paulo.
- Quantidade de textos: 50.
- Espécies e gêneros documentais: Jornais.

Projeto Norma Linguística Urbana Culta¹³

¹⁰ Disponível em: <http://nilc.icmc.usp.br/macmorpho/>

¹¹ Disponível em: <http://www.lexicodoportugues.com/>

¹² Disponível em: <https://www.inf.pucrs.br/linatural/wordpress/recursos-e-ferramentas/summ-it/>

¹³ Disponível em: <https://nurcrj.letas.ufrj.br/>

- Histórico: *Corpora* com entrevistas gravadas nas décadas de 70 e 90 do século XX, com dados de oralidade urbana culta do Rio de Janeiro, que vão desde elocuições formais a diálogos.
- Corte temporal: Década de 70 e 90 do século XX.
- Quantitativo de horas: 350h.
- Espécies e gêneros documentais: Entrevistas.

Análise Contrastiva de Variedades do Português¹⁴

- Histórico: Foi criado no Projeto de Cooperação Internacional Brasil-Portugal e coordenado pelas professoras Silvia Figueiredo Brandão e Maria Antónia Ramos Coelho da Mota. Possui documentos referentes ao Português do Brasil e de Portugal através de escritos em anúncios, editoriais e notícias, assim como áudios.
- Corte temporal: Escritos (1808-2000) e áudios (Décadas de 70 e 90).
- Espécies e gêneros documentais: Notícias, entrevistas e editoriais, áudios.

Para uma História do Português do Brasil¹⁵

- Histórico: *Corpus* desenvolvido por professores do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em conjunto com o Projeto Nacional Para a História do Português Brasileiro. É constituído por manuscritos e impressos, com o objetivo de promover o conhecimento e a descrição da realidade linguística brasileira nesses 500 anos.
- Corte temporal: Séculos XVII a XX.
- Espécies e gêneros documentais: Cartas, anúncios, roteiros de peças teatrais.

PorPopular¹⁶

- Histórico: *Corpus* do projeto *Padrões do português popular escrito: o vocabulário do Jornal diário gaúcho* do Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, financiado pelo CNPq. Tem como

¹⁴ Disponível em: <https://varport.letas.ufrj.br/>

¹⁵ Disponível em: <https://phpbrj.letas.ufrj.br/index.htm>

¹⁶ Disponível em: <http://www.ufrgs.br/textecc/porlexbras/porpopular/>

objetivo o estudo dos padrões do Português Popular Escrito, através do acervo de textos jornalísticos, como o Diário Gaúcho e o jornal Massa!

- Quantidade de palavras: 2.066.957 palavras.
- Corte temporal: 2008.
- Espécies e gêneros documentais: Jornais.

CorPop¹⁷

- Histórico: *Corpus* do português popular brasileiro escrito, que reúne textos com base no nível de letramento médio dos leitores do país: Projeto PorPopular, Retratos da Leitura no Brasil, É Só o Começo, Boca de Rua e Diário da Causa Operária.
- Quantidade de palavras: 684.799.
- Espécies e gêneros documentais: Jornais.

Através do levantamento de *corpora* linguísticos brasileiros, foi possível constatar, através das informações disponíveis, que a metade dos *corpora* possuem um quantitativo de palavras considerado como médio-grande, segundo a escala apontada por Sardinha (2000). Com documentos a partir de 1500, as fontes de informação abrangem principalmente os jornais e as cartas.

No âmbito dos estudos sobre as ideias linguísticas, o Léxico do Português Brasileiro dispõe exclusivamente de informações que interessam a pesquisadores da linguagem. Além do quantitativo considerável de *corpora* disponíveis no Brasil, o site português Linguateca¹⁸ dispõe de um sistema de busca sobre a área do processamento computacional do português do Brasil e de Portugal, enriquecendo o desenvolvimento de pesquisas na área da Linguística.

Apesar disso, para um pesquisador que deseja analisar informações metalinguísticas, ainda se possui uma carência no que se refere ao processo de busca, uma vez que as *Corpora* disponibilizam inúmeras fontes de informação como jornais, revistas, cartas, entrevistas e textos científicos, mas que o pesquisador não tem acesso instrumentos de pesquisa auxiliares como catálogos, guias ou índices com descrições voltadas ao âmbito metalinguísticos.

¹⁷ Disponível em: <http://www.ufrgs.br/textecc/porlexbras/corpop/index.php>

¹⁸ Disponível em: <https://www.linguateca.pt/>

Apesar da importância que o acesso aos *corpora* proporciona para o estudo da Linguística e da Historiografia Linguística, o pesquisador também pode se deparar com o acesso a fontes de informação que se encontram em unidades de informação, como arquivos e bibliotecas. Logo, é necessário conhecer as tipologias de fontes de informação e quais delas são potenciais para o estudo na Historiografia Linguística.

3.2 Fontes de Informação

Partindo da premissa da importância da informação, o indivíduo tem a seu dispor diferentes fontes de informação, cuja investigação, uso e análise possibilitam a construção de seu conhecimento. No que tange ao conceito de fontes de informação, Cunha (2001, p. xvii) explica que é “[...] muito amplo, pois pode abranger manuscritos e publicações impressas, além de objetos como amostras minerais e obras de arte ou peças museológicas”, logo, apresenta-se em diferentes suportes informacionais e com diversas funções. Para Arruda e Chagas (2002, p. 99), contudo, as fontes de informação “[...] designam todos os tipos de meios (suportes) que contêm informações suscetíveis de serem comunicadas”.

Através das pesquisas de Grogan (1970), Cunha (2001) destaca que as fontes de informação podem ser primárias, secundárias e terciárias. Para o autor, as fontes primárias são informações consideradas como inéditas ou novas de algum fato ou ideia de um determinado acontecimento e registrado sob âmbito observacional ou descritivo. As fontes secundárias são produções que usufruem das fontes primárias e são reorganizadas no intuito de guiar o leitor para elas. Por fim, as fontes terciárias auxiliam o leitor na localização ou indicação de fontes primárias e secundárias. Deste modo, as tipologias de fontes podem ser sistematizadas da seguinte maneira:

Quadro 6 – Tipologia de Fontes de Informação

Fontes Primárias	Congressos e conferências; Legislação; Nomes e marcas comerciais; Normas técnicas; Patentes; Periódicos; Projetos e pesquisas em andamento; Relatórios técnicos; Teses e dissertações; Traduções.
------------------	---

Fontes Secundárias	Bases de dados e bancos de dados; Bibliografias e índices; Biografias; Catálogos de bibliotecas; Centros de pesquisa e laboratórios; Dicionários e enciclopédias; Dicionários bilíngues e multilíngues; Feiras e exposições; Filmes e vídeos; Fontes históricas; Livros; Manuais; Internet; Museus, herbários, arquivos e coleções científicas; Prêmios e honrarias; Redação técnica e metodologia científica; Siglas e abreviaturas; Tabelas, unidades, medidas e estatística.
Fontes Terciárias	Bibliografias de bibliografias; Bibliotecas e centros de informação; Financiamento e fomento à pesquisa; Guias bibliográficos; Revisões da literatura.

Fonte: Adaptado de Cunha (2001, p. v-vi).

No que se refere às características de fontes de informação, Cunha (2001) afirma que no campo da ciência e tecnologias elas possuem atributos semelhantes ao formato em que se apresentam, universalidade, além de serem provedores de acumulação de conhecimento. Para o autor, a diversidade de formatos que elas podem constituir, desde periódicos a patentes, permitem que fórmulas, tabelas e medidas sejam difundidas e usufruídas em todo o mundo, consentindo que a informação básica seja usufruída sem a necessidade de reinvenção.

O uso de fontes de informação atrela-se à necessidade de informação do indivíduo, uma vez que a necessidade informacional é o conhecimento requisitado por um indivíduo, ou grupo, para exercer uma determinada atividade, no intuito de suprir sua necessidade cognitiva ou situacional (CUNHA; CAVALCANTI, 2008). Nesse sentido, Kaye (1995) classifica as fontes de informação de acordo com seu formato, *status* e localização:

Quadro 7 – Classificação das fontes de informação

Classificação	Tipos
Formato	Oral ou documental; Textual ou audiovisual/multimídia; Livros ou bases de dados eletrônicas.
Status	Pessoal ou impessoal; Formal ou informal; Publicada ou não publicada; Confidencial.
Localização	Interna ou externa.

Fonte: Adaptado de Kaye (1995).

Além do formato, status e localização, as fontes de informação variam de acordo com o campo de conhecimento em que estão inseridas, ou seja, cada pesquisador possui uma perspectiva do que seriam as fontes primárias, secundárias e terciárias que se inserem aos suportes informacionais relacionados a sua área do saber.

No campo da História e da Historiografia, o uso e tratamento de fontes é primordial para o desempenho das pesquisas historiográficas. Nesses campos do conhecimento, a terminologia *Fonte Histórica* abrange o que foi produzido pelo homem, que fornece um testemunho e que seu acesso proporcione a compreensão do passado. Com a leitura de fontes documentais, arqueológicas, impressas, orais, biográficas, audiovisuais, entre outras, é possível que o leitor possa analisar criticamente o contexto sócio-histórico da produção, assim como criar teorias e hipóteses nos mais variados campos do conhecimento.

Desta forma, o conceito de fontes históricas abrange “[...] todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criação humana através do qual se pode interferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 491). A delimitação do escopo temático da pesquisa e a busca por fontes de informação é o que define a pesquisa histórica, cujas fontes são denominadas por Aróstegui (2006) como *informação historiográfica*, e seu produto historiográfico, em seus variados suportes informacionais, é o que se chama *informação histórica*.

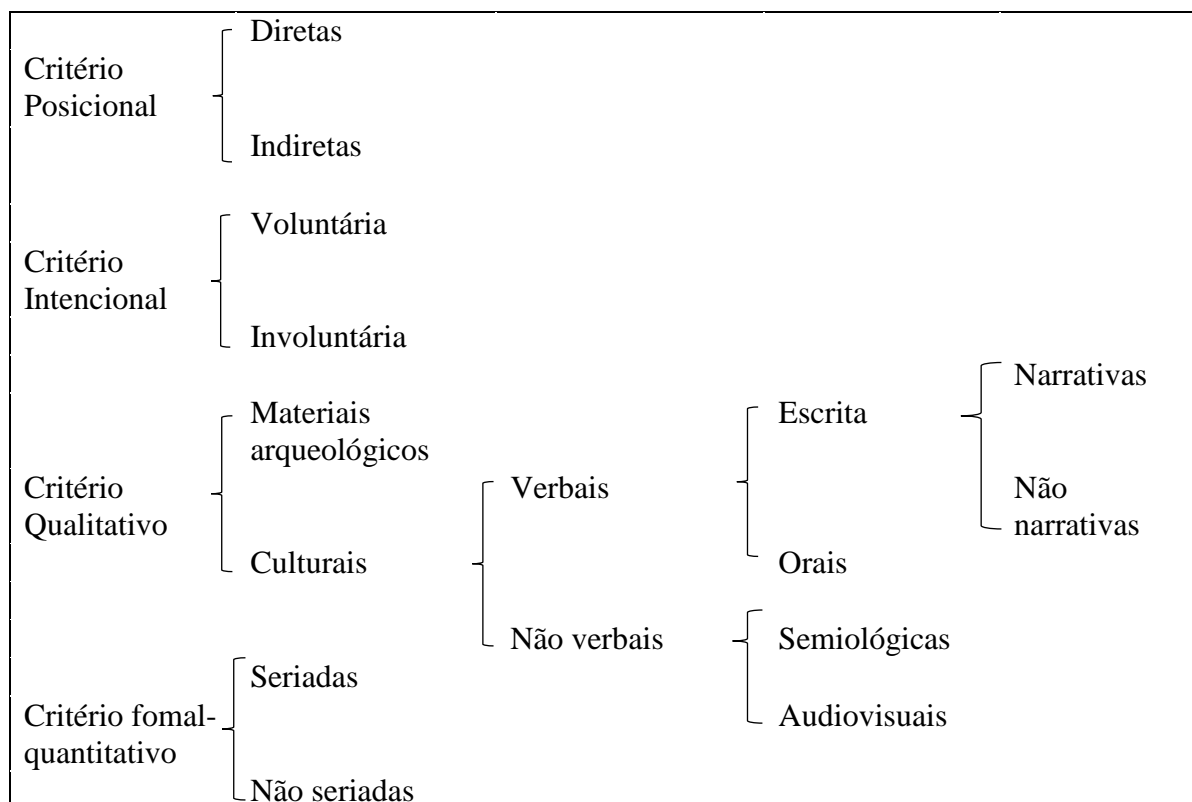
A concepção do que seria fonte histórica ampliou na medida em que a História dispõe de novos métodos, juntamente com a interlocução de outras áreas do conhecimento. Assim, Barros (2012) menciona a Geografia, a Linguística e a Psicologia como três ramos que proporcionam estudos relacionados à paisagem, à palavra e ao gesto, o que permite uma abrangência do aparato tradicional de estudos da Historiografia.

Desta forma, o historiador dispõe de fontes históricas classificadas, na coletânea organizada por Pinsky (2008), como fontes documentais, arqueológicas, impressas, orais, bibliográficas e audiovisuais, permitindo que o pesquisador crie a percepção da origem, localização e, posteriormente, a reflexão das possíveis fontes de estudo aplicadas a sua área de conhecimento.

O uso de fontes históricas requer que o historiador possua a percepção dos aspectos de posição, qualidade, intencionalidade e serialidade que compõem o que Barros (2012) denomina taxonomia das fontes. Para o autor, a taxonomia permite que o pesquisador se questione e problematize a disposição das fontes de estudo, contribuindo para a produção do

conhecimento. A composição de critérios para a classificação das fontes históricas pode ser atribuída da seguinte forma:

Quadro 8 – Critérios para a classificação das fontes históricas



Fonte: Aróstegui (2006, p. 493).

O aspecto de posição de fontes é uma dicotomia entre *fontes primárias* e *fontes secundárias* expressa por Barros (2012), assim como *fonte direta* e *indireta*, de modo que esta última corresponde à busca por uma informação através de um intermediário ou mais. Para o autor, a posição da fonte relaciona-se com quatro aspectos distintos: à época, aos fatos históricos, à ideologia e ao problema tratado pelo historiador.

Da mesma forma que um documento pode ser produzido de forma intencional ou não, ele necessita de um estudo crítico pelo historiador, uma vez que este se depara com fontes consideradas como o reflexo de uma memória “oficial” da sociedade, compondo o seu aparato ideológico e imaginário, além de fontes que foram produzidas sem consciência de testemunho histórico, cujos vestígios constroem o que Aróstegui (2006) denomina de “memória infraestrutural”. Logo, a construção do que são fontes históricas, segundo sua intencionalidade, pode ser sintetizado da seguinte forma:

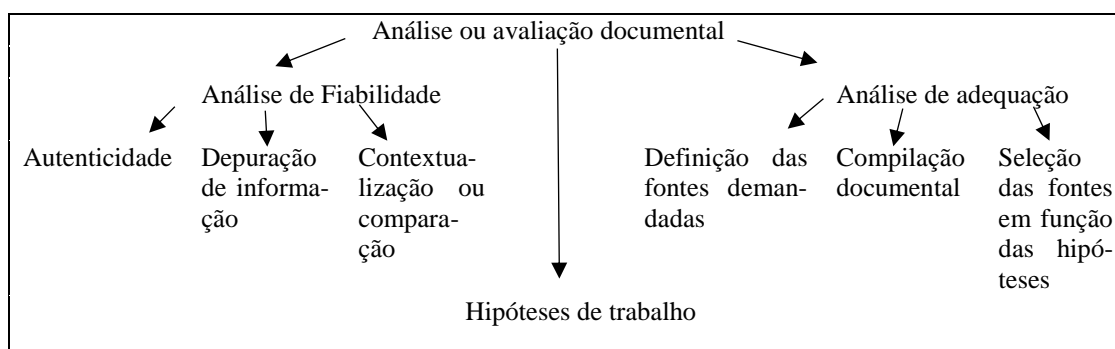
Quadro 9 – Fontes históricas segundo sua intencionalidade

Intencionalidade	Intencional		Não intencional	
Qualidade	Material	Cultural	Material	Cultural
Classe	Construção suntuosa; lápides e artes fúnebres; estatuária comemorativa.	Inscrições; crônicas; memórias; epopeias; anais; cronologias; fontes orais.	Utensílios; mobiliário; enxoval; numismática; arquitetura civil e militar; outros vestígios materiais.	Administração estatal; documentação econômica; documentos jurídicos; administrações privadas.

Fonte: Aróstegui (2006, p. 497).

O critério qualitativo mencionado na tabela acima diz respeito às fontes materiais e culturais, as quais podem ser ampliadas, segundo Aróstegui (2006, p. 498), em fontes verbais e não verbais, que compreendem tudo o que é relato, seja crônica, reportagem ou memória. As fontes culturais correspondem “[...] a todas aquelas, escritas, faladas, simbólicas ou audiovisuais que transmitem uma mensagem em linguagem mais ou menos formalizada”.

A busca por fontes documentais requer que o pesquisador construa uma perspectiva crítica e avaliativa das fontes durante sua pesquisa. A autenticidade, a veracidade e a objetividade sustentam o aparato teórico-metodológico e técnico da prática de pesquisa do historiador. Desta forma, a análise documental é definida como o “[...] conjunto de princípios e de operações, técnicas que permite estabelecer a fiabilidade e adequação de certos tipos de informações para o estudo e explicação de um determinado processo histórico” (ARÉGUI, 2006, p. 508). Para que ela ocorra, é necessário que o pesquisador possua em mente os aspectos de fiabilidade, autenticidade, depuração da informação, além de contextualização, definidas da seguinte maneira:

Quadro 10 – A avaliação das fontes

Fonte: Arégui (2006, p. 510).

Os apontamentos do que seriam fontes informacionais e como elas são caracterizadas contribuem para a construção da pesquisa para qualquer indivíduo que deseja conhecer, estudar ou se aprofundar em um determinado conhecimento, mas ao mesmo tempo requer que ele tome cuidado em avaliar se aquela informação é um objeto confiável de investigação. Além disso, nas unidades informacionais, as fontes possibilitam ao usuário conhecer quais suportes informacionais suprem a sua necessidade de informação, de acordo com sua área do saber. Assim, por exemplo, no campo da Linguística, é possível traçar de quais tipos de fontes o historiógrafo da língua pode usufruir como fontes de pesquisa.

3.2.1 Fontes Metalinguísticas

Assim como no campo da História, o campo da Linguística usufrui de fontes informacionais para a realização de pesquisas que visam compreender aspectos culturais e sociais de uma sociedade. Já definido inicialmente o que são fontes, é necessário compreender o caráter conceitual e funcional das fontes metalinguísticas.

O adjetivo “metalinguístico” significa “[...] a capacidade de falar sobre a linguagem, descrevê-la e analisá-la como objeto de estudo” (MILLER, 2003, p. 1). Sendo assim, é na Historiografia Linguística que se tem a investigação do processo de conhecimento da língua e da história das ideias sobre a língua, e para que esse processo seja concretizado, o pesquisador se vale de fontes primárias, secundárias e terciárias, que contribuem diretamente para o estudo historiográfico. Através de um recorte de produções científicas, evidenciadas no quadro 10, é possível identificar que tipos de fontes podem servir para um pesquisador da Historiografia Linguística:

Quadro 11 – Fontes de informações para a Historiografia Linguística

Referência	Fontes de informação para Historiografia Linguística
Malkiel (1969) <i>apud</i> Koerner (2014)	Autobiografias, memórias, prefácios, correspondências, <i>Festschriften</i> , resenhas de livros, somatórios de simpósios, registros institucionais e outros materiais.
Cavaliere (2013)	Fontes canônicas: (gramáticas, dicionários, ensaios, resenhas críticas etc.); fontes não canônicas: cartas particulares, os diários, os bilhetes familiares e tantas outras congêneres.
Godoy (2009)	As fontes bibliográficas são fatores preponderantes para a HL, sejam elas primárias, sejam secundárias: quaisquer documentos escritos sejam eles cartas, rascunhos ou outros são importantes para os pesquisadores.

De Clerq e Swiggers (1991) <i>apud</i> Iório (2007)	Documentos publicados e não publicados, entrevistas com professores, manuais didáticos, correspondências, rascunhos, projetos e materiais de cursos, teses, dissertações, entrevistas e qualquer documento pessoal produzido por uma comunidade científica são objetos da HL.
Altman (2012)	Textos ‘menores’ – manuais escolares, dicionários práticos, informações encontradas em enciclopédias e trabalhos de referência geral; catecismo, relatórios de viajantes, traduções de textos literários ou oficiais, relatórios científicos, cartas, relatos, mapas, informações, sermões etc.
Koerner (2014)	Papéis de família, correspondência, currículos escolares, cursos universitários frequentados por um dado autor podem servir como fontes para o historiógrafo.

Fonte: Adaptado de Malkiel (1969 *apud* KOERNER, 2014, p. 179); Cavaliere (2013, p. 366); Godoy (2009, p. 187); Iório (2007, p. 44); Altman (2012, p. 21) e Koerner (2014, p. 101).

Através da obra *A History of English Language Teaching*, de Howatt (2004), Smith (2016) traça algumas das fontes primárias que o pesquisador das ciências da linguagem pode utilizar em suas pesquisas, caracterizando-as em classes específicas, que abordam os campos da história e da contextualização de ideias, política e currículo, materiais de aprendizagem e práticas de ensino e aprendizagem:

Quadro 12 – Fontes para o estudo Linguístico

História das ideias	Escritos teóricos e polêmicos - tratados; prefácios e anúncios de livros didáticos; artigos de periódicos profissionais (finais do século XIX); notas de aula; escritos não publicados.
Contextualização de ideias	Memórias ou relatórios escritos, publicados ou não publicados; relatos orais; descrições de cursos universitários; cartas; fotografias; anúncios em jornais, artigos.
Política e currículo	Documentos do governo; documentos de política; currículos; documentos programáticos.
Materiais de aprendizagem	Manuais para aprender idiomas; gramáticas e dicionários pedagógicos; materiais audiovisuais (século XX).
Práticas de ensino e aprendizagem	Relatórios de comissões públicas; memórias publicadas ou não publicadas; relatos de testemunhas oculares e relatórios de observação; relatórios dos professores sobre sua própria prática; relatórios de avaliação de projetos; atas / relatórios das bancas de exames; atas das reuniões dos funcionários

	da escola e da autoridade local de educação; vídeos de eventos em sala de aula (finais do século XX); planos de aula; livros de exercícios; marginalia em livros didáticos.
--	---

Fonte: Adaptado de Smith (2016, p. 81 - tradução nossa).

Através da observação dos quadros 11 e 12, é perceptível a vitalidade do uso de fontes informacionais para o trabalho historiográfico linguístico, uma vez que o pesquisador da língua lida com os mais variados suportes informacionais, no intuito de compreender a língua e o conhecimento linguístico de uma dada sociedade. Se, para Cavaliere (2013), o historiógrafo usufrui de fontes canônicas e não canônicas em suas pesquisas, Koerner (2014) ressaltada a necessidade de ir mais além dessa investigação e compreender os aspectos metodológicos e epistemológicos que moldam a escrita de um autor e o contexto de produção de seus escritos.

É necessário destacar que na Historiografia Linguística contemporânea o emprego de fontes orais vem ganhando a atenção dos pesquisadores, apesar do cunho subjetivo das informações e os possíveis conflitos com fontes documentais escritas, que impactam na validação desse tipo de fonte, como apontado por Cavaliere (2013). No âmbito da Linguística, o autor aponta como exemplo o uso de fontes orais no projeto *Primeira Pessoa do Singular*¹⁹, que possui como objetivo “registrar em arquivos digitais o depoimento de linguistas que testemunharam o percurso dos estudos sobre a língua no Brasil bem como a presença e desenvolvimento desses estudos no meio acadêmico nacional” (CAVALIERE, 2013, p. 371). Desta forma, o uso de fontes orais representa um enriquecimento de objetos de pesquisa e permite conhecer aspectos históricos sob uma nova perspectiva de investigação.

A presença de fontes metalinguísticas associa-se também a três níveis de métodos da Historiografia Linguística, como investigado por Swiggers (2004). Para o autor, a existência dos níveis heurístico, interpretativo e reconstrutivo-sistemático amplia a possibilidade de estudos para um historiógrafo, uma vez que, no heurístico, o pesquisador se depara com o que ele denomina fontes “marginais”, por permitir uma maior evolução do modo de produção de um autor; o nível interpretativo visa compreender as terminologias de textos, enquanto o

¹⁹ O projeto *Primeira Pessoa do Singular* foi idealizado por Willian Austin, em 1971. Mesmo com sua morte, Boyd H. Davis e Raymond K. O’Cain organizaram os primeiros textos relativos a fontes orais na obra *First person singular: papers from the conference on an oral archive for the history of American linguistics*, em 1980, e o segundo volume foi lançado por Koerner em 1991. No Brasil, o projeto foi aderido por Cristina Altman, no CEDOCH da USP, com o título *A linguística no Brasil: estórias e histórias em primeira pessoa do singular*. Para mais informações, ver Cavaliere (2013).

reconstrutivo-sistemático envolve o que o autor considera como transposição, transferência e “metaforização” da linguagem e regras gramaticais.

Embora se reconheça um vasto campo de uso de fontes informacionais nas ciências da linguagem, Altman (2012) critica o fato de os pesquisadores priorizarem textos “grandiosos” em suas pesquisas, desprezando produções menores, como os trabalhos de referências. Além disso, a autora destaca que, para o trabalho historiográfico, o pesquisador necessita investigar periódicos culturais e revistas especializadas para compreender o que Koerner (2014) denomina de “clima de opinião”, no intuito de emergir no contexto sócio-histórico no qual o objeto de estudo está inserido.

Há que se considerar também que, apesar da extensa possibilidade de estudo de fontes informacionais, Swiggers (2019) destaca que a atividade historiográfica perpassa por três problemáticas: a falta de fontes confiáveis, a necessidade de uma ampliação e qualidade de informações sobre fontes publicadas e, por fim, a existência de inventários e bibliografias.

Amparando-se nesta última problemática traçada por Swiggers (2019), este trabalho pretende suprir a ausência de um catálogo de fontes metalinguísticas no contexto do IHGSE. Para isso, é necessário compreender como os arquivos tornam-se ferramentas essenciais para o levantamento de fontes, principalmente os arquivos pessoais, o que contribui para a atividade do historiógrafo do campo da Linguística, assim como de outras áreas do saber.

4 ARQUIVOS COMO FONTES DE INFORMAÇÃO

A produção de um catálogo de fontes metalinguísticas salvaguardadas no IHGSE é fruto de uma intervenção que possui como objeto de estudo os arquivos pessoais localizados na instituição. O arquivo é um rico conjunto de documentos para os historiógrafos que pretendem compreender os mais variados aspectos do passado, seja político, social, cultural, econômico, linguístico, literário, entre outros.

A terminologia “arquivo” vem do grego *archeion*, como evolução do termo *arché*, e seu significado remete ao local de guarda e depósito de documentos, além disso, sua conceituação evoluiu ao longo do tempo e espaço em que era inserido. Segundo Paes (2004), o arquivo é um conjunto de documentos produzidos por uma determinada instituição e são conservados para utilização futura.

Um dos principais arquivistas dos Estados Unidos, Schellenberg, (2006, p. 41), em *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, aponta que arquivos são espaços de salvaguarda de “documentos de qualquer instituição pública ou privada sido [sic] considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente”.

A percepção da importância dos arquivos no mundo é descrita por Scheellenberg (2006) através das cinco motivações que levaram países como França, Inglaterra e Estados Unidos a construírem essas unidades informacionais, a saber: a massiva produção documental pelas entidades governamentais repensou a necessidade de se organizar e tratar os documentos produzidos; os arquivos constituem importantes fontes de cultura; são instrumentos de prova; mas ao mesmo tempo de destruição; e constituem fontes de informação.

Desta forma, esses espaços possuem a finalidade de servir à administração da instituição e como base de conhecimento histórico, além de dispor as informações de seu acervo sob sua guarda, sendo classificados de acordo com as entidades mantenedoras, os estágios de sua evolução e a extensão de sua atuação e natureza. Para Delmas (2010), os arquivos servem para provar os seus direitos, seja no âmbito de aquisição ou destruição; lembrar do que foi feito e da experiência adquirida para agir; conhecer para entender aquilo que os outros fizeram ou descobriram, e identificar para existir e promover as relações sociais.

Os arquivos são constituídos por documentos, termo que no latim *documentum* significa “meio para ensinar”. São um conjunto de dados estruturados no intuito de se armazenar, salvar e transmitir a informação. No campo da Arquivologia, os documentos constituem “um conjunto de dados estruturados, apresentados em uma forma fixa,

representando um conteúdo estável, produzido ou recebido por pessoa física ou jurídica [...] no exercício de uma atividade” (SANTOS, 2011, p. 142), além de possuírem características de organicidade, naturalidade, unicidade, autenticidade e imparcialidade.

Dentro da Arquivologia, ressalta-se a necessidade de conceituar documentos de arquivo. Segundo Paes (2004, p. 26), eles constituem “[...] aquilo que, produzido e/ou reproduzido por uma instituição pública ou privada, no exercício de suas atividades, constitua elementos de prova ou informação”.

No campo da Ciência da Informação, Paul Otlet e Suzanne Briet são referências na área da Documentação. Para Otlet (1934, p. 72), o documento é a “[...] representação da realidade sob uma forma literária (escrito, texto), ou gráfica, ou plástica (ícone, imagem)”, enquanto Briet (1951, p. 7) considera que é “[...] todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado com a finalidade de representar, reconstruir ou demonstrar um fenômeno físico ou intelectual”. Desta forma, o documento se torna um recurso informacional para as unidades informacionais como bibliotecas, arquivos e museus, nas quais sua funcionalidade é o fator determinante de como será utilizado e armazenado.

Considerando a documentação que compõe o acervo do IHGSE, a sua conjuntura constitui um aparato histórico que molda a memória e o patrimônio documental de um indivíduo, comunidade ou instituição, salvaguardado no que Bellotto (2006) denomina de arquivos permanentes, os quais representam, segundo a autora, a 3ª idade do ciclo vital dos documentos e são recolhidos após atingir o seu valor administrativo, sendo destinados, principalmente, a pesquisadores como prova e testemunho para uma sociedade.

Há que se considerar que os documentos de valor administrativo perpassam três idades do ciclo vital dos documentos. Para além da 3ª idade, discriminada acima, a 1ª idade constitui o arquivo corrente, que compõe documentos de valor funcional, administrativo e jurídico, usufruídos segundo a sua criação, e, quando o documento ultrapassa o seu valor jurídico-administrativo, ele transcorre para a 2ª idade, denominada arquivo intermediário, que passa a ser usufruído com pouca frequência e é armazenado, posteriormente, em função de seu valor histórico, ou destinado ao descarte, segundo a sua tabela de temporalidade.

Constituída essencialmente de documentos históricos em um arquivo permanente, a documentação do IHGSE é de caráter público, cujo gênero possui um valor primário e secundário para o que foi produzido, uma vez que o valor primário interessa à própria repartição originária, e o secundário interessa às entidades e ao público geral, principalmente pesquisadores do campo historiográfico.

Se, para o pesquisador que se utiliza do documento, como o historiógrafo, cabem as tarefas de pesquisar, selecionar e a analisar os documentos que lhe são dispostos, ao arquivista interessa “identificar, descrever, resumir e indexar a documentação” (BELLOTTO, 2006, p. 26) que lhe chega. Assim, para que o usuário consiga ter acesso à informação de forma rápida e eficiente, é necessário que o profissional arquivista gerencie a informação, de modo que contribua para a solução da necessidade informacional de um indivíduo.

Pensando no processo de organização da informação, uma instituição de documentação não pode reunir todos os documentos sem seguir os princípios e métodos da arquivologia, sendo que este último remete à organização dos documentos de forma orgânica, segundo a função e a atividade de quem os produziu, o que constitui os fundos arquivísticos, através do princípio da proveniência (BELLOTTO, 2006).

O princípio da proveniência constitui um dos cinco princípios arquivísticos. Nele, os documentos devem ser organizados segundo o responsável por sua produção, acumulação e guarda, mantendo sua individualidade, sem ser mesclado com outros de origens distintas; na organicidade, os documentos refletem as relações administrativas orgânicas; na unicidade, os documentos são conservados em função do contexto em que são produzidos; na indivisibilidade, o fundo de um arquivo deve ser preservado sem dispersão documental, e, na cumulatividade, os documentos são produzidos de forma natural e orgânica (BELLOTTO, 2002).

Existem basicamente quatro tipos de públicos que usufruem desse tipo de documentação: o administrador (aquele que produz o documento), o pesquisador/usuário (que busca de informações para o seu estudo), seja para provar os seus direitos ou consultar informações como lazer ou para conhecimentos específicos. Para que esses indivíduos tenham acesso à informação nos arquivos, há a necessidade de instrumentos de pesquisa que os auxiliem na busca pela informação, conforme Bellotto (2006).

Nos arquivos, os usuários têm a sua disposição uma grande variedade de fontes documentais e históricas para que desenvolvam as atividades de pesquisa e conhecimento, dentre as quais Bacellar (2008) destaca desde os arquivos dos poderes executivo, legislativo e judiciário, até arquivos eclesiásticos, cartoriais e privados:

Quadro 13 – Fontes informacionais para arquivos

Arquivos	Documentos
Arquivos do poder Executivo	Correspondência: ofícios e requerimentos; Listas nominativas; Matrículas de classificação de escravos; Listas de qualificação de votantes; Documentos sobre imigração e núcleos coloniais; Matrículas e frequências de alunos; Documentos de polícia; Documentos sobre obras públicas; Documentos sobre terras.
Arquivos do poder Legislativo	Atas; Registros.
Arquivos do poder Judiciário	Inventários e testamentos; Processos cíveis; Processos crimes.
Arquivos cartoriais	Notas; Registro civil.
Arquivos eclesiásticos	Registros paroquiais; Processos; Correspondência.
Arquivos privados	Documentos particulares de indivíduos, famílias, grupos de interesse ou empresas.

Fonte: Bacellar (2008 p. 26).

4.1 Arquivos pessoais como fontes de informação

O uso de arquivos pessoais como fontes de informação é decorrente de uma ampliação da percepção da importância desse tipo de documentação, uma vez que a perspectiva da historiografia em estudar indivíduos considerados “marginalizados” pela micro-história²⁰, em conjuntura com o que um arquivo pode proporcionar para o conhecimento da memória dos antepassados, contribuiu para o aumento de seu uso nas pesquisas investigativas, seja para produções de cunho acadêmico ou ficcional.

A mudança de perspectiva do uso dessas fontes informacionais por parte dos historiadores é decorrente da potencialidade que esses documentos possuem para o conhecimento da vida privada dos indivíduos, além da “[...] densidade informacional e peso considerável para a pesquisa histórica” (BELLOTTO, 2006, p. 251). Pensando em seu impacto cultural e político, Prochasson (1998) atribui a busca por esses documentos ao desenvolvimento da história cultural vinculada à produção dos intelectuais, além da observação social influenciada pela micro-história e pela antropologia histórica.²¹

²⁰ A micro-história investiga e analisa fatos históricos partindo do âmbito particular para o geral. Para mais informações, ver trabalho de Andrade (2011).

²¹ Segundo Medic (2003), a antropologia histórica é uma compreensão nova e abrangente de cultura como categoria da investigação histórica, bem como de elementos carregados de significados da realidade histórica.

Apesar da abrangência da utilização desses documentos e de sua importância na construção da memória cultural, os arquivos pessoais demoraram para ser aceitos como “arquivo” no âmbito intelectual e legislativo, como aponta Garcia (1998), sendo a partir do final do século XX que eles passaram a ser incorporados e tratados nos centros arquivísticos, da mesma forma que os documentos públicos.

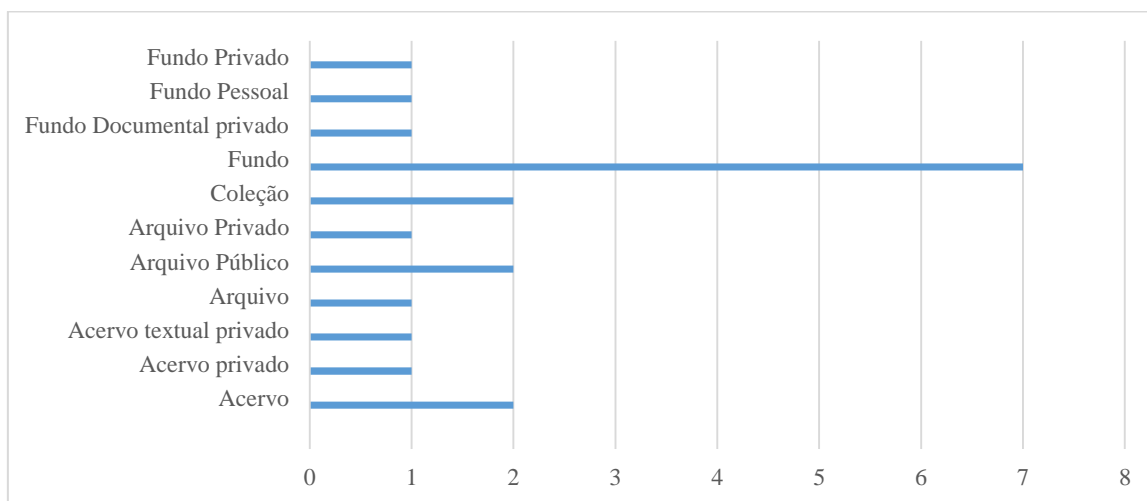
Desta forma, os arquivos pessoais podem ser vistos como fruto da relação de seu titular com o mundo e, logo, conceitua-se como:

[...] papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresente interesse para pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento (BELLOTTO, 2006, p. 207).

Já para Camargo (2009), os arquivos pessoais devem ser tratados como arquivos, não se desvinculando o seu contexto de produção. Embora seja difundido pelos teóricos como *arquivos pessoais*, a autora considera mais correto o uso do termo “arquivos de pessoas (desta ou daquela pessoa, tratada individualmente) ou de categorias ocupacionais (de estadistas, de literatos, de cientistas etc.)” (CAMARGO, 2009, p. 28). Logo, o significado de arquivos de pessoas remete a três significados, os:

[...] documentos sobre pessoas, presentes nos arquivos institucionais, e, no âmbito dos documentos efetivamente acumulados por indivíduos, a parcelas específicas do arquivo: àquelas que não resultam do exercício de funções públicas e àquelas representadas por documentos identitários (CAMARGO, 2009, p. 28).

A emblemática do uso terminológico de *arquivos pessoais* é fonte de estudo de Lopes (2018), que investigou 20 instituições públicas brasileiras, chegando à conclusão de que há uma falta de padronização quanto ao uso da terminologia de arquivos pessoais, ressaltando que, mesmo com o reconhecimento da importância de se armazenar documentos de cunho pessoal, ainda há problemas quanto aos métodos de representa-los e organiza-los, além de uma confusão na aproximação entre arquivo privado e arquivo pessoal:

Gráfico 1 - Variedade terminológica nas instituições pesquisadas

Fonte: Lopes (2018, p. 93).

No Brasil, Campello (2015) destaca que os arquivos pessoais ganham notoriedade em fins da década de 80, principalmente com o reconhecimento da criação do arquivo de Abdias Nascimento (1984) e de Oscar Niemeyer (1988) pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Já na década de 90, a autora cita que o Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, realizado em 1997, foi um importante marco no segmento da temática sobre a perspectiva interdisciplinar do campo arquivístico, permitindo discussões teóricas e metodológicas sobre o uso e tratamento dos arquivos pessoais, além da ampliação de unidades de informação, como arquivos e centros documentais, que passaram a acolher a documentação de origem pública ou particular.

A custódia de documentos pessoais em entidades públicas e privadas reúne documentos pertencentes, principalmente, “à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas” (BELLOTO, 2006, p. 256). Entretanto, se antes a constituição de arquivos pessoais era, em sua essência, composta por pessoas de influência na sociedade, o avanço da alfabetização nas classes desfavorecidas na sociedade ampliou a produção de memórias e histórias desses indivíduos (ASSIS, 2009), contribuindo para que também se considerasse a relevância de seus arquivos pessoais.

Ao longo do desenvolvimento de suas atividades, o ser humano armazena documentos, logo, surgem simultaneamente os arquivos privados, pessoais e familiares. Segundo o Arquivo Nacional (2005), os arquivos privados reúnem documentos de proveniência de entidades privadas ou de pessoas, enquanto os familiares abrangem a documentação da

família e de seus membros em atividades públicas e privadas, e, por fim, os arquivos pessoais são produzidos por pessoas físicas.

Se, por um lado, as instituições de custódia armazenam documentos como rascunhos, esboços e manuscritos ligados às atividades do produtor, a seletividade do que deve ser incorporado no acervo ocasiona o perigo de prejudicar a compreensão da trajetória histórica do produtor. Desta forma, Camargo (2009) ressalta que documentos de caráter autobiográfico constituem um aparato íntimo, crítico, memorial e histórico para se compreender o contexto factual em que aquele indivíduo se insere.

Embora a seletividade das instituições que detentoras da custódia seja um fator criticado por Camargo (2009), autores como Heymann (1997) afirmam que esse fenômeno acontece muitas vezes até nos próprios produtores, que selecionam aquilo que deve ser retido e acumulado, segundo seus critérios e interesses. Assim, Camargo (2009) ressalta que o que importa não é a produção documental do produtor, mas a “acumulação documental” que deu origem ao “conjunto”, compreendendo o respeito aos fundos.

No que cerne à acumulação documental do produtor, o arquivo pessoal é constituído não somente por documentos produzidos por ele, mas por tudo o que ele recebeu em vida, inclusive sua vida epistolar. Desta maneira, a conjuntura do que constitui os arquivos pessoais, assim como o que deve ser “selecionado” pelo arquivista, é fruto da inconsistência em como tratar esse tipo de documentação, uma vez que ele é visto, muitas vezes, com aspectos de subjetividade e ambiguidade pelos profissionais da área (CAMARGO; GOULART, 2007).

É necessário compreender, como Schellenberg (2006) explana, que os arquivos constituem documentos produzidos e acumulados segundo um fim e que os arquivos pessoais podem ser considerados como arquivos por constituírem representações de vida de seu produtor. Desta maneira, os arquivos pessoais “são produtos de necessidades que pululam ao longo da vida de um indivíduo, ligados à atividade e funções sociais desempenhadas por ele” (CAMPELLO, 2015, p. 23), uma vez que eles não diferem de outros documentos produzidos por arquivos públicos ou privados, já que possuem valor probatório e de memória, da mesma forma que estão ligados a demandas do autor.

O valor probatório dos arquivos pessoais é reforçado por Campello (2016), ao destacar que não se podem tornar projeções do “eu” do titular, com finalidade histórica e cultural. Para a autora, os documentos devem ser produzidos de forma orgânica e natural pelo seu produtor, o que molda a função instrumental, que é a “condição primordial para que exista o arquivo, sem preocupações com o olhar alheio e o do futuro” (CAMPELLO, 2016, p. 66).

Logo, é necessário que haja um tratamento adequado para esse tipo de documentação, respeitando o princípio de respeito aos fundos. Nesse sentido, Heymann (2009) explica que o tratamento equivocado dos arquivos pessoais acontece desde o emprego de procedimentos biblioteconômicos, ao desprezar a organicidade dos documentos com a reprodução do método descritivo individual dos suportes documentais, como realizado em livros, ou pela organização do acervo documental, como coleções. Já Cook (1998), reforça a presença dos historiadores com seu jogo de interesse em classificar os documentos segundo seu valor histórico, afetando diretamente a relação do documento com o titular.

Além do mais, Heymann (2009) critica o fato de que muitas entidades responsáveis pelos processos empregam uma metodologia voltada aos interesses de pesquisa, exaltando documentos relacionados à vinculação profissional do produtor e organizados por assunto e tipo de documento. Logo, a composição de documentos correlacionados à vida íntima e pessoal de seus titulares, além do seu cotidiano, requerem atenção do arquivista ao compor a relação do contexto de produção com o produtor.

Sendo assim, o conhecimento do contexto de produção é fundamental para a formação de um arquivo pessoal. Bellotto (2006) ressalta a perspectiva do olhar entre o arquivista e o pesquisador diante de um suporte documental e esclarece que cabe ao profissional do arquivo identificar, descrever e disponibilizar arquivos para os seus usuários, tomando conhecimento do produtor e o sentido original da acumulação documental, mas que cabe ao pesquisador se preocupar com as possíveis interpretações que aquele documento pode sugerir.

Entre os tipos de pesquisadores e usuários que usufruem com frequência de arquivos pessoais, Bellotto (1998) aponta historiadores, sociólogos, antropólogos, arquivistas, literatos, detetives, policiais, juristas, educadores, médicos, psicólogos, psicanalistas, jornalistas, etc. Por outro lado, como possíveis fontes informacionais ou espécies documentais disponibilizadas nos arquivos pessoais, é possível destacar:

Quadro 14 - Fontes de Arquivos Pessoais

Camargo e Goulart (2007)	Agenda, autobiografia, bilhete, boletim escolar, convite, diário, lembrete, projetos, relatórios, resenha saudação ²²
Prochasson (1998)	Correspondências, diários íntimos, cadernetas e agendas, dossiês de trabalho e dossiês de imprensa, notas de toda espécie etc.

²² Para a lista completa de fontes de arquivos, ver a obra Tempo e Circunstância da Camargo e Goulart (2007)

Schmidt e Matias (2016)	carteira de habilitação, passaporte, certidão, título de eleitor, comprovante de votação. Bens imóveis: projetos, plantas, escrituras, seguro do imóvel, cópia de ata de assembleia de condomínio, patrimônio alugado, contrato de compra e comprovante de pagamento, anuidade de terreno. Contas de consumo: água, energia, telefone, internet.
Ducrot (1998)	Além dos documentos escritos de tipo tradicional, pertencem a um fundo de arquivo os cartazes, mapas e plantas, desenhos e croquis, as fotografias, as gravações sonoras, visuais ou informáticas, os filmes etc.

Fonte: Adaptado de Camargo e Goulart (2007, p. 179-212); Prochasson (1998, p. 107); Ducrot (1998, p. 157) e Schmidt e Matias (2016, p. 966-969).

Considera-se, então, que os arquivos pessoais são importantes fontes informacionais para o desenvolvimento do saber historiográfico, histórico, político, filosófico, cultural, linguístico, entre outros e são apresentadas nos mais variados tipos de suportes documentais, possibilitando o conhecimento da memória dos antepassados. Nessa perspectiva, pensando na disponibilização de informações para os fundos pessoais do IHGSE, pretende-se ressaltar a importância do uso de catálogos, assim como de normas descritivas.

4.2 A construção de catálogos nos arquivos

Diante do potencial dos instrumentos de pesquisa para a busca de fontes informacionais, pretende-se aqui ressaltar a importância do catálogo, uma vez que é o instrumento de intervenção para este trabalho no IHGSE.

O catálogo é uma representação descritiva de um documento, que auxilia em sua identificação de maneira mais precisa, em outras palavras, é “um instrumento que descreve unitariamente as peças documentais de uma série, ou ainda de um conjunto de documentos, respeitada ou não a ordem da classificação” (BELLOTTO, 2006, p. 211).

Em sua composição, a introdução deve conter, segundo Lopez (2002), uma explicação sobre sua importância e a descrição individualizada dos documentos selecionados, o contexto histórico de produção das séries selecionadas e apontamentos metodológicos de como foi efetuada a ordenação e descrição dos documentos. Bellotto (2006, p. 213) destaca a necessidade de se apontar a “[...] não uniformidade dos conteúdos dos documentos, assim como a importância que possam ter para a pesquisa sobre certos temas que serão, então, referenciados”.

Ademais, um catálogo pode ser constituído de dois formatos: por verbetes e por quadros. Enquanto um catálogo por quadros possibilita a reunião de uma mesma descrição em uma coluna, evitando a repetição informacional, um catálogo por verbetes é utilizado quando se tem diversidade de espécies documentais.

Figura 4 – Catálogo por quadros

Espécie	Emissor	Cargo	Destinatário	Cargo	Assunto/Função	Data tópica	Data cronológica	Localização no acervo
Ofício	Joaquim F. Prado	Encarregado do posto	Cel. Nicolau Horta Barbosa	Inspetor 5ª Insp. SPI	necessidade de assistência a uma índia com problemas mentais	s.l	7 fev.	FSPI Ar. 38
Ofício	Joaquim F. Prado	Encarregado do posto	Cel. Nicolau Horta Barbosa	Inspetor 5ª Insp. SPI	solicita recursos para atendimento médico aos índios do posto	Araribá	11 jun.	FSPI Ar. 39
Ofício	Joaquim F. Prado	Encarregado do posto	Cel. Nicolau Horta Barbosa	Inspetor 5ª Insp. SPI	informa sobre a saúde dos índios residentes	Araribá	11 jul.	FSPI Ar. 40
Ofício	Joaquim F. Prado	Encarregado do posto	Cel. Nicolau Horta Barbosa	Inspetor 5ª Insp. SPI	sobre relações comerciais do posto com empresas locais	Posto Indígena Araribá	9 out.	FSPI Ar. 41
Ofício	Joaquim F. Prado	Encarregado do posto	Cel. Nicolau Horta Barbosa	Inspetor 5ª Insp. SPI	dá contas da produção agrícola e de madeira do posto	Posto Indígena Araribá	20 nov.	FSPI Ar. 42
Carta	Joaquim F. Prado	Encarregado do posto	Dr. Muniz		queixa-se dos encargos da administração do posto	Posto Indígena Araribá	30 nov.	FSPI Ar. 43

Fonte: Bellotto (2006, p. 216).

Em relação à construção de um catálogo por verbetes, Bellotto (2006) ressalta que, por conta da diversidade das espécies, sugere-se que este instrumento seja produzido seguindo esta ordem: espécie documental, emissor, destinatário, função, ação, data tópica, data cronológica, assinatura(s), quantidade de páginas, anexos ou observações, notação de localização:

Quadro 15 – Sequência constitutiva de um catálogo por verbetes

Espécie Documental	Se houver alguma particularidade quanto à forma em que ela se apresenta, tal dado deve vir antes ou depois de sua referência.
Emissor	É a autoria, podendo ser uma entidade ou uma pessoa. Pode ser omitido, por estar implícito, ou porque a espécie não comporta.
Destinatário	É a quem se destina, podendo ser omitido, se implícito.
Função	Reflete a intenção da criação do documento, podendo ser omitida, se implícita.
Ação	É propriamente o tema do documento, a razão pela qual foi criado. Nunca é omitida.
Data tópica	Lugar de onde está datado, o que não significa necessariamente o nome de uma cidade. Nunca é omitida, a não ser que não conste, o que deve ser assinalado por “s.d”.

Data cronológica	Dia, mês (por extenso) e ano. Nunca é omitida, a não ser que não conste, o que deve ser assinalado por “s.d”.
Assinatura(s)	Exatamente como ocorre no documento, abreviado como estiver.
Quantidade de páginas	Qualquer página escrita, mesmo com uma ou duas palavras deve ser contada.
Anexos ou observações	Se houver, entre parênteses.
Notação de localização	A sigla da notação pode repetir-se ou não após cada verbete. É obrigatória a designação, de forma bem clara, da unidade de arquivamento.

Fonte: Adaptado de Bellotto (2006, p. 217-218).

Figura 5 - Construção de um catálogo por verbete

— Carta, em francês, de Janno Jackson, arquivista-bibliotecário da Société de Géographie de Paris, a João Martins da Silva Coutinho, agradecendo o envio de trabalhos seus àquela sociedade. Paris. 15 de novembro de 1888. as.: Janno, Jackson. 2p. (No verso: lista dos trabalhos enviados.) (FSC. Série Correspondência. Cx. 1.)

Fonte: Bellotto (2006, p. 218).

No entanto, Lopez (2002) aponta o catálogo por verbetes como contendo: tipo documental, título do documento, emissor e destinatário, função imediata do documento, resumo ou descritores do documento, datas tópica e cronológica, caracteres externos mais relevantes (número de páginas, formato e dimensão) e localização do documento.

Um catálogo também pode ser classificado como catálogo seletivo, uma vez que constitui uma relação de documentos pertencentes a mais de um fundo documental e pode ser elaborado segundo tema, pessoa ou eventos propostos. De qualquer forma, a construção do catálogo seletivo, ou em seu formato mais básico, requer posteriormente o que Bellotto (2006) indica como elaboração de índices por assunto, nome e de lugares, como instrumentos auxiliares.

O tratamento técnico dos documentos de arquivos através da descrição é essencial para a identificação do documento, assim como a recuperação da informação. Para que o ato de descrever se torne consistente, a padronização do tratamento dos documentos criou debates na comunidade científica sobre a necessidade de criar normas a serem seguidas.

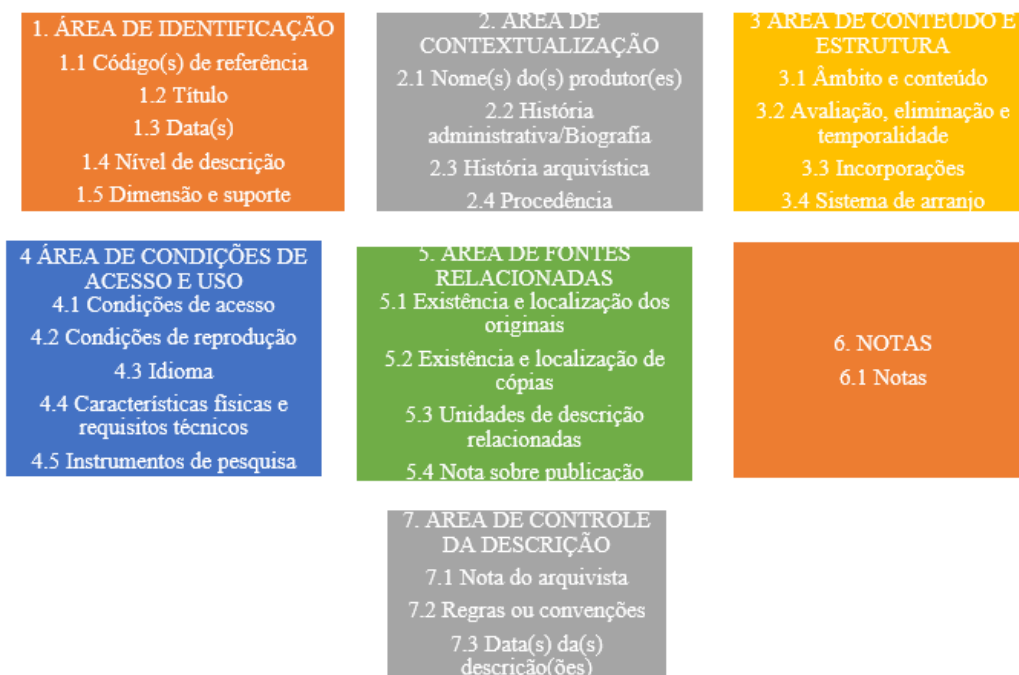
Tomando como base a importância da descrição documental dos arquivos, o Conselho Internacional de Arquivos iniciou um debate, em 1988, em Ottawa-Canadá, para a formulação de normas e diretrizes, no intuito de padronizar a descrição documental. Como resultado, foi elaborado o documento intitulado *General International Standard Archival*

Description - ISAD (G), o documento foi aprovado em 1993, em Estocolmo/Suécia, e sua segunda edição foi elaborada em 1999.

Segundo o Conselho Internacional de Arquivos (2000, p. 11), a ISAD (G) possui como objetivo “[...] identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos”. As regras estabelecidas pelo documento podem ser aplicadas a qualquer forma ou suporte²³ com o intuito de se criar descrições consistentes, visando contribuir para que a recuperação da informação seja rápida e fluida, além de permitir o compartilhamento e integração de dados em um sistema conjunto.

As regras do ISAD (G) estão definidas em sete áreas, que envolvem descrição, contextualização, condições de acesso e de uso, fontes relacionadas, notas e controle da descrição. Através destes sete grandes grupos, agrupam-se 26 elementos que podem ser combinados para a descrição do suporte documental. A totalidade de todas as descrições, ligadas a uma hierarquia, é denominada de descrição multinível:

Figura 6 – Áreas de Descrição do ISAD (G)



Fonte: Adaptado de Conselho Internacional de Arquivos (2000, p. vi-vii)

Segundo o Conselho Nacional de Arquivos (2006), a área de identificação tem como objetivo apresentar as informações essenciais que representam a identidade do

²³ A norma ressalta que a descrição arquivística do documento não abrange documentos especiais como selos, mapas e recursos sonoros.

documento; a contextualização aponta aspectos históricos sobre o produtor e a procedência e custódia da unidade de descrição; o conteúdo e estrutura abrange o corte temporal e conteúdo da documentação, além de informações sobre a organização do acervo; para as condições de acesso e uso, registra-se elementos que restrinjam ou afetam o acesso à documentação; para as fontes relacionadas, aponta-se documentos que se relacionam com os documentos presentes no arquivo; as notas contribuem para fornecer informações que não se adequam às outras áreas; e, por fim, a área de controle e descrição aponta quem preparou a descrição e como procedeu-se.

No Brasil, a ISAD (G) não se popularizou de imediato, uma vez que houve a ausência da impressão do documento em território nacional, associado à pequena circulação da versão traduzida pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006). Diante da situação, o Arquivo Nacional interveio no processo de revisão da ISAD (G) e publicou e distribuiu, em 1998, a primeira versão brasileira.

Apesar da importância do documento publicado pelo Conselho Internacional dos Arquivos, a necessidade de aplicar normas de descrição voltadas à realidade do acervo brasileiro foi essencial para o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) criar a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), com o intuito de adaptar um novo conjunto de critérios descritivos, baseados na norma do ISAD (G). O documento foi publicado em 2006, com o título *Norma Brasileira de Descrição Arquivística* (NOBRADE).

Segundo o Conselho Nacional de Arquivos (2006, p. 10), a NOBRADE tem como objetivo [...] “facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional” e pode ser aplicado a qualquer fase de transição do acervo do arquivo, de acordo com os pressupostos do Conselho Internacional dos Arquivos sobre a descrição do geral para o particular, a relação entre descrições e a não repetição da informação. Além disso, a NOBRADE estabelece seis principais níveis de descrição, de 0 a 5:

Figura 7 – Níveis de descrição da NOBRADE

Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
• Acervo da entidade custodiadora	• Fundo ou coleção	• Seção	• Série	• Dossiê ou processo	• Item documental

Fonte: Conselho Nacional de Arquivos (2006, p. 11).

Além dos 26 itens estabelecidos pela ISAD (G) ao longo de suas sete áreas, a norma brasileira acrescenta mais dois itens – o primeiro sobre notas sobre conservação, na área de notas, e o segundo sobre os pontos de acesso e indexação de assuntos -, totalizando 28, e apresenta mais uma área denominada *Área de pontos de acesso e indexação de assuntos*, que cria termos que representem o documento para a localização e recuperação. Além disso, a NOBRADE ressalta a obrigatoriedade dos elementos: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1).

Com o conhecimento das normas descritivas para a padronização de documentos de arquivos, é possível a construção de um instrumento de pesquisa que facilite o acesso a informação. Além do uso de normas arquivística, o conhecimento do histórico biográfico, assim como da documentação, do titular de um fundo, é fundamental para a construção de um catálogo.

5 OS TITULARES DOS FUNDOS PESSOAIS DO IHGSE

O IHGSE é um rico espaço de fontes informacionais, uma vez que oferece informações dispostas na biblioteca, hemeroteca, pinacoteca, museu e arquivo. É no arquivo que se concentra a documentação do próprio Instituto, assim como a documentação pessoal de personalidades sergipanas dos campos da economia, política, Direito, educação, literatura, cultura, medicina e religião, moldando os fundos pessoais.

Segundo o Arquivo Nacional (2005, p. 97), os fundos constituem um “conjunto de documentos de uma mesma proveniência”. Apresentados aqui por ordem cronológica de vida, o arquivo pessoal do IHGSE é composto pelos seguintes fundos: João Dantas Martins dos Reis²⁴ (1884-1979), Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924), Manoel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1939), Ivo do Prado Montes Pires França (1860-1924), General José de Figueiredo Lobo (1899-19--), Epifânio da Fonseca Dória (1884-1976), Urbano de Oliveira Lima Neto (1905-1990), Fernando Figueiredo Porto (1911-2005), Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida (1911-1999), Lauro de Britto Porto (1911-2010), José Calasans Brandão da Silva (1915-2001), Maria Thetis Nunes (1923-2009) e Djaldino Mota Moreno (1948-).

Deve-se destacar que a documentação presente nos fundos do IHGSE é constituída por artigos, entrevistas, discursos e palestras, revistas, carta, telegrama, memorando, ofícios, atas, cadernetas, livros, decisões judiciais, entres outras espécies documentais. Sendo assim, partindo do conhecimento de quem são os titulares desses fundos e que tipo de fonte de informação o usuário pode encontrar, é necessário compreender o histórico de cada titular e histórico do arquivo, âmbito e conteúdo da documentação produzida e acumulada, assim como esse arquivo foi recebido e tratado pelo Instituto²⁵.

5.1 Arquivo Familiar João Dantas Reis: Capitão-mor João Dantas dos Reis Portátil (1773-1832), João Dantas Martins dos Reis (1830-1890) e João Dantas Martins dos Reis (1884-1979)

Por se tratar de um fundo familiar, a documentação foi produzida por indivíduos como João Dantas Martins Reis refere-se ao Capitão-mor João Dantas dos Reis Portátil (1773-

²⁴ Apesar da documentação do fundo de João Dantas Martins Reis (1884-1979) tratar-se de um arquivo familiar, optamos considerar o seu fundo para a dissertação, uma vez que o catálogo no IHGSE aponta que a maior parte da documentação acumulada foi produzida pelo próprio João Dantas (1884-1979).

²⁵ Alguns dados, como “doador” e “tratamento documental” não se fazem presente na descrição por ausência de informações durante a pesquisa.

1832), João Dantas Martins dos Reis (1830-1890) e, homônimo do pai, João Dantas Martins dos Reis (1884-1979). Freitas (2009, p. 29) aponta que “trata, principalmente, da trajetória da própria família desde João Dantas dos Reis (Portátil) até o comendador João Dantas Martins dos Reis, passando pelo Barão de Jeremoabo e por José Martins da Silveira Fontes Júnior”.

Seguindo o princípio de respeito aos fundos, cada titular precisa ter seu fundo individualizado. Ducrot (1998) ressalta a necessidade de se criar subfundos interligados ao fundo familiar, respeitando a individualidade de cada um através da classificação e criação de instrumentos de pesquisa. Em decorrência do tempo para realização da pesquisa, não foi possível separar a documentação relativa a cada fundo, logo, optou-se por realizar um histórico da documentação dos três titulares.

Quadro 16 – Histórico do arquivo familiar João Dantas Reis

Titular	Família João Dantas Reis
Doador	Vinicius R. Dantas
Quantitativo dos documentos	350
Delimitação da documentação	1818-1958
Caixas	4 caixas (27, 416, 147, e 418)
Âmbito e conteúdo	Documentos acumulados e produzidos, principalmente, por João Dantas Reis (1884-1979), relacionados a sua atuação no campo político e judiciário, assim como petições e testamento do Capitão Mor, além de documentos pessoais como escrituras e árvores genealógicas da família. Abrange: Escrituras, poesia, correspondência, artigos, decretos, testamentos, apontamentos genealógicos, questionário biográfico, manuscritos, relações de bens, autos de partilhas de bens, jornais.
Instrumento de Pesquisa	Catálogo da documentação do Fundo João Reis
Tratamento Documental	A documentação foi inicialmente inventariada por Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, em 1988 ²⁶ . Posteriormente, foi lançado um catálogo, sem data e autoria, separando a documentação em recortes de jornais, decisões judiciais, textos impressos, manuscritos, anotações genealógicas e quadro de correspondências.

Fonte: Freitas (2009, p. 29) e dados da pesquisa (2020).

O capitão-mor João Dantas Reis Portátil nasceu em Nossa Senhora do Nazaré do Itapicurú -Bahia em 8 de março de 1773. Filho de 7 descendentes da união de João Inácio com Maria Francisca de Souza Dantas. Durante sua vida, exerceu funções na área da agricultura, pecuária e política. Segundo informações de Carvalho Júnior (2000), depois da morte de seus

²⁶ Fundo Thétis Nunes. Relatório de Luiz Fernando Ribeiro Soutelo sobre o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Caixa. 523, documento. 579

país, Reis Portátil passou a administrar o Engenho Santo Antônio do Camuciá. Como era detentor de várias terras nos currais de Itapicurú, passou a servir “ao governo colonial como arrematante direto, e cessionário, de arrematação de cobrança dos dízimos reais e gados vacum e cavalos nas freguesias” (CARVALHO JÚNIOR, 2000, p. 34).

João Dantas também ocupou cargos públicos, tornando-se juiz ordinário e juiz de órfãos da região de Itapicurú, além de exercer cargos militares, como os de sargento-mor e capitão-mor. A aderência ao movimento militar decorreu de participações no movimento de proclamação do Príncipe Regente Dom Pedro e em movimentos de independência do Brasil, quando muda seu nome para João d’Antas dos Imperiais Itapicurú, sob influência do movimento nacionalista.

João Dantas Portátil morreu em 1832 e deixou seis descendentes, frutos de sua união com sua prima Francisca Xavier Souza Dantas, entre eles João Dantas Reis Junior (1802-1872), que se casou com Mariana Francisca da Silveira Dantas, gerando João Dantas Martins dos Reis.

Segundo informações coletadas por seu Neto (REIS, 1960), João Dantas Martins dos Reis nasceu em 18 de maio de 1830, em Camuciá, município de Itapicurú/Bahia, fruto da união do Coronel João Dantas dos Reis e Mariana Francisca da Silveira Dantas. Teve como irmãos Cícero Dantas Martins (Barão de Jeremoabo), Benício Dantas Martins e Francisca Dantas da Silveira Carvalho. Seu avô por parte de mãe foi João Martins Fontes (um dos fundadores do atual município de Riachão do Dantas), que se casou com Ana Francisca da Silva e teve 8 filhos. Casou-se com Mirena Maria da Silveira Dantas e Oliveira em 1951 e faleceu em 14 de outubro de 1890.

Estudou inicialmente em Jeremoabo, foi fazendeiro em seu engenho “Fortaleza”, mas atuou principalmente na política, aliando-se ao partido conservador do sul de Sergipe. Foi membro e presidente da Assembleia Provincial do Estado de Sergipe, comandante superior da guarda nacional, comendador da Ordem da Rosa, deputado, presidente e vice-presidente da Província de Sergipe (1855), vereador, juiz de paz e suplente do juiz municipal.

Conforme Silva e Santos (2016), foi líder da emancipação da vila do Riachão do Dantas, no município de Lagarto, em 1864, mas o ato foi revogado em 15 de maio de 1865 e somente em 09 de maio de 1870 foi concretizado. Além disso, os autores destacam que o termo “Dantas” foi incluído ao nome de Riachão em sua homenagem e oficializado em 1943. Dantas Reis também proporcionou diversas contribuições a sua terra, ajudando, por exemplo, na

manutenção da Igreja Matriz de Riachão e, segundo o CINFOM (2002), doando a santa padroeira da cidade para a Paróquia Nossa Senhora do Santo Amaro.

Segundo informação do Tribunal de Justiça de Sergipe (2008), João Dantas Martins dos Reis nasceu em 8 de dezembro de 1884, no Engenho Salgado, em Riachão do Dantas. Filho de João Dantas dos Reis e Joana de Menezes Dantas, casou-se com Aurélia Rollemberg Dantas e teve dois descendentes: Lúcia Rollemberg Dantas (1919) e Luiz Carlos Rollemberg Dantas (1922).

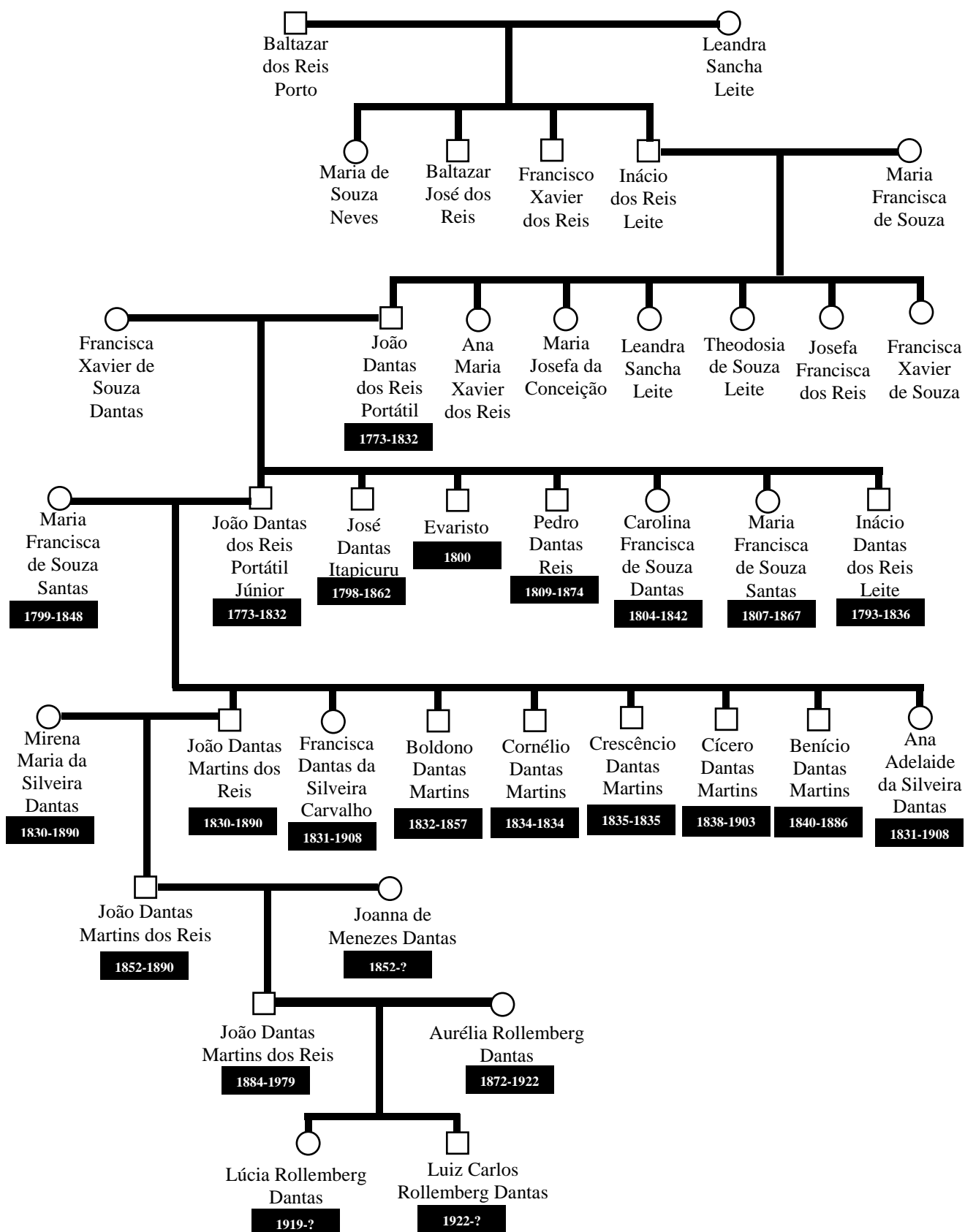
João Dantas atuou principalmente no ramo político, mas também foi escritor, professor e administrador. Aprendeu as primeiras letras com a professora Maria de Deus Pinto Barbosa, Francisco Antônio Santos e Terêncio Luiz Gonzaga no colégio do professor Clarismundo Basílio Magno (1893). Dois anos depois, estudou no Colégio São Luiz Gonzaga e, em 1898, no Colégio Florêncio, na Bahia, onde recebeu a premiação de desempenho escolar Prêmio Ruy Barbosa. Após retornar a Sergipe para se preparar para o ensino superior no Colégio Ateneu, ingressa na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (1903-1907), na Bahia.

No âmbito profissional, atuou como promotor de Estância (1907), juiz municipal de Maruim (1909, 1913, 1916, 1917, 1921), delegado de ensino de Maruim (1919), juiz de Capela (1925), desembargador (1945), governador interino de Sergipe (1951), vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (1946), presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (1950), presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (1952), corregedor geral de justiça do TJ/SE (1953), procurador geral do Estado (1955-1958), secretário da Justiça e Interior (1959) e secretário de Segurança Pública (1961). Além do exercício da advocacia, geriu a Usina Santa Clara, que pertencia a sua esposa, falecida quatro anos depois do casamento, e foi professor de Economia Política e Finanças da Escola Conselheiro Orlando.

No campo da produção intelectual, escreveu “A questão do Acre”, “Biografia de Gumersindo Bessa”, “Provimentos da Corregedoria”, “Julgamento Singular” e “Ação Executiva Fiscal da Dívida Ativa da Fazenda Pública”, além de ter publicado outros trabalhos em jornais e periódicos de Sergipe, Bahia e Minas Gerais.

João Dantas Reis faleceu em 11 de janeiro de 1979, na cidade de Riachão do Dantas/Sergipe.

Através das informações de Carvalho Júnior (2000), Andrade (2017) e do Tribunal de Justiça de Sergipe (2008), é possível criar a árvore genealógica da família Reis:

Figura 8 – Árvore Genealógica da Família Reis

Fonte: Adaptado de Carvalho Júnior (2000), Andrade (2017) e Tribunal de Justiça de Sergipe (2008)

5.2 Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924)

Quadro 17 – Histórico do fundo Armindo Guaraná

Titular	Manoel Armindo Cordeiro Guaraná
Doador	Maria Luisa da Silva Guaraná
Quantitativo dos documentos	464
Delimitação da documentação	1864-1964
Caixas	19 caixas (de 192-210)
Âmbito e conteúdo	A documentação é reflexo das pesquisas, atividades administrativas e a acumulação de documentos relacionados ao âmbito político e científico, e principalmente documentos e fotografias ligadas a produção e disseminação do dicionário biobibliográfico sergipano. Além disso, consta-se a documentação produzida após sua morte, acumulada por sua esposa e Epifânio Dória. Abrange: Correspondência (ofícios, atestados, atos de nomeação, circulares, licenças, nomeações, requerimentos), originais manuscritos (caderno, anotações), livros impressos, jornal e revista, iconografia (fotografias, reprodução fotográfica, desenho), diplomas e premiações (abaixo-assinado, atas, nota de agradecimento) e listas (folheto)
Instrumento de Pesquisa	Catálogo do Fundo Armindo Guaraná
Tratamento Documental	O acervo estava armazenado em armários de madeira e pastas suspensas no museu e foram anexadas ao acervo geral na gestão de Itamar Freitas. A catalogação dos documentos seguiu 7 numerações de série: S1- Correspondências, S2- Originais manuscritos, S3- Livros impressos, S4- Recortes de Jornais e Revistas, S5- Iconografia, S6- Diplomas e premiações, S7- Listas

Fonte: Freitas (2009, p. 17) e dados da pesquisa (2020).

Segundo Guaraná (1925), nascido em 4 de agosto de 1848, na cidade de São Cristóvão/Sergipe, e filho do advogado Theodoro Cordeiro Guaraná e D. Andreolina Muniz de Menezes, Manoel Armindo Cordeiro Guaraná foi um importante intelectual sergipano na área da política, literatura e educação e obteve como maior êxito de sua vida, a produção do Dicionário Biobibliográfico Sergipano, influente nas produções acadêmicas até os dias de hoje.

Guaraná fez parte de uma linhagem familiar atuante nas forças guerrilheiras, uma vez que seu avô materno, Major Pedro Muniz Telles de Menezes, atuou na campanha das Repúblicas do Prata, em 1817. Além disso, seu avô paterno, José Theodoro Guaraná, refugiou-se em Sergipe após ter aderido à Revolução da Sabinada.

No que concerne à sua formação, em 1854 estudou na escola primária do Padre José Antônio Correia Braga, quatro anos depois cursou latim com o padre José Roberto de Oliveira e, mais tarde, foi interno dos colégios 2 de dezembro e Atheneu Baiano, na Bahia. Em 1865,

frequentou o curso de humanidades do Colégio das Artes. Armindo era aplicado nos estudos e sua inteligência o fez ser premiado, em 1862, na aula de geografia do Atheneu Baiano. Tornou-se bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, em 1871.

Armindo Guaraná exerceu diversos cargos políticos no Nordeste, como Promotor Geral das Comarcas de São Cristóvão/SE (1872), Itabaiana (1873) e Estância (1881); Secretário das Províncias do Piauí (1878) e do Ceará (1882); Chefe da Província de Sergipe (1889) e Juiz Federal do Estado de Ceará. Fora do Nordeste, foi Desembargador e Procurador do Estado do Espírito Santo.

Após mudar-se para o Rio Janeiro, em 1906, começou a acumular subsídios para a produção do seu *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*. Cinco anos depois, retornou a Sergipe e, em 1912, tornou-se um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE, além de ter sido seu presidente (1917) e vice-presidente (1912-1913). Atuando como redator, desenvolveu inúmeras produções literárias e históricas que o levaram a ser sócio honorário do IHGSE.

Como presidente do IHGSE, coordenou a comissão que levantou dados referentes à história, geografia e etnografia de Sergipe, assim como dados biográficos de sergipanos para compor o *Dicionário Histórico e Etnográfico do Brasil*. Além disso, Guaraná participou da comissão de bibliografia da Academia Brasileira de Letras em Sergipe (1922).

Influente nos campos da política, cultura e letras, Guaraná foi condecorado com o busto de Simão Bolívar na Venezuela (1885) e a medalha de ouro Sociedade Acadêmica de História (1912). Foi também sócio dos institutos históricos de Pernambuco (1885) e do Ceará (1907) e de instituições beneficentes, como a Associação Aracajuana de Beneficência, o Orfanato de São Cristóvão, a Ordem Terceira e o Asilo de Mendicidade Rio Branco.

Casado com Maria Luiza da Silva Guaraná (1882), com quem não teve descendentes, Guaraná faleceu em 1924, quando o seu dicionário ainda estava no processo de organização. Com esforços de Prado Sampaio e Epifânio Dória, além de sua esposa, a obra foi lançada postumamente, em 1925.

5.3 Manoel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1939)

Quadro 18 – Histórico do fundo Oliveira Telles

Titular	Manoel dos Passos de Oliveira Telles
Doador	Doador por um de seus filhos, em data desconhecida.
Quantitativo dos documentos	67 documentos

Delimitação da documentação	1885-1930
Caixas	6 caixas (186-191)
Âmbito e conteúdo	A documentação é reflexo das pesquisas e acumulação de documentos em vida, principalmente ligadas a produção de livros nos âmbitos da geografia, história e literatura sergipana. Abrange: Livros (livros manuscritos, inclusive um epistolar, e traduções), cadernetas, artigos, jornal, discursos, correspondência, palestras, poemas e manuscritos
Instrumento de Pesquisa	Catálogo do Fundo Oliveira Telles
Tratamento Documental	Foi encontrada parte da documentação durante a desmontagem dos depósitos na gestão de Itamar Freitas. O inventário foi desenvolvido por Fernanda Cordeiro e, posteriormente, organizado e catalogado por Isabela Costa Chizolini, que agrupou todos os documentos em caixas, segundo as espécies documentais livros, cadernetas de anotações, correspondências, discursos, artigos e palestras

Fonte: Freitas (2009, p. 33) e Chizolini (2005).

Manoel dos Passos de Oliveira Telles, conforme informações de Guaraná (1925), nasceu em 29 de agosto de 1859, na Vila de Nossa Senhora de Socorro do Tomar de Contiguiba, em Sergipe, fruto da união do Padre Pedro Antonio Moniz Telles e Maria Luiza de Oliveira Pitto. Casou com D. Maria Pastora de Oliveira Telles, com quem teve quatro filhos: Garcilaso Moniz Teles, Maria Luiza de Oliveira Teles, Maria Dafine Moniz Oliveira Teles e Antônio Álvares Moniz Teles.

Educou-se inicialmente em sua vila e, posteriormente, no Atheneu Sergipense (1873-1877), após se mudar para Aracaju, em 1870. Tentou graduar-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas o clima da cidade não favoreceu sua saúde, optando, então, por estudar Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife, onde formou-se em 1885.

Durante sua vida, atuou profissionalmente como Promotor Público de Mossoró/Rio Grande do Norte (1885) e Itabaiana/Sergipe (1886), em 1913 assumiu o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara de Aracaju, Auxiliar do Delegado do Estado, Administrador da Mesa de Rendas Federais em São Cristóvão, Diretor da Instrução Pública e da Escola Normal (1898-1903), Diretor do Atheneu Sergipense (1893-1896) e professor da mesma instituição em 1898.

Foi sócio de diversas organizações, como o Grêmio Literário da Bahia, o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Em 1923, viajou para Pernambuco, a pedido do Dr. Graco Cardoso, para reunir trabalhos de Tobias Barreto de Menezes, seu mestre e amigo. Retornou em 1924 a Aracaju para apresentar os resultados de sua pesquisa em uma conferência no IHGSE. Entre 1925 e 1926, publicou 10 volumes dos trabalhos de Tobias Barreto. Para Lima (2013), a modéstia de Oliveira Telles nesse

trabalho é perceptível quando “não aparece seu nome por extenso, nem mesmo de forma abreviada, na disposição dos volumes e dos seus acréscimos, limitando-se à mera advertência, sem assinatura, de que as produções acompanhadas, ‘não constam das edições anteriores’” (LIMA, 2013, p. 12).

Produziu em periódicos como *Gazeta de Sergipe*, *O Estado de Sergipe*, *Revista do IHGSE* e *Jornal do Povo*. Produziu diversos artigos e obras nas áreas de literatura, geografia, história, filosofia, utilizando, muitas vezes, o pseudônimo “Garcia Moreno” ou “Garcia Moniz”. Entre suas obras, destacam-se: *Ao romper do século XX* (1907), *Aracaju: suas origens e provável futuro* (1913), *Limites de Sergipe – Sergipe-Bahia* (1916) e *O escrivão* (1906). No entanto, foi *Sergipenses* sua maior obra, na qual vislumbra-se um “[...] leque dos seus enfoques, nos domínios da geografia e da história, linguística (etimologia indígena), etnografia e folclore, bem assim da crítica literária” (LIMA, 2013, p. 10).

Desta maneira, Oliveira Telles atuou, ao longo de sua vida, em diversos cargos na área de Direito, foi professor, jornalista, escritor e presidiu inúmeras instituições e veio a falecer em 14 de março de 1939.

5.4 Ivo do Prado Montes Pires França (1860-1924)

Quadro 19 – Histórico do fundo Ivo do Prado

Titular	Ivo do Prado Montes Pires França
Doador	Desconhecido
Quantitativo dos documentos	112
Delimitação da documentação	1818-1958
Caixas	1 caixa (419)
Âmbito e conteúdo	A documentação é reflexo das pesquisas, atividades administrativas e acumulação de documentos, principalmente ligadas a dados sobre questões dos limites entre Bahia e Sergipe. Abrange: artigos de revistas, correspondências (ofícios, cartas e telegramas), jornal e manuscritos
Instrumento de Pesquisa	Catálogo do Fundo Ivo do Prado
Tratamento Documental	Desconhecido o doador, a documentação foi catalogada nas séries: S1- Correspondências, S2- Originais manuscritos, S3- Recortes de Jornal, S4- Recortes de Revista

Fonte: Adaptado de Freitas (2009, p. 17), Dados da pesquisa (2020).

Segundo as informações levantadas no *Dicionário BioBibliográfico Sergipano*, de Armindo Guaraná (1925), Ivo do Prado Montes Pires França é um sergipano nascido no

município de São Cristóvão, em 20 de maio de 1960. Filho do Tenente Coronel Deusdedit Pires da França e Lina Leonor do Prado Montes, foi professor, escritor, editor, político, comandante e propagandista, e foi fundador de jornais como o Correio de Sergipe (1890-1891).

Ivo do Prado educou-se em diversas unidades educacionais pelo Brasil, principalmente no âmbito militar. Em 14 de outubro de 1875, mudou-se de Aracaju para Salvador/Bahia, posteriormente, ingressou na Escola de Cavalaria e Infantaria do Rio Grande do Sul, em 2 de janeiro de 1878, e, um ano depois, estudou no curso de cavalaria e infantaria da mesma instituição, até 1883, conquistando a nomeação de *alferes alumno*. Seus estudos são concluídos em 1886, quando, um ano antes, retorna para sua terra natal, para estudar na Escola Militar da Praia Vermelha. Desta última escola, Ivo de Prado se desligou “por motivos derivados de questão militar” (GUARANÁ, 1925, p. 123), no ano de 1887, retornando somente no ano seguinte, quando se matriculou no Estado Maior de 1ª Classe, mas novamente se desligou no ano seguinte, dando seguimento às atividades do 2º regimento de artilharia, nomeado, posteriormente, como secretário.

Foi no 2º regimento de artilheira que Ivo do Prado participou do movimento da queda da monarquia, em 1889, sendo encarregado pelo Ministro do Interior, um mês depois, de comandar e organizar o Corpo Militar de Polícia do Estado como auxiliar técnico do Estado de Sergipe. Sua influência no âmbito político ampliou-se como deputado federal (1890-1894), período em que declarou, em discurso, sua oposição ao Marechal Deodoro da Fonseca e ao Coronel Vicente Ferreira.

Prado atuou no campo educacional como professor e coordenador do curso de artilheira na Escola de Sargentos (1895-1897), mas foi, principalmente, no âmbito militar a sua maior atuação profissional, quando foi comandante do 2º batalhão de artilharia de posição no Mato Grosso (1897), do forte de Coimbra (1897), do Laboratório Pirotécnico de Cuiabá (1902), do 19º grupo de artilheira de montanha em Manaus (1913), da 1ª Região Militar em Manaus (1913), do 2º Regimento de Artilharia de Montada em Curitiba (1913-1916) e chefe maior da 3ª região (1916-1918).

Entre algumas de suas nomeações e promoções, em 1903, foi convocado para o Mato Grosso, na invasão de Corumbá, sendo nomeado major do Estado maior de artilharia e chefe de gabinete da Intendência geral de guerra. Diante de suas atuações militares, viajou para os Estados Unidos (1910), para relatar as histórias militares promovidas no Brasil, e, no mesmo ano, foi provido como tenente coronel.

Influente no campo militar, Ivo do Prado também exerceu influência na sociedade civil, tornando-se membro de diversas associações, como a Emancipadora Rio Branco, o Club Acadêmico Porto Alegre e o Club Militar do Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores e sócios do IHGSE, além de ter fundado e redigido o jornal *Correio de Sergipe* (1890-1891). Utilizou seu pseudônimo Júlio Iapiranga nas produções em jornais como *Lucta*, *Lábaro*, *Mercantil*, *Seculo*, em Porto Alegre, *Gazeta Official*, *Estado e Rebate*, em Cuiabá, *Sertanejo* e *A Patria*, em Corumbá.

Escreveu as obras *Eu e o Dr. Leandro Maciel* (1890), *Ao eleitorado sergipano* (1911), *A capitania de Sergipe e suas ouvidorias* (1919), *Limites de Sergipe e Bahia* (1918), esta última, nas palavras de Guaraná (1925, p. 123), tornou Ivo do Prado “[...] um *causer* admirável e um arguto da extraordinária [sic] defesa nos direitos de Sergipe na secular pendencia de limites com a Bahia”.

Ivo do Prado faleceu em 1924, no Rio de Janeiro.

5.5 General José Figueiredo Lobo (1899-19--)

Quadro 20 – Histórico do fundo General Lobo

Titular	José Figueiredo Lobo
Doador	Doado pelo filho em 3 baús de madeira
Quantitativo dos documentos	13.891 documentos
Delimitação da documentação	1818-1958
Caixas	95 caixas (201-205, 230-279, 280-288, 290, 294, 299-306, 308-309, 313)
Âmbito e conteúdo	Abrange a documentação produzida e acumulada das atividades administrativas, pessoais e principalmente relacionadas a atuação militar. Abrange: Correspondência (oficial e pessoal), livros impressos (registros, visitas), manuscritos (anotações diversas, cadernetas, blocos, rascunhos, despesas, transcrições, artigos), recortes de jornal, discursos (palestras, orações, conferências, impressos (relatórios, prólogo, monografia, revistas, boletins e artigos), fotografias, documentação pessoal (certidões, carteiras, certificados e diplomas, agendas, receitas médicas)
Instrumento de Pesquisa	Catálogo Fundo do General Lobo
Tratamento Documental	A documentação foi reunida pelo próprio Lobo, que armazenou em 3 baús e denominou de “Arquivo do General José De Figueiredo Lobo”. O arquivo foi inventariado em 2006, na gestão de Itamar Freitas e, posteriormente, catalogado por João Paulo Gama, que, em 2014, estava finalizando o catálogo do fundo

Fonte: Adaptado de Freitas (2009, p. 17), Dantas (2007) e Oliveira (2014a).

Segundo informações fornecidas pelo próprio Lobo²⁷, ele nasceu em Aracaju, em 06 de janeiro de 1899, como José de Figueiredo Lobo, filho do Marechal José Joaquim Pereira Lobo, importante militar e político, e de Thereza de Figueiredo Lobo.

Em sua vida pessoal, foi casado duas vezes, a primeira com Sylvia Guimarães Lobo, em 1922, com quem gerou o filho Sylvio Lobo, e, posteriormente, com Rachel Lagrota Passos. Segundo Dantas (2009), em decorrência das vivências com os militares, o General Lobo passou parte de sua vida fazendo denúncias das perseguições que sofria pelos superiores, o que ocasionou em prisões.

Quanto à sua formação educacional, estudou nos sertões do Paraná e, aos 11 anos, ingressou no Colégio Militar do Rio de Janeiro. A partir desse momento, migrou para a vida militar na 4ª Companhia de Estabelecimento, em 1918, sendo, posteriormente, nomeado aspirante a oficial, em 1921, quando serviu o 26º Batalhão de Caçadores, em Belém do Pará. Destaca-se que Lobo ampliou sua visão intelectual ao se matricular em várias faculdades de ensino superior, como a Faculdade de Direito da Bahia (1929 e, depois, em 1931), a Faculdade de Medicina da Bahia (1925) e a Faculdade de Filosofia da Bahia (1950).

Foi no ramo militar que Lobo deu seguimento à sua vida profissional, ocupando os cargos de Inspetor Regional dos Tiros de Guerra, Chefe Interino do Estado Maior, oficial no gabinete do Ministro da Justiça, além de ter servido ao 3º Regimento da Infantaria, comandado a Guarda do Palácio do Catete e se destacado, historicamente, por comandar a 1ª Companhia do 19 B.C. nas batalhas travadas contra Lampião.

Figueiredo Lobo participou de vários movimentos revolucionários, como a Revolta de Julho de 1924 em Sergipe (MAYNARD, 2007) e a Revolução Constitucionalista de 1932, onde foi preso e enviado para o exílio no navio presídio “Pedro I”, com destino a Lisboa. Apenas em 1934 conquista sua anistia, ocupando posteriormente os cargos de Capitão Major (1942), Tenente Coronel (1946) e Chefe do 17º CB (1947) em Salvador.

Em 1950, é preso novamente, quando deu publicidade à obra *Consequências da tragédia do 22 B.C. na Paraíba*. Na produção, Lobo foi processado por Juarez Távora por calúnia, difamação e injúria, quando serviu na 6ª Região Militar²⁸. Absolvido dois anos depois, Lobo foi promovido a coronel e, posteriormente, em 1955, a General.

²⁷Fundo General Lobo. Dados biográficos do General José de Figueiredo Lobo. Caixa. 235, documento. 3269.

²⁸ Fundo Juaréz Távora, dpf 1950.09.01. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=DocPolFunc&pasta=JT%20dpf%201950.09.01&pagfis=24534>

A vida e feitos realizados pelo General Lobo foi destaque em diversas obras, como *Mosaicos do inferno*, de Hélio Silva, *O calvário das secas*, *Palmares pelo Averso*, *Todos os Golpes se parecem*, *Depoimento sobre a Revolução Constitucionalista de 1932*, *Memórias do Cárcere*. Ao mesmo tempo que escreveu as obras *Fortificações coloniais da Bahia 1949*, *Como ficar quites com o serviço militar*, *Soldados para o Brasil*, *Esboço da História Militar de Sergipe*, *Ensaio sobre Gumercindo Bessa*, *A submersão de Canudos*, *Guia Termal do Cipó-1961*.

Diante de seus feitos na atuação militar e intelectual, Lobo foi premiado com a “Medalha de Guerra”, “Medalha do Pacificador”, Medalha “Heróis da Laguna”, “O mais prezado cidadão Honorário do Amazonas” e “Cidadão do Salvador”.

Como ilustre figura social, tornou-se Diretor Geral do Montepio dos Servidores Municipais do Salvador e sócio do IHGB, do IHGSE e da Associação de Escritores Baianos.

No que concerne à data de falecimento de José Figueiredo Porto, não foi encontrado um registro de sua morte, que provavelmente ocorreu após a década de 70, uma vez trocou correspondências com Rio Nogueira entre meados de 1975 e 1977²⁹.

5.6 Epifânio da Fonseca Dória (1884-1976)

Quadro 21 – Histórico do fundo Epifânio Dória

Titular	Epifânio da Fonseca Dória
Doador	Doado pelos netos em 2009. Juntou-se à documentação acumulada por Epifânio quando atuou no IHGSE
Quantitativo dos documentos	28.500
Delimitação da documentação	1815-1984
Caixas	87 caixas (311-313, 315, 318, 347, 348, 420, 432-519)
Âmbito e contexto	A documentação é reflexo das pesquisas, atividades administrativas e acumulação de documentos em vida. Abrange: Recortes de jornal, jornais, fotografias, correspondência, poesia, textos impressos, decretos, manuscritos, documentação pessoal, efemérides, folhetos, artigos e livro. Destaca-se a presença de documentos acumulados após a sua morte.
Instrumento de Pesquisa	Inventário Sumário do Fundo Epifânio Dória
Tratamento Documental	A documentação foi organizada inicialmente por Ana Medina e Eugênia Andrade, a pedido da família. Posteriormente, a museóloga Sayonara Nascimento realizou a limpeza e descrição sumária dos pacotes, organizados por

²⁹ Fundo Rio Nogueira, RN.T.7.3.011. Disponível em: http://zenith.mast.br/v_dossie_textual_pesqview.php?showdetail=&ID_DOSSIE=2449

	data inicial e final. Por fim, Lorena Campello, em 2015, criou um inventário cronológico, além de enumerar a documentação presente no IHGSE.
--	--

Fonte: Adaptado de Freitas (2009, p. 19), Campello (2015) e Santana (2009).

Segundo dados levantados por Campello (2015), Epifânio da Fonseca Dória nasceu em 7 de abril de 1884, na fazenda Barro Caído, em Campos/SE. Casou-se com Nair Garcez em 1914, com quem teve 5 filhos: Iracema Garcez Dória, José Garcez Dória e Maria Lúcia Garcez Dória, sendo que dois faleceram recém-nascidos.

No campo educacional, iniciou seus estudos, na infância, com o professor Irênio Vital de Souza, ao se mudar com a família para Poço Verde/SE, em 1890. Foi em Poço Verde que dedicou seus estudos por 3 anos na escola pública e, em 1898, retornou para sua terra natal, para estudar na escola primária de sua cidade. Dória se torna autodidata quando abandona seus estudos para trabalhar na casa comercial de Leônidas de Carvalho Fontes, entre 1899 a 1903.

Desde a infância, Epifânio Dória trabalhou, atuando como auxiliar de vendas na casa comercial de Juvêncio de Souza e Oliveira. Mais tarde, foi suplente do Juízo Municipal de Boquim (1904), secretário da Intendência de Boquim (1901-1905), secretário do Gabinete de Leitura de Maruim (1907-1908), amanuense da Segunda Seção da Secretaria do Governo do Estado de Sergipe (1908), Bibliotecário (1908) e diretor da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe (1914), presidente da Liga Sergipense contra o analfabetismo (1916), primeiro-secretário do Centro Socialista Sergipano (1918), membro da comissão de Finanças do Centro Pedagógico Sergipano (1918), secretário da Justiça e Negócios do Interior, da Agricultura, Indústria e Viação e Obras Públicas, no Governo de Eronides Ferreira Costa (1935-1941), tesoureiro do Comitê Central da Cruzada do Mil Réis Ouro (1930), secretário geral, tesoureiro e bibliotecário da Academia Sergipana de Letras (1931-1933; 1933-1935; 1941), deputado estadual classista (1935), secretário da Justiça, Agricultura e Fazenda do Estado de Sergipe (1937-1941) e secretário geral do IHGSE (1939-1941).

Publicou, em 1909, o seu primeiro artigo, intitulado *Tendêncio de Carvalho: necrologia*, no jornal *O Estado de Sergipe*, e, a partir daí, passou a colaborar como colunista regular em diversos jornais sergipanos, além de publicar, em 1916, seu primeiro texto fora do estado, *Dr. Pelino Nobre: subsídios para a sua bibliografia*, marcando o início de suas publicações ao redor do país³⁰.

30 Ver tese da Lorena de Oliveira Souza Campello - O legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos (2015, p. 30).

Foi sócio de instituições como Sociedade Santa Cecília (1909), Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912) e Paraibano (1913), Clube Esperanto (1913), membro correspondente da Universidade Ortológica (1914), membro honorário do Círculo Universitário de Aracaju (1914), sócio correspondente do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (1916), membro da Loja Macônica Cotinguiba de Aracaju (1918), Academia Sergipana de Letras do Rio Grande do Sul (1930), Associação Sergipana de Imprensa (1940), sócio honorário do Instituto de Cultura Americana (1952)³¹.

No IHGSE, atuou como membro efetivo a partir de 1914 e, a partir daí, passou a exercer diversos cargos na instituição, como redator da revista (1925), tesoureiro (1927-1940) presidente na gestão de 1937 a 1939, e secretário vitalício (1949), nomeado por João Batista Perez Garcia de Moreno. Trouxe uma rica contribuição ao Instituto ao comprar o terreno onde a Casa de Sergipe se localiza atualmente, fez doação de livros e documentos históricos, produziu inúmeros artigos na revista e ajudou a organizar os fundos do acervo do arquivo.

Fez publicar, em 1925, a obra *Dicionário Biobliográfico Sergipano*, de seu amigo Manuel Armindo Cordeiro Guaraná, lançada como edição póstuma, e chegou a recusar, a pedido da Federação das Academias de Letras do Brasil (1949), a produção da *História Literária dos Acadêmicos Sergipanos*.

Como diretor da Biblioteca Pública do Estado, conseguiu os acervos pessoais de Gumercindo Bessa, Felisbello Freire e Sílvia Romero. Tentou criar diversos empreendimentos, sem êxito, como o internato de ensino primário e o Clube Literário Progressista em Boquim (1905-1907) e uma casa comercial na Bahia (1907).

Ao longo de sua vida, Dória foi comerciante, diretor de inúmeras instituições e atuou ativamente na área intelectual, e faleceu em junho de 1976.

5.7 Urbano de Oliveira Lima Neto (1905-1990)

Quadro 22 – Histórico do fundo Urbano Neto

Titular	Urbano de Oliveira Lima Neto
Doador	Desconhecida a data e a origem
Quantitativo dos documentos	320
Delimitação da documentação	1936-1988
Caixas	4 caixas (36-37, 153-154)

³¹ Foi sócio de vários Institutos Históricos espalhados pelo Brasil, assim como de outras unidades informacionais (ver Campello, 2015).

Âmbito e contexto	A documentação é reflexo das pesquisas, atividades administrativas e acumulação de documentos em vida, com destaque a textos sobre heráldica, arte sacra e agronomia. Abrange: Correspondência (cartas, bilhetes, ofícios, cartões, telegramas), recortes de jornal, discursos, artigos e textos manuscritos, fotografias, documentação pessoal (atestado, exame de saúde, tempo de serviço, apontamentos e poemas), dossiê “Estátua de Gumerindo Bessa” (documentos referentes a confecção da estátua).
Instrumento de Pesquisa	Catálogo Fundo Urbano Neto
Tratamento Documental	A construção do catálogo iniciou em 2010 na gestão de Samuel Albuquerque e foi publicado em 2011 o catálogo com os documentos separados em 15 séries documentais: Apontamentos Históricos, Artigos e textos, Atestados, Certidões, Correspondências, Discursos, Documentos Pessoais, Documentos de Órgãos Públicos, Documentos da Igreja, Heráldica, Nomeações, Palestras, Pareceres, Poemas, Recibos e Textos Manuscritos.

Fonte: Adaptado de Freitas (2009, p. 37) e Santana (2011).

Segundo informações levantadas por Dantas (2012) e no discurso proferido por Soutelo (2010) no Centenário de Urbano de Oliveira Lima Neto, Urbano Neto nasceu em 18 de outubro de 1905, no Engenho Tuim, no município de Arauá/Sergipe. Fez parte de uma família de 3 filhos de José Epifânio Lima Neto e D. Maria Joaquina de Andrade Lima. Seus irmãos também foram figuras de importância representativa em Sergipe: José Olinó Lima Neto, professor e filólogo, e João Bosco de Andrade Lima, desembargador entre 1943 e 1966.

Urbano Neto foi agrônomo, arquiteto, professor, historiógrafo e dirigiu inúmeras instituições. Casou-se com Ana Maria da Silva Lima, em 1930, com quem teve 9 filhos: Maria Josefina, João Epifânio, Miriam, Eliziário, Cecília, Luis Urbano, Marcos, Antônio Bernardo e João Bosco.

Passou a infância no Engenho Tuim e Cassungué, juntamente com seus irmãos, até que, aos 7 anos de idade, foi mandado para Estância, onde foi educado pelas professoras Ana Pitanga Queirós e Marocas Monteiros, sendo que, através desta última, despertou-lhe o amor pela História do Brasil. Foi transferido, juntamente com seu irmão José Olinó, para o Seminário Diocesano, em Aracaju, cuja metodologia o fez ter dificuldades de gostar das Letras, o que foi despertado apenas no ensino secundário.

Formou-se em 1928 na Escola Agrícola da Bahia, em São Bento das Lajes, afirmando não “ter sido dos melhores alunos” (LIMA NETO, 1978, p. 54). Dedicou seu tempo

à agricultura e pecuária no Engenho Tuim e à fazenda Baixão, em Pedrinhas, o que não durou muito tempo em decorrência do baixo retorno financeiro das colheitas. Passou, então, a se dedicar ao emprego público: foi diretor da Patronato Ciro Azevedo (1932), trabalhou no Serviço Federal de Plantas Têxteis (1936) e foi agrônomo do Fomento da Diretoria de Produção (1938). Além disso, com seus conhecimentos no campo, passou a organizar exposições agropecuárias.

Além da agronomia, Urbano Neto exerceu diversos trabalhos ao longo de sua vida: lecionou no Colégio Sagrado Coração, participou da Câmara Municipal, tentou se eleger como deputado constituinte (1947), foi arquiteto amador e interviu nas obras da Igreja de Boquim e da Igreja do Arauá. Defensor do patrimônio histórico e artístico de Sergipe, foi consultor informal do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Em seu discurso na Academia Sergipana de Letras (1978), afirmou que a dicção oral como orador em Arauá possibilitou a criação de suas primeiras obras. Com o desenvolvimento da escrita, realizou diversos estudos sobre heráldica e, sem sucesso de aprovação, fez o projeto de um escudo de armas para Aracaju e um brasão para Estância.

Passou a administrar instituições como o IHGSE (1961-1965), onde enfrentou dificuldades administrativas frente à ditadura miliar, e o Conselho Estadual de Cultura. Representou a 13ª cadeira na Academia Sergipana de Letras e participou da Comissão de Arte Sacra da Diocese de Sergipe (1940).

Faleceu em 26 de setembro de 1990, em Aracaju, 3 dias antes da missa em memória de sua esposa.

5.8 Fernando Figueiredo Porto (1911-2005)

Quadro 23 – Histórico do fundo Figueiredo Porto

Titular	Fernando Figueiredo Porto
Doador	Fernando Porto, entre 2000 e 2001
Quantitativo dos documentos	3.204 documentos
Delimitação da documentação	1823-1997
Caixas	12 caixas (163-174)
Âmbito e conteúdo	A documentação é reflexo das pesquisas e acumulação de documentos em vida, tratando-se de assuntos ligados a engenharia, bebidas e receitas, astronomia e geografia. Abrange: Ofício, estatuto, ata, cadernos de anotações, jornais, fitas, cartas, artigos, discursos, revistas, folhetos, impressos, documentos pessoais
Instrumento de Pesquisa	Catálogo Fundo Fernando Porto

Tratamento documental	O acervo encontrava-se na sala da presidência e foi incorporado ao acervo geral na gestão de Ibarê Dantas. A documentação foi inventariada por Itamar Freitas em 2006 e, posteriormente, foi lançado o catálogo, distribuído nas séries: S1 – Recortes de Jornais, S2- Recortes de revistas S3- Estatutos, atas e documentação pessoal, S4- Anotações, S5- Anotações, S6- Artigos, S6- Impressos, S7- Correspondências recebidas e emitidas.
-----------------------	--

Fonte: Adaptado de Freitas (2009, p. 37) e IHGSE (2006).

De acordo com Barreto (2006a), Fernando Figueiredo Porto nasceu no município de Nossa Senhora das Dores, em 30 de maio de 1911, filho de Irineu de Figueiredo Porto e de Laura de Figueiredo Porto, e irmão de Pacheco, Antonio Góes e João Augusto Gama da Silva. Casou-se com Núbia Porto e teve dois filhos, Roberto e Rodrigo. A morte de sua esposa e depois de seu filho Roberto marcaram profundamente sua vida, então decidiu morar no interior de São Paulo com Rodrigo (BARRETO, 2006a).

Descrito por Barreto (2006a, p. 291) como um “humanista, homem de cultura científica”, Fernando Porto foi político, engenheiro, escritor e professor. Iniciou seus estudos em sua terra natal e, posteriormente, em Aracaju, nos colégios Tobias Barreto e Atheneu Sergipense. Fez Engenharia na Escola de Engenharia de Minas, em Ouro Preto/Minas Gerais (1933), ao lado de José Rollemberg Leite.

Entre suas atuações, foi prefeito de Propriá (1933-1934), trabalhou ao lado de Teófilo Dantas (1928-1930), foi Diretor de Obras Públicas do Estado de Sergipe (1947-1951), Chefe da Seção Técnica de Engenharia da P.M.A e Presidente da Empresa Energética de Sergipe (Energipe) (1975-1979). Ademais, fez parte da diretoria do IHGSE na década de 70, ao lado de Maria Thétis Nunes como vice-presidente, foi membro do Conselho Estadual de Cultura (1968-1970; 1975-1983) e diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe (1957-1980).

Na área pedagógica, lecionou Geografia na Faculdade Católica de Filosofia (1958-1983) e foi professor da Escola Técnica Federal de Sergipe (1958-1981). Segundo Barreto (2006a, p. 290), suas atividades como professor foram ponto de partida para o início de “suas pesquisas e os seus importantes estudos sobre a cidade do Aracaju”. Escreveu obras como *Cidades, vilas e povoados* (1940), *A Cidade do Aracaju – 1855-1865, Estudos Sergipanos II – a cidade do Aracaju 1855-1867* (1947) e *Alguns Nomes Antigos do Aracaju* (2003).

Santos (2004) destaca que, em 1963, a pedido do Secretário da Educação, Dr. Luiz Rabelo Leite, Porto elaborou, juntamente com a professora Josefina Leite Campos, a obra

Geografia de Sergipe (1969), em virtude da carência de material didático de Geografia de Sergipe para os alunos do primário. Foi organizador da Revista de Aracaju, ao lado de José Calasans e de Mário Cabral, e publicou alguns artigos, como *Os planos de urbanismo e sua Aplicação às cidades sergipanas*.

Fernando Figueiredo Porto faleceu em 29 de junho de 2005.

5.9 Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida (1911-1999)

Quadro 24 – Histórico do fundo Padre Aurélio

Titular	Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida
Doador	Familiares
Quantitativo dos documentos	1494
Delimitação da documentação	1672-1990
Caixas	7 caixas (175-179, 179b, 496)
Âmbito e conteúdo	A documentação acumulada reflete nas atividades de pesquisa e interações com o meio externo. Destaca-se a presença documentos ligados a província de Sergipe e Bahia do século XIX. Abrange também manuscritos diversos, transcrições, recortes de jornal, fichas de requisição da Biblioteca Nacional, caderno de anotações, textos datilografados, textos impressos, atas e livros
Instrumento de Pesquisa	Catálogo do Fundo Padre Aurélio
Tratamento Documental	A documentação foi doada pelos familiares na gestão de Thétis Nunes e foi tratada inicialmente pela estagiária Vanessa, sob supervisão do Secretário Geral Luiz Fernando Ribeiro Soutelo. ³² Quanto a descrição documental, a documentação foi organizada nas séries: S1- Anotações, S2- Recorte de jornal, S3- Manuscritos, portaria, relatórios, S4- Ofícios e solicitações.

Fonte: Adaptado de Freitas (2009, p. 35) e Dados da pesquisa (2020).

De acordo com informações de Abdo (1999), Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida nasceu em 16 de julho de 1911, filho de José Balbino de Almeida e Anna Elias de Vasconcelos, na Vila de Santo Amaro das Brotas, Sergipe. No decorrer de sua vida, Aurélio se dedicou à vida religiosa na Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas, além de ter atuado na advocacia, na sala de aula como professor e no funcionalismo público.

³² Fundo Thétis Nunes. Relatório de Luiz Fernando Ribeiro Soutelo sobre o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Caixa. 523, documento. 579

Iniciou seus estudos na Vila de Santo Amaro das Brotas e passou por diversas instituições educacionais, principalmente voltadas ao âmbito religioso, como o Colégio Diocesano São José (1924), o Seminário Menor de Aracaju (1925-1933) e, um ano depois, em 26 de agosto de 1934, recebeu o sagrado presbiterado na Catedral de Aracaju. Além disso, formou-se em Pedagogia (1949), na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e em Direito, na Faculdade de Niterói (1955). Na carreira de advogado, Abdo (1999, p. 251) ressalta que ele “só advogou em defesa dos carentes e necessitados, através da justiça gratuita”.

Sua atuação no âmbito religioso teve início em 1935, quando se tornou Vigário de Santo Amaro das Brotas, na Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Passos, Coadjutor na Paróquia de Nossa Senhora de Patrocínio, em Araras/São Paulo (1938-1939), Vigário da Paróquia de São Paulo, em Agudos/São Paulo (1940-1941), Capelão do Hospital de Agudos/São Paulo (1942-1951), Capelão do Pensionato São Francisco, em Campinas (1951), e Chefe da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, em Nova Odessa (1951).

Exerceu também a advocacia, foi professor na década de 40 na Escola Normal Livre de Agudos, em São Paulo, no Ginásio São Paulo e na PUC, durante a década de 50, lecionando Sociologia, e foi inspetor técnico em assuntos educacionais pelo Ministério de Educação (1945).

Entre seus feitos ao longo da vida, construiu a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, em Vila Azenha, a qual presidiu até 1979, e várias capelas, como a de São Benedito, São Jorge e Santo Amaro. Fundou a Associação Vicentina Assistencial de Nova Odessa (AVANO), em 1958, no intuito de prestar assistência social à comunidade de Nova Odessa. Além de promover a Academia Padre Anchieta e o Serviço de Educação de Adolescentes de Nova Odessa, organizou o Congresso Eucarístico, em 1937, e o I Congresso Eucarístico Paroquial, em 1973.

Como historiador, Padre Aurélio Vasconcelos de Almeida também foi sócio do IHGSE e publicou diversos trabalhos na revista do instituto. Sua principal linha de pesquisa foi sobre o Padre Gaspar Lourenço e escreveu a obra *A História da Companhia de Jesus*. Além disso, ele possuía um esboço para a publicação de mais duas obras, uma sobre a transferência da capital sergipana e a outra, *Esboço Biográfico de Inácio Barbosa*, foi publicada após a sua morte, em 2001, com edição e publicação pelo IHGSE e a prefeitura de Aracaju.

Padre Aurélio faleceu em 29 de janeiro de 1999.

5.10 Lauro de Britto Porto (1911-2010)

Quadro 25 – Histórico do fundo Lauro Porto

Titular	Lauro de Britto Porto
Doador	Seus filhos Roberto Eugênio e Patrícia da Fonseca Porto
Quantitativo dos documentos	Aprox. 5 mil documentos
Delimitação da documentação	1912-2010
Caixas	4 caixas (181-185, 367-368)
Âmbito e conteúdo	Documentos relativos ao campo medicina, além da acumulação de documentos em sua vida cotidiana. Abrange: livros, recortes de jornais, apontamentos, biografias ³³
Instrumento de Pesquisa	Não possui
Tratamento documental	A documentação chegou no IHGSE em 2010, no início da gestão de Samuel Albuquerque, mas ainda não possui um tratamento informacional.

Fonte: Adaptado de Freitas (2009, p. 35), Albuquerque (2011a).

Dados do *Dicionário de Médicos de Sergipe*, por Santana, Dias e Gomes (2009), e do *Centenário de Lauro Porto (1911-2011)*, por Albuquerque (2011b), informam que Lauro de Britto Porto nasceu em 18 de agosto de 1911, em Nossa Senhora das Dores/SE, fruto da união do Coronel Francisco de Souza Porto e Laura de Brito Porto. Seu pai teve influência política em Sergipe, exercendo diversos cargos políticos, inclusive como prefeito da capital (1933-1934). Barreto (2006b) ressalta que seu avô Manuel Joaquim de Souza Britto, com o sobrinho Rozendo de Souza Britto, foram linchados na cadeia em Araraquara (1987), caso que repercutiu no Brasil e abalou Lauro Porto. Não bastante a forte perda de seu avô, Lauro Porto perde seu pai em 1964 e, um ano depois, a sua esposa, Maria Aurélia da Fonseca Porto, deixando seus filhos Laura Cristina, Francisco Eduardo, Patrícia Maria e Maria Aurélia e os netos Maria Clara e Maria Tereza.

Estudou no primário com professores como Hozana Azevedo e Álvaro Paes, cursou o ginásio no Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora. Mudou-se para Aracaju em 1925, um ano depois foi para o Colégio Tobias Barreto e, posteriormente, realizou os preparatórios no Ateneu. Graduiu-se em Medicina, na Faculdade de Medicina da Bahia (1930-1935), especializou-se no Hospital São Francisco, no Rio de Janeiro (1938), e na Escola Paulista de Medicina. Lauro Porto também participava de manifestações políticas, principalmente quando seu pai foi impedido de assumir o cargo de governador de Sergipe em decorrência da Revolução

³³ Como não havia um tratamento documental, a documentação do fundo de Lauro Porto encontra-se dispersa nos pacotes, sem qualquer tipo de separação ou classificação. Desta maneira, optou-se em não analisar as demais caixas para verificar seu conteúdo, associado a falta de tempo para realização da pesquisa, limitando-se o conhecimento do fundo em apenas uma caixa (181).

de 1930, além de ter participado e ter sido preso durante as manifestações da Revolução Constitucionalista de 1932.

Lauro Porto exerceu principalmente o cargo de oftalmologista e otorrinolaringologista. Foi médico e diretor do Hospital de Cirurgia, atuando em inúmeras instituições de saúde e atendia em unidades particulares, assim como em sua clínica ou em sua casa, exercendo sua profissão mesmo aposentado, o que o configura, nas palavras de Barreto (2006b, p. 1), como o “decano da medicina, o medico [sic] mais idoso em atividade”.

Foi membro fundador da Academia Sergipana de Medicina e da Faculdade de Medicina de Sergipe, sendo que nesta última exerceu também o cargo de professor. Juntamente com Augusto César Nabuco de Araújo Faro e Max Rollemberg Góis, fundou, em 1984, a Sociedade Sergipana de Oftalmologia (SSO), sendo seu diretor de 1984 a 1987. Além disso, foi professor titular de otorrinolaringologia e de oftalmologia da UFS, Médico da Previdência e Presidente da Mesa Administrativa da Fundação de Beneficência do Hospital das Clínicas Dr. Augusto Leite. Foi membro efetivo do Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe (CREMESE) e tesoureiro em 1960, na gestão do Dr. Hugo Bezerra Gurgel.

Ademais, foi membro do Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal de Sergipe, em 1967, sócio da Sociedade Francesa de Oftalmologia, membro do Instituto Barraquer, Tenente Médico do Exército do 28ºBC e membro do Instituto Hilton Rocha. Publicou inúmeros trabalhos, principalmente na Revista *Arquivos do Centro de Estudos do Hospital de Cirurgia*. Segundo Alves (2010), foi condecorado pelo Governador João Alves Filho com a medalha de Mérito Aperipê.

Faleceu em 30 de outubro de 2010, na cidade de Aracaju, aos 99 anos de idade.

5.11 José Calasans Brandão da Silva (1915-2001)

Quadro 26 – Histórico do fundo José Calasans

Titular	José Calasans
Doador	Não informado
Quantitativo dos documentos	523 documentos
Delimitação da documentação	1825-1988
Caixas	4 caixas (20, 21, 159-160)
Âmbito e contexto	A documentação é reflexo das pesquisas, principalmente ligadas a história de Sergipe, e acumulação de documentos que envolvem Correspondências (cartas, cartões, bilhetes, telegramas, ofícios, circulares),

	jornal, documentos pessoais (carteiras, atestados, receitas médicas, certidões escolares), apontamentos (apontamentos, poemas, ações, folhas de rosto, folhetos, manifestos, listas, resoluções, convocações).
Instrumento de Pesquisa	Catálogo do Fundo José Calazans
Tratamento Documental	Apesar do desconhecimento do doador, o acervo foi transferido de Salvador para Aracaju e organizado segundo a ordem dispostas em suas respectivas caixas. Fernando Soutelo solicitou um plano de classificação, mas não obteve resposta do doador pelo seu falecimento ³⁴ .

Fonte: Adaptado de Freitas (2009, p. 31) e IHGSE (2006).

Segundo informações do próprio Calasans, através de seu *curriculum vitae*³⁵, de Dantas (2012) e de Nascimento (2004), José Calasans Brandão da Silva nasceu em 14 de julho de 1915 em Aracaju, filho de Irineu Ferreira da Silva e Noemi Brandão da Silva, que também deram à luz a Francisco Brandão da Silva, América Brandão da Silva e Joana Brandão da Silva. A família de seus pais é composta por figuras importantes na sociedade sergipana: por parte da mãe, o Monsenhor Antônio Fernandes Silveira e o médico Josafá Brandão, e do seu pai, o General José Calasans.

Em 30 de dezembro de 1941, casou-se com Lúcia Margarida Maciel, filha do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Afonso Maciel Filho. Com Lúcia, teve dois filhos: José Calasans Maciel da Silva (1942-1972) e Maria Maciel da Silva (1949).

Iniciou seus estudos no Colégio Nossa Senhora da Conceição e, em 1928, foi enviado para o Colégio Militar no Rio de Janeiro, mas retornou para Aracaju, onde ingressou no Atheneu Dom Pedro II (1929-1932). Mudou-se para a Bahia em 1932, onde se formou em bacharelado em Direito, na Faculdade de Direito da Bahia (1937), e no Curso Superior de Guerra, na Escola Superior de Guerra (1972).

Profissionalmente, foi comerciante de fumo, igual seu pai, mas atuou principalmente como professor de História. Entre 1938 e 1947, ensinou em diversos colégios de Aracaju, como o Atheneu Sergipense (1938), a Escola Rui Barbosa (1939), o Ginásio Nossa Senhora de Lourdes (1940) e o Colégio Tobias Barreto (1941).

Quando se mudou para Salvador, em 1947, lecionou no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1948), Colégio SS. Sacramento, Colégio Brasil e Colégio Antônio Vieira, mas foi na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia que exerceu fortemente o cargo de

³⁴ Fundo Thétis Nunes. Relatório de Luiz Fernando Ribeiro Soutelo sobre o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Caixa. 523, documento. 579

³⁵ Fundo José Calasans. José Calasans da Silva: *curriculum vitae*. Caixa. 160, Documento. 589.

professor nas disciplinas de História (1949), História do Brasil (1954), História Moderna e Contemporânea (1955, 1959) e História Econômica Geral e do Brasil (1959). Tornou-se professor Adjunto do Departamento de Antropologia (1969) e do mestrado de Ciências Humanas (1970). Ademais, foi professor visitante de História na Universidade Federal Fluminense (1979) e Vice-Reitor da Universidade Federal da Bahia (1980).

Calasans participou de diversas entidades ao longo de sua vida: como sócio efetivo do IHGSE (1938), Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1937), Delegado do SPHAN (1939-1947), Delegado do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SESC) de Sergipe (1947) e se tornou diretor do mesmo órgão em Salvador (1948), Presidente do IHGSE (1945-1947), Presidente do III Congresso Brasileiro de Folclore em Salvador/Bahia (1957), Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1962), membro da Academia de Letras da Bahia (1964), membro do Conselho de Cultura do Estado da Bahia (1968-1983), Presidente da Academia de Letras da Bahia (1971-1973), sócio correspondente do IHGB (1971), Presidente do Conselho de Cultura do Estado da Bahia (1973-1979), membro fundador da Academia Brasileira de História de São Paulo (1975), coordenador do IV Encontro Cultural de Laranjeiras/Sergipe (1979) e Presidente do Instituto Genealógico da Bahia (1986).

Entre suas principais comunicações em congressos, destacam-se: *A santidade de Jaguaripe*, no IHGSE (1951), *Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes*, no IHGB (1957), *O livro de Antônio Conselheiro*, no IHGB (1966), *A Revolução de 30 na Bahia*, no IHGB (1967), *A Revolução de 1930 e o Nordeste*, no II Simpósio de História do Nordeste Brasileiro, na Paraíba (1970), *Introdução ao estudo da Historiografia Sergipana*, no V Simpósio de História do Nordeste, em Aracaju/Sergipe (1973), *Origem e desenvolvimento de um Arraial Messiânico – Canudos*, no VII Simpósio de Professores de História (1973).

José Calasans publicou em inúmeras revistas, como a *Revista de Aracaju*, *Revista do IHGSE* e *Correio de Aracaju* sobre temas relacionados ao folclore, história de Sergipe e a Revolta de Canudos. Entre suas produções, há *Aracaju, contribuições a história da capital de Sergipe* (1942), *O ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro* (1950), *Cachaça, moça branca* (1951), *A santidade de Jaguaripe* (1952), *Os vintistas e a regeneração econômica de Portugal* (1959), *No tempo de Antônio Conselheiro* (1961), *Lulu parola e os acontecimentos políticos de 1891* (1967), *Antônio Conselheiro e a escravidão* (1968), *Clodomir e o Folclore Sergipano* (1977), *A Revolução de 30 na Bahia*, no Mestrado de Ciências Humanas da UFBA (1980), *Canudos na Literatura de Cordel* (1984), *Canudos não Euclidiano* (1986).

José Calasans faleceu em 28 de maio de 2001, na cidade de Salvador/Bahia.

5.12 Maria Thétis Nunes (1923-2009)

Quadro 27 – Histórico do fundo Thétis Nunes

Titular	Maria Thétis Nunes
Doador	Parte da documentação encontrava-se no IHGSE e o restante foi doada pela família
Quantitativo dos documentos	970 documentos
Delimitação da documentação	1821-2007
Caixas	9 caixas (520-528)
Âmbito e Contexto	A documentação é reflexo das pesquisas e acumulação de documentos em vida, principalmente documentos no âmbito acadêmico e relacionados a instituições que frequentava. Abrange: Entrevista, documentos pessoais, iconografia, discursos e palestras, documentos históricos e processos do Conselho Estadual da Cultura, correspondência expedidas e recebidas, impressos, artigos e jornais
Instrumento de Pesquisa	Catálogo do Fundo Maria Thétis Nunes
Tratamento Documental	Parte da documentação já estava armazenada e organizada em 5 caixas, mas, em 2014, foram encontrados mais documentos, sem tratamento organizacional. João Paulo Gama Oliveira e Aline Santos Cruz catalogaram os documentos através de 9 séries documentais: S1- Artigos e Textos, S2- Entrevistas, S3- Documentos Pessoais, S4- Iconografia, S5- Discursos e Palestras, S6- Documentos Históricos e Processos do Conselho Estadual de Cultura, S7- Notícias de Jornais, S8- Correspondências, S8a- Expedidas, S8b- Recebidas, S9- Impressos.

Fonte: Adaptado de Freitas (2009) e Oliveira (2014b).

Segundo informações levantadas por Dantas (2009) e Nunes (2005), Maria Thétis Nunes nasceu em 06 de janeiro de 1923, na cidade de Itabaiana/Sergipe, filha de José Joaquim Nunes e Maria Anita Barreto. Ainda quando pequena, ficou órfã de pai.

Iniciou seus estudos primários em Itabaiana e, em 1934, mudou-se para Aracaju, para fazer o curso secundário no colégio Atheneu Sergipense. Formou-se em Geografia e História, na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, e em Museologia, no Museu Histórico Nacional.

Ainda na Academia, em 1945, apresentou a tese *Os Árabes, sua influência na civilização ocidental*, tornando-se a única professora catedrática do Colégio Atheneu Sergipense, e, posteriormente, sua diretora, nos anos de 1951 a 1954.

Em seu discurso na Academia Sergipana de Letras (NUNES, 2005), afirma que, na época, pretendia fazer Etnologia nos Estados Unidos, mas resolveu representar Sergipe no

Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) como professora assistente, em 1956, apresentando o trabalho intitulado *Sílvio Romero e Manuel Bonfim: Pioneiros de uma ideologia Nacional*.

Em 1961, dirigiu o Centro de Estudos Brasileiros na Argentina, permanecendo até 1965, em decorrência de questões políticas no Brasil. Além de promover debates relacionados à cultura, história e educação do Brasil, lecionou na pós-graduação da Universidade Nacional do Litoral.

De volta a Sergipe, Thétis Nunes atuou de forma intensa em diversas instituições: foi professora da Universidade Federal de Sergipe, após a sua criação em 1968, e sua reitora (1976-1977); membra dos Conselhos Estaduais de Educação (1970/1981) e de Cultura (1982/1994) do Estado de Sergipe; presidente do IHGSE, em 1972, onde permaneceu por 31 anos; vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura; membra da Academia Sergipana de Letras e fez parte do Comitê Diretor da Aliança Francesa.

Ao longo de sua vida, Thétis Nunes publicou inúmeras obras relacionadas à História e Educação de Sergipe. Segundo ela própria, em um discurso aos seus 80 anos na Academia Sergipana de Letras, “a experiência acumulada, os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo dos anos afastada de Sergipe, me dariam novas perspectivas, ao mesmo tempo levando-me às pesquisas, [...] que permitiram a publicação de livros e trabalhos” (NUNES, 2005, p. 237).

Entre suas publicações, destacam-se: *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira* (1962), *História de Sergipe a partir de 1820* (1978), *História da Educação em Sergipe* (1984), *Sergipe Colonial I* (1989) e *Sergipe Colonial II* (1996), *Sergipe Provincial I* (2000) e *Sergipe Provincial II* (2006). Além disso, muitas de suas atividades foram decorrentes de sua viagem a Portugal, em 1979, ao levantar fontes primárias da história de Sergipe nos arquivos portugueses.³⁶

Maria Thétis Nunes faleceu em 25 de outubro de 2009.

5.13 Djaldino Mota Moreno (1948-)

Quadro 28 – Histórico do fundo Djaldino Moreno

Titular	Djaldino Mota Moreno
Doador	Djaldino Mota Moreno, em 2013
Quantitativo dos documentos	980 documentos

³⁶ Para outras obras, ver artigo de Ibarê Dantas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº39/2009.

Delimitação da documentação	1954-1972
Caixas	3 caixas (156, 180, 203)
Âmbito e contexto	A documentação abrange Recortes de jornais, artigos e críticas relacionadas ao cinema
Instrumento de Pesquisa	Descrição sumária da documentação de Djaldino Moreno
Tratamento Documental	A documentação doada pelo próprio Djanildo foi entregue em 13 pastas, sendo realizado uma descrição sumária da documentação, reunida em pacotes e com um breve resumo do que se pode encontrar.

Fonte: Adaptado de Nascimento (2014)

Segundo Moreno (1991, 2004), Djaldino Mota Moreno nasceu em 2 de agosto de 1948, em Aracaju/Sergipe, filho de Djalma Mota Moreno. Casou-se com Lucinda Meneguz Moreno, com quem teve dois filhos: Daniel Gustavo Meneguz Moreno e Rafael Alexandre Meneguz Moreno.

Atuou principalmente na área do cinema, como diretor cinematográfico, roteirista, diretor de produção, crítico cinematográfico e pesquisador cinematográfico. Foi Assistente Social e Coordenador de Artes Visuais na Universidade Federal de Sergipe, Professor da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer/SE, Coordenador do Núcleo Regional de Sergipe, do Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro, Presidente de Cinema de Sergipe (1990/1991) e membro do Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro.

Foi um dos fundadores do Clube de Cinema de Sergipe, em 23 de novembro de 1966, assumindo a vice-presidência na primeira gestão de Elson Melo (1966). Em relatório das atividades na obra *Uma Aventura Cinematográfica* (1991), destaca que, nos anos de 1966 a 1991, foi diretor (1975-1976; 1979-1980; 1983; 1990-1991), atuou como bibliotecário do Clube (1968-1969), secretário geral (1977-1978; 1982; 1984-1987) e 1º tesoureiro (1971). Em seu estatuto, o Clube de Cinema de Sergipe tinha como objetivo exibir filmes, realizar conferências e cursos, organizar a biblioteca, realizar intercâmbios, filmagens e divulgação da cinematografia, e foi lá que vários dos trabalhos de Djaldino Moreno foram expostos (MORENO, 1991).

Publicou obras como *Ensino de Cinema nas escolas de 1º e 2º grau - Documentos e experiências* (1979), *Cinema brasileiro: ontem e hoje: esparsos filmes em questão* (1980), *Uma aventura cinematográfica* (1991), *Curtas imagens em movimento* (1992) e *Imagens luminosas de Leonardo Alencar* (1997).

Foi diretor dos filmes *Adauto Machado, evolução* (1972), *Hiro, esparsos, só isso...* (1972), *Feliciano, a artesã de carrapicho* (1973), *Cultura popular em Laranjeiras* (1976), *Taieira na festa dos reis* (1978), *Feirinha de Natal* (1980), *10 anos de poesia falada* (1980), *Um calçadão na doce província de Sergipe Del Rey* (1982) e *Clemente Freitas, o pioneiro da arte cinematográfica em Sergipe* (2004).

6 METODOLOGIA

A construção de uma intervenção no IHGSE requer instrumentos metodológicos para que se alcancem os objetivos estabelecidos. Logo, entrevistou-se nos fundos pessoais dessa instituição, através do uso do método indutivo em uma pesquisa exploratória descritiva de cunho documental, utilizando-se da análise quali-quantitativa de dados.

O método indutivo possibilita a “observação sistemática dos fenômenos e a elaboração de classificações a partir da descoberta de relação entre os fenômenos observados” (DINIZ; SILVA, 2008, p. 3). Desta forma, por meio desse método, foi possível identificar nos arquivos pessoais do IHGSE, os textos de natureza metalinguística produzidos por titulares entre o final do século XIX e início do XX.

Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa toma como base a pesquisa descritiva-exploratória, uma vez que a pesquisa descritiva possibilita a descrição de uma população, fenômeno ou relações variáveis através de técnicas de coleta padronizadas, enquanto a exploratória constrói e esclarece conceitos e ideias, tomando como base problemas ou hipóteses levantadas (GIL, 2008).

A pesquisa descritiva também envolve duas etapas para que se tenha a descrição de um objeto de estudo: o levantamento bibliográfico e documental, na tentativa de se esclarecer um problema. Partindo dessa premissa, este trabalho se baseia em pesquisa bibliográfica para fundamentar o estudo da produção metalinguística da intelectualidade sergipana através de artigos, livros, teses e dissertações que remetem aos termos *historiografia linguística*, *arquivos pessoais*, *fontes de informação e metalinguístico*. Os termos serão buscados através de sistemas de buscas, como Google Acadêmico, Scielo, IBICT e Pergamum, com produções do final do século XX até a atualidade (2019), uma vez que autores “clássicos” estruturam o escopo das teorias dos pesquisadores.

A pesquisa documental busca o exame de materiais documentais que ainda não receberam o devido tratamento analítico. O uso de documentos possibilita a construção de dados para o estudo de qualitativos, já que permitem a compreensão de fatos históricos. No entanto, os documentos nem sempre constituem amostras representativas de estudo, valendo-se a necessidade de habilidades de codificação das informações, além disso, as fontes de informação apresentam-se em fontes escritas ou não, além de fontes primárias ou secundárias, que estão localizadas em arquivos públicos ou privados (LAKATOS; MARCONI, 1992).

Creswell (2007) aponta que a pesquisa qualitativa possui forte teor interpretativo dos dados, ou seja, é através do ato descritivo de um determinado objeto que leva a análise e identificação de temas para que sejam efetivadas suas conclusões por meio da interpretação. Além disso, a pesquisa qualitativa, é projetada para compreender um determinado grupo social ou de uma organização. Destaca-se que por quantificar os dados obtidos sobre os fundos pessoais do IHGSE, através de gráficos estatísticos, utiliza-se o método quantitativo, formando assim, um trabalho quali-quantitativo.

Desta forma, a pesquisa exploratória se constitui na exploração documental dos fundos pessoais do IHGSE, no intuito de explorar e descrever as fontes metalinguísticas produzidas por escritores dos séculos XIX e XX, mas ao mesmo tempo conhecer a realidade do acervo do IHGSE, no que se refere aos aspectos do tratamento documental dos fundos.

6.1 Pré-análise do espaço-temporal e sujeitos da pesquisa

O levantamento da produção de textos que remetem a questões linguísticas na produção intelectual sergipana requer a busca do tipo documental adequado nos fundos pessoais localizados no IHGSE. Deste modo, verificou-se inicialmente a totalidade da população que constitui os fundos. A instituição oferece 13 fundos referentes a Fernando Porto, Urbano Neto, Ivo Prado, Oliveira Telles, João Dantas, Thetis Nunes, Padre Aurélio, Djanildo Moreno, Epifânio Dória, Figueiredo Lobo, José Calasans, Lauro Porto e Armindo Guaraná.

Por conta da duração de um mestrado profissional ser de apenas 2 anos, torna-se inviável a análise do quantitativo total de documentos presentes nos fundos do Instituto. Para tornar este trabalho viável, foi realizada uma pré-análise do quantitativo de itens catalogados nos catálogos da instituição. Ressalta-se que a documentação foi registrada através da descrição de documentos individuais e pacotes nos fundos:

Quadro 29 – Documentação catalogada nos fundos do IHGSE

Nº	FUNDO	TIPO DE CATALOGAÇÃO	QUANTITATIVO
01	Fernando Porto	Documentos individuais	3204
02	Urbano Neto	Documentos individuais	320
03	Ivo Prado	Documentos individuais	94
04	Oliveira Telles	Documentos individuais	27
05	João Dantas	Documentos individuais	298
06	Thétis Nunes	Documentos individuais	970
07	Padre Aurélio	Documentos individuais	1595
08	Djanildo Moreno	Documentos individuais	11

09	Epifânio Dória	Pacotes	282
10	Figueiredo Lobo	Documentos individuais	13891
11	José Calasans	Documentos individuais	523
12	Armindo Guaraná	Documentos individuais	464
13	Lauro Porto	Não existe ³⁷	-
TOTAL		22.999 documentos/ pacotes	

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Tomando como base os 22.999 itens catalogados nos documentos individuais e pacotes dos fundos, o próximo passo de investigação foi selecionar, inicialmente, os documentos que apresentam, de forma explícita, discussões relativas à teoria e descrição linguística da língua portuguesa. Dentre as mais variadas fontes de informação, foram selecionadas aquelas que abordavam questões de cunho ortográfico, fonético, prosódico, morfológico, sintático, lexicológico, lexicográfico, etimológico, terminológico, semântico, discursivo e estilístico, nas breves descrições expostas nos catálogos do IHGSE, o que totalizou 113 documentos:

Quadro 30 – Documentação da pré-análise

Nº	FUNDO	DOCUMENTOS/PACOTES	DOCUMENTOS COM DISCUSSÕES METALINGÜÍSTICAS
01	Fernando Porto	3204	45
02	Urbano Neto	320	11
03	Ivo Prado	94	-
04	Oliveira Telles	27	8
05	João Dantas	298	-
06	Thetis Nunes	970	25
07	Padre Aurélio	1595	-
08	Djanildo Moreno	11	-
09	Epifânio Dória	282	15
10	Figueiredo Lobo	13891	-
11	José Calasans	523	5
12	Armindo Guaraná	464	6
13	Lauro Porto	-	-
TOTAL		22.999	113

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Partindo-se da documentação selecionada, foi necessária a exploração do material para confirmar se os fundos realmente possuíam documentos com abordagem metalingüística, o que levou à consulta do acervo. Além disso, para ampliar o escopo da amostra, foram

³⁷ Não foi localizado o catálogo no Instituto, uma vez que não foi realizada a catalogação do acervo.

verificados outros documentos que não estavam selecionados na pré-análise. Vale ressaltar que, em decorrência do pequeno tempo para o desenvolvimento do produto, o elevado quantitativo documental e os impactos da pandemia do novo Coronavírus no funcionamento do IHGSE houve a necessidade de se tomar alguns critérios para a seleção de novos documentos:

- Para fundos com até 4.000 documentos, foram verificados cuidadosamente, em ordem: os documentos da pré-análise, suas respectivas caixas e os demais documentos do fundo, para detectar a presença de estudos metalinguísticos.
- Para fundos com mais de 4.000 documentos, considerou-se apenas a análise das caixas referentes aos documentos da pré-análise e, se houvesse tempo, seriam analisadas outras caixas.

A coleta de dados iniciou-se no dia 22 de setembro de 2020, em negociação mediada pela professora Renata Ferreira Costa com a presidente do Instituto, professora Aglaé D'Ávila Fontes, juntamente com a diretora da biblioteca e arquivo, Rosângela Soares de Jesus. Foi decidido o acesso ao arquivo, mediante as precauções contra o novo Coronavírus, às segundas e terças-feiras, das 09h às 17h, e às quintas-feiras, das 09h às 12h. A coleta de dados terminou no dia 28 de outubro de 2020.

Durante esse processo, foram detectados problemas no que se refere ao quantitativo da produção documental presente nos acervos, a ausência de documentos catalogados e inventariados, desaparecimento da documentação que deveria estar em algumas caixas e até mesmo a existência de mais de um fundo no acervo documental de um titular. Para isso, foi elaborada uma lista com os aspectos que chamaram atenção ao longo da pesquisa:

- a) O fundo de Lauro Porto não possui um catálogo no IHGSE, por isso foi desconsiderado na amostra. Ao analisar a documentação presente em suas quatro caixas (181, 185, 367 e 368), foi possível observar que ela não estava catalogada e com tratamento arquivístico.
- b) No fundo de Epifânio Dória foram quantificados 282 pacotes, já que o catálogo presente na instituição foi enumerado através de pacotes, ao invés de documentos. Vale destacar que Campello (2015), em seu trabalho de doutorado, trabalhou com a documentação de Epifânio Dória no IHGSE e criou um inventário cronológico através de seus 28.500 documentos.

- c) Foi constatado em uma das atividades da disciplina *Tópicos especiais em Ciência da Informação*, do mestrado em Ciência da Informação da UFS, que o fundo de Armindo Guaraná possui documentos relativos a três fundos, já que inclui a do seu amigo Epifânio Dória, da sua esposa Maria Luiza Guaraná e do IHGSE.
- d) O fundo João Dantas é um acervo familiar, uma vez que o IHGSE misturou documentos relativos a familiares como Capitão-mor João Dantas dos Reis Portátil (1773-1832), João Dantas Martins dos Reis (1830-1890) e João Dantas Martins dos Reis (1884-1979). Há documentos produzidos no período em que ambos estavam vivos, de modo que torna-se difícil identificar os documentos pertencentes a cada um. Seria necessário criar um fundo para cada titular, mas durante o mestrado não houve tempo para isso.
- e) Os fundos de Ivo Prado, Oliveira Telles, João Dantas, Padre Aurélio e Djanildo Moreno possuem um quantitativo de documentos catalogados que não corresponde à realidade de seus respectivos acervos.
- f) No fundo de Ivo Prado, o catálogo apresenta a catalogação do documento 94, mas existe um pacote com mais documentos, que se inicia na numeração 95, pula para a 98 (duplicado) e depois segue até o 114.
- g) A catalogação do acervo de Oliveira Telles não corresponde à totalidade de documentos presentes em seu acervo, contabilizando 67 itens documentais.
- h) No fundo do Padre Aurélio, a caixa 175 possui um conjunto de documentos denominado “Vários documentos soltos” e sem numeração. A caixa 406, o catálogo afirma que corresponde aos documentos 1561 a 1595 e deveria compor recibos, anotações, atas e boletos do titular, mas na verdade apresenta um conjunto de cadernos com anotações do Padre, com numeração 1642 a 1657 (alguns não possuem numeração), e que não constam no catálogo³⁸. A caixa 179 possui uma pacotilha com documentação de avulsos, sem numeração, além de dois exemplares de jornais publicados 2 anos após a sua morte. Por fim, algumas notas arquivísticas dos documentos não constam no acervo e catálogo, não havendo algum tipo de explicação para sua inexistência (Ex. Doc.01) e os Docs. 04 e 05 estão na documentação, mas não no catálogo.
- i) A documentação de Djanildo Moreno foi reunida em pacotilhas, sem tratamento descritivo individualizado dos documentos. A numeração que se apresenta em cada

³⁸ Foi feita uma busca nas 6 caixas de Padre Aurélio e a documentação da caixa 406 não foi encontrada.

pacote não segue uma sequência lógica (podendo começar da 01, pular para 300 e voltar para 130 em um mesmo pacote). Segundo Freitas (2009), o acervo possui 980 documentos, mas em decorrência do tempo escasso, não foi possível verificar sua veracidade.

- j) É necessário destacar que o fundo de João Dantas, além de possuir um quantitativo documental maior do que o que consta nos catálogos, os documentos apresentam descrições de notações arquivísticas que não existem mais, uma vez que foi feita uma atualização do armazenamento nas caixas. Exemplo: É apresentada a notação dos documentos 001 e 002 na caixa 15, mas a caixa não se refere mais ao fundo João Dantas.

Apesar dos problemas constatados nos fundos do IHGSE, é possível elaborar um quadro com o quantitativo total de documentos presentes. É preciso destacar que os fundos de Djanildo Moreno e Lauro Porto e do General Lobo seguem os parâmetros utilizados, respectivamente, por Freitas (2009) e Oliveira (2014b):

Quadro 31 – Quantitativo dos fundos pessoais do IHGSE

Fundos	Quantidade de caixas	Quantidade de documentos
Armindo Guaraná – AG	17 caixas (192-208)	464
Epifânio Dória – ED	95 caixas (311-313, 315, 318, 347, 348, 420, 432-519)	28.500
Fernando Porto – FP	12 caixas (163-174)	3.204
Fundo General Lobo – GL	102 caixas (201-205, 230-279, 280-288, 290, 294, 299-306, 308-309, 313)	13.891
Fundo Ivo do Prado – FIP	1 caixa (419)	112
Fundo João Reis – FJR	4 caixas (27, 416-418)	350
Fundo José Calasans – FJC	4 caixas (20, 21, 159-160)	523
Fundo Oliveira Telles – FOT	6 caixas (186-191)	67
Fundo Padre Aurélio – FPA	7 caixas (175-179, 179b, 406)	1494
Fundo Urbano Neto – FUN	4 caixas (36-37, 153-154)	320
Fundo Lauro Porto – FLP	4 caixas (181-185, 367-368)	Aprox. 5 mil
Fundo Djaldino Moreno – FDM	3 caixas (156, 180, 203)	980
Fundo Thétis Nunes – FTN	9 caixas (520-528)	970
TOTAL	Aproximadamente 55.875 documentos	

Fonte: Freitas (2009), Oliveira (2014a) e dados da pesquisa (2020).

Através do levantamento dos 55.875 documentos do IHGSE, foi possível verificar a presença de informações metalinguísticas em seus acervos. Como dito anteriormente, além

da análise dos documentos da pré-análise, foram analisadas outras caixas e o fundo por completo, a depender do tempo de pesquisa e o quantitativo de itens documentais presentes nos fundos. Assim, foram analisados:

- a) Os fundos, por completo, de Fernando Porto, Urbano Neto, Ivo Prado, João Dantas, Padre Aurélio, Thétis Nunes, Djanildo Moreno e José Calasans;
- b) Em decorrência do numeroso acervo de 28.500 documentos de Epifânio Dória, optou-se por apenas verificar os itens documentais, e suas respectivas caixas da pré-análise.
- c) No fundo de Oliveira Telles, duas caixas não foram analisadas por se tratarem de correspondências (Cx. 190) e a tradução do livro “História da Descoberta e Conquista da América”, de William Robertson (Cx. 188), não sendo consideradas potenciais para o estudo das ideias linguísticas;
- d) Da mesma forma, no fundo de Armindo Guaraná não foram analisadas algumas caixas pela ausência de potencialidade de informações metalinguísticas, uma vez que as caixas guardavam atestados e diplomas (Cx. 208) ou até mesmo fotografias particulares (Cx. 203);
- e) Em decorrência do quantitativo elevado do Fundo do General Lobo, com 13.891 documentos, optou-se por desconsiderá-lo na amostra, pelo tempo que demandaria sua observação;
- f) O fundo de Lauro Porto também foi eliminado na composição da amostra, uma vez que não possui nenhuma organização arquivística, o que iria dificultar o usuário na busca pela informação, com a carência de clareza de uma notação arquivística. Contudo, ao verificar os poucos documentos analisados na Caixa 181, foi possível encontrar um documento com fonte metalinguística, o que o torna um possível fundo a ser estudado posteriormente, quando estiver organizado segundo os princípios arquivísticos.

Desta forma, o quadro a seguir (Quadro 36) apresenta o quantitativo final do acervo analisado nos fundos pessoais do IHGSE, além do número de caixas verificadas e a representação de documentos metalinguísticos encontrados:

Quadro 32 – Amostral documental e de fontes metalinguísticas

Nº	FUNDO	Caixas Consultadas	Total de documentos do fundo	Total de documentos analisados	Total de textos metalinguísticos
01	Fernando Porto	163 a 174	3.204	3.204	40
02	Oliveira Telles	186, 187, 189 a 191	67	67	15
03	Thétis Nunes	520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528	970	970	15
04	Epifânio Dória	460, 464, 465, 466, 467, 469, 470, 471, 472, 480, 485, 502, 508	28.500	2.335	8
05	José Calasans	20, 21, 159, 160	523	523	5
06	Armino Guarani	204, 205, 199	464	239	4
07	Urbano Neto	36, 37, 153 e 154	320	320	4
08	Ivo Prado	419	112	112	2
09	Lauro Porto	181	Aprox. 5 mil	10	1
10	João Dantas	027, 116, 117 e 118	350	350	0
11	Padre Aurélio	177-179, 179b, 406	1494	1494	0
12	Djanildo Moreno	156, 180 e 203	980	980	0
13	General Lobo	0	13.891	0	0
	Total	64 Caixas	Aprox. 55.875 documentos	10.674 documentos	94 documentos

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Deve-se destacar algumas observações do quadro 36: nos fundos de João Dantas, Padre Aurélio e Djanildo Moreno não foram encontrados documentos com a temática linguística de maneira explícita. O fundo do Padre Aurélio é constituído por ofícios ligados à província de Sergipe; o acervo de Djanildo Moreno, por textos e recortes de jornais relativos ao cinema, enquanto que a documentação de João Dantas possui artigos de jornal sobre questões jurídicas, decisões judiciais e apontamentos genealógicos.

Através do direcionamento da seleção de fontes informacionais que apresentam discussões metalinguísticas, foram selecionados documentos nas mais diversas espécies documentais, como artigos, apontamentos, listas, jornais, revistas, livros. Desta forma, parte-se, agora, para a análise de conteúdo.

6.2 Análise de conteúdo

Como apresentado anteriormente, este trabalho se vale da pesquisa documental como coleta de dados, que visa contribuir para a investigação de um determinado fato ou fenômeno, que, neste caso, se refere à presença de discussões teóricas e descritivas a respeito da língua nos documentos das personalidades sergipanas. Para a análise dos dados recolhidos, usufrui-se da metodologia exposta por Bardin (2004), que consiste na pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação de dados.

Para a pré-análise dos dados, verificaram-se quais documentos são considerados potenciais como base documental para a pesquisa empírica sobre a língua e o conhecimento linguístico. Partindo-se da documentação selecionada, foi necessária a exploração do material para confirmar se os fundos realmente possuíam documentos com abordagem metalinguística, o que levou à consulta do acervo, além da verificação de outros documentos que não estavam selecionados na pré-análise, totalizando 94 documentos dessa natureza.

Após a coleta, já descrita detalhadamente, foi necessário realizar o tratamento documental através de sua tipologia arquivística³⁹. Para a identificação dos documentos com teor linguístico, selecionou a documentação que constitui de aspectos ortográficos, fonéticos, prosódicos, morfológicos, sintáticos, lexicológicos, lexicográficos, etimológicos, terminológicos, semânticos, da língua portuguesa. Para apoiar a identificação, foi elaborada um glossário (Apêndice A) das tipologias citadas, no intuito de auxiliar na busca dos documentos.

Para a descrição arquivística e, conseqüentemente, a elaboração do catálogo (Apêndice B), foram utilizados os princípios estabelecidos pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD) e os modelos de catálogo apontados por Belloto (2006), Lopez (2002), Lima (2012) e do Arquivo Público do Paraná (2005).

Na produção da introdução do catálogo, levou-se em consideração as informações necessárias que são estabelecidas por Lopez (2002): a explicação da importância do instrumento de pesquisa, a contextualização do titular e a indicação dos critérios de classificação e descrição. Pensando na necessidade de se descrever o fundo dos documentos selecionados, utilizou-se os princípios descritivos da NOBRADE e da ISAD, apontando código de referência, título, data, suporte, nome do produtor, história biográfica e arquivística, âmbito e conteúdo, condições de uso e guia de pesquisa. Ademais, foi utilizado o modelo de catálogo por quadros dos itens documentais elaborado por Belloto (2006) e tomando como referência o modelo de Lima

³⁹ Segundo o Conselho Nacional de Arquivos (2006, p. 10), as “normas para descrição de documentos arquivísticos visam garantir descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas”.

(2012). Desta forma, a descrição documental abrangeu os aspectos da notação de localização, técnica de registro, espécie, autoria, resumo do conteúdo, local e data de produção, folhas e estado de conservação. Logo, resume-se a construção de um catálogo seletivo, voltado para a área de linguística, constituído pelos seguintes aspectos, segundo os princípios de Lopez (2002) e Bellotto (2006):

- a) Introdução com importância de um catálogo;
- b) Aspectos metodológicos utilizados para a descrição e ordenação dos documentos;
- c) Histórico dos titulares e do arquivo;
- d) Catálogo por quadros;
- e) Índice por nome.

Além da produção do catálogo, foi realizada a interpretação dos dados colhidos. Para tal, foram utilizados quadros estatísticos, com identificação dos seguintes elementos:

- a) Os fundos possuem textos metalinguísticos;
- b) O nível linguístico da documentação;
- c) A técnica de registro dos documentos;
- d) As autorias;
- e) As espécies e tipos documentais;
- f) O local e data de produção dos documentos.

Analisando a individualidade de cada fundo, foi possível discutir:

- a) O que se encontra nas amostras de cada fundo;
- b) Apresentar as técnicas de registro, autoria, espécie e tipo documental, local e data de produção da seleção dos documentos metalinguísticos de cada fundo;
- c) Seleção e análise de um documento de cada fundo, verificando como as ideias linguísticas são apresentadas e como o documento se associa à produção e acumulação documental do produtor.

6.3 Diagnóstico do IHGSE

Para que se possa traçar uma proposta de intervenção, faz-se necessária a realização de um diagnóstico que permita conhecer as características de uma determinada situação ou instituição, no intuito de promover soluções e/ou melhorias no objeto de intervenção. Desta maneira, é apontado a seguir o histórico do IHGSE, suas as características funcionais, além de uma análise SWOT da instituição.

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) foi criado em 06 de agosto de 1912, nas primeiras décadas da República, com a finalidade de ser “[...] um centro de cultura, agregador de intelectualidade e cultivador da sociedade” (DANTAS, 2012, p. 20). Idealizado por Florentino Teles de Menezes, teve como referência o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro, em uma tentativa de dar uma maior visibilidade à intelectualidade sergipana, que já se destacava dentro e fora do estado, com nomes como Silvio Romero, Tobias Barreto, Manoel Bonfim, Felisbello Freire, Laudelino Freire, Hermes Fontes, Maximino de Araújo, João Ribeiro, Francisco Antônio de Carvalho Júnior, entre outros.

Tomando como base a linha histórica traçada por Dantas (2012) na obra *História da Casa de Sergipe 1912/2012*, considera-se o histórico do IHGSE a partir de 11 cortes temporais: tempos de organização (1912-1921), tempos de descontinuidade (1921-1927), tempos de campanha e de construção (1927-1939), tempos de autoritarismo envolvente (1939-1945), tempos de liberação e dissensão (1945-1951), tempos de audácia e destaque (1951-1957), tempos agitados (1957-1965), tempos de declínio (1965-1969), tempos de crise (1969-1972), tempos de dificuldades e permanências (1972-2003) e tempos de reforma e modernização (2003-2012).

Assim, o IHGSE, ao longo de seus primeiros anos, tentou se firmar como instituição e estruturar seu funcionamento. As atividades iniciaram no prédio do Tribunal de Relação e, em 1914, passou a ocupar a Praça Fausto Cardoso, com o desafio de despertar a importância dos intelectuais sergipanos e a memória do Estado, em uma “uma sociedade pouco acostumada a atividades associativas” (DANTAS, 2012, p. 53).

Nos primeiros anos de mandato de João da Silva Melo (1912-1916) houve discussões voltadas ao desenvolvimento do meio científico, afastando-se do âmbito político e religioso, além da publicação do primeiro número da *Revista do IHGSE*, em 1913. Na tentativa de se legitimar na sociedade, além de tentar meios para custear as dependências da instituição, o IHGSE foi incorporando indivíduos de valor intelectual como sócios efetivos, além de sócios correspondentes.

Os anos de 1921 a 1927 foram marcados, segundo Dantas (2012), como tempos de descontinuidade. Ao longo desse período, o Instituto passou por tempos que abalaram a sua organicidade. A presidência de Manuel Joaquim Pereira Lobo diminuiu as reuniões ordinárias e solenes, assim como a revista deixou de ser editada, o que motivou muitos intelectuais a se afastarem da instituição. Já na presidência de Manoel Caldas Barreto Netto, o IHGSE se envolveu no apoio à Revolta dos Tenentes, em 1934, o que levou à suspensão das atividades na segunda metade no mesmo ano. Apesar da retomada da revista no mandato do Almirante Amintas José Jorge e o exercício do civismo na Casa de Sergipe, a gestão sofreu críticas com a polêmica com o historiador João Ribeiro, em decorrência da definição da data de emancipação de Sergipe.

Foi entre os anos de 1927 a 1939 que o instituto elevou o ritmo de atividades exercidas, no intuito de cumprir o objetivo de preservar e propagar a cultura sergipana. No mandato de Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, as produções estiveram voltadas à cultura popular, assim como aos interesses do estado. Não é à toa que, após a Revolução de 1930, o IHGSE passou a ser um interlocutor da sociedade sergipana no que cerne à relação histórica entre Bahia e Sergipe, principalmente com as produções de Gervásio de Prata.

O debate entre os estados da Bahia e Sergipe alimentou a necessidade de se construir a própria sede da Casa de Sergipe, que passou do Tribunal da Relação para o Palácio Provincial, até 1918, onde ficou em uma casa na Rua Maruim, entre 1918 e 1923, e depois se instalou na biblioteca pública do estado. Foi criada uma campanha para a construção da sede, passando-se a colher dinheiro em várias cidades sergipanas, como Laranjeiras e Estância. Com a arrecadação, Nobre de Lacera e Epifânio Dória adquiriram uma casa na Rua Itabaianinha, que foi projetada pelo alemão Arendt Von Altenesch. A construção da sede iniciou-se em 17 de março de 1934, paralisou com a morte de Nobre de Lacera e retornou na presidência de Epifânio Dória, em 1937, sendo inaugurada em 02 de abril de 1939.

Com prédio novo, nos anos de 1939 a 1945, o instituto sofreu interferências do autoritarismo do Estado Novo de Getúlio Vargas. Na presidência de Hunald Santaflor Cardoso foram constatadas, segundo Dantas (2012), conotações político-ideológicas influenciadas pelo Estado Novo, de modo que os membros do instituto não se manifestavam entusiasmados com os rumos que a Casa de Sergipe seguia.

As manifestações dos intelectuais, defendendo a democracia, deixaram de ser reprimidas na gestão de José Augusto da Rocha Lima, já que a relação com o Estado Novo

ocorreu com maior naturalidade. Em sua gestão também se destaca a comemoração do centenário de personalidades, a exemplo de Armindo Guaraná.

Entre 1945 e 1951, embora o IHGSE tenha mantido boas relações com os interventores durante o mandato de Getúlio Vargas, sofreu com a liberação de recursos para a manutenção das atividades no prédio. Durante esse período, José Calasans propôs a realização do Primeiro Congresso de História e Geografia de Sergipe, em 1942, mas falhou em decorrência dos eventos da II Guerra Mundial. No entanto, o instituto ganhou mais visibilidade com o crescente número de associados e recebimento de documentos raros, como uma cópia das sesmarias de Sergipe, além de marcar uma nova fase da historiografia sergipana, com o uso da pesquisa documental e narrativa objetiva.

João Batista Perez Garcia de Moreno, em sua gestão, empenhou-se em promover eventos culturais e mudanças no estatuto do instituto, o qual, em 1949, foi reformado com a criação do cargo vitalício de secretário geral, exercido na época por Epifânio Dória, além da criação da função de sócio benfeitor, no intuito de se arrecadar mais investimentos para a reforma do auditório. Apesar disso, o mandato de Garcia de Moreno foi marcado por discussões com a Academia Sergipana de Letras, assim como a Associação Sergipana de Imprensa, que resultou em sua carta de renúncia em 1949, e seu retorno ao poder 2 meses depois.

O desempenho de atividades desenvolvidas durante 1951 a 1957 no IHGSE continuaram efervescentes. Mesmo sofrendo com o atraso na liberação de recursos financeiros pelo Estado, Felte Bezerra zelou pelo acervo cultural e produções de saber durante sua gestão. O instituto ganhou esculturas, coleções de Orlando de Carvalho Damasceno e publicou obras, como *Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe* (1952). Já o desembargador Enoch Santiago trouxe fortes elementos religiosos em sua gestão, alimentou o arquivo com o acervo pessoal de Armindo Guaraná, conseguiu o aumento do salário mínimo dos funcionários da biblioteca e do auditório e elevou o número de sócios benfeitores de 60 para 100.

Enoch Santiago não conseguiu concluir o seu mandato em virtude de seu falecimento. Com sua morte, o Dr. Manoel Ferreira da Silva Neto e Urbano de Oliveira Lima Neto assumiram a presidência durante os anos de 1957 a 1965, quando a ditadura militar trouxe tempos agitados ao instituto. Durante esse período, Ferreira Neto propôs a criação do título de sócio efetivo, realizou debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases, recebeu doação de Alceu Maynard, mas sofreu com obras paradas em decorrência da falta de apoio do Estado.

Já Urbano Neto presidiu o instituto com muita insegurança em decorrência da implementação da ditadura militar. Contudo, mesmo com a carência de investimentos,

conseguiu, em 1962, comemorar os 50 anos do IHGSE em 7 dias consecutivos. Durante esse período, foram inauguradas mostras e exposições de retratos de antigos presidentes, realizadas homenagens a Florentino Teles de Menezes e a indivíduos da Igreja, além de uma conferência sobre o desenvolvimento cultural de Sergipe na primeira metade do século XX.

De acordo com Dantas (2012), nos anos de 1965 a 1969, conhecidos como tempos de declínio, José da Silva Ribeiro Filho teve que lidar com o aumento da inflação no país, mas mesmo com as dificuldades financeiras, o auditório era bastante procurado por entidades. Foi nessa época que o IHGSE recebeu o acervo de Ivo do Prado e a 26ª edição da Revista foi lançada (1965), ficando um período de 10 anos até a próxima edição.

Na gestão de José Bonifácio Fortes Neto, a ausência de Epifânio Dória nas atividades diárias levou à organização do acervo do instituto e da biblioteca. Além disso, o Ato Institucional 5 (AI-5), em 1968, levou muitos membros a se sentirem receosos, em decorrência da intervenção da polícia militar, o que culminou na constante mudança de local das reuniões.

Entre 1969 e 1972, o IHGSE continuou passando dificuldades, Dantas (2012) ressalta que na gestão de José Garcez Dória existiram poucos documentos que delineiam suas atividades administrativas, mas ressalta a proposta de colaboração com a Universidade Federal de Sergipe para atrair pesquisadores universitários ao instituto. Apesar disso, a Casa de Sergipe sofreu com a repentina renúncia de Benjamin Alves de Carvalho, além do pouco tempo que José Silvério Leite Fontes disponibilizava para as atividades.

A presidência de Maria Thétis Nunes é de maior permanência ao longo da história do IHGSE (1972-2003), além de ser a primeira mulher a ficar na direção no instituto. Sua gestão ficou marcada, segundo Dantas (2012), por diversas dificuldades em relação à manutenção da instituição, o que levou à produção de diversas matérias na mídia sobre o abandono da preservação da Casa de Sergipe. Além disso, Thétis Nunes lutou para a organização do acervo da biblioteca, recorrendo ao apoio de estudantes de História e Filosofia da Universidade Federal de Sergipe e de Biblioteconomia da Universidade Tiradentes. Além disso, tentou-se reformular o estatuto da instituição, atribuindo cargos de diretores para o museu e o arquivo.

O início do século XXI, de 2003 a 2012, é marcado por físicas para a modernização do prédio. Na tentativa de melhorar as condições da Casa de Sergipe, José Ibarê Contas Dantas assumiu a presidência no intuito de enfrentar os desafios provenientes de gestões anteriores. Dessa forma, organizou o quadro de funcionários, reformulou o estatuto e conseguiu doações de diversas instituições para custear a reforma do prédio. Além da instalação de telefone, internet e criação de site do instituto, foram nomeados Verônica Maria Menezes Nunes e Itamar

Freitas e Oliveira para a diretoria do museu e pinacoteca, e da biblioteca e arquivo, respectivamente, no intuito de promoverem a organização dos acervos nas unidades informacionais.

Como política de preservação da informação, Ibarê assinou contrato com a Petrobrás para a digitalização de 480 volumes de jornais editados nos séculos XIX e XX em Sergipe, projeto que foi ampliado com o convênio firmado com a UFS, que digitalizou mais 154 volumes.

Itamar Freitas foi responsável por comandar as atividades de incorporação de novos documentos ao acervo da biblioteca e do arquivo, sendo substituído, mais tarde, pela historiadora Sayonara Rodrigues do Nascimento. Como ações culturais, o instituto promoveu comemorações pela emancipação de Sergipe, lançou diversas obras, realizou congressos, como o I Congresso Sergipano de História, em 2008, a Revista passou a ganhar maior regularidade e uma versão digital.

A forte atuação para modernização e produção de atividades culturais se repetiu na gestão de Samuel Barros de Medeiros Albuquerque, que se iniciou em 2010. De imediato, foi apresentada em 02 de março de 2010 a proposta da reformulação do estatuto, redigida por José Rivadálvio Lima e Igor Leonardo, sendo aprovada em 2011. Além disso, foi proposta e aprovada, a criação do Prêmio Maria Thétis Nunes de monografias de graduação, com a temática “Sergipe, História, Sociedade e Cultura”, lançado em 25 de outubro de 2011, em celebração ao aniversário de 2 anos de seu falecimento.

No início de sua gestão, Samuel Albuquerque realizou inúmeras reformas na estrutura física do prédio, como a fachada, além da execução de projetos de acessibilidade, através de uma rampa para os usuários com necessidades especiais, e a reestruturação do banheiro.

Além disso, graças à regularização da documentação bancária, o Instituto conseguiu criar um planejamento para o uso dos recursos financeiros, como também renovar contratos com entidades municipais e governamentais, e assinar parcerias que possibilitaram a doação de móveis e o lançamento da coleção “Biblioteca Casa de Sergipe”.

Com a reestruturação física e interna do Instituto, foi possível sediar eventos importantes, como o Centenário do IHGSE, e promover o desenvolvimento da produção científica com a Revista do Instituto, que foi laureada, em 2011, pelo programa Qualis-CAPES do Ministério da Educação.

Figura 9 – Fachada do IHGSE



Fonte: Google Mapas (2019).

Em 18 de janeiro de 2018, Aglaé d'Ávila Fontes assumiu a presidência do IHGSE, que se iniciou com dificuldades pela carência de funcionários que a auxiliassem. Entre os destaques de sua gestão, ressalta-se o lançamento do “Álbum de Sergipe”, de Clodomir Silva, a criação e aprovação do projeto “Medalha Florentino Menezes”⁴⁰, o desenvolvimento de projetos como o “Educação Patrimonial”, que promove visitas de alunos dos colégios de Aracaju ao Instituto, além do desenvolvimento de atividades de organização do arquivo e da biblioteca.

No fim de 2018, deu-se início à reforma, higienização e catalogação do acervo da Biblioteca Sergipana, agora intitulada “Biblioteca Manoel Bonfim”, que contou com a colaboração de estudantes do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFS, na função de atividades de estágio obrigatório, em conjunto com a nova diretora da Biblioteca e Arquivo, Rosângela Soares de Jesus. A catalogação das obras foi realizada no software Biblivre e sua inauguração se deu em 2020, quando também foi lançado o regulamento com normas de acesso à unidade de informação.

⁴⁰ A premiação destina-se a “agracar pessoas e instituições, públicas e privadas, que tenham contribuído para o desenvolvimento cultural do Brasil e de Sergipe e para evidenciar o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe” (IHGSE, 2019, p. 8).

Em decorrência da pandemia do novo Coronavírus, em 2020, o Instituto vem se concentrando na catalogação de outros suportes documentais presentes na biblioteca, como Cds e revistas, ao mesmo tempo em que os estagiários do curso de História realizam a higienização e organização do acervo documental do arquivo, iniciando pelo fundo do IHGSE nos últimos 10 anos.

Figura 10 – Biblioteca Manoel Bomfim



Fonte: IHGSE (2020).

Além da organização dos espaços internos, em 17 de fevereiro de 2019 foi enviado o projeto da reforma estrutural do prédio do Instituto para o Governador de Sergipe, projeto criado e liderado por Dr. Ubirajara Barreto Santos (IHGSE, 2018). Planejado para ter início no segundo semestre de 2020, o projeto foi interrompido em decorrência da propagação do novo Coronavírus. Há uma estimativa de início da reforma para o ano de 2021.⁴¹

Em 2018, o IHGSE também promoveu a renovação de sua página oficial na *Web*⁴², assim como a criação de contas em redes sociais, como Instagram⁴³ e Facebook⁴⁴, no intuito de divulgar informativos, eventos e atividades desenvolvidas. Em 2020, foi criada sua página

⁴¹ As informações da reforma em 2021 foram cedidas pela diretora da biblioteca e do arquivo, Rosângela Soares de Jesus.

⁴² Página oficial do IHGSE: <http://ihgse.org.br/>

⁴³ Instagram do IHGSE: <https://www.instagram.com/ihgse/>

⁴⁴ Página do Facebook do IHGSE: <https://www.facebook.com/ihgse/>

oficial no Youtube⁴⁵, com exibição do programa Café com Prosa⁴⁶, *lives* comemorando datas importantes para a história de Sergipe, além da divulgação de produtos e serviços, como a Biblioteca e a Revista.

Apresenta-se a seguir (Quadro 33), uma lista de intelectuais que presidiram o IHGSE ao longo de seus 108 anos:

Quadro 33 – Presidentes do IHGSE

Presidentes	Profissão	Período de Gestão	Tempo
Desembargador João da Silva Melo (1856-1917)	Magistrado	06.08.1992 a 06.08.1916	04 anos
Desembargador Manoel Caldas Barreto Netto (1871-1928)	Magistrado	06.08.1916 a 06.08.1921 e 02.08.1923 a 06.01.1925	06 anos, 05 meses e 04 dias
Manuel Joaquim Pereira Lobo (1864-1927)	Militar	06.08.1921 a 02.08.1923	01 ano, 11 meses e 26 dias
Cyro Cordeiro de Farias (1891-1926)	Bacharel	06.01.1925 a 27.01.1925	21 dias
Almirante Amintas José Jorge (1860-1945)	Militar	27.01.1925 a 06.08.1927	02 anos, 06 meses e 09 dias
Dr. Francisco Carneiro Nobre Lacerda (1869-1935)	Magistrado	06.08.1927 a 28.06.1935	07 anos, 10 meses e 22 dias
Epifânio da Fonseca Dória (1884-1976)	Funcionário Público	27.01.1937 a 06.08.1939	02 anos, 06 meses e 09 dias
Desembargador Hunald Santafior Cardoso (1894-1969)	Magistrado e Professor	06.08.1939 a 06.08.1941	02 anos
Professor José Augusto da Rocha Lima (1897-1969)	Professor	06.08.1941 a 06.08.1945	04 anos
Dr. José Calasans Brandão da Silva (1915-2001)	Professor	06.08.1945 a 09.08.1947	02 anos e 03 dias
Dr. João Batista Perez Garcia de Moreno (1910-1976)	Médico e professor	09.08.1947 a 09.08.1951	03 anos, 11 meses e 27 dias
Dr. Felte Bezerra (1909-1990)	Professor	09.08.1951 a 13.08.1953	02 anos e 07 dias
Desembargador Enoch Santiago (1892-1957)	Magistrado e Professor	13.08.1953 a 06.08.1957	03 anos, 11 meses e 24 dias
Dr. Manoel Ferreira da Silva Neto (1901-1984)	Advogado	06.08.1957 a 06.08.1961	04 anos
Eng. Agrônomo Urbano de Oliveira Lima Neto (1905-1990)	Agrônomo e Funcionário Público	06.08.1961 a 06.08.1965	04 anos

⁴⁵ Página oficial no Youtube: <https://www.youtube.com/c/InstitutoHist%C3%B3ricoGeogr%C3%A1ficodeSergipe/featured>

⁴⁶ O objetivo do programa é discutir e passar informações sobre aspectos históricos, culturais e políticos de Sergipe, em diálogos informais.

José da Silva Ribeiro Filho (1907-1976)	Magistrado e Professor	06.08.1965 a 05.08.1967	01 ano, 11 meses e 29 dias
José Bonifácio Fortes Neto (1926-2004)	Magistrado e Professor	05.08.1967 a 05.08.1969	02 anos
José Garcez Dória (1921-1972)	Contador	05.08.1969 a 10.09.1972 e 10.10.1972 a 14.10.1972	03 anos e 26 dias
Benjamin Alves de Carvalho (1904-1995)	Médico	14.10.1972 a 10.10.1972	22 dias
José Garcez Dória (1921-1972)	Professor	15.10.1972 a 27.11.1972	1 mês e 12 dias
Maria Thetis Nunes (1973-2009)	Professora	27.11.1972 a 19.12.2003	31 anos e 22 dias
José Ibarê Contas Dantas (1939)	Professor	19.12.2003 a 19.01.2010	06 anos e 01 mês
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque (1978)	Professor	19.01.2010 a 18.01.2018	01 ano, 11 meses e 29 dias
Professora Aglaé D'Ávila Fontes	Professora	18.01.2018 – (previsão de fim em 31.12.2020)	

Fonte: Adaptado de Dantas (2012).

Após elencar os aspectos históricos do Instituto, cabe apontar questões atinentes ao seu funcionamento, além dos produtos e serviços prestados. De início, é necessário destacar que a instituição não dispõe de missão, valores e visão para cada gestão documentada. Há, outrossim, um estatuto, cujo artigo 5º aponta como finalidades do IHGSE:

[...] promover estudos e pesquisas, animar o desenvolvimento intelectual e cívico do Povo sergipano, estimular o conhecimento da História e da Geografia em todos os seus ramos e aplicações à vida social, política e econômica do País, tomando o Estado de sua sede como principal objeto de suas ações. (IHGSE, 2011, p. 2).

Para que tais finalidades sejam alcançadas, o instituto desenvolve diversas atividades de gestão, preservação, conservação, divulgação, educação e pesquisa, que são descritas no artigo 6º de seu estatuto:

I – coletar, adquirir, conservar e, quando for o caso, digitalizar documentos, arquivos, coleções, peças artísticas e outros objetos de valor histórico, arqueológico, geográfico e antropológico, especialmente os referentes ao Estado de Sergipe; II – organizar e manter seções de museu, pinacoteca, arquivo, biblioteca, compreendendo mapoteca e hemeroteca, bem como outros meios de disponibilização do acervo à visitação ou consulta públicas; III – promover e manter intercâmbio cultural com instituições congêneres nacionais e do estrangeiro; IV – aceitar, a título de guarda, de forma definitiva e em caráter irrevogável, documentos e arquivos particulares, para fins de conservação e divulgação, em época oportuna, nos termos de contrato ou acordo firmado; V – colocar à disposição do público o seu acervo para fins de visitação ou

consulta públicas, inclusive para utilização em pesquisas, estudos, publicações e outros meios difusores; VI – publicar a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, editada desde 1913, para divulgação de estudos, pesquisas e quaisquer outros trabalhos de valor no âmbito da atuação da entidade; VII – promover reuniões, congressos, seminários, exposições, cursos, conferências e outras atividades culturais ligadas à finalidade do Instituto; VIII – conceder prêmios, diplomas e outras honrarias para distinguir trabalhos, pessoas e entidades, segundo normas e critérios regularmente estabelecidos; IX – celebrar acordos, convênios e outros ajustes com órgãos ou entidades, públicas ou privadas, para o apoio à realização de suas atividades, divulgação de seu acervo cultural e maior promoção do Instituto. (IHGSE, 2011, p. 2)

Com horário de funcionamento de segunda à sexta-feira, das 08h às 12h e das 14h às 17:30h⁴⁷, a instituição está localizada atualmente na Rua Itabaianinha, no Centro de Aracaju, e seu prédio foi construído na década de 30 do século XX e tombado em 2007. Sua estrutura comporta duas bibliotecas (Irmãos Dória), pinacoteca João Oliveira, Museu Galdino Bicho, arquivo, hemeroteca e um auditório com 400 cadeiras.

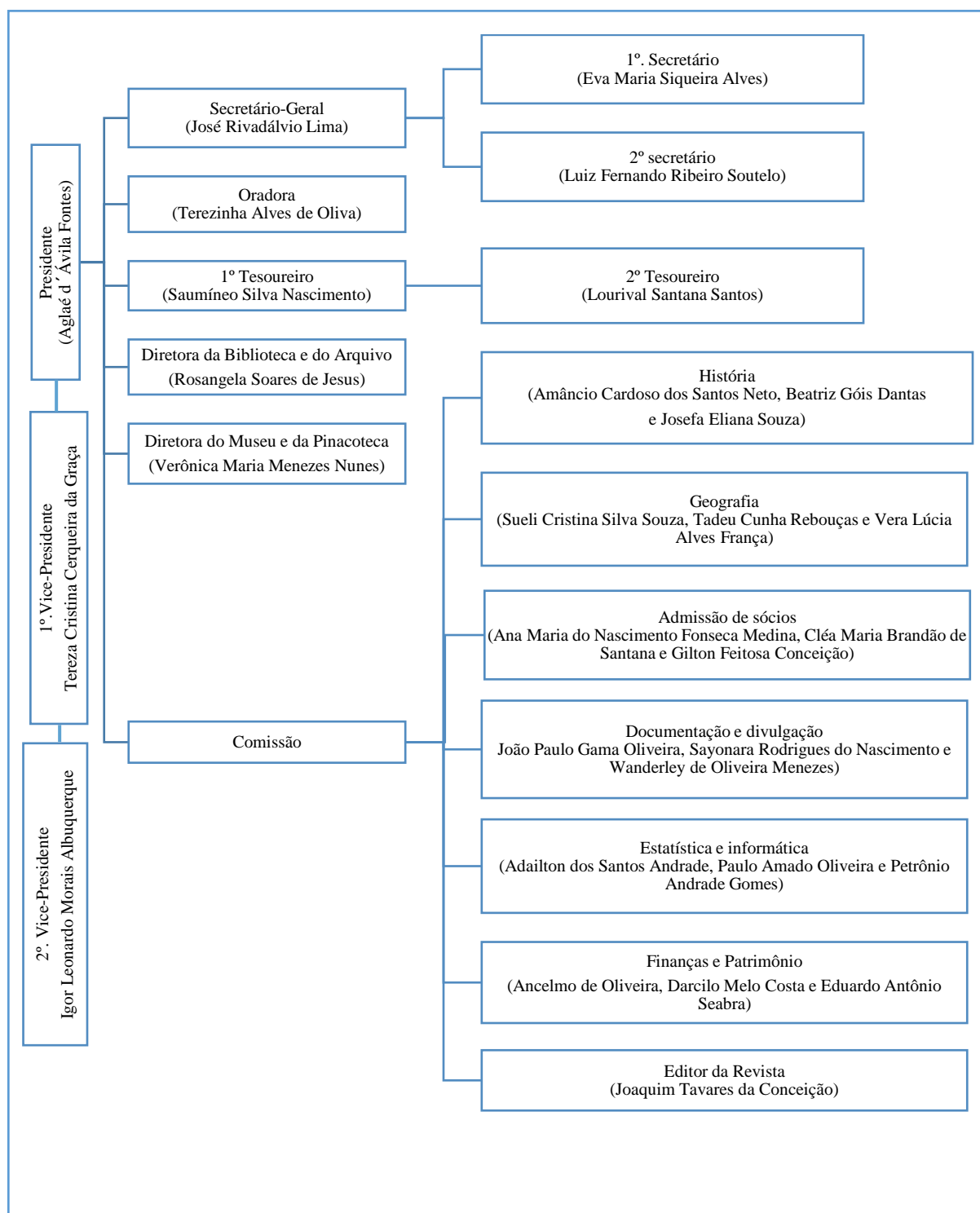
O local é administrado por um quadro funcional de 1 funcionário contrato para a limpeza, 5 estagiários (3 de História, 1 de Biblioteconomia e 1 de Administração) remunerados por instituições que fazem parceria com o IHGSE, como o Instituto BANESE e a UFS. Sua presidente, professora Aglaé Fontes, e membros da direção são indivíduos que executam suas funções de forma voluntária, não havendo remuneração pelo seu trabalho em administrar todo o espaço da instituição.

Como citado anteriormente, os funcionários da direção e comissão não recebem remuneração para seus trabalhos, o Instituto se mantém com a anuidade dos sócios, a venda de livros e a reserva do auditório para realização de eventos científicos e cerimônias. Além disso, como subsídios auxiliares, a gestão da professora Aglaé capta recursos da Secretaria de Educação e Cultura, do Instituto BANESE e do Governo do Estado⁴⁸.

Desta maneira, o quadro de funcionários voluntários que compõe a gestão atual é delimitado em 11 indivíduos na diretoria e 19 em comissões, como exposto no quadro a seguir:

⁴⁷ Em decorrência da pandemia do novo Coronavírus, o funcionamento para o público externo acontece apenas às terças-feiras, mediante agendamento, com limite de três usuários por turno, matutino e vespertino.

⁴⁸ Segundo a diretora da Biblioteca e Arquivo, professora Rosângela, o Instituto recebia apoio da Prefeitura de Aracaju, de acordo com a Lei 4.479/2013, mas, desde 2017, a prefeitura deixou de colaborar com a instituição.

Figura 11 – Diretoria e Comissão do IHGSE em 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Com relação ao seu acervo, o IHGSE é uma instituição híbrida, uma vez que ela possui “documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções, em torno

de seu conteúdo (TESSITORI, 2017, p. 21). Logo, o local fornece fontes de informação em livros, periódicos, jornais, documentos manuscritos, fotografias, entre outros objetos documentais de Sergipe e do Brasil. A distribuição do material disponível encontra-se na biblioteca geral e sergipana, composta por mais de 40.000 livros e periódicos, além da hemeroteca, com mais de 1.000 volumes de jornais da região.

Os jornais publicados em Sergipe vão desde o século XVIII ao XXI e, em decorrência da longa vitalidade, os mesmos passaram a ser digitalizados em convênio com a PETROBRÁS em 2004, gerando o armazenamento de mais de 480 volumes de jornais em cerca de 370 CD's. Desta maneira, foi constituído um catálogo que dispõe o arquivo original no local, assim como a cópia digital no site institucional, gerando cerca de 45 mil fascículos digitalizados.

Entre os principais serviços para os seus usuários temos: acesso à informação na biblioteca, arquivo, hemeroteca e pinacoteca, exposição de objetos museológicos, oferta de cursos e eventos. Seu principal foco ou área é estadual, uma vez que a instituição é especializada em documentação sergipana.

Como a instituição é responsável pela iniciação da 2ª fase da historiografia sergipana (SOUZA, 2011), fruto da preocupação em gerir a informação através da preservação da memória há mais de 100 anos, o seu público remete a pesquisadores, principalmente da área de História, que buscam desenvolver suas pesquisas de cunho historiográfico. Sendo assim, seus usuários podem ser distribuídos em:

- Usuários reais: Pesquisadores e acadêmicos das áreas de História, Geografia, Letras, Educação, Museologia, Direito e Jornalismo, membros do IHGSE.
- Usuários potenciais: Pesquisadores e acadêmicos das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia, Ciência da Informação, entre outros, alunos da Educação Básica, comunidade da região do centro comercial de Aracaju.
- Não usuário: a comunidade que desconhece o Instituto e seus produtos e serviços oferecidos.

Pensando na existência desses 3 tipos de usuários em uma unidade de informação, é necessário delimitar qual o perfil do usuário do IHGSE, assim como os seus interesses de pesquisa, uso de fontes de informação e como buscam informações no Instituto.

6.3.1 O perfil do usuário do IHGSE

Quando se trata de compreender o perfil do usuário em uma informação, a biblioteconomia oferece inúmeros recursos investigativos que auxiliam na busca de dados sobre esse indivíduo. O estudo de usuários é apontado para Figueiredo (1994) como uma investigação da necessidade informacional do indivíduo e se a mesma é atrelada ao nível de satisfação do atendimento prestado a ele. Pensando nos aspectos de motivação, procura e uso da informação pelo usuário, Wilson (2000, p. 49, tradução nossa) insere o comportamento humano neste estudo, surgindo a concepção de comportamento informacional ao tratar a “totalidade do comportamento humano em relação às fontes e canais de informação, incluindo a busca de informação ativa e passiva, além do uso da informação”.

Da mesma forma que a concepção de estudo de usuário se ampliou, seja no conceito ou terminologia, ao longo do tempo foram-lhe incorporadas novas metodologias e focos de estudos, associados aos paradigmas da Ciência da Informação. Figueiredo (1983) destaca que o estudo de usuários originou-se na década de 30 e consolidou-se nas Conferências de Royal Society (1948) e Internacional de Informação Científica (1958), tendo nas décadas seguintes uma ampliação de pesquisas voltadas ao perfil e necessidade de informação do usuário.

Gasque e Costa (2010) e Cunha, Amaral e Dantas (2015) destacam que até a década de 70, havia uma abordagem de estudos com metodologia quantitativa, em pequenos grupos (como profissionais da engenharia, cientistas), sob a perspectiva do paradigma físico da Ciência da Informação. É a partir da década de 70 que passam a ser considerados novos grupos focais no âmbito do paradigma cognitivo, possibilitando o uso da abordagem qualitativa e o surgimento de abordagens como o *sense-making*⁴⁹ e o Behaviorismo⁵⁰. Por fim, na década de 90, o paradigma social entra em cena, moldado no comportamento informacional e focando em indivíduos que não eram habitualmente estudados.

Desta maneira, pode-se apontar que os estudos de usuários possuem como finalidade responder “por que, como, e para quais fins os indivíduos usam a informação, e quais os fatores que afetam em tal uso” (FIGUEIREDO, 1994, p. 7), no intuito da unidade de informação responsável gerenciar seus produtos e serviços prestados, criar diretrizes de disseminação de informação, assim como compreender quem é e que tipo de usuário frequenta seu espaço.

⁴⁹ A pesquisadora Brenda Dervin é a precursora dos estudos de *Sense-making*, estudando a relação entre os indivíduos e os sistemas.

⁵⁰ Corrente teórica influenciada pelo modelo de John B. Watson em 1913, incorporando o comportamento humano nos estudos de usuários

Considerando o IHGSE, Leal (2020) realizou em seu trabalho de conclusão de curso, intitulado “Comportamento de busca da informação dos usuários do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE): um estudo exploratório”, um estudo sobre o perfil do usuário da instituição, que tipo de fontes de informações eles utilizam e se possuem alguma dificuldade no processo de busca da informação.

Através de um questionário aplicado a 23 usuários do IHGSE, Leal (2020) chegou às seguintes conclusões da amostra:

- O público, questionado é composto majoritariamente pelo sexo feminino, com média de faixa etária de 30 anos e com graduação em diversas áreas do conhecimento, entre elas História, Museologia e Letras, sendo que muitos usuários estão na segunda graduação;
- No IHGSE, a demanda acadêmica é o que motiva a busca por fontes de informação;
- Obras da literatura sergipana e jornais são as fontes de informação mais buscadas;
- O uso do jornal é motivado pela confiabilidade da informação disposta no documento;
- A recomendação do orientador da graduação ou da pós-graduação, além do conhecimento prévio, moldam a necessidade e busca de informação;
- No Instituto, os questionados acessam a informação através do diálogo com os funcionários, além do uso dos catálogos;
- Os usuários destacam que o acesso à informação e o atendimento são elementos positivos, que contribuem na relação entre usuário e informação, mas que a climatização e a iluminação aumentam o nível de desconforto do pesquisador;
- O estado físico dos documentos e o tempo para concluir a pesquisa dificultam o processo de busca pela informação.

Através dos dados obtidos por Leal (2020), é perceptível que o IHGSE atrai pesquisadores de diversas áreas, inclusive a de Letras. Para que esses pesquisadores usufruam do acervo do arquivo de modo eficiente, a produção e disponibilização de um catálogo descritivo pode se tornar um incentivo para que possam usufruir de tal documentação em

pesquisas científicas. Sendo assim, para compreender a importância do arquivo do Instituto, é necessário apontar como o mesmo foi construído ao longo dos anos.

6.3.2 Histórico do Acervo do IHGSE

O conhecimento da constituição do acervo do arquivo se limita às atas e relatórios produzidos ao longo das gestões da instituição, segundo Freitas (2009). Além disso, o autor ressalta que a composição do acervo está ligada ao sentimento colecionista por parte dos sócios, que doavam peças documentais que lhe remetiam um valor de lembrança e monumento para a História de Sergipe. Ressalta-se que a produção documental gerada pela diretoria e comissões do IHGSE também contribuiu para o crescimento do acervo.

A criação de um espaço para o armazenamento de documentos foi estabelecida no estatuto de 1912, associado ao objetivo do Instituto em “[...] archivar [...] os documentos, memorias e chronicas relativas [...] a Historia do Brasil e especialmente de Sergipe” (IHGSE, 1913, p. 16).

No que concerne aos aspectos da administração da Casa de Sergipe, é estabelecida no artigo 13 a comissão do museu e biblioteca, cabendo aos membros organizar e dirigir o arquivo.

Figura 12 – Acervo do arquivo do IHGSE



Fonte: Acervo pessoal (2020).

Apesar da construção de um espaço para a recolha de documentos, Campello (2012) aponta que o Instituto, nas primeiras décadas, não nasceu como local potencial de armazenamento e tratamento documental, uma vez que a falta de um espaço próprio, que só foi construído em 1939, juntamente com as dificuldades financeiras pela dependência de recursos financeiros externos, assim como dos sócios, inviabilizou uma atuação mais notória na preservação dos documentos.

Apesar dos desafios para empreendimento de um tratamento arquivístico, Campello (2012) destaca a atuação de Epifânio Dória, ao longo dos 64 anos que esteve vinculado ao IHGSE, para a preservação da documentação. Entre seus feitos, a autora elenca a função de Dória como tesoureiro do Instituto e como conseguiu reunir subsídios para a construção do novo prédio, além de ter se dedicado à reunião, tratamento e organização do acervo do arquivo e da biblioteca.

Com a influência da criação da Universidade Federal de Sergipe, a difusão de ideias de preservação arquivísticas contribuiu para criação de uma percepção da vitalidade do tratamento documental (CAMPELLO, 2012). Em 1988, Luiz Fernando Ribeiro Soutelo, durante a gestão de Thétis Nunes, realizou o tratamento de limpeza e organização de documentos administrativos do arquivo que se encontravam dispersos em algumas caixas-arquivo e pacotes. Através da realização de uma catalogação preliminar, feita muitas vezes em sua casa, com a ajuda de Marlene Matos Lima Veiga, foi possível armazenar a documentação em 37 caixas. Ao mesmo tempo, Soutelo inventariou os fundos pessoais de João Dantas, Urbano Neto e José Calasans, e o tratamento documental se fortificou com a presença de Fernando José Ferreira Aguiar, que contribuiu com o tratamento da documentação administrativa da Instituição, e a estagiária Vanessa, que trabalhou no acervo do Padre Aurélio⁵¹.

Com o início da gestão de Ibarê Dantas, Itamar Freitas foi nomeado diretor do arquivo e da biblioteca. Freitas (2009) destaca que, durante as atividades de organização do arquivo, com sua equipe, foi descoberta a presença de documentação dispersa pelo Instituto, como os fundos de Armindo Guaraná e de Fernando Porto, armazenados em um armário de madeira, ao mesmo tempo em que os fundos de General Lobo se encontravam em três baús. Além disso, durante a desmontagem do depósito, localizaram-se os fundos de Oliveira Telles e Epifânio Dória. Desta forma, foram reunidos os documentos em caixas-arquivo, que passaram

⁵¹ Fundo Thétis Nunes. Relatório de Luiz Fernando Ribeiro Soutelo sobre o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Caixa. 523, documento. 579.

de 38 para 421, como também sua limpeza primária, com a retirada de poeira e elementos corrosivos, seguindo as orientações da arquivística de:

Identificação de fundos e elaboração de um plano de classificação; ordenação dos conjuntos documentais (arranjo); intervenção nas formas de acondicionamento do acervo [...]; descrição dos dados contidos nas séries, sessões e fundos; e a elaboração de instrumentos de pesquisa. (FREITAS, 2009, p. 12)

Auxiliando nas atividades do diretor do arquivo Itamar Freitas, Santana (2014) destaca que foi criada a Lista do Conteúdo das Caixas do IHGSE, com breves descrições das caixas, servindo-se de instrumento de pesquisa para os funcionários e pesquisadores. Além disso, de 2009 a 2011, foram organizados os catálogos dos fundos de Djaldino Moreno, Lauro Porto, Urbano Neto e Epifânio Dória, sendo que o deste último foi doado por seus netos, totalizando 519 caixas distribuídas em 12 fundos.

Desta maneira, foi publicado, em 2009, por Itamar Franco, o Guia do Arquivo do IHGSE, além de instrumentos de pesquisa de referência para cada fundo existente no arquivo. Santana (2014) ressalta que Ibarê Dantas digitalizou alguns documentos do arquivo, como as sesmarias e atas. A tentativa de organização da documentação expandiu-se às fotografias, que foram devidamente separadas, catalogadas e anexadas ao Catálogo Iconográfico de Sergipe. Na gestão de Samuel Albuquerque, foi criado o segundo catálogo de correspondências, além de outros instrumentos de pesquisa, como o catálogo do Padre Aurélio e o inventário cronológico de Epifânio Dória.

O Acervo do IHGSE, até 2012, era composto por cerca de 519 caixas-arquivo, sendo em sua maior parte pertencentes ao fundo do IHGSE (SANTANA, 2014).⁵² Com o passar do tempo, novos sócios foram sendo incorporados à instituição, da mesma forma que ocorria a doação de seus acervos, que alimentavam a biblioteca e o arquivo. Entretanto, a organização do arquivo foi umas das problemáticas mais ressaltadas por Dantas (2012), uma vez que as primeiras práticas arquivísticas foram realizadas por Epifânio Dória, durante a gestão de Maria Thétis Nunes, mas que não se tinha conhecimento dos critérios adotados por ele.

Em julho de 2014, parte da documentação do acervo pessoal de Maria Thétis Nunes foi aberta e anexada ao IHGSE, uma vez que a documentação existente já se encontrava previamente organizada e acondicionada em 5 caixas, como destaca Oliveira (2014b), diretor do arquivo da biblioteca e arquivo do IHGSE em 2014.

⁵² Desde o início de 2020, a diretora da Biblioteca e Arquivo, Rosângela, vem desenvolvendo o trabalho de tratamento da documentação produzida desde 2010, dispondo de mais caixas a serem anexadas ao acervo do arquivo, de modo que ainda não se pode fazer um levantamento total de caixas.

Em um levantamento inicial da constituição do acervo do IHGSE, Santana (2014) traz dados levantados por Freitas (2009) no Guia do Arquivo do IHGSE. Ressalta-se que alguns dados levantados nesta pesquisa diferem do que foi levantado por Freitas (2009), como a quantidade de documentos e o instrumento de pesquisa de referência. No quadro a seguir manteve-se fielmente os dados presentes no Guia do Arquivo do IHGSE, apontando somente modificações quanto à atualização dos instrumentos de pesquisa, uma vez que a maior parte foi transformada em catálogos nas gestões posteriores:

Quadro 34 – Síntese de dados do arquivo do IHGSE

Fundos	Quantidade de caixas	Quantidade de documentos	Limite temporal	Instrumento de pesquisa de referência
Armindo Guaraná – AG	19 Caixas (De 192-210)	464	1864-1964	Catálogo do Fundo Armindo Guaraná
Epifânio Dória – ED	95 Caixas (Caixas 311-313, 315, 318, 347, 348, 420, 432-519)	28.500	1815-1984	Inventário Sumário Fundo Epifânio Dória
Fernando Porto – FP	12 Caixas (163-174, mais duas caixas de madeira)	3.204	1823-1997	Catálogo Fundo Fernando Porto
Fundo General Lobo – GL	102 Caixas (201-205, 230-279, 280-288, 290, 294, 299-306, 308-309, 313)	13.891	1832-1985	Catálogo Fundo General Lobo
Fundo IHGSE	256 caixas (1-19, 22-26, 28-35, 37-152, 155-158, 161-162, 309-310, 316-317, 319-346, 349-366, 372-405, 407-415, 422-424)	140 mil documentos	1640-2004	Catálogo Fundo IHGSE
Fundo Ivo do Prado – FIP	Caixa 419	419	1818-1958	Catálogo Fundo Ivo do Prado
Fundo João Reis – FJR	4 caixas (27, 416-418)	350	1818-1958	Catálogo Fundo João Reis
Fundo José Calasans – FJC	5 caixas (20, 21, 159-160, 259)	523	1825-1988	Catálogo Fundo José Calasans

Fundo Oliveira Telles – FOT	6 caixas (186-191)	67	1885-1930	Catálogo Fundo Oliveira Telles
Fundo Padre Aurélio – FPA	6 caixas (175-179, 179b 496)	1494	1672-1990	Catálogo Fundo Padre Aurélio
Fundo Urbano Neto – FUN	4 caixas (36-37, 153-154)	320	1936-1988	Catálogo Fundo Urbano Neto
Fundo Lauro Porto – FLP	4 caixas (181-185, 367-368)	Aprox. 5 mil documentos	1912-2010	Descrição sumária da documentação de Lauro Porto
Fundo Djalmino Moreno – FDM	3 caixas (156, 180, 203)	980	1954-1972	Descrição sumária da documentação de Djalmino Moreno
Total de Caixas	519			

Fonte: Adaptado de Freitas (2009).

Com a incorporação do acervo de Thétis Nunes, em 2014, elevou-se a quantidade de caixas na instituição, como consta no quadro a seguir:

Quadro 35 – Fundo Maria Thétis Nunes

Fundos	Quantidade de caixas	Quantidade de documentos	Limite temporal	Instrumento de pesquisa de referência
Fundo Maria Thetis Nunes	9 caixas (520-528)	970 documentos	1821-2007	Catálogo Fundo Maria Thétis Nunes

Fonte: Oliveira (2014b).

Deve-se destacar que na gestão de Samuel Albuquerque, a diretora do arquivo e biblioteca Lorena Campello apresentou para diretoria os seguintes documentos: Política de acervo para o IHGSE, Critérios para a incorporação de acervos do IHGSE, Termo de doação e Carta de doação de documentos avulsos, que foram aprovados. Em 2016, surgiu a possibilidade da incorporação do fundo Naide Barbosa, doado pela titular Deodoro, mas que, por falta de tempo e disponibilidade de fornecer dados importantes sobre o acervo, a permanência na Instituição foi inviabilizada (IHGSE, 2017).

A presença de diretores foi possível com a reforma do estatuto em 2004, que possibilitou a criação de cargos de Diretor da Biblioteca e Arquivo, indicados pelo Presidente

e analisado pela diretoria (ALBUQUERQUE, 2014). A composição dos diretores do Arquivo, a partir de 2004, pode ser vista no quadro a seguir:

Quadro 36 – Diretores do Arquivo do IHGSE

Ano	Diretor	Formação
2004 a 2009	Itamar Freitas de Oliveira	Graduado em História, Mestre em História Social, Doutor em História e Educação e Especialista em Organização de Arquivos
2010 a 2011	Sayonara Rodrigues Nascimento Santana	Graduada em História, Mestre em Educação e Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior
2012 a 2016	João Paulo Gama Oliveira	Graduado em História, Mestre e Doutor em Educação
2016 a 2018	Lorena de Oliveira Souza Campello	Graduada em História, Mestre em Desenvolvimento de Meio ambiente e Doutora em História Social
2018 a 2020	Rosangela Soares de Jesus	Graduada em Biblioteconomia e Documentação, Letras Português e Especialista em Documentação e Gestão de Arquivos Empresariais

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Observa-se que, a cada gestão do IHGSE, o tratamento informacional dos fundos foi sendo construído de forma gradual, mas sempre objetivando representar, da melhor forma, as informações dos fundos através dos instrumentos de pesquisa, como os catálogos. Assim, a produção de um catálogo de fontes metalinguísticas, objetivo deste trabalho, demanda um diagnóstico dos catálogos presentes no IHGSE.

6.3.3 Os instrumentos de pesquisa no IHGSE

A existência de instrumentos de pesquisa auxilia na tentativa de suprir a necessidade informacional. No IHGSE, os catálogos, guias e inventários buscam retratar a imagem de seu acervo, biblioteca e hemeroteca.

A elaboração de um catálogo de fontes metalinguísticas no IHGSE é fruto da hipótese de que as informações contidas nos catálogos existentes na instituição não suprem efetivamente a descrição dos documentos, segundo os princípios arquivísticos, assim como não fornecem aos pesquisadores das ciências da linguagem o real potencial do acervo histórico enquanto portador de textos para pesquisa empírica no âmbito da história das ideias e descrições

linguísticas. Desse modo, nesta seção, descreve-se como se apresentam os catálogos do arquivo do IHGSE.

Localizadas juntamente aos catálogos dos jornais e da biblioteca sergipana e universal, os instrumentos de pesquisa do arquivo do IHGSE são denominados catálogo, inventário ou descrição sumária da documentação presente do acervo. Com exceção do fundo Lauro Porto, todo o acervo dos fundos pessoais do Instituto, além do fundo administrativo do IHGSE, possui algum instrumento de pesquisa que auxilie na busca pela informação, sendo que cada um é constituído por níveis de catalogação diferenciados, com exceção de elementos como título, localização e ano de produção, que são semelhantes em ambos.

Após uma breve análise dos 12 fundos do Instituto que possuem catálogos, foi possível constatar quais os termos de descrição documental são utilizados para apontar as informações essenciais dos documentos:

- a) Fundo Urbano Neto: Código, referências bibliográficas/arquivísticas, data, resumo/descrição, número de folhas e observações, notação arquivística e observação;
- b) Fundo Armindo Guaraná: Código, referências bibliográficas/arquivísticas, data, resumo/descrição, número de folhas e observações, e notação arquivística;
- c) Fundo Padre Aurélio: Número, catálogo, tipologia, de, para, local/data e resumo;
- d) Fundo Thétis Nunes: Numeração, referência bibliográfica/arquivística, data, resumo/descrição, número de folhas, notação arquivística e observações;
- e) Fundo Figueiredo Lobo: Número, catálogo, data, descrição sumária/resumo e observação;
- f) Fundo José Calasans: Número, catálogo, tipologia, de, para, local/data, resumo;
- g) Fundo Fernando Porto: Número, catálogo, tipologia, data e resumo;
- h) Fundo Ivo Prado: Número, catálogo, tipologia, de, para, local/data e resumo;
- i) Fundo Djanildo Moreno: Caixa, pacote, título, descrição sumária, data e observações;
- j) Fundo Epifânio Dória: Caixa, pacote, descrição sumária, data inicial, data final fundo e observação;
- k) Fundo João Dantas Reis: Título, assunto, ano e código;

- 1) Fundo Oliveira Telles: Não apresenta títulos expressos, mas remete a título, resumo, número de páginas e observações, estado físico do documento e notação arquivística;

Através do catálogo denominado “Fundo Maria Thétis Nunes”, coordenado por Oliveira (2014b), observa-se que a descrição do fundo é constituída pelos elementos de numeração, referência bibliográfica/arquivística, data de produção do documento, resumo das informações contidas no documento, número de folhas, notação arquivística e observações sobre o estado de conservação do documento.

Figura 13 – Catálogo do fundo Thétis Nunes

Numeração	Referências bibliográficas/arquivísticas	Data	Resumo/descrição	Número de folhas	Notação arquivística	Observação
1	Discurso proferido por Maria Thetis Nunes, quando da inauguração do Centro Estudantil Sergipano - C.E.S. - publicado em Mensagem	15/11/1938	Fala enquanto representante da mocidade feminina na inauguração do C.E.S. e, citando Platão e Aristóteles pede aos jovens que trabalhem pela cultura estudantil e pela cultura de Sergipe e que enfrentem os obstáculos que surgirem pelo caminho	Uma folha com recortes	FMT. S5. CX 520. Doc. 001	Apresenta rasgos nas laterais
2	Notícia da conclusão do curso secundário no Atheneu, em 1939, publicada na Folha da Manhã	06/12/1939	Notícia a conclusão da turma do curso secundário no Atheneu, em 1939, a qual Maria Thetis Nunes faz parte, e trata das festividades que serão realizadas, acompanha foto da turma	Uma folha com recortes	FMT. S7. CX 520. Doc. 002	Apresenta rasgos nas laterais
3	Artigo "A casinha de palha do Padre Anchietá", de autoria de Assis Cintra	25/5/1940	Trata dos primeiros anos da colonização dando ênfase à fundação de São Paulo pelos padres jesuítas e às	Duas folhas com recortes de jornal	FMT. S1. CX 520. Doc. 003	Alguns trechos estão

Fonte: Oliveira (2014b, p. 3).

Se no fundo de Thétis Nunes há uma variedade de descritores arquivísticos, o fundo de João Martins dos Reis se restringe à catalogação de dados pelo título, ano e número de chamada do documento. Caso o pesquisador necessite conhecer alguma informação mais precisa, deverá buscar o documento, lê-lo e verificar se o mesmo atende, ou não, a sua necessidade de informação:

Quadro 37 – Catálogo do fundo de João Dantas dos Reis

Título	Ano	Catálogo
Artigo “Os direitos e o foro-juízo criminal”	1932	Cx 27-041
Artigo “Requerimento em que D. Maria Xavier Leite, solicitando a entrega dos títulos na dívida de Jadiel Benevides e Jadiel & Cia, a seu falecido marido José Alcides Leite”	1932	Cx 27-042
Artigo “Reclamação sobre registro de imóvel”	1932	Cx 27-043

Artigo “Reclamação sobre registro de imóvel”	1932	Cx 27-044
Artigo “Registro Geral de imóveis”	1932	Cx 27-045
Artigo “Sustentação	1932	Cx 27-046

Fonte: IHGSE ([20--], p. 6).

Destaca-se que os fundos de Epifânio Dória e Djaldino Moreno foram organizados e catalogados através de uma descrição sumária dos pacotes, com um pequeno resumo de alguns documentos que o pesquisador pode localizar, necessitando que analise a caixa por completo, para ver se existe alguma informação de seu interesse:

Figura 14 – Descrição sumária do Catálogo de Dória

Caixa	Pacote	Descrição Sumária	Data Inicial	Data Final	Fundo	Observação
432	001	Notas Biobibliográficas de personalidades de Sergipe e Bahia Iniciadas com a letra A. Constam no pacote: anotações referentes a publicações, nascimentos e falecimentos, cargos ocupados, discursos, cartas, foto de posse de Brando Sampaio como delegado auxiliar, cartas, além de solenidades diversas. Jornais citados: Jornal do Povo, O Imparcial, Diário da Manhã, A Estância, A Cruzada, Sergipe Jornal, O Estado de Sergipe, Jornal de Sergipe.	5 abril de 1935 - Correspondência assinada por Alexandre dos Reis de Araujo Gols para Epifânio Dória.	12 de dezembro 1959 - Correspondência assinada por Alfredo Moraes para Epifânio Dória.	Epifânio Dória	

Fonte: Nascimento (2009, p. 1).

Além da descrição arquivística, Bellotto (2006) e Lopez (2002) destacam a necessidade da criação de uma introdução e os procedimentos utilizados para a construção do catálogo. No IHGSE, os fundos de Urbano Neto, Epifânio Dória, Maria Thétis Nunes e Figueiredo Lobo apresentam um breve histórico de quem são os titulares e como foi realizada a catalogação dos itens documentais e orientações para o uso do instrumento de pesquisa:

Figura 15 – Orientação para o uso do instrumento de pesquisa

<p>3- Orientações para o uso do instrumento de pesquisa³</p> <p>No instrumento de pesquisa em questão, a classificação foi feita através de séries e foram categorizadas da seguinte forma: S1 – Correspondências (S1a – Recebidas e S1b – Expedidas), S2 – Livros de Registros, S3 – Manuscritos, S4 – Recortes de Jornal e Revistas, S5 – Discursos, S6 – Documentação Pessoal, S7 – Fotografias, S8 – Relatórios, S9 – Artigos e Textos, S10 – Boletins, S11 – Impressos.</p> <p>O código de notação de identificação do documento no arquivo ficou definido da seguinte maneira: FUNDO FIGUEIREDO LOBO + NÚMERO DA SÉRIE + NÚMERO DA CAIXA + NÚMERO DO DOCUMENTO, resultando no código “FFL. S nº. CX nº. Doc. nº” (Exemplo: FFL, S1. CX. 211, Doc. 001).</p>

Fonte: (Oliveira, 2014b, p.4).

Explicações dos critérios utilizados para construir o catálogo são essenciais para que o usuário compreenda o instrumento de pesquisa que está manuseando. Apesar disso, o fundo de Padre Aurélio não contém informações sobre o titular e sobre os procedimentos utilizados para a construção do catálogo. Além disso, é perceptível que o instrumento de pesquisa do Fundo Padre Aurélio se inicia com o documento de numeração 03, não explicando a ausência dos itens documentais de numeração 01 e 02. Destaca-se que, ao consultar o fundo, os documentos 04 e 05 estão no Fundo de Aurélio, mas não constam suas descrições:

Figura 16 – Catálogo do Fundo Padre Aurélio

Número	Catálogo	Tipologia	De	Para	Local/Data	Resumo
03	PA, S1, Cx 175, Doc 03	Anotações	Z (Não Identificado)	Z (Não Identificado)	Z (Não Identificado)	Representação da Vila do Lagarto falando sobre as eleições.
06	PA, S1, Cx 175, Doc 06	Anotações	Vicente José Mascarenhas	Z (Não Identificado)	Z (Não Identificado), 1824	Z (Não Identificado).
07	PA, S4, Cx 175, Doc 07	Ofício	Z (Não Identificado)	Ministro da Guerra	São Cristóvão-SE, 11/05/1825	Correspondência enviada ao Ministro da Guerra pelo 2º Tenente da Bahia.
08	PA, S4, Cx 175, Doc 08	Ofício	Câmara Municipal	Ministro dos Negócios	São Cristóvão-SE, 10/04/1825	Z (Não Identificado).
09	PA, S1, Cx 175, Doc 09	Anotações	Z (Não Identificado)	Z (Não Identificado)	Z (Não Identificado)	Z (Não Identificado).
18	PA, S1, Cx 175, Doc 18	Anotações	Z (Não Identificado)	Z (Não Identificado)	Z (Não Identificado), 29/05/1823	Apresenta o Novo Regime Escolar.

Fonte: IHGSE ([201-], p.1).

Observa-se que um pesquisador de uma determinada área pode ter seu tempo de pesquisa afetado, a depender do nível de descrição das informações fornecidas que possam de ser de seu interesse. No caso do linguista, é possível constatar que o manuscrito da obra de Oliveira Telles, *Sergipenses I*, é descrito sem apontar informações sobre temas atrelados aos estudos linguísticos, o que poderia beneficiar o pesquisador das ciências da linguagem:

04 O livro *Sergipenses I*” de Manoel dos Passos de Oliveira Telles, São Cristóvão, 1990, Série de artigos divididos em 5 partes versando sobre personagens locais como Tobias Barreto, João Bebe Água, Fausto Cardoso, povoações. Festas, política e literatura sergipana. 406 fls (21,5 x 31,3 a 5 cm). Escrito a mão autografada na primeira folha. Leva a marca do brasão de armas da república em todas as folhas ao centro. Páginas numeradas na parte superior direita. Perfurações e corrosões por traça em todas as folhas dificultando a leitura, sobretudo nas páginas p. 203 a 238/ 495 a 502 e 503. Mancha causada, provavelmente, por umidade (p; 232 a 238) na margem superior central. Arquivo do IHGSE, fundo Manoel dos Passos Oliveira Telles, série livros, caixa nº 187, documento nº 004 – volume 1. (CHIZOLINI, 2005, p. 3).

Escrito em 1900, a obra *Sergipenses I*, de Oliveira Telles, é um conjunto de artigos sobre a história, geografia, política e literatura de Sergipe. Pela descrição da obra no catálogo elaborado pela Chizolini (2005), observa-se que não está explícita a presença de textos com

discussões metalinguísticas que um pesquisador do campo da Linguística pode encontrar, uma vez que no documento pode se encontrar estudos de nomenclatura de rios de Aracaju e Sergipe, assim como estuda a prosódia de algumas consoantes.

Diante do cenário da carência de uma descrição arquivística adequada nos fundos do IHGSE, juntamente com outros aspectos apontados ao longo deste trabalho, como o quantitativo de documentos catalogados não representando a realidade que o acervo possui, é necessário analisar o desempenho organizacional da instituição.

6.3.4 Análise do Desempenho Organizacional

De modo a se promover melhorias do ponto de vista organizacional, permitindo inclusive que se construa um plano estratégico, foi necessário realizar a análise SWOT no IHGSE, apontando quais são suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Pensando na estrutura da instituição, assim como de seu arquivo, foi feita uma análise observacional durante o período de estágio supervisionado do curso de Biblioteconomia e Documentação entre novembro de 2018 e fevereiro de 2019, assim como no período de coleta de dados desta pesquisa, entre setembro de 2019 a outubro de 2020. Além disso, foi questionado, de forma informal, à diretora do IHGSE, professora Aglaê D'Ávila Fontes, e à bibliotecária Rosângela Soares de Jesus, o que elas consideram como fraqueza, força, oportunidade e ameaça, sendo possível levantar os seguintes dados:

❖ Forças

- Acervo da biblioteca sergipana, universal, arquivo e hemeroteca bastante variado e rico, apresentando fontes raras de pesquisa;
- Auditório propício à realização de eventos e atividades, podendo ser utilizado, mediante locação ou reserva, tanto pelos profissionais quanto pelos pesquisadores visitantes;
- Promoção de cursos e eventos que fomentam a cultura sergipana;
- Desenvolvimento de pesquisas, principalmente de cunho histórico e historiográfico;
- Catálogos físicos com descrições sumárias sobre o que o usuário pode encontrar na instituição;
- Acesso facilitado ao seu espaço e às informações;

- União da equipe para promover o atendimento e ofertar produtos e serviços;
- Profissionais voluntários com vasta bagagem informacional;
- Acervo da Biblioteca Manuel Bonfim catalogada na base de dados Biblivre.

❖ **Fraquezas**

- Fraco investimento em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs);
- Controle instável de ventilação, temperatura e umidade relativa no ambiente;
- Carência de profissionais da informação que possam suprir os serviços de atendimento, processamento técnico e serviço de referência;
- Carência de estagiários preparados para o atendimento aos usuários;
- Ausência de instrumentos de pesquisa que respeitem métodos e princípios arquivísticos;
- Ausência de divulgação de dados que representem o acervo constituinte para pesquisadores;
- Carência na organização e tratamento arquivístico adequado do acervo, uma vez que alguns documentos estão organizados em fundos ou caixas erradas;
- Caixas que armazenam os documentos acondicionadas inadequadamente, apresentando sinais de rasgos e desgastes;
- Desatualização da missão, valores e visão.
- Rede elétrica necessitando reforma.

❖ **Oportunidades**

- Elevada taxa de usuários potenciais;
- Promoção de parcerias com universidades e grupos de pesquisa.
- Oportunidade de subsídios e auxílios.

❖ **Ameaças**

- Dependência da anuidade dos associados e de subsídios públicos para custear os gastos de manutenção física da instituição;
- Dificuldade na compra de material para a conservação preventiva e automação do acervo;

- Falta de reconhecimento da importância do IHGSE por parte da sociedade.
- O Estatuto engessa a possibilidade de prestação de serviço e geração de renda.

Assim como apontado no histórico da instituição, a falta de verba para custear tanto a manutenção do prédio, como para o desenvolvimento das atividades decorre da dependência da anuidade dos associados, sendo que nem todos pagam. Como solução, o instituto possui como oportunidades alianças com universidades e outras entidades⁵³ que possam ajudar a elevar a imagem do local, assim como despertar uma maior sensibilidade por parte da sociedade.

Se, para este trabalho, o objetivo é a criação de um catálogo no arquivo, é perceptível que a fraqueza da ausência de catálogos bem descritos, segundo os princípios da arquivística, é um problema que pode ser solucionado com parcerias de profissionais da área da Arquivologia e Ciência da Informação. A presença de um corpo profissional da área irá auxiliar os estagiários a atender de forma mais eficiente os usuários, contribuindo para a recuperação da informação de modo mais prático e rápido.

⁵³ Empresas privadas, bancos, governo municipal, estadual e federal.

7 ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como destacado na metodologia, a busca por documentos que apresentam estudos metalinguísticos abrangeu o total de 94 documentos dos 13 fundos pessoais do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Para a análise dos resultados que possibilitaram a produção de um catálogo de fontes metalinguísticas, optou-se por apresentá-la em duas partes, no intuito de analisar os seguintes itens:

1) Análise geral dos dados obtidos:

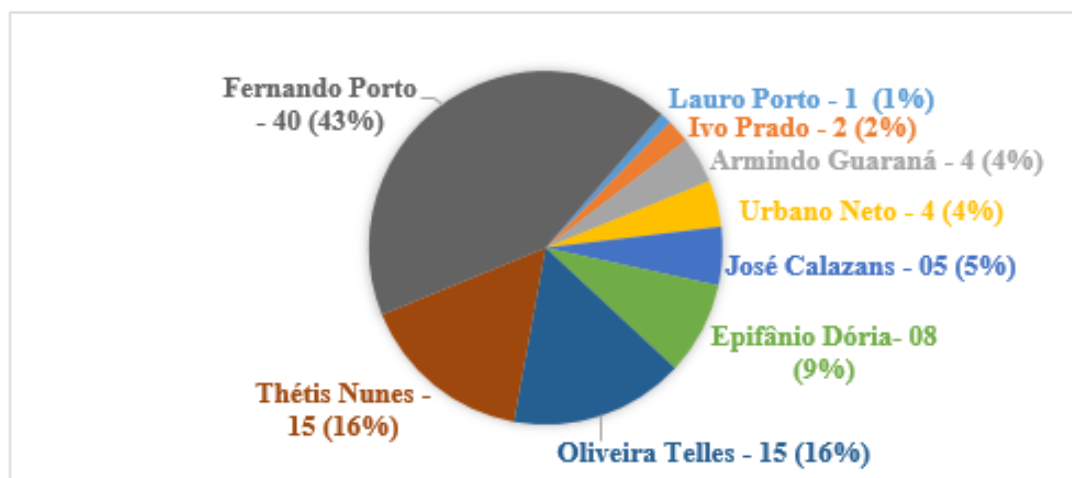
- a) Os fundos possuem textos metalinguísticos;
- b) O nível linguístico presente nos documentos;
- c) A técnica de registro dos documentos;
- d) As autorias;
- e) As espécies e tipos documentais;
- f) O local e data de produção dos documentos.

2) Análise das fontes metalinguísticas dos fundos:

- a) O que se encontra nas amostras de cada fundo;
- b) Apresentar as técnicas de registro, autoria, espécie e tipo documental, local e data de produção da seleção dos documentos metalinguísticos de cada fundo;
- c) Seleção e análise de um documento de cada fundo, verificando como as ideias linguísticas são apresentadas e como o documento se associa à produção e acumulação documental do produtor.

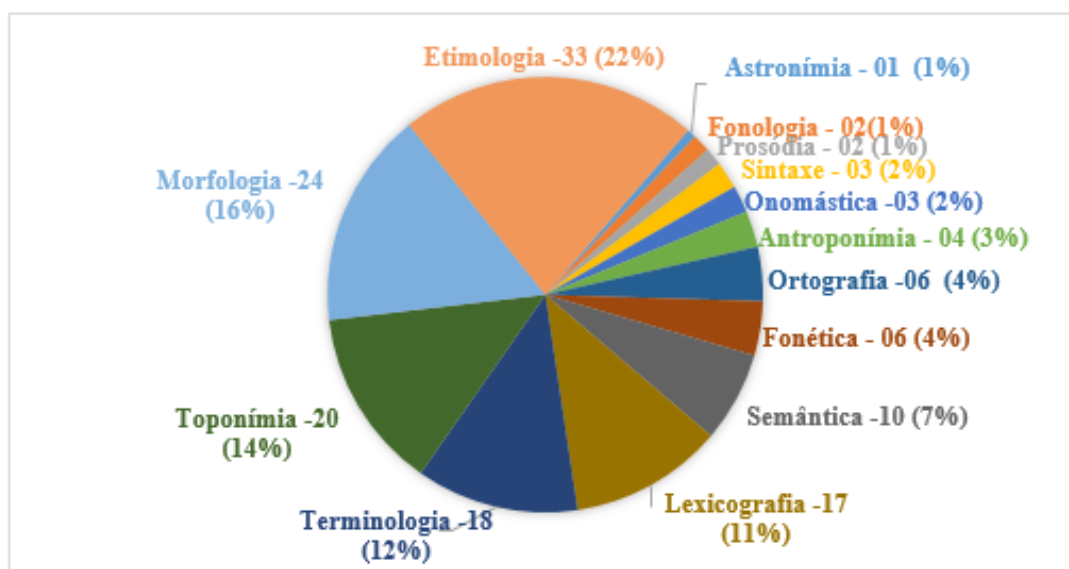
7.1 Análise geral de dados

Durante a investigação da documentação dos fundos do IHGSE, foi possível constatar quais deles apresentavam fontes metalinguísticas. Segundo o gráfico 02, os fundos de Fernando Porto (40), Oliveira Telles (15) e Thétis Nunes (15) foram os que apresentaram um maior quantitativo de documentos, o mesmo não ocorreu com a documentação de Ivo Prado (2) e Lauro Porto (1):

Gráfico 02 – Fundos com fontes metalinguísticas

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Através dos 94 documentos coletados, foi possível identificar quais os níveis linguísticos presentes neles. No total, identificou-se 149 estudos linguísticos relativos, abrangendo, em sua maioria, os seguintes conhecimentos: Etimologia (33), Morfologia (24), Toponímia (20) e Terminologia (18):

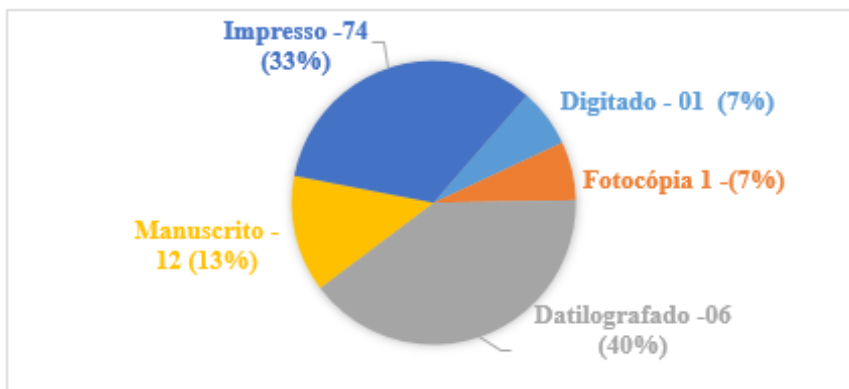
Gráfico 3 – Níveis linguístico

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A presença dos conhecimentos de linguagem nos fundos do IHGSE é acompanhada da técnica de registro com que as informações dos documentos são armazenadas. Abrangendo as técnicas de manuscritos, impressos, datilografados, fotocópia e digitados, como classifica

Camargo (2007), constatou-se uma maior frequência de documentos impressos (74), seguida de manuscritos (12):

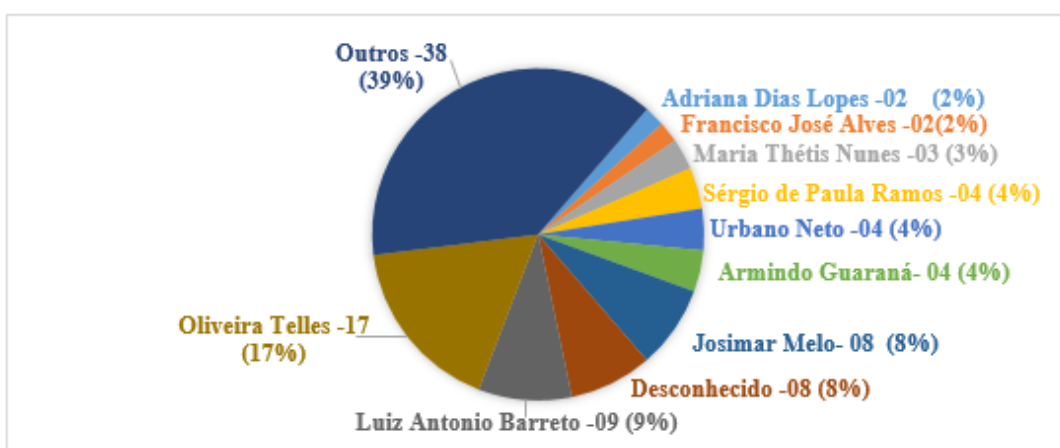
Gráfico 4 – Técnica de registro



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A construção de um acervo pessoal abrange a documentação produzida pelo titular, mas ao mesmo tempo remete à acumulação de documentos por sentimento pessoal ou relacionada às atividades do titular. Pensando nisso, quem são as autorias das produções documentais, cujos textos apresentam estudos linguísticos? Verificou-se a presença de 99 autores, considerando autorias secundárias. Além disso, para documentos com a frequência de apenas um autor, optou-se por reunir todos os indivíduos na categoria “Outros”:

Gráfico 5 – Autoria dos documentos



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

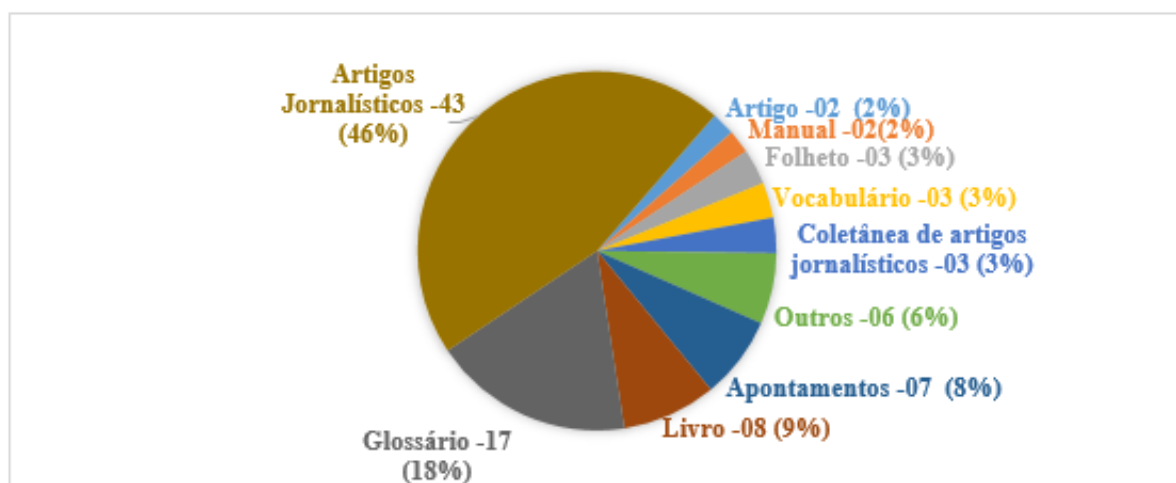
No Gráfico 5, é possível observar que a produção de textos sobre língua e conhecimento linguístico foi elaborada pelos próprios titulares dos fundos, como Maria Thétis

Nunes, Armindo Guaraná, Urbano Neto e Oliveira Telles, sendo que este último se faz presente em todos seus escritos da amostra. Além disso, destaca-se a contribuição de Luiz Antônio Barreto e Josimar Melo, graças à acumulação documental de suas produções nos fundos de Fernando Porto e Thétis Nunes.

Reflete-se que os titulares dos fundos do IHGSE, apesar de serem ligados, principalmente, aos campos do Direito, Política e Militarismo, são intelectuais polígrafos terem conhecimentos de diversas áreas e por serem capazes de escrever sobre os mais variados assuntos.

Ao longo dos 94 documentos selecionados, foi possível observar a predominância de textos que circulam na esfera jornalística (43), seguidos de glossários (17) e apontamentos (7) elaborados pelos titulares dos fundos do Instituto. Além disso, foram compilados na categoria “outros” os documentos com apenas uma frequência, sendo identificados como resumo, resenha, revista, errata, projeto de pesquisa e trabalho acadêmico:

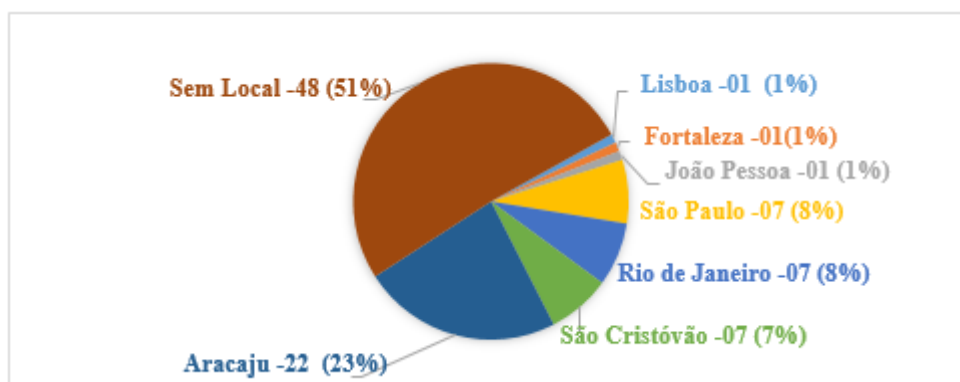
Gráfico 6 – Espécies documentais⁵⁴



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Outra informação que se pode extrair na produção de um texto que contém estudos linguísticos é o local e ano em que eles foram produzidos. Para o papel de um pesquisador da Historiografia Linguística, compreender a contextualização e periodização é essencial para a construção do contexto histórico em que o saber linguístico foi produzido e propagado. Sendo assim, foi identificado inicialmente o local de produção:

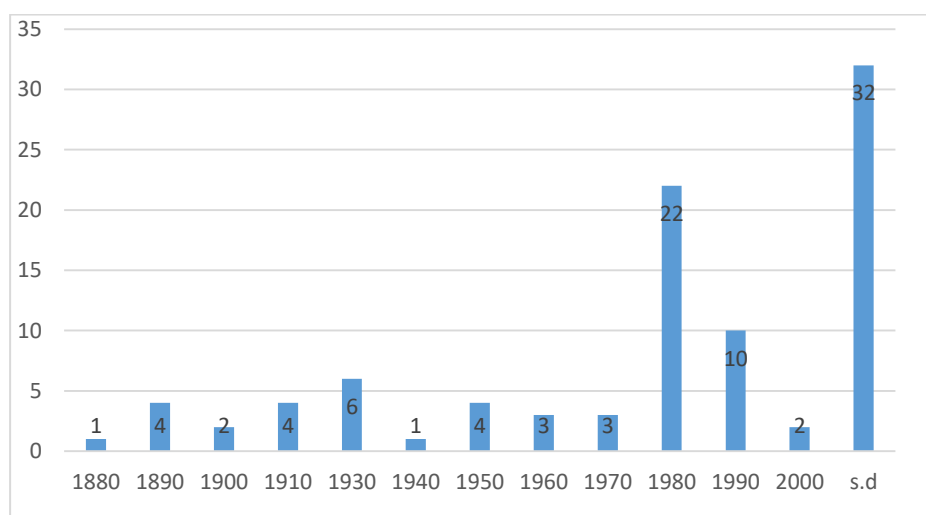
⁵⁴ Para classificação das espécies documentais, utilizou-se Camargo e Goulart (2007) e Bellotto (2002).

Gráfico 7 – Locais de produção

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Apesar de mais da metade da documentação (51) não possuir uma identificação do local de produção, é possível apontar que o local mais frequente de produção de textos de teor metalinguístico é Aracaju (22), uma vez que os titulares atuavam profissionalmente na capital sergipana e/ou realizavam leitura dos principais jornais que circulavam em Aracaju. Além disso, há a predominância de textos gerados na região nordeste.

Além do local de produção, o corte temporal é essencial para que o pesquisador conheça o contexto histórico no qual a documentação foi produzida. Apesar de 32 documentos não possuírem data cronológica, os demais foram organizados por década – as ideias linguísticas foram produzidas desde o fim do século XIX, concentrando-se na segunda metade do século XX:

Gráfico 8 – Data de produção

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Da análise geral das características dos documentos com fontes metalinguísticas dos fundos pessoais do IHGSE, parte-se para uma investigação dos estudos linguísticos realizados nessas fontes.

7.2 Análise da presença de fontes metalinguísticas nos fundos pessoais do IHGSE

Através dos 239 documentos analisados do fundo Armindo Guaraná, foram encontrados quatro documentos com estudos de caráter linguístico. A documentação abrange três impressos (artigos jornalísticos e errata) e um manuscrito (glossário), produzidos no final do século XIX e início do século XX, identificou-se elementos metalinguísticos:

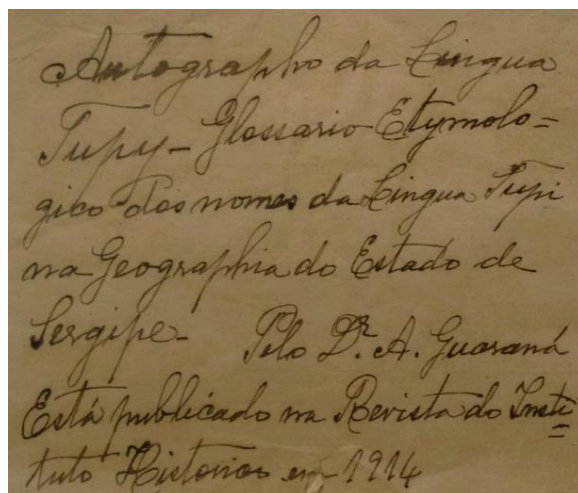
Quadro 38 – Documentação metalinguística no Fundo Armindo Guaraná

Nº	Tipologia	Técnica	Autor	Espécie/Tipo	Local	Data
1	Etimologia/Toponímia	Manuscrito	Armindo Guaraná	Glossário	s.l	s.d
2	Terminologia/Fonologia/Etimologia	Impresso	Armindo Guaraná	Errata	s.l	1916
3	Etimologia	Impresso	Armindo Guaraná	Artigo jornalístico	Aracaju	1914
4	Etimologia/Toponímia	Impresso	Armindo Guaraná	Artigo Jornalístico	s.l	1886

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

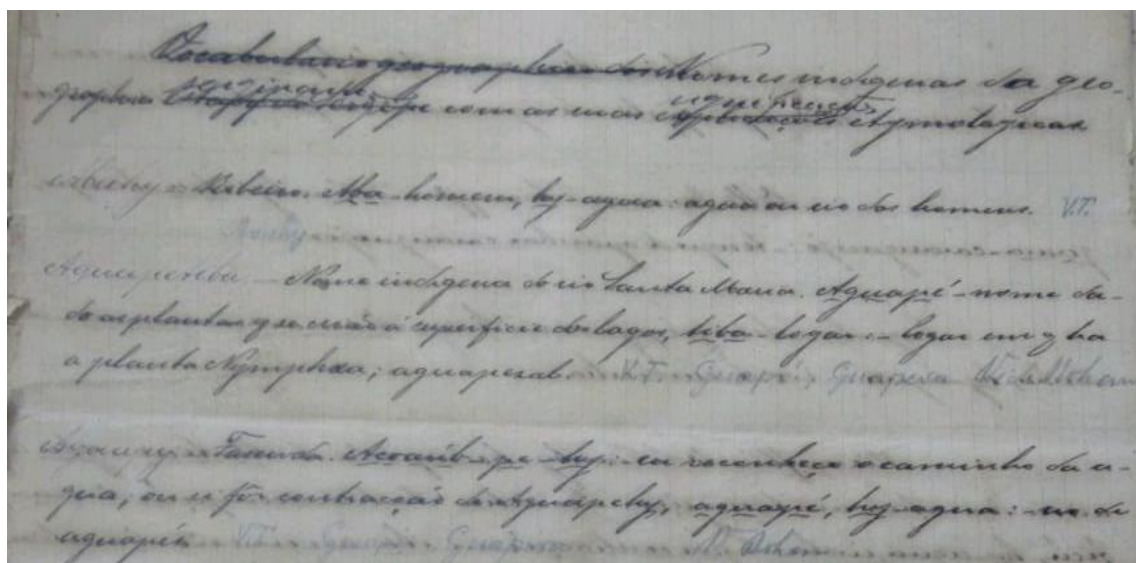
A forte presença da Etimologia nos textos de Armindo Guaraná, que remete ao estudo da origem das palavras, é fruto de seu principal trabalho publicado na Revista do IHGSE, em 1916, o *Glossário etimológico dos nomes da língua Tupi na geografia do Estado de Sergipe*, organizado em 1886, ampliado e revisto pelo Visconde de Beaurepaire Rohan e o Dr. Theodoro Sampaio em 1914. Em seu acervo pessoal no IHGSE, consta o manuscrito do artigo em um pacote intitulado *Autographo da Lingua Tupy – Glossario Etymologico dos nomes da Lingua Tupi na Geographia do Estado de Sergipe. Pelo Dr. A. Guaraná. Está publicado na Revista do Instituto Histórico em 1914*⁵⁵:

⁵⁵ Fundo Armindo Guaraná. Autographo da Lingua Tupy – Glossario Etymologico dos nomes da Lingua Tupi na Geographia do Estado de Sergipe. Pelo Dr. A. Guaraná. Está publicado na Revista do Instituto Histórico em 1914. Caixa 205, envelope 207.

Figura 17 - Título do conjunto de documentos de Guaraná

Fonte: Fundo Armindo Guaraná/IHGSE

No pacote, constam dois manuscritos. Um deles intitulado “*Nomes indígenas da geographia sergipana com suas equificações etymologicas*”⁵⁶, contendo 14 folhas, com rasgos e ementas. Em sua primeira folha, apresenta-se a nota “*As lettras – V.T. das notas a lapis significam – “veja-se o tupi na Geographia Nacional”*”, assinado por T. Sampaio. Ao total, contabiliza-se 191 verbetes relativos à geografia de Sergipe com suas respectivas etimologias, como nomes de rios e cidades. Além disso, o documento apresenta mais oito verbetes apresentados na seção “*observações etimológicas de alguns nomes*”.

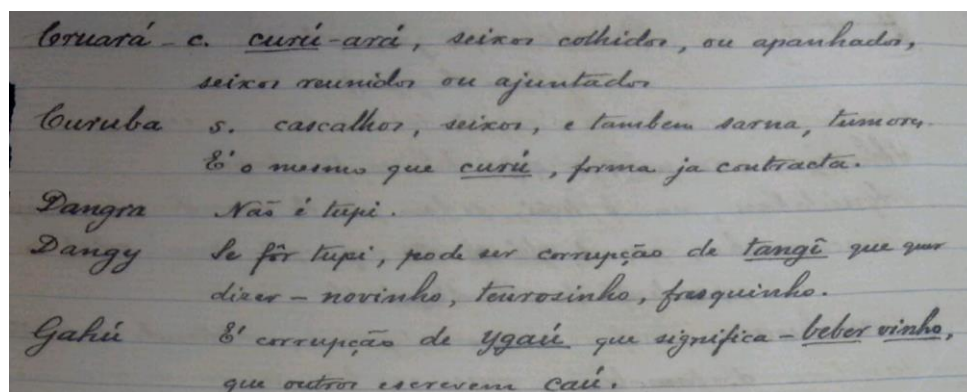
Figura 18 – Fragmento do manuscrito *Nomes indígenas da geographia sergipana com suas equificações etymologicas*

⁵⁶ Fundo Armindo Guaraná. Nomes indígenas da geographia sergipana com suas equificações etymologicas. Caixa. 205, envelope. 07, p. 1

Fonte: Fundo Armindo Guaraná/IHGSE.

O outro manuscrito, intitulado *Denominações Geographicas (em Sergipe)*⁵⁷, trata-se de um anexo com 2 folhas com 46 verbetes sobre a geografia de Sergipe, descrevendo seu significado na língua tupi. Para as palavras que não têm origem tupi, apresenta-se a nota “Não é Tupi”:

Figura 19 – Fragmento do manuscrito *Denominações Geographicas (em Sergipe)*



Fonte: Fundo Armindo Guaraná/IHGSE

No fundo de José Calasans, foi possível encontrar cinco documentos relativos às ideias linguísticas, que descrevem aspectos da antroponímia (3), etimologia (2) e morfologia (1) da língua portuguesa. A maioria dos textos são impressos, produzidos em Aracaju, na primeira metade do século XX:

Quadro 39 – Fontes metalinguísticas do Fundo Calasans

	Tipologia	Técnica	Autor	Espécie/Tipo	Local	Data
01	Morfologia	Datilografado	Felte Bezerra	Resumo	Ara- caju	1951
02	Antroponímia	Impresso	Alfredo Pimenta	Artigo jornalís- tico	s.l	s.d
03	Antroponímia	Impresso	Pedro S. Ma- chado	Artigo jornalís- tico	Ara- caju	1939
04	Etimologia	Impresso	Hermeto Lima	Artigo jornalís- tico	s.l	s.d
05	Antroponí- mia/Etimologia	Manuscrito	José Calasans	Apontamento	s.l	s.d

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

⁵⁷ Fundo Armindo Guaraná, *Denominações Geographicas (em Sergipe)*. Caixa. 205, envelope. 7, p. 2

O único manuscrito também é único texto de autoria de José Calasans, intitulado *Aspectos da formação sergipana*, o documento possui diversas ementas para ser publicado na revista do IHGSE em 1942 e trata da relação entre franceses e tupinambás e os aspectos do comércio, exploração e mestiçagem em Sergipe Colonial.

Nascimento (2004) destaca que a produção do documento foi influenciada pelo contexto histórico vivenciado por José Calasans. Após se formar em Direito, na Faculdade de Direito na Bahia, o autor passou a atuar na linha de pesquisa de ordem histórica e influenciado pelo movimento nacionalista promovido nas primeiras décadas do século XX, por autores como Oliveira Vianna, Alberto Alves, Gilberto Freyre, Joaquim Nabuco, Caio Prado de Júnior e Sérgio Buarque de Holanda.

Foi sob a influência de Gilberto Freyre, em 1933, com *Casa Grande e Senzala*, que Calazans passou a se dedicar aos estudos da formação econômica do Estado de Sergipe, além de se debruçar sobre documentos de arquivo. No entanto, Nascimento (2004) ressalta que a falta de tempo, em decorrência do exercício da licenciatura, inviabilizou um maior aprofundamento de seus estudos. É a partir desse contexto que o autor resolve publicar o texto *Aspectos da formação sergipana* na revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

O documento cita Simão Dias Francês, que é considerado como o primeiro filho do município de Itabaiana, fruto da união entre uma índia e um soldado francês (CARVALHO, 1973). Do ponto de vista linguístico, Calazans explica as duas teorias que envolvem a origem do sobrenome francês⁵⁸:

Segundo a tradição ele tinha olhos gazeos sombreados por Partes sobrancelhas grisalhas. Duas versões explicam a origem do sobrenome Francês. O nome lhe viera do pai, um aventureiro que escapou do mortianio de 1586, segundo uma das versões; era folho bastardo de um francês que desertara das fileiras dos índios Mulapena, em 1590, por ocasião da luta contra Cristovão de Barros e se fora refugiar nas guilas da serra de Cajaíba, segundo outra. De qualquer forma, um descendente franco-Tupinambá. Nada podemos afirmar categoricamente sobre a existência de Simão Dias Francês. Sua vida pertence mais à lenda do que a história. Tudo indica, entretanto que deveria ter existido, com esse ou outro nome qualquer, louros descendentes dos franceses traficantes de pau de tinta. Louros e bárbaros, como observou Gabriel Soares Barbosa que possivelmente influíram conti Deserordens de Sergipe Colonial. Interessante seria estudar se figuraram entre os elementos perniciosos, responsaveis pela terra ingovernavel Que Sergipe gozou no tempo de colonia, mestiços gálico-brasileiros.

O conhecimento da construção dos nomes, sobrenomes e apelidos remete aos estudos da antroponímia, e seu objetivo está ligado à importância de como os nomes registram

⁵⁸ Fundo Calazans. Aspectos da formação sergipana. Caixa 160, documento. 528, p. 10.

as “atitudes e posturas sociais de um povo, suas crenças, profissões, região de origem, entre outros aspectos; estes fatores, por si, revelam a dimensão da necessidade de pesquisas neste campo” (CAVALHINHOS, 2007, p. 2).

No Fundo de Epifânio Dória foi possível observar uma maior diversidade de estudos de níveis de análise linguística: Etimologia (2), Terminologia (2), Ortografia (2), Morfologia (2), Toponímia (2) e Prosódia (1). Há uma maior quantidade de impressos (7), que abrangem Folhetos (3), Manual (1), Artigo Jornalístico (1), Apontamento (1) e Livro (1), produzidos no Brasil e Portugal, principalmente na primeira metade do século XX:

Quadro 40 – Fontes metalinguísticas do Fundo Epifânio Dória

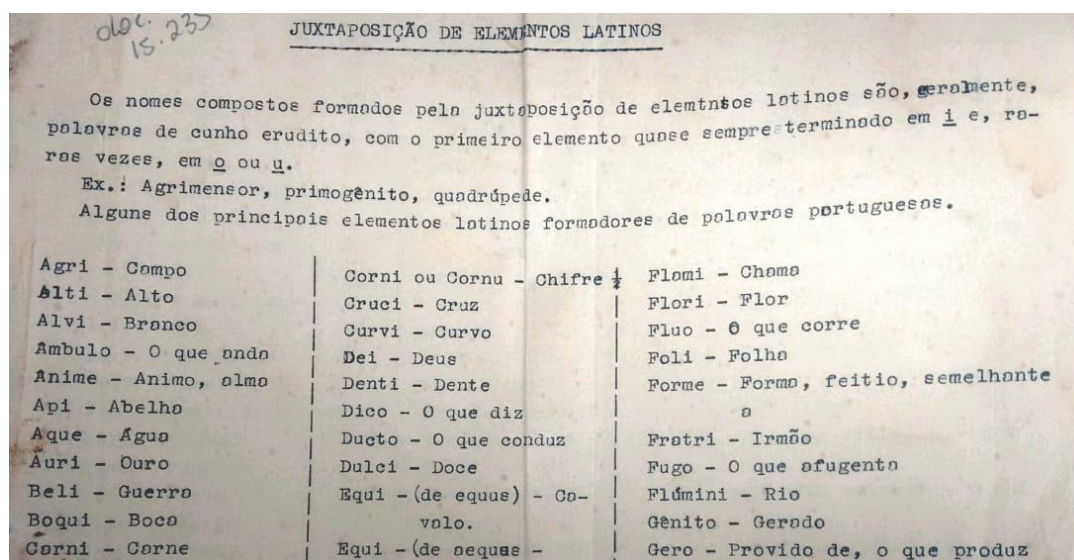
	Tipologia	Técnica	Autor	Espécie/Tipo	Local	Data
01	Terminologia/ Prosódia/ Morfologia	Impresso	Silvio Alves	Manual	Rio de Janeiro	1926
02	Toponímia	Impresso	Francisco José de Lacerda Almeida	Livro	Rio de Janeiro	1944
03	Ortografia	Impresso	Academia Brasileira de Letras (Instituição)	Folheto	s.l	1931
04	Ortografia	Impresso	Professor Santos Melo	Folheto	Aracaju	1931
05	Etimologia/ Toponímia	Impresso	Oliveira Telles	Artigo Jornalístico	s.l	1907
06	Terminologia	Impresso	Desconhecido	Folheto	s.l	s.d
07	Morfologia	Datilografado	Epifânio Dória	Apontamentos	s.l	s.d
08	Etimologia	Impresso	Emilio Achilles Monteverde	Manual	Lisboa	Década de 90 do século XIX (1890)

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

É necessário destacar que a presença de apenas um documento com teor linguístico de autoria de Epifânio Dória, não reflete a ideia de que o autor não se interessava pela área da Linguística, uma vez que só foi analisada uma pequena parcela de seu acervo. Além disso, Camargo e Goulart (2007, p. 35-36) ressalta a “necessidade de tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram”.

De sua documentação, destaca-se o documento datilografado intitulado *Juxtaposição de elementos latinos*⁵⁹, que remete à construção de vocábulos da língua portuguesa através de elementos latinos. O estudo da composição de palavras pertence à morfologia:

Figura 20 – Fragmento do texto *Juxtaposição de elementos latinos*



Fonte: Fundo Epifânio Dória/IHGSE

Já no Fundo de Urbano Neto, os quatro documentos relacionados à metalinguística foram produzidos pelo próprio titular, que descreve aspectos da Toponímia (3), Etimologia (1) e Lexicografia (1), em apontamentos manuscritos (2) e artigos datilografados (2), ausentes de data tópica e cronológica, o que impossibilita o estudo do contexto histórico em que os textos foram produzidos:

Quadro 41 – Fontes metalinguísticas do Fundo Urbano Neto

	Tipologia	Técnica	Autor	Espécie	Local	Data
01	Lexicografia/Terminologia	Manuscrito	Urbano Neto	Apontamentos	s.l	s.d
02	Toponímia	Manuscrito	Urbano Neto	Apontamentos	s.l	s.d
03	Toponímia	Datilografado	Urbano Neto	Artigo	s.l	s.d
04	Etimologia/Toponímia	Datilografado	Urbano Neto	Artigo	Ara- caju	1954

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

⁵⁹ Fundo Epifânio Dória. Juxtaposição de elementos latinos. Caixa 470, pacote 135, documento 15.

A produção de textos envolvendo descrição linguística é reflexo, principalmente, de seus estudos ligados à heráldica, considerada como ciência dos brasões. A figura 17, trata-se de um manuscrito, sem título, com apontamento sobre Heráldica, contendo uma lista⁶⁰ de termos na língua francesa e portuguesa, além de seu significado:

Figura 21 – Fragmento de lista com vocabulário de termos em francês e português

Parti	Partido	
Partition		Divisão do escudo em partes iguais
Passant	Passante	Animais representados em atitudes de marcha
Pati		
Pou		
Pante	Panta	Parte inferior do escudo
Pannet		
Potenté		Cruz cujas extremidades terminam em T

Fonte: Fundo Urbano Neto/IHGSE

Observa-se que, no documento, o autor lista uma série de termos franceses, com alguns traduzidos para a língua portuguesa, assim como seu significado relacionado à heráldica. Entre os vocábulos, há: “[...] Passant - Passante – Animais representados em atitudes de marcha [...] Pante - Panta - Parte Inferior do escudo [...] Potencé - Cruz cujas extremidades terminam em T”.

Do ponto de visto metalinguístico, esse estudo situa-se no campo da terminologia, uma vez que registra os termos linguísticos para a comunicação de uma determinada área do conhecimento, e ao mesmo tempo a lexicografia, que se faz presente pela “feitura de dicionários, glossários, vocabulários de uma língua ou de um determinado grupo social” (ALENCAR, 1997, p. 42).

Se no acervo pessoal de Urbano Neto foi possível encontrar documentos de sua autoria, o mesmo não ocorre no fundo de Ivo do Prado, uma vez que a presença de ideias linguísticas só foi detectada em artigos jornalísticos (2) da primeira metade do século XX, de autoria de Candido de Figueiredo e outra desconhecida, contendo descrições morfológicas (2), semânticas (1) e lexicológicas (1):

⁶⁰ Fundo Urbano Neto. Apontamentos sobre Heráldica. Caixa 036, documento. 005

Quadro 42 – Fontes metalinguísticas no fundo Ivo do Prado

	Tipologia	Técnica	Autor	Espécie/Tipo	Local	Data
01	Lexicologia/ Terminologia	Impresso	Candido de Figueiredo	Artigo jornalístico	Rio de Janeiro	1920
02	Morfologia/ Semântica	Impresso	Desconhecido	Artigo jornalístico	Aracaju	1933

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Deve-se destacar que, em ambos os artigos, os documentos foram salvaguardados por Prado por se tratarem de estudos de seu interesse, como a história e a política de Sergipe. A exemplo do artigo jornalístico com texto de autoria de Candido de Figueiredo, intitulado *A lingua portuguesa*, o documento se faz presente no fundo do titular por conter uma transcrição da carta de Rocha Pombo para Ivo do Prado sobre as questões de limites da Bahia e de Sergipe.

Candido de Figueiredo, nascido em 1846, em Tondela-Portugal, foi filólogo e escritor, dedicando-se a diversos estudos sobre o funcionamento da língua portuguesa, atuando principalmente na construção de dicionários, evidenciando o seu papel de lexicógrafo. Em seu texto intitulado *A lingua portuguesa*, destaca-se a discussão em torno do uso dos termos *solferino* e *sulferino*, que designam cor e cidade. Como o próprio autor comenta, o documento⁶¹ remete ao aspecto da lexicologia, uma vez que seu objetivo de estudo é analisar os lexemas, suas estruturas e variedades e suas relações com os significantes:

Na palestra, publicada nesta secção, em 19 de Junho ultimo, respondi a um consulente do Rio Grande do Sul, que me perguntava se era portugueza a palavra *solferino* ou *sulferino*, com que naquele Estado se designa a côr entre encarnado e o roxo.

O mesmo consulente, para melhor esclarecimento meu, enviava-me depois um pedacinho fino, que representava a referida côr.

O caso era novidade para mim, mas desde logo reconheci que a palavra *solferino* devia ter procedido do nome proprio de uma conhecida cidade italiana; e, como muitos tecidos receberam o nome das localidades em que eram fabricados, disse eu que, o pano e não a côr é o que primitivamente se chamou *solferino*, entendendo-se provavelmente o significado da palavra à côr de entre encarando e rôxo.

Em boa hora exteriorizei o que me pareceu favoravel, a tal respeito, pois me valeu o judicioso e amavel reparo de pessoa que tem competencia especial e assumpto de materias corantes.

O Sr. Dr. P. S. M., cujo amor á nossa língua e cujos talentos eu já conhecia e apreciava, veio ao meu encontro para concordar que a palavra *solferino* veio do nome de uma cidade, e para me informar que o termo *solferino*, é corretamente, o nome de uma côr e não o nome de um tecido.

Embora eu suppuzesse que só primitivamente o nome pertencia ao tecido, podendo hoje designar exclusivamente uma côr, não tenho duvida em aceitar e agradecer as autorizadas informações do Sr. Dr. P.S. M., concordando com ele em que as numerosissimas substancias tinctorias tem obrigado os repectivos fabricantes a empregar os mais variados nomes para o uso comercial e popular, evitando a nomenclatura scientifica, pouco accessivel ao vulgo.

⁶¹ Fundo Ivo do Prado. *A lingua portuguesa*. Caixa 419, Documento 70

E' isso. E o que se dá com substancias tinctorias, reproduz-se com elixires e medicamentos, cuja nomenclatura denuncia verdadeiros caprichos e fantasias.

O Sr. Dr. P. S. M. não restringio o seu favor e gentileza a informação sobre o *solferino*: confirmando-as. Communica-me que ha outras matérias corantes, chamadas *Congo*, *Sudão*, e *Bordéos*, nenhuma das quaes é fabricada nas localidades e que se referem; como a certo azul, chamado *Victoria*, e um pardo chamado *Bismarck*, sem que tenham qualquer relação com as personalidades que indicam.

Estes factos que por um lado comprovam a fantasia de muitos fabricantes, interessam por outro à lexicologia portugueza a mais um lexicographo os registrará agradecido.

Nos 15 documentos do Fundo Oliveira Telles com amostras de estudos linguísticos, todos foram escritos pelo próprio titular, distinguindo-se livros (06), artigos jornalísticos (08), produzidos em Sergipe (08) entre o final do século XIX e o início do XX. Entre os conhecimentos linguísticos, foi possível encontrar morfológicos (07), etimológicos (05), fonéticos (04), semânticos (03), toponímicos (02), prosódicos (01) e ortográficos (01):

Quadro 43 – Fontes metalinguísticas no Fundo Oliveira Telles

	Tipologia	Técnica	Autor	Espécie/Tipo	Local	Data
01	Morfologia	Manuscrito	Oliveira Telles	Livro	São Cristóvão	1931
02	Etimologia/Fonética/Prosódia	Impresso	Oliveira Telles	Livro	São Cristóvão	1990
03	Etimologia/ Toponímia/ Morfologia	Manuscrito	Oliveira Telles	Livro	São Cristóvão	1893
04	Morfologia	Impresso	Oliveira Telles	Artigo Jornalístico	Aracaju	s.d
05	Terminologia/Toponímia	Impresso	Oliveira Telles	Artigo Jornalístico	Aracaju	1931
06	Fonética/Fonologia	Impresso	Oliveira Telles	Artigo Jornalístico	s.l	s.d
07	Semântica	Impresso	Oliveira Telles	Artigo Jornalístico	s.l	s.d
08	Semântica	Impresso	Oliveira Telles	Artigo Jornalístico	s.l	s.d
09	Etimologia	Impresso	Oliveira Telles	Artigo Jornalístico	s.l	s.d
10	Morfologia/Etimologia	Impresso	Oliveira Telles	Artigo Jornalístico	s.l	s.d
11	Morfologia/Fonética/Ortografia	Manuscrito	Oliveira Telles	Livro	São Cristóvão	1915
12	Morfologia	Manuscrito	Oliveira Telles	Livro	s.l	1890
13	Fonética	Manuscrito	Oliveira Telles	Coletânea de artigos	São Cristóvão	1895

14	Morfologia	Manuscrito	Oliveira Telles	Livro	São Cristóvão	1916
15	Semântica/Etimologia	Impresso	Oliveira Telles	Artigo Jornalístico	s.l	s.d

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Costa (2017) destaca que a produção intelectual de Telles é fruto de sua frustração pessoal e intelectual, uma vez que seus escritos não ganharam uma maior visibilidade fora do estado, como aconteceu com outros intelectuais de sua terra. Desta maneira, o autor focou seus estudos no conhecimento de aspectos da geografia, história, cultura e linguística em Sergipe, contribuindo para estudos da historiografia sergipana.

Em sua maior obra, *Sergipenses* (que foi dividida em duas partes, embora publicada apenas a primeira), é possível constatar que o manuscrito da primeira parte é datado de 01 de setembro de 1890 e trata-se de uma coletânea de diversos artigos: *O Menhir da Jabotiana*, *O poço encantado do Vasabarris*, *O Vasabarris*, *O poço azul*, *O rio das Pedras (Pityhypeba)*, *A rua de Tobias Barreto em Campos*, *Nomenclatura sergipense (O rio Real)*, *Sobre a prosodia de algumas consoantes*, *O Piabussú*, *O Jacaracica*, *Pertencer a boas famílias*, *Ascensão ao pico Cajahiba*, *Primeiras águas*, *Pelo inverno*, *O urubu*, *As derrubadas*, *Rios e matas*, *Fogo nos matts*, *Estrada de ferro*, *Jardim Olympio Campos*, *Calçadas e jardins*, e *As feiras*.

Ao longo da obra, Telles descreve aspectos da história, geografia, etimologia, língua, festas e folclore de Sergipe. O trecho abaixo remete ao texto *Sobre a prosodia de algumas consoantes*⁶², datado de 1895. Em outra coletânea de artigos, o autor intitula o mesmo texto como *Sobre o modo de pronunciar algumas consoantes*, que provavelmente refere-se à primeira versão, antes de publicar na obra *Sergipenses*.

Porque razão a pronuncia de algumas consoantes é diferente em uma zona do Brasil relativamente pequena? Não é pergunta de difficil resposta, pois tem sua explicação; e não será muito que, cedendo á moda, a justique [sic] o concurso de circumstancias mezzologicas, ethnicas etc...

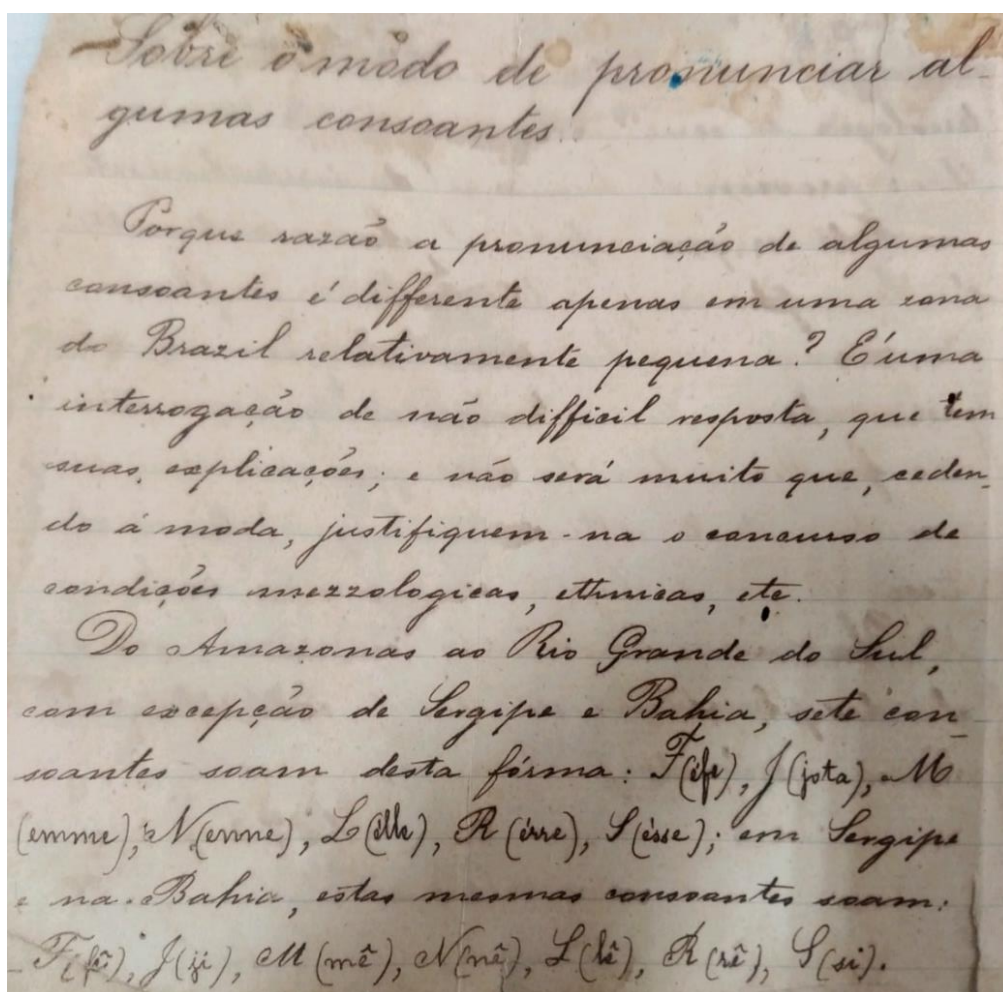
Do Amazonas do Rio Grande do Sul as sete consoantes F, J, L, M, N, R soam -- efe, jota, élle, emme, enne, érre, ésse; mas na Bahia e em Sergipe as mesmas consoantes valem - fê, ji, lê, mê, nê, rê, si.

Considerando-se que esta ultima pronuncia é antiquissima, podemos encaral-a como phenomeno que se conservou inalterado, semelhante ao que se produz relativamente a certos dialectos; os quaes guardam sua unidade de fórma e construcção por fôrça das circumstancias que os rodeiam e que os isolam. É phenomeno semelhante ao que deu feição particular ou original a certo dialecto grego na antiguidade, ao portuguez de Ceylão e ao francez do Canadá, nos tempos modernos.

⁶² Fundo Oliveira Telles. *Sergipenses* vol. 1. Caixa 187, pacote 001, documento 004

Como dito anteriormente, Telles produziu um outro manuscrito com o mesmo texto de presente em *Sergipenses*, mas sob o título: *Sobre o modo de pronunciar algumas consoantes*. O documento⁶³ faz parte de um compilado de artigos reunidos em um livro sem título. Para um pesquisador da área da Filologia, cujo objetivo é “[...] o estudo que abrange práticas de crítica, interpretação e edição diversas” (SACRAMENTO; NASCIMENTO, 2019, p. 474), o cotejo de dois testemunhos de um mesmo texto, como nesse caso, permite apontar as alterações que o texto sofreu:

Figura 22 – Fragmento de *Sobre o modo de pronunciar algumas consoantes*



Fonte: Fundo Oliveira Telles/IHGSE

Vale destacar que o objetivo deste trabalho de pesquisa não é realizar uma análise filológica do texto de Oliveira Telles, mas ressaltar a riqueza de sua obra para qualquer ciência

⁶³ Fundo Oliveira Telles. Sobre o modo de pronunciar algumas consoantes. Caixa 191, pacote 001, documento 001

da linguagem, inclusive para a Filologia. Deste modo, expõe-se no quadro 44, o cotejo entre os dois testemunhos do texto:

Quadro 44 – Cotejo dos dois testemunhos do texto sobre pronúncia de algumas consoantes, de Oliveira Telles

<i>Sobre a prosodia de algumas consoantes</i>	<i>Sobre o modo de pronunciar algumas consoantes</i>
<p>Porque razão a pronuncia de algumas consoantes é diferente em uma zona do Brasil relativamente pequena? Não é uma pergunta de difícil resposta, pois tem sua explicação; e não será muito que, cedendo á moda, a justique o concurso de condições mezzologicas, etnlicas etc.</p> <p>Do amazonas ao Rio Grande do Sul as sete consoantes F, J, L, M, N, R soam éfe, jota, élle emme, enne, érre, ésse; mas na Bahia e em Sergipe as mesmas consoantes valem - fê, ji, lê, mê, nê, rê, si.</p>	<p>Porque razão a pronuniação de algumas consoantes é diferente apenas em uma zona do Brazil relativamente pequena? É uma interrogação de não difícil resposta, que tem suas explicações; e não será muito que cedendo á moda, justifiquem-na o concurso de condições mezzologicas, etnlicas etc.</p> <p>Do amazonas ao Rio Grande do Sul, com excepção de Sergipe e Bahia, sete consoantes soam desta fôrma: F(éfe), J(jota), M (emme), N(enne), L(élle), R(érre), S(ésse); em Sergipe e na Bahia, estas mesmas consoantes soam: F(fê), J(ji), M(mê), N(nê), L(lê), R(rê), S(si)</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No fundo de Maria Thétis Nunes, ao longo de seus 15 documentos de teor metalinguístico, foi possível detectar estudos de Morfologia (7), Semântica (4), Etimologia (4), Toponímia (3), Fonética (2), Lexicografia (2), Ortografia (2), Astronímia (1), Onomástica (1), que abrangem principalmente impressos (12) provenientes de jornais (11). Apenas três documentos foram produzidos pela titular do arquivo, sendo que os demais foram produzidos por outros intelectuais, principalmente de Sergipe e do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XX.

Quadro 45 – Fontes metalinguísticas no Fundo Thétis Nunes

	Tipologia	Técnica	Autor	Espécie/Tipo	Local	Data
01	Toponímia/Etimologia	Impresso	Assis Cintra	Artigo Jornalístico	s.l	s.d
02	Morfologia	Impresso	Guerreiro Ramos	Artigo Jornalístico	Rio de Janeiro	1957
03	Semântica	Impresso	Maria Thétis Nunes	Artigo Jornalístico	s.l	1967
04	Morfologia	Impresso	Maria Thétis Nunes	Artigo Jornalístico	Ara-caju	1969

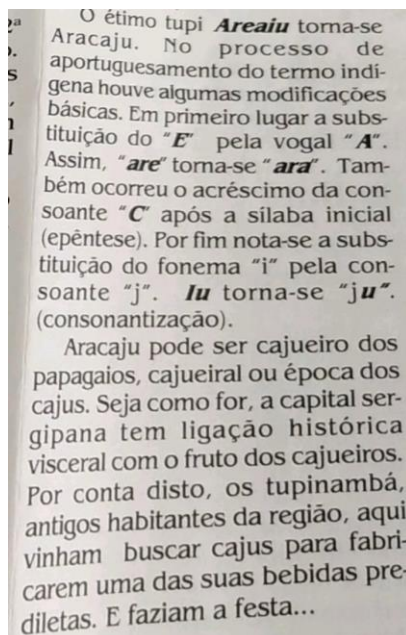
05	Ortografia/Semântica/Morfologia	Impresso	Adriano da Gama Kury	Resenha	Rio de Janeiro	1978
06	Astronímia/Onomástica	Impresso	Ronaldo Rogério de Freitas Mourão	Artigo Jornalístico	Rio de Janeiro	1980
07	Morfologia	Fotocópia	Abdias Lima	Artigo Jornalístico	Fortaleza	1981
08	Toponímia	Impresso	René Capriles	Artigo Jornalístico	Rio de Janeiro	1991
09	Etimologia/Toponímia/Fonética	Impresso	Francisco José Alves	Artigo Jornalístico	São Cristóvão	1999
10	Etimologia/Morfologia	Impresso	Francisco José Alves	Artigo Jornalístico	Araçaju	2002
11	Lexicografia	Impresso	Luiz Antonio Barreto	Coletânea de artigos jornalísticos	Araçaju	1983-1984
12	Morfologia	Datilografado	Maria Thetis Nunes	Trabalho acadêmico	s.l	1958
13	Ortografia/Semântica/Morfologia	Impresso	Sônia Maria van Dijk Lima e Adylla Rocha Rabello	Livro	João Pessoa	1990
14	Fonética/ Lexicografia/ Terminologia	Digitado	Gilvan dos Santos Rosa	Proposta de projeto	s.l	s.d
15	Semântica	Impresso	Evaldo Cabral de Mello	Artigo Jornalístico	Araçaju	2002

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Entre a documentação do fundo de Maria Thetis Nunes é possível encontrar o texto escrito pelo professor José Francisco Alves, docente do departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, publicado como artigo de jornal⁶⁴ com o título "*Aracaju*", *o que significa?* Esse texto aborda a formação de uma lógica etimológica e toponímica para o termo *Aracaju*, estudada por historiadores e linguistas. Além disso, Alves aponta como o étimo *Areaïu* tornou-se *Aracaju* pelo aportuguesamento do termo indígena:

⁶⁴ Fundo Thetis Nunes. "Aracaju", o que significa? Caixa 523, documento 559

Figura 23 – Fragmento do texto “Aracaju”, o que significa?



Fonte: Fundo Thétis Nunes/ IHGSE

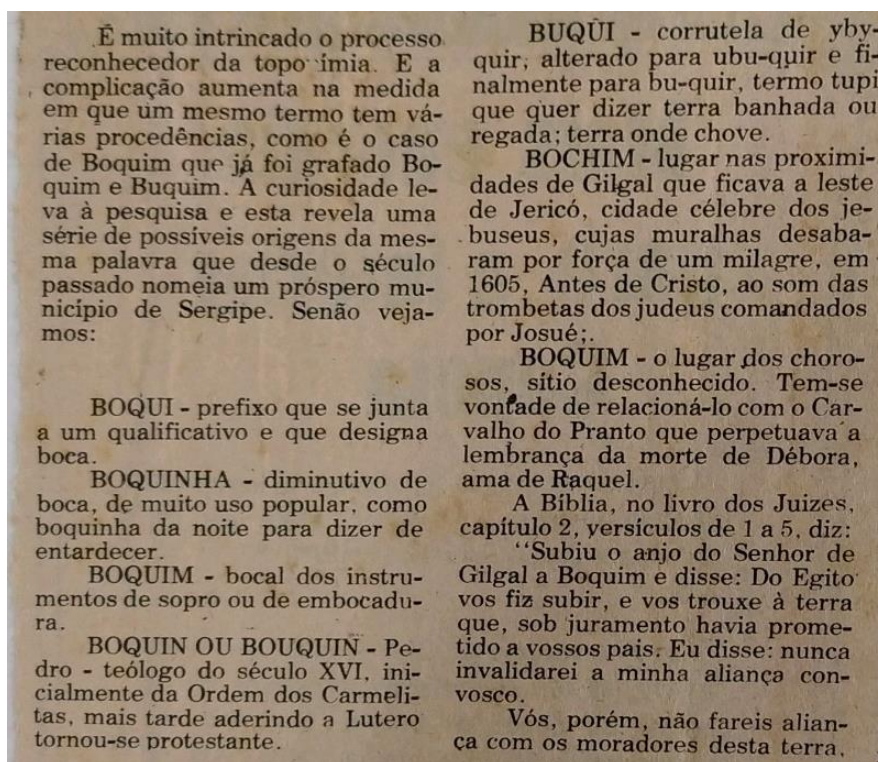
O fundo de Fernando Porto foi o que mais apresentou a presença de fontes metalinguísticas, em níveis como etimologia (14), lexicologia (13), terminologia (09), morfologia (3), sintaxe (3), onomástica (02), semântica (02) e ortografia (1). A documentação não apresenta nenhum texto de sua autoria, mas impressos (38) do historiador sergipano Luiz Antônio Barreto (08) e do jornalista e crítico gastronômico Josimar Melo (07), produzidos no Brasil, na segunda metade do século XX.

Ao analisar o fundo de Fernando Porto é perceptível a presença de documentos voltados para o exercício de suas atividades como engenheiro e professor de Geografia, mas, ao mesmo tempo, um forte interesse por aspectos da culinária e bebidas alcoólicas, muitas provenientes de recortes de revistas masculinas.

No que cerne aos aspectos linguísticos, o artigo publicado no Jornal Gazeta de Sergipe, intitulado *A propósito do Topônimo*⁶⁵, por Luiz Antônio Barreto, em 14 de janeiro de 1982, trata da investigação toponímica do nome Boquim, município sergipano, apontando uma série de possíveis origens da palavra, desde o século XIX:

⁶⁵ Fundo Fernando Porto. A propósito do topônimo Boquim. Caixa 137, documento 1084.

Figura 24 – Fragmento de *A propósito do Topônimo*



Fonte: Fundo Fernando Porto/IHGSE

Este não é o único texto de Luiz Antônio Barreto⁶⁶ no fundo de Fernando Porto que aborda aspectos da toponímia em Sergipe. Em outro texto, *Marcas africanas na geografia de Sergipe*, apresenta uma lista de palavras de origem africana presentes na geografia sergipana. A toponímia é o ramo da onomástica que estuda os nomes de lugares e de acidentes geográficos. Segundo Faggion, Misturini e Dal Pizzol (2013), a onomástica possibilita que o pesquisador conheça aspectos da cultura, linguagem e história de um povo, associados ao sentimento de que esses espaços proporcionam aos indivíduos, desde sentimento pessoal, comemorativo ou de acontecimentos importantes que ocorreram.

Apesar de não ser possível explorar o fundo de Lauro Porto com mais atenção, uma vez que a ausência de um tratamento da documentação dificultaria o acesso à informação para os pesquisadores, foi possível encontrar um documento de teor linguístico, evidenciando a possibilidade de potencialidade do acervo para pesquisadores dos diversos ramos da linguagem.

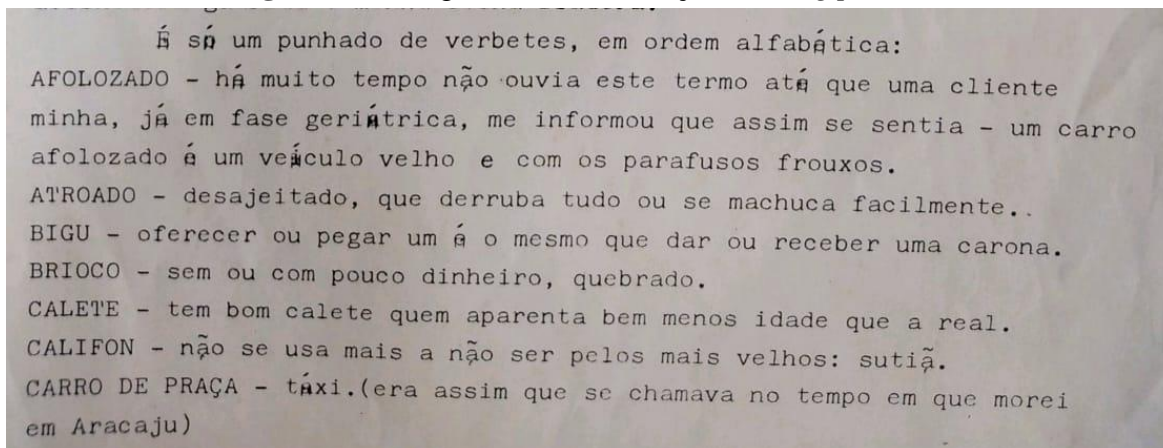
No artigo de Thomaz Cruz, *Introdução ao sergipanês*⁶⁷, o autor se inspira nas leituras do *Dicionário de Baianês* e resolve registrar alguns termos e expressões ouvidos apenas

⁶⁶ Nascido no município de Lagarto/SE, em 10 de fevereiro de 1944, foi historiador e jornalista, tendo publicado obras relacionadas à história e ao folclore. Ademais, promoveu diversas atividades educativo-culturais em Sergipe.

⁶⁷ Fundo Lauro Porto. *Introdução ao Sergipanês*. Caixa 181

em Sergipe, fazendo um alerta: “antes que o sergipanês se dilua ou desapareça, convoco os sergipanos-baianos e desafio quem nasceu e continua morando em Sergipe esta introdução ou a me ajudar a reunir uma compilação mais extensa. Quem sabe, um dicionário de Sergipanês”⁶⁸:

Figura 25 – Fragmento de *Introdução ao Sergipanês*



Fonte: Fundo Lauro Porto/IHGSE

O texto possui uma pequena observação logo abaixo do nome do autor: “Sergipano, radicado na Bahia”, de modo que Thomaz Cruz seja, provavelmente, o professor e médico Thomaz Rodrigues Porto da Cruz, nascido em Sergipe em 1940. Além disso, o autor aponta que ele estudou no colégio Marista e que Isadora foi uma de suas filhas, informações ressaltadas por Schuster (2020) e a FAMEB (2020), ao noticiar o falecimento de Cruz.

Formado na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1964, Thomaz Cruz é sobrinho de Lauro Porto, titular do fundo, e com ele “as relações eram de profundo respeito e veneração” (CRUZ, 2020). Atuante na área da saúde, é perceptível que em seu currículo⁶⁹ não conste informações a respeito de alguma obra relacionada às expressões sergipanas, porque, provavelmente, ele não conseguiu concretizar o seu desejo de reunir e publicar um dicionário de sergipanês.

Apesar disso, a Infonet (2013) noticiou em seu web-site⁷⁰ (que hoje encontra-se fora ar) a publicação do *Dicionário do Sergipanês*, por Rubens Custódio Dória. Segundo Melo (2017), os usuários passaram a também contribuir com expressões que conheciam de seu cotidiano, para posteriormente ser indexadas por Dória. Além disso, sobre o dialeto sergipano, deve-se destacar o projeto de constituição de um *corpus* oral desenvolvido pela professora

⁶⁸ Fundo Lauro Porto. *Introdução ao Sergipanês*. Caixa 181, página 2

⁶⁹ Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/2010993/thomaz-rodrigues-porto-da-cruz>

⁷⁰ Disponível em: <https://sites.google.com/site/dicionariodesergipanes/>

doutora da Universidade Federal de Sergipe, Raquel Meister Ko. Freitag, que desde 2013 vem reunindo e armazenando a variedade de português falado em Sergipe, com o objetivo de ser disponibilizado posteriormente⁷¹.

⁷¹ Segundo informações dos projetos desenvolvidos, no sistema da Universidade Federal de Sergipe, em 2020 iniciou a etapa 2 do projeto, com a automatização da análise.

8 CATÁLOGO DE FONTES METALINGUÍSTICAS

Com os 94 documentos selecionados dos fundos pessoais do IHGSE, foi possível elaborar um catálogo seguindo as normas arquivísticas, no intuito de facilitar o acesso à informação para o usuário interessado na história do conhecimento linguístico sobre a língua portuguesa. Desta forma, optou-se por utilizar 93 documentos da amostra da pesquisa dos fundos de Armindo Guaraná, Ivo do Prado, Urbano Neto, Epifânio Dória, Thétis Nunes, Fernando Porto, José Calasans e Oliveira Telles. Como o fundo de Lauro Porto ainda não possui uma organização da documentação, optou-se em desconsiderar o seu único documento utilizado na amostra desta pesquisa.

Através das orientações de Lopez (2002) e Bellotto (2006) para a construção de um catálogo seletivo, o instrumento de pesquisa voltado, preferencialmente, mas não só, para a área das ciências da linguagem, foi constituído pelos seguintes aspectos:

- a) Importância do Catálogo;
- b) Aspectos metodológicos utilizados para a descrição e ordenação dos documentos;
- c) Contexto de produção dos fundos e da vida do titular;
- d) Catálogo por quadros;
- e) Índice por nomes.

Para a construção de um catálogo arquivístico, a padronização da descrição dos itens documentais é essencial para consolidar os princípios da área da arquivística, assim como facilitar o diálogo e acesso entre a informação e o usuário. Logo, foram utilizadas as normas da *General International Standard Archival Description - ISAD (G)* e a *Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)*.

De início, é apresentada na Introdução a importância dos estudos da Historiografia da Linguística no processo de descrição e explicação da produção do saber linguístico, mediante o contexto histórico que ele foi produzido. Para que o pesquisador possa desenvolver seu trabalho, o uso de fontes de informação é essencial para o desenvolvimento de suas pesquisas. Logo, os arquivos pessoais podem se tornar espaços ricos para a disponibilização de fontes metalinguísticas, cuja produção e acumulação documental dos polígrafos sergipanos podem

contribuir para o desenvolvimento de pesquisa para os pesquisadores das áreas de Filologia, Linguística e Historiografia da Linguística.

Sendo assim, a disponibilização de um catálogo seletivo de fontes metalinguísticas pretende aproximar o pesquisador, principalmente da área da Linguística, da seleção de documentos que apresentam estudos de ortografia, etimologia, lexicografia, fonética, prosódia, antroponímia, sintaxe, semântica e terminologia.

No catálogo apresenta-se os aspectos metodológicos utilizados para a descrição e ordenação dos documentos. Logo, as convenções adotadas abrangem a descrição do fundo, assim como do quadro dos itens documentais, baseadas nos conceitos estabelecidos pela NOBRADE:

Quadro 46 – Descrição do Fundo

Código de Referência	Identificação da unidade de descrição juntamente com a descrição que representa. Contém o código do país, do detentor e referência local.
Título	Título formal da unidade de descrição
Datas-Limite	Datas de produção dos documentos
Suporte	Material onde são registradas as informações do documento
Nome do produtor	Titular da produção dos documentos
História Biográfica	Traços da vida pessoal e profissional do titular dos documentos
Procedência	Dados de onde veio a documentação
História arquivística	Traços da história do arquivo
Âmbito e conteúdo	Descrição da produção documental segundo tempo, localização geográfica e formas de documentos
Condições de acesso	Identifica se há restrição de acesso
Guia de pesquisa	Instrumentos de pesquisa disponíveis na unidade de informação

Fonte: Dados da pesquisa (2000).

Quadro 47 – Quadro dos itens documentais

Notação de Localização	Código de localização do documento na unidade de informação
Técnica de registro	Técnica de inscrição do documento textual
Espécie	Configuração que assume o documento
Autoria	Nome de quem assina a documentação. Quando não existe autoria, utiliza-se o termo “Desconhecida”
Conteúdo	Resumo das informações contidas no documento
Local	Local onde foi produzido o documento descrito. Quando não existe local, utiliza-se [s.l] – sem local

Data	Dia, mês e ano de produção do documento. Quando não existe data, utiliza-se [s.d] – sem data
Folhas	Quantidade de páginas que constituem o documento
Estado de conservação	Trata do estado de preservação da documentação

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Após a criação das convenções utilizadas, foi realizada uma descrição dos fundos de cada titular e de como a documentação foi tratada. Para isso, adotou-se os modelos com os critérios estabelecidos pela NOBRADE e a ISAD, que apontam a necessidade dos seguintes elementos: título, data, nome do produtor, suporte, história biográfica, história arquivística, procedência, âmbito e conteúdo, condições de uso, guia de pesquisa:

Quadro 48 – Histórico do Fundo

I ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência	BR/IHGSE/ FOT
Título	Fundo Oliveira Telles
Datas-Limite	1885-1930
Suporte	6 caixas; 67 documentos textuais em papel
II ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO	
Nome do produtor	Manoel dos Passos de Oliveira Telles (1859-1939)
História Biográfica	<p>Manoel dos Passos de Oliveira Telles, conforme informações de Guaraná (1925), nasceu em 29 de agosto de 1859, na Vila de Nossa Senhora de Socorro do Tomar de Contiguiba, em Sergipe, fruto da união do Padre Pedro Antonio Moniz Telles e Maria Luiza de Oliveira Pitto. Casou com D. Maria Pastora de Oliveira Telles, com quem teve quatro filhos: Garcilaso Moniz Teles, Maria Luiza de Oliveira Teles, Maria Dafine Moniz Oliveira Teles e Antônio Álvares Moniz Teles.</p> <p>Educou-se inicialmente em sua vila e, posteriormente, no Atheneu Sergipense (1873-1877), após se mudar para Aracaju, em 1870. Tentou graduar-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas o clima da cidade não favoreceu sua saúde, optando, então, por estudar Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife, onde formou-se em 1885.</p> <p>Durante sua vida, atuou profissionalmente como Promotor Público de Mossoró/Rio Grande do Norte (1885) e Itabaiana/Sergipe (1886), em 1913 assumiu o cargo de Juiz de Direito da 1ª Vara de Aracaju, Auxiliar do Delegado do Estado, Administrador da Mesa de Rendas Federais em São Cristóvão, Diretor da Instrução Pública e da Escola Normal (1898-1903), Diretor do Atheneu Sergipense (1893-1896) e professor da mesma instituição em 1898.</p>

	<p>Foi sócio de diversas organizações, como o Grêmio Literário da Bahia, o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Em 1923, viajou para Pernambuco, a pedido do Dr. Graco Cardoso, para reunir trabalhos de Tobias Barreto de Menezes, seu mestre e amigo. Retornou em 1924 a Aracaju para apresentar os resultados de sua pesquisa em uma conferência no IHGSE. Entre 1925 e 1926, publicou 10 volumes dos trabalhos de Tobias Barreto. Para Lima (2013), a modéstia de Oliveira Telles nesse trabalho é perceptível quando “não aparece seu nome por extenso, nem mesmo de forma abreviada, na disposição dos volumes e dos seus acréscimos, limitando-se à mera advertência, sem assinatura, de que as produções acompanhadas, ‘não constam das edições anteriores’” (LIMA, 2013, p. 12).</p> <p>Produziu em periódicos como Gazeta de Sergipe, O Estado de Sergipe, Revista do IHGSE e Jornal do Povo. Produziu diversos artigos e obras nas áreas de literatura, geografia, história, filosofia, utilizando, muitas vezes, o pseudônimo “Garcia Moreno” ou “Garcia Moniz”. Entre suas obras, destacam-se: Ao romper do século XX (1907), Aracaju: suas origens e provável futuro (1913), Limites de Sergipe – Sergipe-Bahia (1916) e O escrivão (1906). No entanto, foi Sergipenses sua maior obra, na qual vislumbra-se um “[...] leque dos seus enfoques, nos domínios da geografia e da história, linguística (etimologia indígena), etnografia e folclore, bem assim da crítica literária” (LIMA, 2013, p. 10).</p> <p>Desta maneira, Oliveira Telles atuou, ao longo de sua vida, em diversos cargos na área de Direito, foi professor, jornalista, escritor e presidiu inúmeras instituições e veio a falecer em 14 de março de 1939.</p>
História arquivística	Parte da documentação foi encontrada durante a desmontagem dos depósitos do IHGSE, na gestão de Itamar Freitas. O inventário foi elaborado por Fernanda Cordeiro e, posteriormente, foi organizado e catalogado por Isabela Costa Chizolini, que agrupou os documentos em caixas segundo as espécies documentais livros, cadernetas de anotações, correspondências, discursos, artigos e palestras.
Procedência	Doado por um de seus filhos, em data desconhecida
III. ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo	Documentos produzidos e acumulados por Oliveira Telles no decurso da sua vida familiar, formação e atividade profissional. A documentação abrange livros (livros manuscritos e livro epistolar, traduções), cadernetas, artigos, recortes de jornal, discursos, correspondência, palestras, poemas e manuscritos
Condições de acesso	Sem restrições de acesso
Guia de pesquisa	Catálogo do Fundo Oliveira Telles

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ao final, optou-se pela construção de um catálogo seletivo com dados descritos em quadros. Para facilitar a leitura ao usuário, cada descrição de um item documental apresenta, ao lado direito, suas respectivas entradas: Notação arquivística, Técnica de registro, Espécie, Autoria, Conteúdo, Local, Data e Estado de conservação:

Quadro 49 – Descrição de item documental

Notação de localização	FOT, Cx. 194, Pac. 01, Doc. 024
Técnica de registro	Manuscrito
Espécie	Livro
Autoria	Oliveira Telles
Conteúdo	Livro “Limites de Sergipe”, no qual aponta a construção do advérbio “sempre”, em mensagem do Governador do Estado Dr. José Joaquim Seabra
Local	São Cristovão
Data	1916
Folhas	20 folhas
Estado de conservação	Bom estado de conservação - Folhas preservadas.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Ressalta-se que a reprodução da notação de localização refere-se ao que é apresentado na documentação e catálogos dos respectivos fundos do IHGSE. Em muitos documentos, a presença de séries documentais se faz presente na notação criada pelo Instituto, mas como não há uma padronização das séries em todos os fundos⁷², optou-se em não reproduzi-las na versão do catálogo.

Por fim, Bellotto (2006) indica a elaboração de instrumentos que podem auxiliar no acesso à informação, com a criação de índices por assunto, nome e de lugares. Para a construção do catálogo seletivo, optou-se pela disponibilização de um índice dos autores dos documentos, assim como dos assuntos das tipologias linguísticas.

Além dos aspectos arquivísticos apontados por Bellotto (2006) e Lopez (2002), de acordo com as normas internacionais, o catálogo ainda apresenta imagens das fontes metalinguísticas, no intuito de instigar o usuário a conhecer o instrumento de pesquisa. Apesar de ser destinado principalmente a pesquisadores das ciências da linguagem, é apresentado um

⁷² A exemplo do fundo Armindo Guaraná, em que a Série 3 remete a livros, enquanto no fundo Ivo Prado, refere-se a Recortes de revistas e jornais. Além disso, no fundo de Oliveira Telles não há séries.

glossário dos níveis linguísticos, para que usuários de outras áreas do conhecimento possam compreender o significado dos termos.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, ficou evidente a interdisciplinaridade entre os campos da Linguística, Filologia, História, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivística, especialmente em uma unidade de informação, a partir do momento que se tem a presença de dois eixos, a informação e o usuário, interligados pelo acesso informacional.

Para o desempenho de suas pesquisas, seja pelo viés histórico ou linguístico, o usuário necessita de fontes de informação para a construção e reflexão do conhecimento. No caso de um pesquisador voltado para a área da Historiografia Linguística, um livro, um documento de arquivo, uma gramática ou outros escritos, podem proporcionar o estudo da história das ideias linguísticas, na tentativa de se compreender como se deu a produção do conhecimento linguístico em determinada época e lugar

Com o advento da Escola de *Annales*, cria-se nos pesquisadores a percepção da ampliação de fontes de informação que não eram consideradas convencionais, como as fontes orais, permitindo a ampliação do desenvolvimento de pesquisas. Mas, para que isso ocorra, é necessário que o usuário possua acesso às informações, seja no âmbito de acessibilidade, por questões burocráticas ou legislativa de uma unidade de informação, ou através da sistematização da informação e o uso de instrumentos de pesquisa.

Para pesquisadores da área de Linguística e de Historiografia Linguística, a construção de *corpora* permite a reunião de documentos voltados para sua área de interesse. A exemplo do Brasil, ainda é necessária uma ampliação de *corpus* para os estudos da língua e das ideias produzidas sobre a língua, principalmente para o acesso digital aos pesquisadores de outras localidades. As *corporas* podem envolver cartas, manuscritos, livros e entre outras fontes documentais e podem ser encontradas nos arquivos, principalmente os arquivos pessoais, proporcionando a investigação de documentos com teor linguístico. Para que isso ocorra, é necessário que as informações estejam catalogadas e dispostas em instrumentos de pesquisa, a exemplo dos catálogos.

É pensando na riqueza dos arquivos pessoais, que este trabalho teve como objetivo disponibilizar um catálogo de fontes metalinguísticas presentes nos fundos pessoais do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, uma vez notado a ausência de catálogos com descrições para área de linguística, assim como foi verificado problemas relacionados ao uso de normas arquivísticas, no que cerne ao princípio do respeito aos fundos, documentos não catalogados, e entre outros problemas já percorridos ao longo do trabalho.

Além de ser constatado que os quantitativos de documentos não compreendem a realidade do acervo, necessitou-se conhecer o máximo possível a documentação presente nas caixas no IHGSE. Durante este processo, vários impasses foram surgindo, a começar pelo tempo que um mestrado profissional disponibiliza para o desenvolvimento de um trabalho. Além disso, a análise aos fundos do Instituto foi comprometida em decorrência da pandemia do novo Coronavírus que se alastrou pelo mundo, em 2020.

Com a abertura do Instituto somente no final de setembro de 2020, verificou-se o maior quantitativo de documentos possíveis para a construção do catálogo. Desta maneira, foi constatado a presença de cerca de 55.875 documentos, dos quais 94 apresentaram o uso de recursos linguísticos da ortografia, fonética, prosódia, morfologia, sintaxe, lexicografia, lexicologia, etimologia e semântica, em 8 fundos: Armindo Guaraná, Urbano Neto, Epifânio Dória, Thétis Nunes, Lauro Porto, Fernando Porto, Oliveira Telles e Ivo do Prado.

No que concerne aos resultados da pesquisa, observou-se que Fernando Porto (40), Oliveira Telles (15) e Thétis Nunes (15) são os intelectuais que mais apresentam fontes metalinguísticas, sendo identificada a presença de 149 textos de teor linguístico, abrangendo, em maior parte, os seguintes níveis linguísticos: Etimologia (33), Morfologia (24), Toponímia (20) e Terminologia (18). Do ponto de vista dos aspectos da documentação, observa-se a maior frequência de documentos impressos (74), seguidos de manuscritos (12), com a predominância de conteúdos jornalísticos.

Além disso, os autores que correspondem às produções dos textos metalinguísticos envolvem intelectuais como os titulares Maria Thétis Nunes, Armindo Guaraná, Urbano Neto e Oliveira Telles, além Luiz Antônio Barreto e Josimar Melo que surgem na documentação, graças a acumulação documental realizada pelos titulares dos fundos do IHGSE. Por fim, as produções remontam, principalmente no município de Aracaju, com a circulação de ideias linguísticas desde o fim do século XIX, mas essencialmente a partir da segunda metade do século XX.

Apresentou-se também alguns trechos de como os autores se utilizam dos aspectos do conhecimento linguístico em seus escritos, evidenciando, quando possível, as relações do contexto de produção, quem produziu e como um pesquisador da área da Linguística pode usufruir para as suas produções científicas.

Através da seleção dos 94 documentos, utilizou-se 93 para a construção de um catálogo seletivo, segundo as normas internacionais da ISAD(G) e Nobrade, apresentando introdução, metodologia adota, um retrato do histórico do fundo e da biografia dos titulares,

assim como a descrição dos itens documentais, que podem ser buscados também pelo uso de instrumentos auxiliares de glossários e índices.

Como discriminado, espera-se que as discussões apresentadas neste estudo e a produção de um catálogo descritivo possam contribuir para o desenvolvimento de pesquisas de pesquisadores ou estudiosos da língua a nível regional, nacional e internacional, levando as unidades de informação a repensar o seu papel em otimizar os seus produtos e serviços, a fim de suprir a necessidade informacional de seu usuário de modo rápido e eficiente.

Destaca-se ainda a relevância do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, como um espaço da preservação da memória brasileira, e principalmente sergipana, que apresenta uma rica documentação que ainda precisa ser tratada com maior atenção pelos pesquisadores. Ao mesmo, as deficiências na gestão documental de seus acervos é uma problemática que se prolonga desde o início de seu funcionamento, uma vez que cada gestão possuía uma visão diferenciada do tratamento informacional a ser realizado, principalmente com o uso de profissionais da área da Ciência da Informação.

Para lembrar, o IHGSE funciona com o trabalho de voluntários e todo orçamento a ser aplicado em seu funcionamento, é gerado pelo pagamento dos sócios, mas principalmente pela doação e captação de recursos financeiros de entidades municipais, estaduais e federal. Desta maneira, para que o espaço possa funcionar da maneira mais eficiente possível, há a necessidade de se criar e/ou fortalecer parcerias com instituições privadas e grupos de pesquisas do ensino superior, para o desenvolvimento de projetos.

Para aqueles que interessam na execução de projetos, sugere-se linhas de trabalho como um tratamento na documentação do arquivo, seja o processo de descrição e preservação, destacando-se o fundo de Lauro Porto, que ainda necessita ser catalogada; assim como a criação de catálogos mais atualizados da realidade dos fundos pessoais, seguindo as normas arquivísticas, ou até mesmo a digitalização dos documentos para que o acesso a informação seja facilitado.

No que cerne ao acesso a informação, o catálogo de fontes metalinguísticas ficará disponível na sede do IHGSE, assim como no repositório da UFS e na página do Grupo de Estudos Filológicos em Sergipe (GEFES/ CNPq-UFS). Para que pesquisadores de outras regiões possam ter acesso a documentação, será necessário frequentar o Instituto. Mas para que este fato seja amenizado, será discutindo a possibilidade de implementação de um sistema que disponibilize os textos, parcialmente ou totalmente via digital, com suas transcrições, sob a parceria da professora Renata Ferreira Costa e os membros do GEFES.

Desta forma, espera-se que a criação de um catálogo de fontes informacionais da área da Linguística supra a carência da existência desse tipo de instrumento de pesquisa, assim como incentive outros espaços detentores de arquivos a criarem catálogos seletivos, nos mais variados campos científicos para a promoção do acesso a informação e o desenvolvimento de maiores pesquisas, beneficiando o cultivo de aspectos da memória, história e cultural da sociedade e do homem.

REFERÊNCIAS

- ABDO, Saline. Padre Aurélio Vasconcelos. **Revista do IHGSE**, Aracaju, n. 32, p. 249-254. 1999.
- ABRALIN: entrevista. Entrevistada: Maria Cristina Fernandes Salles Altman. Entrevistador: Ronaldo de Oliveira Batista [S. l.]: 2018.
Podcast. Disponível em: <https://soundcloud.com/user-665371374/entrevista-cristina-altman>. Acesso em: 22 set. 2019
- ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Relatório 2010: Ações da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe no ano 2010. **Revista do IHGSE**, Aracaju, n. 41, p. 451-459. 2011a.
- ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. **Centenário de Lauro Porto (1911-2011)**. Aracaju: J. Andrade, 2011b.
- ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. Um centenário da casa de Sergipe, um presente. In: ALBURQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros; SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ana Luíse Silva Mecnas (Org.). **História, memória e comemorações na Casa de Sergipe**. Aracaju: IHGSE, 2014.
- ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos; CORREIA, Margarita. Terminologia e corpus: relações, métodos e recursos. In: TAGNIN, Stella Esther Ortweiler; VALE, Oto Araújo. (Org.). **Avanços da Linguística de Corpus no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 67-94.
- ALMEIDA, Lucas Rezende. A funcionalidade da linguística de corpus no ensino de língua estrangeira: oportunidades e desafios. In: BALLBAKI, Angela; CARDOSO, Janaína; ARANTES, Poliana; BERNARDO, Sandra (Org.). **Linguagem: Teoria, Análise e Aplicações** (8). Rio de Janeiro: UERJ - Programa de Pós-graduação em Letras, 2015. p. 649-665.
- ALTMAN, Maria Cristina Fernandes Salles. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil. **Revista de historiografia linguística**, v. 2, p. 115-136, 2009.
- ALTMAN, Maria Cristina Fernandes Salles. História, Estórias e Historiografia da Linguística Brasileira. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 14-37. 2012.
- ALVES, João Oliva. Lauro Porto – Pioneiro da medicina sergipana. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 25 nov. 2010 (Caderno B, p. 6, coluna Opinião).
- ANDRADE, Josiane Thethê. Reflexões historiográficas acerca do cotidiano. In: CICLO DE ESTUDOS HISTÓRICOS, 29., 2011, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2011. p. 1-9.
- ANDRADE, Maristela do. **Poder e política no Brasil Imperial**: traços da gênese e da trajetória dos Fontes e dos Dantas no Sertão da Bahia e de Sergipe Del Rey (1820-1850). 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação?, **Informação & Informação**, v. 19, n. 1, p. 01-30, jan./ abr. 2014.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica**. Bauru: EDUSC, 2006.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Catálogo seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos**. Curitiba: Arquivo público do Paraná, 2005.

ARRUDA, Susana Margaret de; CHAGAS, Joseane. **Glossário de biblioteconomia e ciências afins**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

ASSIS, Ailton Alexandre de. **Um lampião dentro da mala: o arquivo pessoal de Octávio Leal Pacheco - memória e autobiografia**. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2009.

BACELLAR, Carlos. Uso e maus usos dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-80.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARRETO, Luiz Antonio. Fernando Porto. **Revista do IHGSE**, Aracaju, n. 35, p. 289-291. 2006a.

BARRETO, Luiz Antonio. **O linchamento de Araraquara I**, Aracaju, 2006b. Disponível em: http://clientes.infonet.com.br/serigy/site/ler.asp?id=102&titulo=Episodios_historicos. Acesso em 11 nov. 2019.

BARROS, José D'Assunção. A escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-29, jul./dez. 2010a.

BARROS, José D'Assunção. Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 16, p. 17-35, dez. 2010b.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, Canoas, n. 12, p. 129-159, mai./ago. 2012

BATISTA, Carmem Lúcia. **Informação pública: entre o acesso e a apropriação social**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **Introdução à historiografia linguística**. São Paulo: Cortez, 2013.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Introdução: *In*: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (Org.). **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 09-18.

BAUMANN, Eneida Santana. **O Arquivo da Família Calmon à Luz da Arquivologia Contemporânea**. Salvador, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,

2009.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 201-207, 1998.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BENFEY, Theodor. **Geschichte der Sprachwissenschaft und orientalischen Philologie in Deutschland seit dem Anfange des 19. Jahrhunderts, mit einem Rückblick auf die früheren Zeiten**. New York: Johnson, 1965.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL, Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, n. 6, p. 455,9 de jan. 1991, seção 1.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Regula o acesso a informações previsto no Inciso XXXIII do Art. 5º, no Inciso II do § 3º do Art. 37 e nº § 2º do Art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de novembro 2011.

BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales 1929-1989. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 07-39.

CALDERON, Wilmaria Rodrigues; CORNELSEN, Julce Mary; PAVEZI, Neiva; LOPES, Maria Aparecida. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**, Brasília, vol. 33, n. 3, p. 97-104. 2004.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na

organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. Epifânio Dória e o IHGSE: 64 anos de contribuição para a preservação do patrimônio documental e da memória sergipana e nacional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 42, p. 53-83, 2012.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. **O Legado documental de Epifânio Dória**: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. Abordagem funcional de arquivos pessoais: reflexões a partir do Arquivo Epifânio Dória. **Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 65-90, jul./dez. 2016.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, vol. 12, n. 1, p. 148-207, 2007.

CARVALHO, Vladimir Souza. **Santas almas de Itabaiana Grande**. Itabaiana: Edições O Serrano, 1973.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas De. **Cícero Dantas Martins - de barão a coronel**: trajetória política de um líder conservador na Bahia. 1838-1903. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

CAVALIERE, Ricardo. As fontes orais e sua relevância nos estudos linguístico-historiográfico. **D.E.L.T.A.**, v. 29, n. 2, p. 363-377. 2013.

CHIZOLINI, Isabela Costa. **Simplemente um Obscuro Intelectual Sergipano**: Escritos sobre a vida íntima de Manuel dos Passos de Oliveira Telles (1885-1928). 2005. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.

CINFORM. **História dos municípios**. Aracaju: GLOBO COCHRAME, 2002.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 129-149. 1998.

CORDEIRO, Cecília Siqueira. Historiografia e história da historiografia: alguns apontamentos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., Florianópolis, 2015. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1-15.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Princípios de acesso aos arquivos**: orientação técnica para gestão de arquivos com restrições. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. *E-book*.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE**: norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000

CRESWELL, John. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Angélica Furtado; COSTA, Marcos Antônio; MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2016.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais**: fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

CUNHA, Murilo Bastos da; AMARAL, Sueli Angelica do; DANTAS, Edmundo Brandão. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CRUZ, Thomaz. Sergipe e Bahia choram por Thomaz Cruz. **Infonet**, Aracaju, 14 out. 2020. Disponível em: <https://infonet.com.br/blogs/sergipe-e-bahia-choram-por-thomaz-cruz/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

DANTAS, José Ibarê Costa. Relatório do 3º ano de gestão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 36, p. 239-244. 2007.

DANTAS, José Ibarê Costa. Maria Thétis Nunes (06.01.1923 a 25.10.2009). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 39, p. 15-19. 2009.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História da Casa de Sergipe**. São Cristovão: Editora UFS: Aracaju: IHGSE, 2012.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998.

DE CLERQ, Jan; SWIGGERS, Pierre. L'Histoire de la linguistique: L'autre Histoire it L'Histoire d'une Histoire. In: FELBUSCH, Elisabeth; POGANELE, Reiner; WEISS, Cornelia (org.). **Neve Fragüen der Linguistik**. Paderborn: Tubinger Verlag, 1991. p. 15-22.

DELBRÜK, Berthold. **Introduction to the study of language**: a critical survey of the history and methods of comparative philology of Indo-European languages. Amsterdam: John Benjamins, 1989.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa da. **Metodologia científica**. Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008

DÓRIA, Epifânio da Fonseca. **Efemérides Sergipanas**. Aracaju: J. Andrade, 2009. v. II.

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 151-168. 1998.

FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani; FROSI, Vitalina Maria. Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização. **Métis: história e cultura**, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 277-298, jan./jun. 2008.

FAMED. Nota de pesar - Prof. Thomaz Rodrigues Porto da Cruz. **FAMED**, Salvador, 14 out. 2020. Disponível em: <http://www.fameb.ufba.br/content/nota-de-pesar-prof-thomaz-rodrigues-porto-da-cruz>. Acesso em: 15 nov. 2020.

FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani; FROSI, Vitalina Maria. Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização, **Métis: história e cultura**. v. 1, n. 1 (2002). Caxias do Sul: Educs, 2008.

FREITAS, Itamar. **Guia do Arquivo do IHGSE**. Aracaju: IHGSE, 2009.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Aspectos especiais de estudos de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 43-57, jul./dez. 1983

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudo de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

GARCIA, Maria Madalena Arruda de Moura Machado. Os documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.11, n. 21, p. 175-187. 1998.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; COSTA, Sely Maria de Souza. Evolução teórico-metodológico dos estudos de usuários de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 1, p. 21-32, jan./abr. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Eliana Vieira. Historiografia linguística: Um percurso histórico linguístico. **Revista Múltiplas Leituras**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 177-188, jul./dez. 2009.

GOOGLE MAPAS. **IHGSE**: Fachada. Aracaju: GOOGLE, 2019. Disponível em: https://www.google.com/maps/place/Instituto+Hist%C3%B3rico+e+Geografico+de+Sergipe/@-10.9123159,-37.050424,15z/data=!4m2!3m1!1s0x0:0xc7edf35f31407ddc?sa=X&ved=2ahUKEwja0KW8_KHtAhX8IbkGHSSLAOsQ_BIwCnoECBMQBQ. Acesso em: 15 nov. 2020.

GROGAN, Denis. **Science and technology: an introduction to the literature**. London: Clive Bingley, 1970.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Aracaju: Editora Pongetti, 1925

GUÉRIOS, R. F. Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. 2 ed. São Paulo: Ave Maria Ltda. 1973.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-66. 1997.

HEYMANN, Luciana Quillet. O Indivíduo Fora do Lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 40-57, jul./ dez. 2009.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

HOWATT, Anthony Philip Reld. 1984. **A History of English Language Teaching**. Oxford University Press, 2004.

IHGSE. Estatutos do Instituto Historico e Geographico de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, vol. 1, nº. 1, p. 13-23. 1913.

IHGSE. **Fundo João Dantas Martins do Reis**. Aracaju: IHGSE, [20--].

IHGSE. **Catálogo Fundo Padre Aurélio**. Aracaju: IHGSE, [201-].

IHGSE. **Estatuto**. Aracaju: IHGSE, 2011

IHGSE. Ata de reunião ordinária da diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. *In: REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DO IHGSE*, 2014, Aracaju. **Atas [...]**. Aracaju: IHGSE, 13 jun. 2014. p. 176-179.

IHGSE. Ata de reunião ordinária da diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. *In: REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DO IHGSE*, 2017, Aracaju. **Atas [...]**. Aracaju: IHGSE, 10 out. 2017. p. 08-09.

IHGSE. Ata da primeira reunião, em caráter ordinário da Diretoria Executiva do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe – IHGSE, realizada no dia 24 (vinte e quatro) de janeiro de 2019 (dois mil e dezenove). *In: REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DO IHGSE*, 2019, Aracaju. **Atas [...]**. Aracaju: IHGSE, 24 jan. 2019. p. 01-10.

IHGSE. **A Biblioteca Manoel Bomfim foi entregue ao público de forma virtual, mas ela é real**. Aracaju, set. 2020. Instagram: @ihgse. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CFINxUIh-q/>. Acesso em 01 nov. 2020.

IHGSE, **O IHGSE ficou em estado de grande alegria, quando no dia 17 de fevereiro, na reunião realizada na Biblioteca Epifânio Dórea, para apresentação da programação do bicentenário, foi entregue ao sr. Governador o projeto de reforma do Instituto, preparado pela CEOP, tendo na ocasião sido autorizado**. Aracaju, 2018. Instagram: @ihgse. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B9PaM0rhkhu/>. Acesso em 01 nov. 2020.

IÓRIO, Patrícia Leite de. **O ensino da Língua Portuguesa em São Paulo na segunda**

metade do século XX: um caminho historiográfico. 2007. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

INFONET. Jornalista cria Dicionário Sergipanês. **Infonet**, Aracaju, 09 maio 2013. Disponível em <https://infonet.com.br/saojoao/2013/ler.asp-72.html?id=143987&titulo=prosa-boa>. Acesso em: 16 nov. 2020.

IUMATTI, Paulo Teixeira; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 97-120. 2018.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 2, p. 01-16. 2006.

KAYE, David. Sources of information, formal and informal. **Management Decision**, Texas, v. 33, n. 5, p. 13-15. 1995.

KNAUSS, Paulo. O Congresso Sergipano de História e as celebrações do centenário do IHGSE (apresentação). In: ALBURQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros; SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ana Luíse Silva Mecnas (Org.). **História, memória e comemorações na Casa de Sergipe**. Aracaju: IHGSE, 2014. p. 06-12.

KOENER, Ernst Frideryk Konrad. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014

KUHN, Tanara Zingano; FERREIRA, José Pedro. O Corpus de Português Escrito em Periódicos - CoPEP. **DELTA**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 01-42. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. O currículo de ciência da informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 1989.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEAL, Marcos Breno Andrade. **Comportamento de busca da informação dos usuários do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE): Um estudo exploratório**. 2020. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEITE, Marli Quadros. Historiografia da linguística e história das ideias linguísticas: aproximações e distanciamento. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (Org.). **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 139-182.

LIMA, Jackson da Silva. Uma lição de sergipanidade. In: TELLES, Manoel Passos. **Oliveira. Sergipenses (Escriptos Diversos)**. 2 ed. São Cristóvão: EdUFS; Aracaju: IHGSE, 2013. p. 09-17.

LIMA, Luís. **Catálogo do Arquivo Professor António Lino Neto**. Lisboa: CEHRUCP, 2012.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011

LIMA NETO, Urbano de Oliveira. Discurso de Posse do Acadêmico Urbano de Oliveira Lima Neto. **Revista da Academia Sergipana de Letras**, Aracaju, v. 1, n. 26, p. 52-84. 1978.

LOPES, Bruna Pimentel; RODRIGUES, Georgete Medleg. As variações terminológicas no contexto dos arquivos pessoais: uma análise das denominações utilizadas por instituições públicas brasileiras. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 87-95. 2018.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do estado, 2002.

MALKIEL, Yakov. Uriel Weinreich, Jakob Jud's Last Student. **Romance Philology**, California, v. 22, p. 128-132. 1969.

MARINS, Nathalia Borghi Tourino. Uma breve história da historiografia. **COLETÂNEA**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 399-409, Jul./Dez. 2016.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. Historiografia: o sentido da escrita e a escrita do sentido. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 40, p. 55-80, jan./jun. 2009.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. História, historiografia e pesquisa em educação histórica. **Educação em revista**, Curitiba, v. 35, n. 74, p. 17-33, Abr. 2019.

MARTINS, Evandro Silva. A etimologia de alguns vocábulos referentes à educação. **Olhares e Trilhas**, Uberlândia, Ano VI, n.6, p. 31-36. 2005.

MATOS, Denilson. **Língua Portuguesa II**: Morfologia I. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. Tenentismo em Sergipe: outras histórias. *IN*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais [...]**. São Leopoldo: ANPUH, 2007. p. 1-9.

MEDEIROS, Luiz Claudio Valente Walker de. Uma importante introdução à lexicografia (e à lexicologia). **Vereadas**: Revista de Estudos Linguísticos, Juiz de Fora, n. 1, p. 160-164. 2007.

MEDIC, Medick. Quo vadis Antropologia Histórica? A pesquisa histórica entre a Ciência Histórica da Cultura e a Micro-História. **MÉTIS**: história & cultura, Caxias do Sul, v. 2. n. 3, p. 199-216, 2003.

MELO, Gabriela. A difícil tarefa de desvendar o que diz o aracajuano. *In*: MAYNARD ARMANDO. **Blog Isto é Sergipe**, Aracaju, 19 abr. 2017. Disponível em: <http://istoessergipe.blogspot.com/2017/04/a-dificil-tarefa-de-desvendar-o-que-diz.html>. Acesso em: 16 nov. 2020

MENDES, Amélia. Linguística de Corpus e outros usos do corpus em Linguística. *In*: MARTINS, Ana Maria; CARRILHO, Ernestina (eds.) **Manual de Linguística Portuguesa**.

Berlin/Boston: Walter de Gruyter, 2016. p. 01-24.

MILLER, Stela. O trabalho epilinguístico na produção textual escrita. *In: Reunião Anual da ANPED*, 26., 2003, Poços de Caldas. **Anais [...]**. Poço de Caldas: ANPED, 2003. p. 1-15.

MORENO, Djaldino Mota. **Clemente Freitas, o pioneiro da arte cinematográfica em Sergipe**. Aracaju: Clube de Cinema de Sergipe, 2004.

MORENO, Djaldino Mota. **Uma aventura cinematográfica**: Clube de Cinema de Sergipe, 1966-1991. Aracaju: Fundação Estadual de Cultura, 1991.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. **José Calasans**: uma história reconstruída. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. Fundamentos teórico-metodológicos da Historiografia Linguística. *In: NASCIMENTO, Jarbas Vargas (org.). A historiografia linguística*: rumos possíveis. São Paulo: Terras do Sonhar: Edições Pulsar, 2005. p. 11-30.

NAUDÉ, Gabriel. **Advis pour dresser une bibliothèque**. Paris: Klincksieck, 2000

NETO, Leite Leonardo (Org.). **Catálogo biográfico dos senadores brasileiro de 1826 a 1986**. Brasília: Centro Gráfico, 1986.

NUNES, Maria Thétis. Discurso proferido pela acadêmica Martia Thétis Nunes. **Revista da Academia Sergipana de Letras**, Aracaju, v. 1, n. 35, p. 233-239. 2005.

OLIVEIRA, Fernando Paulino de. **ToGatherUp**: um protótipo de ferramenta para a construção de corpora. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. **Fundo Maria Thétis Nunes**: instrumento de pesquisa. Aracaju: IHGSE, 2014a.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. **Catálogo Fundo Figueiredo Lobo**. Aracaju: IHGSE, 2014b.

OLIVEIRA NETO, João Batista de; SILVA, Elen Salete da. As principais metodologias no ensino de história: positivismo, marxismo e escola nova. **Revista de divulgação interdisciplinar do núcleo das licenciaturas**, Vale do Itajaí, v. 5, n. 12, p. 1-11. 2017.

OTLET, Paul. **Traité de Documentation**: Le livre sur le Livre – Théorie et Patique. Bruxeles: Editiones Mundaneum. 1934.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: Teoria e Prática. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PROCHASSON, Cristophe. Atenção: Verdade! Arquivos Privados e renovação das práticas historiográficas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 105-119. 1998.

REIS, João Dantas Martins dos. A cidade do Riachão do Dantas, como começou. **Revista do IHGSE**, Aracaju, v. 20, n. 24, p. 174-186. 1960.

RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes. **Acesso à informação nos arquivos**. 1998. Tese (Doutorado em Arquivística) - Faculdade de Letras, Porto, 1998

RIOS, Elaine Rosa; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. Plano de classificação de documentos arquivísticos e a teoria da classificação: uma interlocução entre domínios do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, p. 123-139, maio/ago. 2010

RÜSEN, Jorn. **Reconstrução do passado**. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Tradução de Asta-Rose Alcaide. Brasília: Ed. UnB, 2007.

SAGER, Juan Carlos. **A practical course in terminology processing**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1990

SANCHEZ, Aquilino. Definicion e historia de los corpus. *In*: SANCHEZ, Aquilino (Orgs.). **CUMBRE – Corpus linguístico de espanol contemporaneo**. Madrid: SGEL. 1995. p. 01-30.

SANTANA, Antônio Samarone de; DIAS, Lúcio Antonio Prado; GOMES, Petrônio Andrade. **Dicionário biográfico de médicos de Sergipe**: séculos XIX e XX. Aracaju: Academia Sergipana de Medicina, 2009.

SACRIMENTO, Arivaldo; NASCIMENTO, Hérvickton Isarel. Entre a filologia e a linguística histórica: o texto como artefato histórico. **Macabéa**, Crato, vol. 8, n. 2, p. 373-287, jul./ dez. 2019.

SANTANA, Sayonara Rodrigues do Nascimento. **Descrição sumária do fundo de Epifânio Dória**. Aracaju: IHGSE, 2009.

SANTANA, Sayonara Rodrigues do Nascimento. **Descrição Fundo Urbano Neto**. Aracaju: IHGSE, 2011.

SANTANA, Sayonara Rodrigues do Nascimento. Preciosidades da Casa de Sergipe: a trajetória dos acervos da biblioteca, da hemeroteca e do arquivo do IHGSE (1912-2012). *In*: ALBURQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros; SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ana Luíse Silva Mecnas (Org.). **História, memória e comemorações na Casa de Sergipe**. Aracaju: IHGSE, 2014. p. 157-186.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **A teoria arquivística a partir de 1898**: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos. 2011. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SANTOS, Vera Maria dos. Josefina Leite: vestígios de uma professora da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO, 4., 2004, Goiânia. **Anais [...]**, Goiânia: SBHE, 2004. p. 1-10.

SARDINHA, Antonio Paulo Berber. Beginning Portuguese corpus linguistics: exploring a corpus to teach Portuguese as a foreign language. **DELTA**, São Paulo, vol.15, n. 2, p. 289-299. 1999.

SARDINHA, Tony Berber. Lingüística de Corpus: histórico e problemática. **DELTA**, São

Paulo, vol.16, n.2, p. 323-367. 2000.

SARDINHA, Tony Berber. **Linguística de Corpus**. Barueri: Manole, 2004.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

SCHMIDT, Luciana; MATIAS, Márcio. Tabela de temporalidade para arquivo pessoal: uma proposta. **Revista ACB**, São José, v. 21, n. 3, p. 960-972, ago./nov. 2016.

SCHUSTER, Lion. Opinião - O adeus ao amigo Dr. Thomaz Rodrigues Porto da Cruz.

Jpolítica, Aracaju, 15 out 2020. Disponível em:

<https://www.jlpolitica.com.br/colunas/aparte/posts/edvaldo-nogueira-vencera-a-eleicao-de-aracaju-no-primeiro-turno/notas/opinioao-o-adeus-ao-amigo-dr-thomaz-rodrigues-porto-da-cruz>. Acesso em 15 nov. 2020.

SEABRA, M. C. T. C. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (Org.). *Múltiplas perspectivas em linguística*. Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística, 11. [Anais...] Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960.

SETZER, Valdemar W. Dado, informação, conhecimento e competência. **DataGramaZero**, João Pessoa, n. 0, p. 1-11, dez. 1999.

SFEZ, Lucien. Informação, saber e comunicação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 5-13. 1996

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Fundamentos da informação I: perspectivas em Ciência da Informação** São Paulo: ABECIN, 2017.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./abr. 2012.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. A contribuição da filosofia contemporânea para uma concepção teórico-conceitual de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 13., Rio de Janeiro, 2012. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ: ANCIB, 2012. p. 01-19.

SILVA, Luiz Cambraia Karat Gouvêa da; BORTOLOTTI, Ricardo Gião. História da Historiografia da Ciência em debate: reflexões, limites e possibilidades teórico-metodológicas. **Dimensões**, Vitória, v. 41, p. 103-125, jul./dez. 2018.

SILVA, Rosana Oliveira; SANTOS, Monteiro Claudfranklin. A fundação de um lugar: Riachão do Dantas, suas Tramas e seus Sujeitos (1836-1870). **Revista do IHGSE**, Aracaju, n. 46, p. 43-57. 2016.

SMIT, Johanna W. Recuperação, acesso e uso dos documentos arquivísticos. **Ciência da Informação**, Brasília, Distrito Federal, v. 41 n. 1, p. 11-23, jan./abr. 2013

SMITH, Richard. Building Applied Linguistic Historiography: Rationale, Scope, and Methods. **Applied Linguistics**, United Kingdom, v. 37 n. 1, p. 71-87. 2016.

SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro. Discurso do Acadêmico Luiz Fernando Ribeiro Soutelo (Centenário de Nascimento de Urbano Neto). **Revista da Academia Sergipana de Letras**, Aracaju, v. 1, n. 36, p. 59-64. 2010.

SOUZA, Antonio Lindvaldo. **História e Historiografia Sergipana**: CESAD. São Cristóvão: UFS, 2011.

SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 44/45, p. 40-59. 2013.

SWIGGERS, Pierre. História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações. Trad. Profa. Dra. Cristina Altman. **Eutomia**, Recife, ano. 3, v. 2, p. 1-17. 2010.

SWIGGERS, Pierre. Historiografia da linguística: princípios, perspectivas e problemas. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (Org.). **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 45-80.

SWIGGERS, Pierre. Linguistic historiography: object, methodology, modelization. **Todas as Letras - Revista de Língua e Literatura**, São Paulo, v. 14, n. 1, São Paulo, 2012

SWIGGERS, Pierre. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. In: C. Corrales et al. (eds.), **Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística. Actas del Congreso Internacional de la SEHL**. Madrid: Arco/Libros, 2004. p. 113-146.

TESSITORE, Viviane. Arquivos, centros de documentação e de memória: perfis institucionais e funções sociais. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (org.). **Arquivos pessoais: experiências, reflexões e perspectivas**. São Paulo: ARQ-SP, 2017. p. 12-28.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE. **Desembargador João Dantas Martins dos Reis**. Aracaju: Gráfica e editora Liceu, 2008.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. **Manual de língua portuguesa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**. Brasília : TRF1, 2012

VASCONCELOS, José Leite de. **Opúsculos**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

WILSON, T. D. Recent trends in user information needs: action research and qualitative methods. **Information Research**, v. 5, n. 3, p. 1-36, 2000

ZIMERMAN, David E. **Etimologia de termos psicanalíticos**. Porto Alegre: Artmed, 2012 *E-book*.

APÊNDICE A - GLOSSÁRIO DAS TIPOLOGIAS METALINGUÍSTICAS

Antroponímia: “[...] estudo dos nomes individuais, com o dos sobrenomes e apelidos” (VASCONCELOS, 1931, p. 3).

Etimologia: “A Etimologia, hoje tão pouco conhecida, consiste em estudar, com o auxílio de algumas ciências como a Fonética, a Semântica, a Lexicografia, a Filologia Comparada, a Dialetoлогия, a Morfologia, entre outras, a origem e a explicação do sentido de uma palavra” (MARTINS, p. 35, 2005).

Fonética: “A fonética se ocupa do aspecto acústico e fisiológico dos sons reais e concretos dos atos linguísticos: sua produção, articulação e variedades” (BECHARA, 2009, p. 38).

Fonologia: “A parte da gramática que estuda os fonemas, isto é, aqueles conjuntos de traços fônicos com que numa língua se distinguem vocábulos de significação diferente” (LIMA, 2011, p. 45).

Léxico: “Léxico é definido como o conjunto de palavras de uma língua, responsável por nomear e exprimir o universo de uma sociedade” (SEABRA, 2006, p. 1953).

Lexicologia: “É tarefa da lexicologia o estudo dos lexemas, suas estruturas e variedades e suas relações com os significantes” (BECHARA, 2009, p. 39).

Lexicografia: “Técnica de feitura de dicionários” (MEDEIROS, 2007).

Morfologia: “A morfologia, que tem como objetivo precípua, estudar a estrutura e a formação das palavras de uma língua, a partir das partes construtivas” (MATOS, 2009, p. 8).

Onomástica: “Estudo histórico dos nomes próprios, dividida em antroponímia – história dos nomes de pessoa – e toponímia – história dos nomes de lugares” (BECHARA, 2009, p. 40).

Ortografia: “Conjunto de regras que estabelece a grafia correta das palavras” (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL, 2011, p. 43).

Prosódia: “Prosódia é a parte da fonética que trata da correta acentuação e entonação dos fonemas. A preocupação maior da prosódia é o conhecimento da sílaba predominante, chamada tônica (BECHARA, 2009, p. 66).

Semântica: “Estudo da significação e da aplicação das palavras em dado idioma” (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL, 2011, p. 289).

Sintaxe: “Estuda as diversas relações que se estabelecem dentro do período, quer entre termos da oração, quer entre orações” (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL, 2011, p. 205).

Terminologia: “A terminologia diz respeito ao estudo e ao uso de sistemas de símbolos e signos linguísticos empregados para a comunicação humana em áreas de atividades de conhecimentos especializados” (SAGER, 1990, p. 4).

Toponímia: “Alude ao nome própria de um determinado lugar (país, cidade) que costuma se modificar ao longo dos tempos, de acordo com conquistas em guerras, determinadas homenagens a figuras heroicas” (ZIMERMAN, 2012, p. 29).

APÊNDICE B – CATÁLOGO DE FONTES METALINGUÍSTICAS